

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

JAIRO DA LUZ OLIVEIRA

**O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
E SUA ABORDAGEM COM MORADORES DE RUA**

Porto Alegre, março de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JAIRO DA LUZ OLIVEIRA

**O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
E SUA ABORDAGEM COM MORADORES DE RUA**

Tese apresentada como requisito parcial,
para obtenção do título de Doutor em
Serviço Social, ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla

Porto Alegre, março de 2008

JAIRO DA LUZ OLIVEIRA

**O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
E SUA ABORDAGEM COM MORADORES DE RUA**

Tese apresentada como requisito parcial, para obtenção do título de Doutor em Serviço Social, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Data de Aprovação: Porto Alegre, de de 2008

BANCA DE QUALIFICAÇÃO

Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla
Orientadora – PUCRS

“A vida na rua como modo de sobrevivência não deixa de compor uma das estratégias de resistência, da coragem de enfrentar a vida. Não quer dizer que o modo de viver seja necessariamente a rua”.

Sposati (1987)

RESUMO

Esta pesquisa evidencia aspectos do processo de trabalho do Assistente Social, interpretados à luz da perspectiva marxiana, visando explicitar o desempenho desse profissional na abordagem com moradores de rua, em instituições de proteção social para este segmento populacional, localizadas na capital do estado do Rio Grande do Sul e na grande Porto Alegre. O estudo objetivou aprofundar conhecimentos sobre o tema citado; dar visibilidade ao cotidiano de trabalho dos dez Assistentes Sociais entrevistados; fazer sucessivas aproximações sobre a forma como tais profissionais articulam o conjunto de competências, habilidades e atitudes inerentes ao exercício de suas funções; averiguar a forma como se estabelecem suas percepções a respeito das demandas que chegam nas instituições de proteção a moradores de rua; salientar os enfrentamentos e embates sofridos a partir das correlações de força e poderes estabelecidos institucionalmente, bem como individuar as ações e interlocuções no atendimento das necessidades dos usuários. Nossa tese perquiriu se o Assistente Social está implementando os princípios regidos no Código de Ética Profissional do Assistente Social, concernentes à sua prática interventiva; e procurou identificar se as políticas públicas estabelecem um aporte à prática profissional do Assistente Social nas instituições focalizadas. Neste sentido, a pesquisa quanti-qualitativa ofereceu-nos a possibilidade de aprofundar significados, revelar múltiplas dimensões, ultrapassando o aparente; e discernindo o oculto, o qual, na realidade, não se evidencia. O método de pesquisa ressalta a importância de podermos aprofundar significados sociais articulados a uma estrutura onde os sujeitos vivenciam suas vidas, seu trabalho. Por meio dessa metodologia de pesquisa, intencionamos dar vistas a uma perspectiva dialética a fim de descrever interpretações, informações e significados vividos em um cotidiano de trabalho. Nesta relação direta, tentamos dialogar prazerosamente com obras de Marx, a essa ótica, convergindo nossas reflexões e análises; e, de forma complementar, encontramos base em autores como Agnes Heller, Kosik, Yamamoto, Faleiros, Martinelli, Minayo, entre outros. Para análise dos dados buscamos, em Mercedes Gagneten, o direcionamento. No influxo desse estudo, tentamos subsidiar a área

acadêmica, a categoria profissional e ampliarmos conhecimentos junto à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – com os resultados desta pesquisa.

Palavras-chave: Serviço Social; Moradores de Rua; Cotidiano de Trabalho; Processo de Trabalho; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research shows some aspects of the work process of the Social Worker, as seen from a Marxian perspective, aiming at enlighten this professional's performance dealing with street dwellers, in the context of social institutions for this population group in Porto Alegre, capital of the State of Rio Grande do Sul, and its surrounding metropolis. The study aimed at deepening the knowledge on the proposed subject, making visible the day-by-day work of the ten interviewed Social Workers. For this, several approaches were made on the way that these professionals craft their competences, abilities and behaviors on the exercise of their work, analyzing how their perceptions are formed on the specific demands appearing in the social institutions for the protection of street dwellers, while showing their struggles and power disputes with the established institutions and their individual actions and interventions while attending to the needs of people. Our thesis questioned whether the Social Workers are following their Professional Code of Ethics during practical intervention, and tried to identify whether the public policies support their professional praxis in the studied institutions. Thus, the quantitative and qualitative research allowed us to deepened meanings, while enlightened multiple dimensions and revealing aspects that were hidden in this social process. The methodology stresses the importance of deepening social articulations in one structure where the subjects hold both their lives and work. Through this methodology, our intent was to show a dialectic perspective while describing interpretations, information and meanings, which were lived in the daily work. In this direct approach, we tried a pleasurable dialog with the work of Marx to whose concepts we converged our reflections and analysis, while also finding support in authors such as Agnes Heller, Kosik, lamamoto, Faleiros, Martinelli, Minayo, among others. For the analysis of data we were based on Mercedes Gagneten. Throughout this study we tried to support the academic area, the professional class and also enlarge our knowledge within the Brazilian Association of Learning and Research in Social Work – ABEPSS.

Key words: Social Work; street dwellers; day-by-day life; work process; public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social
CAPS	Centro de Atendimento Psicosocial
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CFESS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
FIUC	Federação Internacional das Universidades Católicas
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LABINTER	Laboratório Internacional Interuniversitário de Estudos Sociais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NERO	Núcleo Estável na Rede Operacionais
NERp	Núcleo Estável na Rede de Planejamento
NOB	Norma Operacional Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Dimensões da Formação Profissional do Assistente Social: Competência Ético-Política	129
Quadro 2 - Dimensões da formação do Assistente Social: Competência Teórico- Metodológica	130
Quadro 3 - Dimensões da formação do Assistente Social: competência técnico- operativa	132

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	6
LISTA DE ABREVIATURAS.....	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	16
2.1 O PROBLEMA DA PESQUISA E SUAS GRANDES QUESTÕES	18
2.2 O PROCESSO DA PESQUISA.....	20
2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	25
3 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS.....	29
3.1 ABORDAGEM DIALÉTICO-CRÍTICA	29
3.2 CATEGORIAS DA ABORDAGEM DIALÉTICA.....	33
3.3 CATEGORIAS TEÓRICAS EXPLICATIVAS DA REALIDADE A PARTIR DA PESQUISA.....	36
3.3.1 Trabalho	36
3.3.2 Violência.....	44
3.3.3 Redes	49
4 UMA ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA	60
4.1 A CONSTITUIÇÃO E INSERÇÃO DO SER HUMANO NA VIDA SOCIAL E NO MUNDO DO TRABALHO	60
4.2 OS VALORES HUMANOS E A VIDA CONTEMPORÂNEA.....	70
4.3 O EMPOBRECIMENTO COMO REALIDADE NO BRASIL	77
5 A RUA COMO REALIDADE DE VIDA DE ALGUNS BRASILEIROS.....	93
5.1 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA BRASILEIRA.....	94
5.2 O MORADOR DE RUA: UM CIDADÃO BRASILEIRO.....	99
5.3 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS PERDAS, A FORMA OBJETIVA DE VIDA DO MORADOR DE RUA.....	116
6 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM MORADORES DE RUA	123
6.1 SERVIÇO SOCIAL, PROCESSO DE TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	124
6.2 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PARA OS SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA E A PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	151
6.3 TRABALHO E CORRELAÇÕES DE FORÇAS INSTITUCIONAIS	164
6.4 VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA REALIDADE SOCIAL	174

6.5 A IMPLICAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMO ESPAÇO DE GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS.....	183
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS.....	202
OBRAS CONSULTADAS.....	212
APÊNDICES.....	216
ANEXOS.....	219

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda reflexões sobre o processo de trabalho do Assistente Social vinculado a instituições que atendem populações de rua. A partir da pesquisa, procuramos evidenciar o cotidiano de trabalho vivido por Assistentes Sociais na sua interlocução direta com a realidade social vivenciada por moradores de rua, os quais procuram, nestas instituições, garantir suas sobrevivências.

A escolha do tema a respeito de moradores de rua nasceu em 1999, no cotidiano de trabalho do pesquisador, desenvolvido em uma instituição asilar que abrigava pessoas idosas provenientes dos albergues da prefeitura municipal através de convênios, pessoas que não possuíam familiares ou outras referências sociais. Os Assistentes Sociais dessas instituições municipais encaminhavam os idosos para serem abrigados, a instituição asilar estava implicada na rede de atendimento municipal. Naquele período, a necessidade de ampliar conhecimentos para lidar profissionalmente com esta realidade social, moradores de rua, emergiu como necessidade para estabelecer o processo de trabalho de modo mais seguro no cotidiano da prática. Através de pesquisas, procuramos problematizar esta realidade social, ou seja, desvendar o modo de vida das pessoas que vivem nas ruas e que procuram, nas instituições de proteção social, a ajuda necessária para a sobrevivência.

A caminhada como pesquisador iniciou, então, no ano de 2000, ingressando como aluno de Mestrado do Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, vinculando-se ao Núcleo de Estudos em Demandas e Políticas Sociais, onde aprofundamos o estudo sobre a temática moradores de rua idosos e suas estratégias de sobrevivência. Naquele período, procuramos realizar apontamentos e reflexões sobre esta realidade social fazendo parte integrante do Laboratório Internacional Interuniversitário de Estudos Sociais – LABINTER/PUCRS, implantado em abril daquele mesmo ano. O laboratório foi implantado através de convênio da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS com a Fundação Internacional de Universidades

Católicas – FIUC, a participação em um programa de cooperação que atua em rede com outras equipes da América Latina, lideradas pela FIUC. O LABINTER tem como projeto de pesquisa/intervenção estudar o tema “Exclusão Social, Estratégias de Resistência e Redes de Inclusão”, enfocando, de modo especial, a exclusão dos moradores de rua.

Durante o processo de formação no Mestrado em Serviço Social, procuramos compreender a condição de vida dos moradores de rua idosos e suas estratégias de sobrevivência. Esse estudo foi realizado a partir de entrevistas com Assistentes Sociais, usuários e instituição. Fechando esse ciclo de formação e pesquisa, que perdurou por dois anos, visamos ampliar nossos conhecimentos buscando, no Doutorado, aprofundar conhecimentos que pudessem problematizar a relação do processo de trabalho do Assistente Social com moradores de rua, na garantia de direitos. A intenção era problematizar se, no cotidiano da prática, os Assistentes Sociais estavam conseguindo estabelecer e acessar recursos para garantir a cidadania na vida dos moradores de rua, conforme rege o Código de Ética Profissional. O estudo desenvolveu-se ao longo deste percurso de formação e, hoje, após uma caminhada de mais de quatro anos, apresentamos o resultado obtido. Lembramos que esta é uma pequena parte do que a realidade nos revela, esperando que outros pesquisadores somem-se no esforço de desvendar essa realidade.

O estudo em foco desdobra-se em seis capítulos. O capítulo 2 versa a respeito da construção do processo de pesquisa; do cotidiano de trabalho de Assistentes Sociais que desenvolvem seu processo de trabalho no atendimento a demandas sociais; do universo da pesquisa; da identificação dos sujeitos; do procedimento para a escolha dos sujeitos, instrumentos e técnicas trabalhadas. Por se tratar de pesquisa quanti-qualitativa, utilizamos como instrumento para a coleta de dados a entrevista semi-estruturada. Para o tratamento e a interpretação dos dados coletados apresentamos o método de sistematização da prática, de acordo com Gagneten (1987), sendo esse referencial embasado no método dialético-crítico, objetivando, neste sentido, desvendar as contradições que se materializam na realidade.

O capítulo 3 apresenta o referencial epistemológico e metodológico a partir do qual fundamentamos os estudos e a pesquisa realizada. A abordagem dialético-crítica possibilitou o desvendamento da realidade, visando constantemente ir além das aparências. As categorias epistemológicas do método dialético-crítico: historicidade, totalidade e contradição permitiram-nos a compreensão da realidade concreta. Descrevemos, também, no mesmo capítulo, as categorias que emergiram da fala das Assistentes Sociais: trabalho, violência e redes - categorias explicativas da realidade.

Em seqüência, no capítulo 4, explicitamos uma análise concernente aos processos de exclusão social na sociedade brasileira, uma organização social que se expressa na existência de seres humanos vivendo processos de exclusão social no universo da rua. Elementos que nascem da relação capital sobre o trabalho e que são tramados na organização desta mesma sociedade, condicionando muitas pessoas a viverem à margem do contexto social.

Apresentamos, também, elementos para a compreensão da constituição e inserção do ser humano na vida social e no mundo do trabalho. Entendemos que o ser humano para a sua sobrevivência necessita estar vinculado ao mundo do trabalho, buscando, desta maneira, a superação do meio em que vive e de si mesmo. Ainda, foram abordadas temáticas dando vistas a importância dos valores humanos na vida contemporânea, os valores éticos que deverão estar sempre presentes nas relações sociais do ser humano, em sociedade, e, principalmente, no mundo do trabalho. Valores morais que vão sendo legitimados na sociedade. Procuramos tecer considerações sobre a realidade social de empobrecimento, fenômeno vivenciado, por muitas pessoas, em nosso país, problematizando-se, então, a responsabilidade do Estado frente às mudanças que são necessárias para este enfrentamento.

Realizamos, no capítulo 5, considerações quanto à rua como espaço de realidade de vida de alguns brasileiros, sob tal perspectiva, procuramos reconhecer, no morador de rua, a sua dimensão social, que estabelece movimentos de sobrevivência com o mundo que o cerca, seu espaço de vida, mesmo que este espaço seja a rua. Desenvolvemos reflexões sobre este modo de vida, que é estar nas ruas como condição de sobrevivência. Objetivamos, também, destacar os

movimentos constantes desses sujeitos na busca de alternativas à sobrevivência, bem como o papel das políticas sociais de enfrentamento à pobreza brasileira.

Em mérito ao tema, aprofundamos considerações no tocante aos processos de exclusão social, vividos em nosso país e devidos à não-distribuição da riqueza socialmente produzida, tendo como consequência, histórica, a acumulação e concentração de renda, bem como a forma como a assistência social foi gestada historicamente no Brasil. Procuramos analisar, nesse capítulo, o mundo do trabalho e suas perdas na vida do morador de rua, bem como a forma objetiva de vida do morador de rua neste espaço de sobrevivência, entendendo que a objetividade da vida humana se faz na medida em que o ser humano interage no meio em que está vivendo.

No capítulo 6, descrevemos o desenvolvimento da nossa pesquisa a respeito da dimensão do processo de trabalho do Assistente Social na sua interlocução com moradores de rua. Esse capítulo pretende articular, de forma particular, os elementos constituintes da formação profissional e suas dimensões teóricas com a realidade social, vividas na prática interventiva do Assistente Social, potencializando-se, assim, o seu processo de trabalho, seu fazer profissional junto aos moradores de rua que procuram, nas instituições, o amparo social.

No desenvolvimento dessa análise, estabelecemos uma importante relação entre Serviço Social, processo de trabalho e políticas públicas, entendendo que o processo de intervenção do Assistente Social situa-se no campo da viabilização de direitos sociais, de interesse da coletividade, implicando em hábitos, atos, atitudes e modos de pensar nas múltiplas relações na vida cotidiana. Assim, citamos, de forma sistematizada, as três grandes dimensões da formação profissional: Competência Ético-Política, Competência Teórico-Metodológica e Competência Técnico-Operativa, estabelecendo como possibilidade ao Assistente Social um arcabouço teórico que oportuniza desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes, contribuindo na materialização de uma práxis em todos os âmbitos da sociedade.

Destacamos o papel das instituições para os sujeitos em situação de rua e a participação do Serviço Social nestes espaços socioinstitucionais. Neste ponto, procuramos ressaltar a importância das instituições para o Serviço Social enquanto

espaço de atuação, bem como para os usuários, particularmente para os que estão nas ruas, como possibilidade de organizarem estratégias de sobrevivência. O reconhecimento deste espaço operativo e de pertencimento social para os usuários é de fundamental importância à implementação de ações de inclusão social e ao desempenho do processo de trabalho do Assistente Social.

Ressaltamos, ainda, nesse capítulo, a violência como expressão da realidade social e aprofundamos nossas reflexões sobre esta realidade que se faz presente no cotidiano das instituições. A violência no cotidiano da vida vai se estabelecendo na intimidade desses espaços, ora na condição de situação social, ora na condição de ameaça à integridade física das pessoas que desempenham seu trabalho social. Intencionamos, no presente capítulo, tematizar a implicação das redes sociais como espaço de garantia dos direitos sociais frente a uma sociedade capitalista marcada por expressões de abandono humano e de sofrimento.

Por fim, a pesquisa é finalizada com algumas considerações, reflexões e proposições, visto que nosso compromisso, enquanto Assistentes Sociais, vinculados à área de formação profissional em Serviço Social, implica-nos neste propósito e coloca-nos no compromisso de ampliar e aprofundar a relação profissional do Assistente Social no mundo do trabalho. Procuramos, de alguma forma, contribuir para ampliar conhecimentos através da pesquisa sobre o fazer profissional.

2 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

No presente capítulo, apresentamos o processo de pesquisa, qual seja, o cotidiano de trabalho de Assistentes Sociais que desenvolvem suas atividades no atendimento de demandas¹ em instituições para moradores de rua, englobando, ainda, a rotina das pessoas que estão provisoriamente na rua². O estudo em foco caracteriza-se como pesquisa qualitativa, perquirindo, a partir do “método dialético”, os elementos contraditórios dessa realidade para que as formas de desenvolvimento deste cotidiano profissional sejam colocadas em evidência, bem como as relações internas de cada elemento estudado e a conexão entre os demais elementos que constituem a totalidade.

Para Kosik (1976, p.35), a totalidade possui o seguinte significado: “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”, assim, para compreender este significado de totalidade é importante tratá-la como um conjunto de fatos entendidos como partes estruturantes de um todo. O autor ainda enuncia: “Os fatos só permitem o conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético e são entendidos como partes estruturais do todo” (KOSICK, 1976, p.36).

¹ É o conjunto das necessidades individuais trazidas pelos usuários em um determinado contexto social e que, decodificados e sistematizados, dão a dimensão do coletivo (LEWGOY, ALZIRA, 2001, p.12).

² [...] espaço da rua como sobrevivência e, portanto, espaço de trabalho pensado estrategicamente no enfrentamento às condições sócio-estruturais dadas no contexto social (...) Tanto eles (crianças e adolescentes) como sua família se apropriam da atividade da rua como forma de suprir as necessidades básicas de sobrevivência no meio urbano. É necessário ressaltar que o trabalho realizado nas ruas caracteriza-se pelo aspecto *intermitente, imediato, e ocasional*, portanto, não apresenta segurança ou renda fixa e tampouco garantia de qualquer direito trabalhista. Outro fato relevante é o número crescente da população adulta que vive na rua não somente nos países de Terceiro Mundo e América Latina, mas também nos Estados Unidos, Canadá e França. Exemplo disso é a pesquisa realizada em Porto Alegre/RS, no período de 1994 a 1996, levantando dados quanti-qualitativos sobre população adulta de rua. Nessa investigação, encontra-se um aumento significativo das pessoas que buscam a rua como espaço estratégico de sobrevivência, algumas compondo a terceira geração na rua, ou seja, tem sua gênese familiar vinculada à vida da rua (PRATES, REIS e MENDES, in JACOBY, 1999, p.66).

De acordo com o contexto assinalado, esta pesquisa visa conhecer este universo de significados vividos no cotidiano³ de trabalho do Assistente Social vinculado a instituições para atendimento de moradores de rua. As ações de tais instituições são executadas por meio de políticas públicas, as quais deveriam ser promovidas pelo Estado^{4,5,6} a partir de uma proteção social⁷ direcionada ao enfrentamento das amargas formas de sobrevivência em uma sociedade capitalista^{8,9}. Uma sociedade desigual que leva muitas pessoas a viverem processos

³ A vida cotidiana é aquela vivida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias e de todos os homens, em qualquer época histórica que possamos analisar” (CARVALHO, 1994, p.23). Não existe vida cotidiana sem o cotidiano e a cotidianidade. O cotidiano está presente em todas as esferas de vida do indivíduo, seja no trabalho, na vida familiar, nas suas relações sociais, lazer etc. (CARVALHO, 1994, p. 24).

⁴ “Tomado em absoluto e com maiúscula, é um corpo político que reúne certo número de indivíduos (o povo) sob um mesmo poder (o soberano). Quando o povo e o soberano são um só, o Estado é uma república” (SPONVILLE, 2003, p.212).

⁵ “O Estado é a ordem reguladora do monopólio da força, utilizadora do poder que, através de sanções, motiva a conduta individual” (ADOLFO, 2001, p.31).

⁶ “Art.1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I- a soberania;

II- a cidadania;

III- a dignidade da pessoa humana;

IV- o pluralismo político;

Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2004, p.13).

⁷ Proteção social é um conceito amplo que, desde meados do século XX, engloba a seguridade social (ou segurança social), o assecuramento ou a garantia à seguridade e políticas sociais. A primeira constitui-se em um sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos. O assecuramento identifica-se com as regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como direito. E as políticas sociais constituem uma espécie de política pública que visa concretizar o direito à segurança social, por meio de um conjunto de medidas, instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros. Nesse sentido, a proteção social não é sinônimo de tutela, nem deverá estar sujeita a arbitrariedades, assim como política social – partes integrantes do amplo conceito de proteção (PEREIRA, 2000, p.16).

⁸ É o sistema que divide o trabalho entre trabalhadores explorados e não-trabalhadores. É o sistema que não deixa tempo para as mães trabalhadoras educarem suas crianças, muitas vezes, deixadas acorrentadas em casa, durante longas horas, com medo de que sejam agredidas nas ruas. É um sistema que produz perguntas ansiosas como esta: “Que horas eu vou ter para abraçar meu filho se passo todo tempo da minha vida trabalhando ou indo e voltando do trabalho?”. É um capitalismo que destrói a família e os laços mais íntimos entre pais e filhos. Este é um dos cenários da globalização econômica que compõe a chamada pós-modernidade, que produz, de um lado, a riqueza extrema, a tecnologia avançada, a planetarização da cultura, das comunicações e da economia; de outro lado, a miséria extrema (GRACIANI, 1999, p.12).

⁹ “(...) o capitalismo como modo de produção passa a se assentar em relações sociais de produção capitalista, marcadas fundamentalmente pela compra e venda da força de trabalho, tornada mercadoria como qualquer outra, pois essa é a base desse sistema, que traz como exigência a existência e meios de produção sob a forma de mercadoria e trabalho livre assalariado” (MARTINELLI, 2005, p.29).

de rualização¹⁰, vivendo estados de vulnerabilidade social¹¹, representando expressões da questão social¹². Para tanto delineamos, primeiramente, o universo da pesquisa com seus sujeitos entrevistados, os instrumentais e técnicas utilizados, bem como o método de análise que oportunizou aprofundar estudos sobre as falas dos sujeitos, como descrevemos na seqüência.

2.1 O PROBLEMA DA PESQUISA E SUAS GRANDES QUESTÕES

Esta pesquisa intenciona aprofundar a temática do processo de trabalho do Serviço Social junto às instituições para moradores de rua, pois a trajetória percorrida pelo pesquisador está associada a essa realidade social visando individuar novos conhecimentos a essa área profissional. Pesquisar e problematizar o trabalho cotidiano do Assistente Social, no contexto citado, torna-se relevante para aprofundar e aprimorar conhecimentos, propor mudanças, construir novas habilidades e atitudes a partir de:

(...) um outro modelo de fazer pesquisa, onde não deixa de ser importante informação quantitativa, mas sem que se excluam os dados qualitativos. Esses dados ganham vida com as informações outras, com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos nos trazem (MARTINELLI, 1994, p.14).

Quando a professora Martinelli refere-se ao método de pesquisa, ressalta a importância de se aprofundarem significados sociais articulados a uma estrutura onde os sujeitos vivenciem suas vidas, seu trabalho. Intencionamos perceber, por meio desta metodologia de pesquisa, sob a perspectiva dialética, as interpretações,

¹⁰ A “rualização” é conseqüência de um sistema econômico fundado na injustiça, que produz a marginalidade, a pobreza, o povo da rua nas cidades e o trabalhador sem terra dos campos. É o sistema capitalista selvagem que cria lixões nas periferias das grandes cidades, onde se amontoam urubus, animais e seres humanos disputando as mesmas sobras do lixo das elites (GRACIANI, 1999, p.12).

¹¹ Vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidades (CASTEL, 1998, p.24).

¹² Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem sua raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p.27).

informações e significados vividos em um cotidiano. No presente estudo, embasamos a nossa análise de cotidiano nos pressupostos Hegelianos, que, assim, definem cotidiano:

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente (HELLER, 1989, p.170).

De acordo com este conceito, toda pessoa possui um cotidiano que se configura no conjunto das ações vividas pela ação humana, um conjunto de determinações que define a concretude¹³ da vida humana. O cotidiano se expressa pela reprodução e constituição do próprio indivíduo e, conseqüentemente, da própria sociedade através de objetivações¹⁴. Estas objetivações, quando mais trabalhadas, vão fundamentar um cotidiano mais rico de ações, mais elaborado, constituindo-se assim a vida humana de uma cotidianidade¹⁵.

Para tanto procuramos problematizar o cotidiano de trabalho do Assistente Social e sua relação direta nas instituições de proteção social para usuários moradores de rua, trazendo, na esteira da pesquisa, o diálogo com estes profissionais. Também, problematizamos a relação das políticas públicas neste universo de prática profissional porque entendemos que uma das formas utilizada pelo Assistente Social no desempenho de seu processo de trabalho é acessar as políticas públicas na tentativa de superar, juntamente com os usuários, este mesmo cotidiano marcado por uma realidade difícil de ser compreendida. O estudo acerca do processo de trabalho do Assistente Social e sua interface com as políticas públicas para moradores de rua contribuirá para avaliar e questionar os embates

¹³ O concreto, portanto, é o resultado de um trabalho. “O concreto” - insiste Marx - “é concreto porque é a síntese de várias determinações diferentes, é unidade na adversidade” (KONDER, 1992, p.44).

¹⁴ O processo de objetivação caracteriza-se por essa reprodução, que não ocorre do nada para se efetivar, ela para se efetivar pressupõe uma ação do homem sob o objeto, transformando-o para seu uso e benefício. Assim tudo pode ser objetivado, pois tudo está em constante mutação, em todas as dimensões da vida (GUIMARÃES, 2002, p.12).

¹⁵ A cotidianidade caracteriza-se por objetivações mais elaboradas, onde ela nada mais é que um cotidiano mais elaborado (GUIMARÃES, 2002, p.33).

sofridos pelos profissionais na aplicabilidade dos pressupostos morais contidos em seu Código de Ética Profissional, preconizado, em 1993, na sua prática profissional.

Nesse intuito, objetivamos subsidiar a área acadêmica, a categoria profissional, bem como ampliar conhecimentos junto à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, com os resultados desta pesquisa. O Código de Ética Profissional traz particularidades, em si, que definem a direção social dada pela categoria profissional, tendo como possibilidade de ação a garantia dos direitos sociais na vida das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Entendemos que, a partir do processo de trabalho do Assistente Social, encontra-se uma ação pautada numa consciência moral e social, um valor moral que conduz a sua dinâmica interventiva através da dimensão ético-política, o seu código de ética que ilumina seu processo de trabalho. O que nos propomos é, com este estudo, identificarmos se, neste cotidiano de prática, tais valores estão sendo explicitados na abordagem realizada pelo Assistente Social com moradores de rua nas instituições de proteção social, estabelecendo assim a efetividade do exercício profissional.

2.2 O PROCESSO DA PESQUISA

O universo da presente pesquisa foi de uma amostra de dez Assistentes Sociais que trabalham em oito instituições que atendem moradores de rua em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre¹⁶, seis de ordem pública e duas instituições não-governamentais. Na realização deste estudo, utilizamos a pesquisa “qualitativa”, tendo como objetivo principal aprofundar uma análise de significados vividos no

¹⁶ A **Região Metropolitana de Porto Alegre**, também conhecida como a *Grande Porto Alegre*, reúne 31 municípios do estado do Rio Grande do Sul em intenso processo de conurbação. O termo refere-se à extensão da capital Porto Alegre, formando, com seus municípios limieiros, uma mancha urbana contínua. É a 79ª maior área metropolitana do mundo. Criada pela Lei Complementar Federal n.º14, de 8 de junho de 1973, sua delimitação foi posteriormente alterada por diferentes instrumentos legais do governo do Rio Grande do Sul, e não coincide exatamente com os critérios de mesorregião e de microrregião utilizados pelo IBGE. Atualmente, compreende 9.889,6km² e, segundo estimativas do IBGE, para 2007 tem 4.184.042 habitantes, sendo considerada a 4ª mais importante do Brasil, atrás apenas das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, respectivamente (<http://pt.wikipedia.org> consultado em 20/02/08).

trabalho dos sujeitos entrevistados, não priorizamos conhecer sua expressão quantificada.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1996, p.21).

Esta pesquisa foi iniciada a partir de um estudo preliminar, quando constatamos um número reduzido de instituições, tanto governamentais como privadas, no atendimento à população de rua na capital e na grande Porto Alegre. A escolha destes profissionais deu-se através de contato pessoal prévio, onde relatamos a nossa intencionalidade de pesquisar o processo de trabalho do Assistente Social com moradores de rua, possibilitando conhecer, por meio de entrevista, um rico universo de significados vividos através das interlocuções estabelecidas no cotidiano da prática interventiva entre Assistente Social, usuário, instituição e políticas sociais. Martinelli (1994) aponta alguns pressupostos em uma pesquisa quantitativa:

Um primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito. Cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele. E onde o sujeito se revela? No discurso e na ação. Assim se a pesquisa pretende ser qualitativa e pretende conhecer o sujeito, precisa ir exatamente ao sujeito, ao contexto em que vive sua vida. Como decorrência disso o segundo pressuposto é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito... o modo como esse sujeito constrói e vive sua vida. Envolve, portanto, seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas. Isso nos remete ao terceiro pressuposto que se expressa no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social (MARTINELLI, 1994, p.14).

Ao analisarmos estes pressupostos citados pela autora, percebemos que o primeiro realmente nos permite reconhecer quem é este Assistente Social, sua singularidade, seu modo de ser e de trabalhar, poder ouvi-lo e permitir que ele se revele. No segundo pressuposto que a pesquisa qualitativa apresenta, podemos

também reconhecer a experiência social vivida por ele neste contexto de trabalho, o seu modo de construir e vivenciar esta sua profissão, pois vivemos parte de nossas vidas no mundo do trabalho, e mais particularmente no processo de trabalho. E o terceiro pressuposto cabe aqui reafirmarmos com a autora fazendo a mesma analogia: “ o modo de vida do sujeito, pressupõe o conhecimento de sua experiência social” (MARTINELLI, 1994, p.14).

O reconhecimento do cotidiano profissional em foco representa uma rica oportunidade de aprofundar significados, vivências e contradições sociais experienciadas nestes espaços socioocupacionais que representam relações microssociais. Entendemos que também, através das políticas sociais, desenvolvem-se as ações diretas, ou microatuações com a população usuária que procura pelo Assistente Social, fazendo com que as políticas sociais se tornem presentes na vida das pessoas. O desafio maior consiste em olharmos as particularidades do processo de trabalho do Assistente Social e identificarmos a sua relação direta com a realidade social estabelecida por uma mediação¹⁷ cotidiana pautada reafirmamos em valores morais estabelecidos através de seu Código de Ética Profissional.

Frente a essa contextualização, apresentamos como problema de nossa pesquisa a seguinte indagação: Como vem sendo desenvolvido o processo de trabalho do Assistente Social junto à população de rua em instituições de proteção social? Sob tal perspectiva, para aprofundarmos nossos estudos, formulamos os seguintes objetivos: Conhecer o processo de trabalho do Assistente Social nas instituições para moradores de rua; Verificar a implementação dos princípios estabelecidos, segundo Código de Ética Profissional do Assistente Social, no cotidiano da prática interventiva nas instituições que trabalham com moradores de rua; Identificar a efetividade das políticas públicas como aporte à prática profissional do Assistente Social nas instituições para moradores de rua; As questões que nortearam nossa pesquisa destacam-se em: Como se estabelece a abordagem do Serviço Social com os usuários moradores de rua? Na particularidade do processo de trabalho do Assistente Social, este consegue desenvolver a sua dinâmica interventiva com os moradores de rua? Como o processo de trabalho do Assistente

¹⁷ Mediação como categoria instrumental pela qual se processa a operacionalização da ação profissional (MARTINELLI, 1993, p.136).

Social, nas instituições para moradores de rua, juntamente com a rede integrada, contribui para a efetivação e garantia de direitos sociais?

Para tanto, “(...) a abordagem qualitativa aprofunda-se em um universo de significados das ações e relações humanas, um lado não-perceptível e não-computável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1996, p.22). Tal abordagem permite uma maior aproximação do entrevistador com o fenômeno, ou com o objeto em estudo e, também, favorece uma maior compreensão da parte no conjunto da totalidade. As ações de entrevistar devem ser realizadas no ambiente natural, dentro do contexto em que a vida se situa, permitindo ao entrevistador alguma liberdade em conduzir a entrevista segundo as informações oferecidas. As respostas devem ser analisadas por um procedimento apropriado às informações qualitativas devidamente especificadas.

As entrevistas realizadas nesta pesquisa visaram reconhecer as atividades de trabalho do Assistente Social na instituição e sua rotina profissional de intervenção. A entrevista técnica possibilita a compreensão da realidade vivida em um cotidiano profissional, na sua interação, particularidade e totalidade conforme esclarece Haguete (1992), desconsiderando, dessa forma, o uso de um instrumento estático através de um documento escrito, mas utilizando entrevistas entre sujeitos que poderão dialogar sobre este mesmo cotidiano. Por meio deste instrumental, pretendemos reconhecer o cotidiano do Assistente Social vivenciado em seu processo de trabalho, assim, reconhecendo também o modo de vida dos sujeitos em situação de rua e sua vinculação ou não com esses profissionais.

O diário de campo registrou todas as ocorrências e impressões da observação realizada, material que foi utilizado como forma de complementação para compreender, de um modo mais amplo, o cotidiano de trabalho, contribuindo, também, no momento da análise das entrevistas. Para a realização das entrevistas utilizamos um instrumental (Questionário, Apêndice A) com dez perguntas que versaram no sentido de captar a relação do processo de trabalho do Assistente Social com sua realidade profissional cotidiana. O registro das entrevistas foi realizado através de gravador localizado sobre a mesa da Assistente Social, faz-se importante esclarecer que todas as gravações foram realizadas mediante autorização dos participantes (Termo de Consentimento, Apêndice B). Optamos em

realizar a transcrição das falas exatamente como foram registradas para que assim pudéssemos estabelecer uma análise de conteúdo, pois tivemos como propósito constatar a lógica do discurso e evidenciar intencionalidades de prática que possibilitam ao Assistente Social desenvolver o seu processo de trabalho.

Partindo-se dos conhecimentos adquiridos por meio da revisão bibliográfica, da experiência profissional na área e dos dados coletados e aprofundados na presente pesquisa, chegou-se a seguinte tese: O processo de trabalho do Assistente Social, nas instituições de proteção para moradores de rua, fragiliza-se devido à ineficiência e pouca abrangência das políticas públicas, por parte do Estado, para este segmento social, bem como pela falta de uma estrutura institucional condizente com as demandas sociais atendidas, somando-se a uma Rede de Atendimento que é deficitária no acolhimento das necessidades sociais e de saúde dos sujeitos, ou seja, no enfrentamento da realidade social que é viver na rua como espaço de sobrevivência.

Tal contexto inibe o processo de trabalho do Assistente Social, não lhe permitindo a plena efetividade do exercício profissional, assim como sua continuidade conforme consta em seu Código de Ética Profissional (BRASIL, 1993), particularmente nos artigos: Art.5º,¹⁸ Art.8º¹⁹ e no Art.13²⁰, executando somente ações fragmentadas de pouca abrangência e resolutividade.

¹⁸ Art.5º a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários (BRASIL, 1993, p.24).

¹⁹ Art.8º b) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes desse Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário; c) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;d) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais (BRASIL, 1993, p.25).

²⁰ Art.13 a) denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não estejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais; b) denunciar, no exercício da profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da lei e dos Direitos Humanos, quanto à: corrupção, maus-tratos, torturas; ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão (BRASIL, 1993, p.27).

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Para a análise e interpretação das informações coletadas as entrevistas foram previamente transcritas, como já mencionamos, adotamos, então, o método de sistematização da prática da autora Gagneten (1987, p.69-106). É importante mencionarmos que este método de análise de conteúdo está embasado na abordagem que sustenta a presente pesquisa, o método dialético-crítico, objetivando apontar as contradições que surgem na realidade. O método apresenta-se em etapas que não são estanques, fechadas, indicando diferentes fases de um mesmo processo e ordenando a prática do presente estudo. A seguir, descrevemos a colocação de cada fase do método e sua devida adaptação por tratar-se um trabalho de pesquisa.

Primeira fase: Reconstrução

A análise centra-se, basicamente, no processo vivido durante a pesquisa. A reconstrução da prática limitou-se aos relatos dos sujeitos entrevistados, tendo-se o cuidado de realizar uma leitura atenta das respostas obtidas. Uma peculiaridade dessa etapa é observar a realidade vivida durante a intervenção, para tanto fez-se necessário o registro em diário de campo, conforme mencionado. Na fase de reconstrução, procuramos estabelecer a questão da unidade espaço tempo que permeia a realidade vivida de cada sujeito através da fala individual. É importante considerar o maior universo possível de emergentes apresentados em relação ao tema proposto. Foram consideradas todas as respostas ao cotidiano vivido por cada sujeito entrevistado, desta forma, possibilitando expressar as contradições através das estruturas sociais em que o Assistente Social desenvolve seu processo de trabalho.

Para a construção do instrumental que conduziu o presente estudo foi relevante observar os princípios operativos que o nortearam, para tanto utilizamos os seguintes princípios: ter ciência da não-existência da neutralidade e dos juízos de valor; observar que sujeito e objeto constituem-se recíproca e dialeticamente; ter ciência de que o “concreto” é a síntese de múltiplas determinações e que os

fenômenos sociais não estão desarticulados dos homens; conhecer as concepções ideológico-teóricas sobre a realidade dos diferentes sujeitos.

Segunda fase: Análise

A técnica de análise expressa-se a partir da documentação obtida anteriormente, quando se observa a existência das tensões e contradições que permeiam a vida dos sujeitos entrevistados. A partir desta fase, o estudo dos elementos constituintes dos fenômenos que estão ocultos, ou seja, os seus significados, é importante; é a análise do discurso e a realidade reconstruída que implicam em distinguir entre o aparente e o latente. Para que se efetive esta análise é relevante observar:

- a) Os momentos, onde se detecta a contradição;
- b) Analisar os opostos; observar os aspectos principais da contradição;
- c) Visualizar os aspectos secundários da contradição.

Paralelamente a esta fase, utilizamos a técnica de tematização, que se desdobra da seguinte maneira: realizar uma leitura atenta referente à fase da reconstrução, ou seja, das entrevistas, anotações das observações realizadas; sublinhar os aspectos importantes nas entrevistas, seguindo três critérios centrais – reiteração: o que as pessoas falam e repete-se em diversas entrevistas; - ressonância: o que mais chama a atenção de quem está analisando; - estratégias: indicam sugestões, propostas e alternativas para futuras intervenções. Posteriormente, deu-se a transcrição desordenada dos emergentes surgidos em base (a) e (b), a qual se denomina, segundo Gagneten (1987), decodificação. Prosseguindo o método, realizamos a ordenação dos distintos emergentes, que se denomina encodificação; finalizando esta fase do processo, segue a codificação. Esta etapa consiste em dar a cada grupo de emergentes um código, que poderá, a critério do pesquisador, ser uma frase, um nome específico, mas que deverá representar o conjunto de aspectos emergentes das distintas entrevistas dos Assistentes Sociais.

Terceira fase: Interpretação

Na interpretação, realiza-se o empenho de sistematizar as diferentes temáticas, fazer a composição do todo através das partes; procuram-se aprofundar as temáticas emergentes estruturadas em códigos. Para que a interpretação ocorra, é necessário recorrer ao referencial teórico-epistemológico que embasa a análise, indicando, assim, o senso comum da realidade.

Quarta fase: Conceitualização

Na conceitualização, é importante formar idéias teóricas em relação aos elementos percebidos e observados no processo. Procura-se realizar uma aproximação do pensamento teórico em relação ao concreto através de um movimento dialético de reconstrução; é a superação das aparências da realidade observada neste movimento reflexivo.

Quinta fase: Generalização

A generalização²¹ consiste em extrair o universal do particular. É a resultante de distintas conceitualizações prévias, generalizando-se da seguinte maneira: nuclear as constantes conceituais dadas em um espaço-tempo determinado, procuram-se confrontar esses núcleos conceituais com outras experiências.

Sexta fase: Conclusão

Concluir é pôr término aos objetivos propostos pela pesquisa, significa estabelecer uma relação objetiva do texto e contexto.

²¹ Esta fase do Método de Sistematização da Prática não foi contemplada por se tratar de uma pesquisa com uma amostra não-representativa do todo, conforme a explicação nos capítulos do referido método da autora Gagneten (1987).

Sétima fase: Elaboração de Propostas

Para a elaboração de propostas tem-se como base todo o trabalho realizado nas fases anteriores. Quanto à reflexão teórica, buscamos, no método dialético crítico, a base de elementos que pudessem contribuir para análise desta realidade e sua revelação. Assim, distinguindo-se elementos contraditórios da realidade, colocando-se em evidência possibilidades, dificuldades, limites e avanços, onde cada elemento em si apontava as suas conexões com o todo, vivências contraditórias que nos convergem ao processo de trabalho do Serviço Social frente à realidade social que estamos inseridos, principalmente nas instituições de proteção social públicas ou privadas que atendem pessoas nas mais variadas situações de exclusão social.²²

²² A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontraram emprego, populações mal-escolarizadas, mal-alojadas, malcuidadas, malconsideradas, etc. Não existe nenhuma linha divisória clara entre essas situações e aquelas um pouco menos aquinhoadas dos vulneráveis que, por exemplo, ainda, trabalham, mas poderão ser demitidos no próximo mês, estão mais confortavelmente, mas poderão ser expulsos se não pagarem as prestações, estudam conscienciosamente, mas não sabem que correm o risco de não terminar... Os “excluídos” são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam “por um fio” e que caíram” (CASTEL, 1998, pp.568–569).

3 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos o referencial que norteia o presente trabalho. Inicialmente, identificamos a abordagem dialético-crítica, destacando suas categorias: historicidade, totalidade e contradição, após, apresentamos as categorias explicativas da realidade: trabalho, violência e redes. Ainda destacamos aqui os fundamentos epistemológicos que permeiam toda a nossa discussão e reflexão sobre a relação do processo de trabalho do Assistente Social na sua relação institucional com moradores de rua.

3.1 ABORDAGEM DIALÉTICO-CRÍTICA

O referencial epistemológico e metodológico, que conduz o presente estudo, é o método dialético-crítico, que, através de suas categorias: historicidade, totalidade e contradição, garantiu aprofundar nossa reflexão porque, para a concepção dialético-crítica, o ser humano é um ser histórico, situado em um contexto social em que os sujeitos interagem uns com os outros, pois cada geração vai se apropriando de determinados elementos, importantes para a manutenção da vida, aprimorando e dando seguimento nas gerações seguintes. Influências diversas compõem esse cenário da vida social, sejam as políticas, os aspectos culturais, sociais, econômicos, vinculações afetivas do universo relacional e tantas outras.

Todas estas vinculações são vivenciadas no cotidiano da vida, situando o sujeito como o próprio criador da sua realidade social, que cria e transforma a história da humanidade. Neste processo de criação e recriação, o conhecimento surge a partir da vontade de investigar a realidade. Para o Serviço Social não seria diferente. A teoria dialético-crítica estabelece uma análise sobre a realidade, através do processo de trabalho dos Assistentes Sociais, permitindo teorizar-se sobre esta mesma realidade. O Assistente Social, teoriza sobre esta realidade e volta à prática para transformá-la, ou seja, parte do concreto e, a partir de um movimento reflexivo

crítico, procura, de uma forma sistematizada na ação, reflexão e ação, penetrar nas raízes da realidade concreta, descobrir seu movimento interno, suas causas e suas leis, procura desvendar suas contradições para, de modo claro, transformá-la. Marx (1970) fala sobre o método dialético-crítico afirmando:

“O concreto é concreto, já que constitui a síntese de múltiplas determinações, ou seja, a unidade da diversidade. É para nós o ponto de partida da realidade e, portanto da intuição e da representação (...) as noções abstratas permitem reproduzir o concreto pela via do pensamento (...) o método que consiste em elevar do abstrato ao concreto é, para o pensamento, a maneira de apropriar-se do concreto, ou seja, de reproduzi-lo pela forma do concreto pensado” (MARX, 1970, p.38).

O método dialético-crítico questiona aquilo que parece estar estático na realidade, mas sempre reiterando o seu caráter contraditório. Busca o caráter histórico da realidade para compreender as contradições sociais, tendo a mudança como possibilidade transformadora. Investiga o que está além das aparências do fenômeno²³ para encontrar a sua essência. Prioriza uma visão totalizadora da realidade, essa unidade complexa e contraditória que constitui a realidade concreta. Portanto, se faz necessário compreendermos cada fenômeno particular dentro do movimento que o relaciona com a sociedade em um contexto histórico. Kosik (1976) possibilita-nos esta reflexão referindo:

[...] cada fenômeno pode ser compreendido como elemento do todo num fenômeno social e um fato histórico, que se examina como elemento de um determinado conjunto e cumpre portanto um duplo papel que converte efetivamente um fato histórico: de um lado define-se a si mesmo, de outro lado, defini-se no conjunto: ser simultaneamente produtor e produto, ser determinante e determinado, ser revelador e ao mesmo tempo decifrar-se a si mesmo. Adquirir seu próprio significado e conferir sentido a algo distinto. Esta interdependência e mediação da parte e do todo significa, ao mesmo tempo, que os fatos isolados são abstrações, elementos artificialmente separados do conjunto, que unicamente mediante seu acoplamento ao conjunto correspondente adquirem veracidade e concretização (...) a concretização dialética da totalidade não somente significa que as partes se ligam em uma interação e conexão externa com o todo, senão também

²³ Os fenômenos e as formas fenomênicas reproduzem-se no pensamento comum como realidade, não porque sejam os mais superficiais e os mais próximos do conhecimento sensorial, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana. A práxis cotidiana utilitária cria o pensamento comum como forma de seu movimento e existência (KOSIK, 1976, p.15).

quem o todo não pode ser petrificado a uma abstração situada por cima das partes, já que o todo cria a si mesmo em interação destas (KOSIK, 1976, p.42).

O processo de construção do conhecimento tem como ponto de partida a realidade objetiva que nos oferecem as informações percebidas de forma sensorial, necessitamos ordenar estas informações, relacionando-as entre si e, posteriormente, formularmos conceitos. Para tanto precisamos ter uma visão crítica e criadora da prática social, uma atitude questionadora sobre o processo, aprofundar conhecimentos sobre fatos e acontecimentos. O reconhecimento das contradições internas da realidade social possibilita-nos estabelecermos deduções e juízos próprios, passando do conhecimento empírico a uma produção de conhecimento teórico e racional. Neste sentido a prática social torna-se fonte de conhecimento.

O ser humano, ao nascer, passa a fazer parte da construção da história da humanidade, a realidade objetiva começa a ser pensada e investigada. Tal construção se dá à medida que a existência do indivíduo integra-se com a de outros indivíduos e fatos sociais. A história vai tornando-se real na vida cotidiana, em sociedade, através dos atos humanos contínuos. Estes atos são reproduzidos na vida cotidiana e mantidos ao longo das gerações quando legitimados. A história representa a vida em si da sociedade, materializada nas relações sociais. Kosik (1976) refere:

O homem cria a história e vive na história já muito tempo antes de conhecer a si mesmo como ser histórico. Mas a consciência histórica, que descobriu na história a dimensão essencial da realidade humana, não diz ainda por si mesma a verdade sobre o que é a história (KOSIK, 1976, p.229).

O ser humano interage nas relações sociais de diversas maneiras, constantemente não tendo a percepção plena do seu agir como criador da história, mas sabe-se que é na história que este se realiza. “Na história se realiza o homem e somente o homem. Portanto, não é a história que é trágica, mas o trágico está na história; não é absurda, mas é o absurdo que nasce na história” (KOSIK, 1976, p.237). O ser humano é ser criativo, estando a história dentro de um processo de construção e continuidade, em que os atos humanos definem suas características. A

história constrói-se e caracteriza-se através da transmissão de valores, hábitos, costumes, desejos, sentimentos entre as pessoas, enfim, de tudo que possui significado, de tudo que se estabelece neste movimento de continuidade no curso dos tempos através das relações sociais.

A conexão de fatos sociais ocorre porque os acontecimentos de hoje existem e estão vinculados com outros movimentos estabelecidos anteriormente. Dessa forma vamos construindo a história dos sujeitos particulares e conseqüentemente da humanidade, assim como as instituições e as profissões integram este processo. As instituições que abrigam moradores de rua existem porque possuem determinações sociais e históricas, com seus significados e intenções, que foram construídas no transcorrer do tempo e, com o refinamento das relações humanas, também sofreram alterações.

Os processos de mudança e aprimoramento incidiram sobre as profissões, nesse contexto, o Serviço Social, enquanto profissão, possui uma caminhada histórica, que, por sua vez, vai determinando a própria identidade social, sendo o idealizador de sua história. Enquanto categoria profissional, procura rever esta sua caminhada já percorrida, buscando a superação de significados e intenções que foram estabelecidas neste mesmo percurso, reafirmando sua identidade profissional. A professora Martinelli (2000, p.23.) afirma: “até que ponto tal trajetória influenciou o desenvolvimento da identidade profissional a consciência social dos profissionais?”. Uma identidade atribuída, que, ao nascer no Brasil, sofre esta condição de subalternidade das relações capitalistas, fazendo com que o Serviço Social ficasse atrelado a um movimento de ajustamento social de sujeitos que viviam sob o mesmo jugo do sistema capitalista.

A articulação do conhecimento remete-nos ao fazer propositivo, que garante a mudança no curso da história do Serviço Social, desse modo, propiciando a efetividade da liberdade²⁴ na vida dos usuários através do acesso aos direitos sociais. As diretrizes curriculares estabelecidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – direcionam, por meio de uma proposta de pluralismo teórico, a possibilidade de ampliar o conhecimento do Assistente

²⁴ A liberdade não é um estado, é uma atividade histórica que cria formas correspondentes de convivência humana, isto é, de espaço social (KOSIK, 1976, p. 221).

Social na leitura da realidade, no fazer profissional. Apropriamo-nos assim de saberes para melhor compreendermos nossa forma de ser, agir e de saber como romper com esta identidade atribuída, que assume uma forma de ser e de ser percebida no imaginário de alguns durante a construção histórica da profissão.

3.2 CATEGORIAS DA ABORDAGEM DIALÉTICA

A vida humana tem demonstrado fatos extraordinários que elevam o humano em níveis de grandeza interior na vida particular ou em sociedade, atingindo a uma quase perfeição de bem-estar social pela beleza da genialidade, criatividade e por conquistas realizadas no mundo do trabalho. Mas, em paralelo a tantos acontecimentos que ilustram a história da humanidade, encontramos outros tantos acontecimentos criados por estes mesmos sujeitos na relação capital, sobre o trabalho, que afetam a integridade da vida pela própria razão de se estabelecer, por exemplo, a desigualdade social. A categoria história surge na busca da compreensão e explicação de como estamos implicados, enquanto profissionais, em nossas práticas interventivas para o enfrentamento dos fenômenos sociais, como os que se expressam através das desigualdades sociais. Para o Serviço Social estas desigualdades são explicitadas pelas expressões da questão social. Iamamoto assim define questão social:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p.16).

A exclusão social marca, de forma particular, o destino da vida das pessoas na medida em que estes sujeitos não conseguem se inserir no mundo do trabalho. Os moradores de rua representam esta expressão de vida desigual, que, por acontecimentos reais, foram levados a uma situação de abandono social. Como esses acontecimentos se estabeleceram e se mantêm na história da humanidade e na história individual destes sujeitos? Como isso ecoa para as profissões? E, mais

particularmente, para o Serviço Social? Como estas demandas destes sujeitos são gestadas ao longo da história da humanidade? É nesse processo de compreensão através dos acontecimentos vividos ao longo da história que pode estar as causas das desigualdades sociais. Iamamoto (2001, p.16) faz a seguinte consideração: “*A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal*”. As desigualdades sociais nascem da relação capital e trabalho, atingindo principalmente as classes sociais mais fragilizadas economicamente através da não-distribuição da riqueza produzida socialmente. Este quadro poderá sofrer alterações à medida que se buscam conhecer a realidade social e propor mudanças, a pesquisa social poderá ser um destes caminhos. É no cotidiano do processo de trabalho do Assistente Social que, também pela pesquisa, poderemos encontrar respostas para compreendermos os processos de exclusão social, frutos desta relação capital sobre o trabalho.

A categoria história oportuniza ao Serviço Social apreender e aprimorar o presente, pensando de forma diacrônica a sociedade, remetendo sua análise a outros períodos igualmente vividos pelos sujeitos no decurso do tempo, visto que todo o fenômeno social só existe porque está conectado dialeticamente com outros fatos sociais que se interagem entre si, formando a própria história. Para compreendê-los é necessário alongar o olhar e visualizar o todo em que o fenômeno está inserido, neste sentido, Gamboa (1999) infere que:

A compreensão de um fenômeno só é possível com relação à totalidade à qual pertence (horizonte de compreensão). Não há compreensão de um fenômeno isolado; uma palavra só pode ser compreendida dentro de um texto, e este, num contexto. Um elemento é compreendido pelo sistema ao qual se integra e, reciprocamente, uma totalidade só é compreendida em função dos elementos que a integram (GAMBOA, 1999, p.101).

Conforme enuncia Kosik (1999, p.41): “do ponto de vista da totalidade, compreende-se a dialética da lei e da causalidade dos fenômenos (...)”. Os fenômenos sociais fazem parte desta totalidade, o que faz com que a totalidade represente a relação das partes com o todo, onde partes estão dialeticamente

conectadas. Nessa perspectiva, para compreendermos o fenômeno social que se caracteriza na existência de “moradores de rua” é importante entender este movimento dialético das partes com o todo para compreendermos esta forma de viver em sociedade.

O estudo sobre o processo de trabalho do Assistente Social na abordagem com moradores de rua torna-se relevante, pois sua prática não está dissociada de outros processos sociais no mundo do trabalho, ao contrário irá se somar no enfrentamento das expressões da questão social. Entendemos totalidade como um todo formado por partes, mas sabendo-se que o todo não possui supremacia sobre as partes, o todo é inacabado, não é determinado pelas partes. Através deste processo, poderemos compreender um pouco mais sobre as relações estabelecidas no cotidiano social e de trabalho dos entrevistados, assim como sua vinculação com a sociedade de modo geral para o enfrentamento das necessidades humanas que dizem respeito às pessoas que estão utilizando as ruas como forma de sobrevivência.

A vida dos sujeitos em sociedade deveria ser plena de realizações e acontecimentos, tramas²⁵ que vão sendo articuladas nas relações sociais mais amplas. A busca dessas realizações faz com que o ser humano procure a sua superação. Nesse processo, movimentos contraditórios ocorrem na vida das pessoas, impulsionando-as na sua caminhada humana em busca da própria superação. Gadotti (1984, p.29) assim refere-se: “em cada processo de desenvolvimento de um fenômeno ou coisa, existe sempre uma contradição que é a principal, cuja existência determina a existência de outras”. O fato de encontrarmos moradores de rua demonstra este movimento contraditório na sociedade. A dialética revela a categoria contradição, apresentando-a como o princípio básico do movimento no qual a vida se expressa. As contradições existentes na vida cotidiana são os pontos que se conectam em interação permanente entre si e pelos quais este movimento se estabelece através da luta dos contrários.

²⁵ No dicionário Aurélio, trama pode significar um conjunto de fios passados na urdidura, enredo, troca, barganha, conluio, negócio, e também intriga, velhacaria.

Os contrários interpenetram-se, porque em sua essência têm alguma semelhança, alguma identidade, que se alcança quando se soluciona a contradição, quando se realiza a passagem dos contrários de um para o outro (TRIVIÑOS, 1999, p.69).

Estes opostos encontram-se em verdadeira interação. Na vida cotidiana, muitas vezes, não se consegue perceber esta realidade, necessitando-se que estudos sejam aprofundados para que se perceba esta realidade, bem como a sua compreensão. As ciências existem para a formulação destes estudos e para sua relação com a vida do homem em sociedade. Dessa forma, as categorias historicidade, totalidade e contradição permeiam nosso estudo, nossas discussões e, por isso, não poderíamos deixar de contemplá-las devido à sua grande importância e contribuição.

3.3 CATEGORIAS TEÓRICAS EXPLICATIVAS DA REALIDADE A PARTIR DA PESQUISA

Neste subitem, abordamos as categorias que emergiram da análise realizada no cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais com moradores de rua. Assim as categorias trabalho, violência e redes são aprofundadas no seu significado social, oportunizando estabelecer um norte na presente pesquisa. Destacamos que as categorias explicativas da realidade somam-se, neste estudo. As categorias do método dialético-crítico possibilitam aprofundar elementos importantes que nasceram na fala dos profissionais que participaram desta pesquisa.

3.3.1 Trabalho

Toda a relação do ser humano com a natureza, no seu processo de transformação, é uma relação de trabalho exigindo participação, ação e controle sobre a natureza, levando a humanidade a viver níveis de superação sobre a natureza bruta. O trabalho, nas palavras de Antunes (1999, p.123), possui o seguinte significado: “O trabalho mostra-se como momento fundante de realização

do ser social, condição para a sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem”. Encontramos, então, na condição humana, a possibilidade de desempenhar uma força para transformar algo em alguma coisa que lhe seja útil e apreciável e que leve ao bem-estar, objetivo e subjetivo, da humanidade.

Marx (1980, p.202) tece a seguinte consideração sobre o trabalho: “Antes de tudo o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. O trabalho é o que impulsiona o ser humano na transformação e regulação da natureza, garantindo-lhe o desenvolvimento de habilidades, exigindo esforço, planejamento e dedicação. Segundo Albornoz (1986), o trabalho possui a seguinte representação:

Na linguagem cotidiana, a palavra trabalho tem muitos significados. Embora pareça compreensível como uma das formas elementares de ação dos homens, seu conteúdo oscila. Às vezes carregado de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura (ALBORNOS, 1986, p.8).

Temos no trabalho, então, uma maneira criativa de manifestação humana nas mais diversas formas. O sentido que damos ao trabalho está diretamente relacionado com o meio e a intenção que nos move a ele, no sentido de obter um resultado que deverá trazer satisfação das necessidades humanas. Para Wunsch (2001, p.98), o trabalho é “uma categoria central, na compreensão da relação homem com o seu meio, de reconhecida historicidade e atualidade, na medida em que este é insubstituível, por ser potencialmente criativo e pela satisfação das necessidades humanas”. O trabalho, enquanto categoria de análise, é considerado como uma condição primordial de transformação da natureza em possibilidade de recursos para o bem-estar desta mesma humanidade. Segundo Yamamoto (2001, p.61), trabalho é “(...) elemento constitutivo do ser social, que o distingue como tal é, portanto, que dispõe de uma utilidade na vida das pessoas”. O trabalho é apenas um meio, que traz valor proporcionalmente ao resultado que obtém ou visa. Torna-se importante entendermos a importância que a categoria valor representa na vida

humana, pois é tudo aquilo que faz parte da vida do ser humano, que possui significado, “tudo aquilo que faz parte do ser genérico e contribui, direta ou imediatamente, para a explicação desse ser genérico”, como declara Heller (1989, p.04), constituído de valor.

Para compreendermos o ser humano em sociedade e tudo o que faz parte do seu universo estabelecido na vida cotidiana é preciso que se perceba este humano em conexão com a história, pois sabe-se que o ser humano interage na construção dos fatos históricos, em processo contínuo. É através do trabalho que o ser humano vai se aprimorando, elemento importante para o refinamento da vida humana no contato da natureza onde a vida se situa. A vida humana torna-se desumana quando o trabalho é corrompido, não trazendo sentido ao fim que se destina, ou seja, a evolução humana e da natureza na sua forma bruta.

Heller (1994) faz também uma distinção entre o trabalho como “**Work**” e o trabalho como “**labor**”. No primeiro, a autora faz uma aproximação, relacionando essa categoria com a estrutura estabelecida na questão da divisão social do trabalho, que é: “... *toda a ação ou objetivação diretamente social que seja necessária para uma determinada sociedade*” (HELLER, 1994, p.21). O trabalho situa-se, portanto, na ação que possui uma utilidade para a sociedade, desempenhada dentro de um tempo determinado socialmente. Albornoz (1986) comenta ainda sobre as características que definem labor e trabalho, dizendo:

Em português, apesar de haver *labor* e *trabalho*, é possível achar, na mesma palavra *trabalho*, ambas as significações: a de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e respectivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável (ALBORNOS, 1986, p.8).

Heller (1994) apresenta o *work* como trabalho, cumprindo uma função social na contemplação de necessidades sociais, trazendo o “*selo da universalidade em si, não dizendo nada sobre o produtor particular*” (HELLER, 1994, p.122). Constata-se que o trabalho é uma atividade necessária para o desempenho individual do homem na sociedade, sendo, então, uma atividade cotidiana. Heller faz menção ao “*puro*

labor”, trabalho informal que, muitas vezes, não é valorizado, por não abranger como resultado toda a sociedade. A autora faz a seguinte referência:

É quando uma determinada atividade de trabalho toma parte de uma reprodução cotidiana do particular como particularidade ou individualidade, mas seus produtos não chegam nunca a circular na sociedade, não são nunca utilizados por outros... (HELLER, 1994, p.126).

Nesta concepção, percebemos que muitos dos moradores de rua, durante quase toda uma vida, vão realizando o trabalho como labor, o trabalho visto na sua singeleza, como é o caso do “biscate”, o “bico”, a reciclagem do lixo que, na concepção dos moradores de rua, representa trabalho efetivo, pois dependem dele para se manterem vivos. Em uma sociedade capitalista, este tipo de atividade não possui um significado maior para quem a realiza, pois, muitas vezes, esta condição não permite que o indivíduo avance estágios mais elevados na sociedade. Nas mais distintas formas de relações sociais do ser humano, ela distingue-se na sua existência individual e social. Para Marx, o significado humano da natureza só existe na condição social daquele. Afirmando:

O significado humano da natureza só existe para o homem social, porque só ele neste caso é que a natureza surge como laço com o homem, como existência de si para os outros e dos outros para si, e ainda como elemento vital da realidade humana: só aqui se revela como fundamento a própria experiência humana. Só neste caso é que a existência natural do homem se tornou humana. Por conseguinte a sociedade constitui a união perfeita do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo integral do homem e o humanismo integral da natureza (MARX, 1993, p.194).

Marx (1993), em seus apontamentos, torna-se brilhante quando infere que o processo de humanização do homem e da mulher se dá na constituição das experiências humanas em sociedade. Percebemos o quanto o ser humano e natureza estão implicados entre si, colocando a humanidade na condição vital de dependência da natureza para a sua sobrevivência. O homem e a mulher são o resultado da sociedade em que vivemos, e conseqüentemente ambos constroem a sociedade em que estamos inseridos. Nessa seqüência de pensamento, percebemos o quanto é paradoxal constatarmos que, muitas vezes, os resultantes

deste movimento realizado pelo ser humano, quando inserido no trabalho em sociedade, é não obtermos como resultado deste processo de trabalho a contrapartida dos recursos sociais que garanta para todos a dignidade e sobrevivência humana e também da manutenção da própria natureza de que o ser humano se apropria.

A sociedade capitalista é contraditória, pois poucos usufruem as suas facilidades, muitos ficam à margem. O trabalho tem que ser visto como espaço de realização, de promoção da humanidade, favorecendo a este mesmo sujeito as condições possíveis de bem-estar favoráveis de equilíbrio físico e mental, pois muitas pessoas vão sofrendo processos de aniquilamento, pois “são freqüentemente castigadas, espoliadas, saqueadas, maltrapilhas, desconfiadas, pois aprenderam tudo sozinhas pela sobrevivência” (SOARES, 1986, p.23).

Neste sentido, o trabalho, quando assim se expressa em doença e sofrimento, deixa de ser um espaço de realização, mas sim de sofrimento, mudando totalmente o seu significado. Parafraseando Wunsch (2001, p.106), dir-se-ia: “o processo que se estabelece no binômio ‘saúde-doença do trabalhador’ é construído de diversas formas, e seu motivo de existir está relacionado ao contexto das relações sociais, engajadas com as formas de existência da população, de modo geral”. Antunes (1999) afirma:

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O trabalho transforma-se em meio de subsistência (ANTUNES, 1999, p.124).

A realidade se expressa contraditória quando observamos que vivemos em uma sociedade que tem como base do seu existir, o movimento dialético visto através do trabalho e do desemprego, da riqueza e da miséria, da inclusão e exclusão sociais. Este movimento dialético se evidencia de forma objetiva quando constatamos índices de violência, miséria e fome; e de forma subjetiva através do sentimento de não-pertencimento social e do estar fora dos recursos que a

sociedade possui para o crescimento pessoal do indivíduo, estabelecendo o binômio doença e trabalho, relacionado diretamente à vida das pessoas.

O que move, na grande maioria das vezes, o morador de rua é a busca itinerante de um trabalho que lhe garanta a realização de seus sonhos. É fato comum ocorrer muitas vezes, nos departamentos de assistência social, a garantia de recursos para o deslocamento de pessoas para outros municípios e o transporte de seus pertences, sem que haja pesquisa sobre os movimentos migratórios das pessoas em busca de trabalho, na busca constante de possibilidades de realização pessoal e social que o trabalho oferece. Desta maneira, evitar-se-ia esta caminhada sofrida que cada morador de rua realiza durante toda uma vida. D'Incao (1995) assim se expressa:

Nas minhas experiências tenho observado que o sonho de encontrar as condições para viver com mais dignidade é o elemento energizador da errância que nutre os processos migratórios em nosso país. Se estou certa, o homem de rua seria o homem que deixou de sonhar. E o estar de passagem nesta ou naquela cidade teria de ser lido por nós de uma outra maneira. Essas pessoas que nos dizem que estão de passagem, e que costumam caracterizar como migrantes estão dizendo que, também ali, nos espaços onde estamos intervindo, não lhes é oferecido uma possibilidade de viver decentemente (D'INCAO, 1995, p.30).

Descarta-se aquilo que está incomodando, pessoas que vão atrás do incerto. Muitas vezes, as abordagens realizadas nestes locais onde os usuários procuram auxílios para determinados encaminhamentos são de pouca qualidade, muitos profissionais nem se quer possuem o conhecimento necessário e a qualificação necessária para este desempenho profissional.

Por isso a presença do profissional Assistente Social, que trabalha na área da assistência social, comprometido com a redução do número de pessoas excluídas do contexto social, representa elemento importante no sentido de se garantir a equidade e a justiça social²⁶, princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social. Este poderá formular propostas junto às prefeituras municipais

²⁶ Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Princípios constituintes do código de ética profissional do Assistente Social, de 13 de março de 1993, - CFESS Nº 290/94 e 293/94 (BONETTI, 1996, p.218).

para que as pessoas possam encontrar em suas cidades recursos próprios para se manterem e poderem criar raízes, garantindo sentimentos de pertencimento e realização social.

Ao Serviço Social cabe esta participação, pois, trabalhando em uma linha de ponta, realiza permanentemente uma interlocução direta entre a sociedade civil e o governamental. O Assistente Social poderá formular propostas criativas através de programas que promovam as pessoas, garantindo a sua permanência nos locais onde nasceram. O Assistente Social possui o compromisso de questionar estes processos migratórios, ser ponto de atrito onde se estabelecem as diferenças sociais.

Este é o movimento contraditório da sociedade capitalista, esta realidade de pobreza é percebida quando constatamos seres humanos sendo explorados e muitos outros vivendo em condições de escravidão; enquanto outras pessoas usufruem uma boa qualidade de vida. Em outras situações, temos muitos sujeitos que, durante muito tempo de suas vidas, venderam sua força de trabalho e encontram-se doentes ou envelhecidos sem mais ter a possibilidade de vender sua força física, possuem como destino, as ruas. São os moradores de rua, pessoas que, na sua grande maioria, fizeram parte do mundo do trabalho e atualmente estão nas ruas. Outros utilizam as ruas como forma de sobrevivência, reciclando lixos nas ruas. Juncá, Gonçalves e Azevedo (2000) destacam a trajetória de trabalho subalterno que os indivíduos percorreram até chegar a atividade com o lixo.

As primeiras atividades remuneradas exercidas pelos atuais catadores, em 49% dos casos, põem em destaque a zona rural, abrangendo ocupações auxiliares tanto no setor pecuário quanto na lavoura, em especial da cana-de-açúcar. Em seguida tem-se a área da serventia doméstica, apresentando o índice de 37%, e correspondendo a funções também diversificadas: babás, faxineiras, arrumadeiras, jardineiros, lavadeiras. Por último (14%), aparecem outras atividades: serventes na construção civil, vendedores ambulantes, "carregadores de carrinho de madame em feira", lavadores de carro e, até mesmo, catadores de lixo (JUNCÁ; GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p.50).

Como se observa na citação acima, é no mercado informal, espaço de trabalho de muitas pessoas, que muitos não conseguem estabelecer uma garantia de qualidade de vida, bem como trabalhista, que lhes permita uma certa proteção

social no mundo do trabalho. Comumente, a exploração atinge grandes proporções, colocando a pessoa necessitada em uma situação constrangedora e de subalternidade, e, em outras, cria-se uma consciência alienada, que vive tentando sobreviver de forma degradante sem ter dinheiro²⁷ no bolso. Iamamoto (2001) assim comenta sobre o processo da força produtiva do trabalho social:

À medida que cresce a força produtiva do trabalho social, cresce a riqueza que domina o trabalhador como capital e cresce sua pobreza, indignação e sujeição subjetiva. Resulta na reprodução das contradições de classes – e dos conflitos a ela inerentes – e da consciência alienada que viabiliza essa reprodução (IAMAMOTO, 2001, p.79).

Esta condição de pobreza faz com que muitas pessoas organizem suas vidas das mais diversas formas, uma delas é a saída do campo, das pequenas cidades do interior dos estados em busca de novas frentes de trabalho na capital, principalmente quando se esgotam todas as possibilidades de crescimento pessoal, pois “o crescimento do capital e o aumento do proletariado são resultados contraditórios do mesmo processo” (MARX, 1974, p.103). As perdas relacionadas com a ruptura de vínculos, com a saída do campo, são, geralmente, irreparáveis. A procura itinerante do trabalho para a sobrevivência torna-se muitas vezes a única alternativa de vida para as pessoas que procuram uma atividade profissional. O ser humano não nasce pronto, necessita lutar e buscar a si mesmo, sua conquista, seu crescimento.

O ser humano é um ser ontocriativo, quer dizer, aquele que cria o seu próprio ser. Ele nasce uma interrogação, um projeto: a experiência fundamental da vida humana, essa experiência do vazio, do ter que se conquistar, do ter que fazer, do ter que buscar, buscar a si mesmo, que dizer, a humanização da vida humana, é a primeira preocupação, consciente ou não, do ser humano. Assim, o ser humano é processo de luta por sua conquista (KOSIK, 1976, p.29).

²⁷ O dinheiro é originalmente o representante de todos os valores, na prática, as coisas invertem-se e todos os trabalhos, os produtos reais, tornam-se representantes do dinheiro: de sua função de servo, como simples meio de circulação, torna-se soberano e deus das mercadorias. Representa a existência celestial das mercadorias enquanto estas representam sua existência terrena (MARX, 1980, p.156).

Esta conquista só se estabelece na medida que o ser humano realiza trocas, que engrandece ao seu relacionamento humano contínuo. A mediação²⁸ realizada pelo Serviço Social objetiva realizar ações e operacionalizações que deverão garantir a transformação na vida humana. A vida humana possui características fundamentadas em valores éticos. Esta ação mediadora promoverá a vida em sociedade, abrindo espaços para o comprometimento da sociedade de forma ampla através de um trabalho em rede²⁹, formando uma trama de relações.

Portanto, o processo pelo qual o ser humano busca encontrar qualidade de vida passa por uma trama de relações com atores sociais no enfrentamento das adversidades, permitindo garantir, na vida em sociedade, a conquista da liberdade, da autonomia das pessoas, oportunizando crescimento social. A vida em sociedade deverá estar marcada por uma relação de igualdade de direitos para todos. Devemos perceber o outro através do respeito à diversidade. É esta uma das formas de se construir cidadania e se estabelecer a liberdade e a paz entre os povos. Neste sentido, o trabalho é categoria central que tem por finalidade promover a humanização da natureza e da vida.

3.3.2 Violência

Ao tratarmos deste tema, a violência, assinalamos duas formas de sua expressão: a que nasce das relações particulares entre indivíduos e grupos, que muitas vezes materializa-se na agressão física; e a violência estrutural³⁰ que assume

²⁸ [...] mediações do cotidiano profissional se baseiam numa ação e numa prática, já que esta não existe sem intencionalidade ou motivação. Toda ação implica uma atitude, pensamento ou comportamento que é norteado por algum valor moral, ou seja, explícita ou implicitamente, o que motiva uma determinada ação, entre outros aspectos, é um valor moral. (...) a mediação como possibilitadora da transformação (MARTINELLI, 1993, p.136). Segundo Faleiros: “as mediações implicam-se mutuamente no contexto das relações histórico-estruturais, constituindo redes de mediações ou mediações em redes articuladas, sob a ótica é que vamos elaborar estratégias de ação” (FALEIROS, 2001, p.53).

²⁹ “(...) o trabalho em rede pressupõe (...) uma atividade aberta e flexível que se estende ou se reduz e muda suas formas de ação de acordo com o movimento que a ele é dado pelos atores envolvidos, redefinindo-se dialeticamente sua missão, suas estratégias, suas táticas e suas operações” (FALEIROS, 1999, p. 181).

³⁰ “é aquela que nasce no próprio sistema social, criando desigualdades e suas conseqüências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora” (MINAYIO, 1990, p.290).

um contexto mais amplo na sociedade, caracterizada na ausência do Estado, no sentido de não se garantir uma estrutura mínima de recursos sociais na vida das pessoas. A não-existência de uma garantia de acesso aos mínimos sociais básicos à sobrevivência das pessoas representa um tipo de violência social³¹ perpetrada pelo Estado³² que fere a integridade física das pessoas. Entendemos que o ser humano, ao não estabelecer seu desempenho para a sua sobrevivência, poderá viver processos, atos e atitudes que se expressam em violência nas suas mais variadas expressões, configurando-se assim na materialidade das expressões da questão social.

Os processos sociais que as pessoas estabelecem na sociedade estão marcados de fatos que poderão favorecer ou não o existir humano com qualidade. As estruturas sociais, quando estabelecidas de forma desigual, estabelecem processos que poderão fragilizar estas relações sociais, tornando-as individualizadoras, egoístas, podendo comprometer a liberdade do ser humano no contexto social. O não-acesso à moradia, ao trabalho, educação e saúde representa exemplos de violência social perpetrados pelo Estado quando esta estrutura política não disponibiliza tais direitos sociais básicos a todos.

A existência deverá estar marcada por relações e apropriações que garantam objetivações de vida com qualidade e não de morte. O não-acesso a esta qualidade de vida, muitas vezes, instaura, na vida humana, práticas de violência marcadas pela exclusão social, pelo não-acesso a recursos que garantam estas objetivações

Violência estrutural é ainda aquela: “que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como os sistemas econômicos, culturais, e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte” (MINAYO, 1994, p.8).

³¹ “(...) toda a violência é social. (...) Deve-se levar em consideração, também, o fato de que sociedades diferentes secretam violências diferentes, o que lhes dá uma especificidade que prefiro denominar de social, por ser este atributo mais próximo da realidade estrutural da sociedade” (ODÁLIA, 1983, p.38).

³² Quanto à violência praticada pelo Estado contra os cidadãos, algumas fontes de consulta podem ser utilizadas, como a Anistia Internacional, que cataloga anualmente milhares de casos. Assim, se é impossível quantificar com exatidão o número de pessoas lesadas na sua integridade física pelo Estado, é possível, dizem os autores, vislumbrar claramente o tipo de indicadores que definiriam este fenômeno. Da mesma forma, o número de mortos nas guerras, disponível nas Nações Unidas, indica uma violência do Estado que, embora seja de difícil valoração do ponto de vista da sua legitimidade, deve ser levada em conta entre os indicadores válidos de segurança física (POTIARA, 2007, p.81).

para o desempenho humano. A ausência desses recursos produz como consequência a motivação para atos de violência, gerando fragilidade social e morte dos indivíduos.

A vida humana, em todas as formas que conhecemos, não está imune ao que se denomina, no senso comum, de violência, isto é, o uso agressivo da força física de indivíduos ou grupos contra outros. Violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza (VELHO; ALVINO, 1996, p.10).

A violência, dessa forma, materializa-se pelo não-acesso às apropriações que possibilitam um crescer humano nas suas relações sociais particulares ou mais amplas, que refletirá na estrutura social. O que se percebe na história do ser humano, é que, cada vez mais, existem pessoas que vivem à margem da sociedade, estando impedidas de atingirem uma vida digna, o que define um estado de desigualdade, um estado permanente de acirramento da vida social desigual, um não ser.

Por efeito dessa lógica, a violência é perpetrada na sociedade devido à falta de estruturas sociais que possam acolher e promover as pessoas, como escolas, hospitais, abrigos, creches, parques, espaços de pertencimento humano que garantam o seu desenvolvimento. Podemos dizer que a primeira destas estruturas que garante a legitimidade da dignidade humana é a educação enquanto formação associada ao mundo do trabalho. Educação nas escolas de forma ampla, espaços de desenvolvimento de capacidades culturais, intelectivas, espaços de sensibilização humana, espaços onde a família possa marcar encontro, encontro do afeto. Soares (1986) nos faz refletir quando apresenta um Brasil violento, assim, assinalando:

Não estamos ante os casos clássicos de criminalidade, nem diante das situações contemporâneas típicas de terrorismo ou guerra civil. Não obstante essas diferenças, a realidade brasileira não é menos grave. Pelo contrário. Há no Brasil, cerca de 45 mil homicídios dolosos por ano. O conjunto dos crimes letais ultrapassa 50 mil. Isso significa que, no Brasil, há 27 vítimas de homicídios dolosos por 100 mil habitantes – nos EUA, são oito; na Europa, em média, três. Quando nos debruçamos sobre estes dados brasileiros, verificamos que o processo de vitimização é fortemente concentrado (SOARES, 1986, p.142).

A realidade como a percebemos está caracterizada na falta destes elementos, ou seja, educação e trabalho, que acreditamos estar atrelada a causa primeira da violência em nosso país. Na falta destas estruturas que os processos de violência se acirram, dando força e estimulando os atos de violência na vida social. É possível referir que, muitas vezes, associa-se a condição da existência do morador de rua à falta de trabalho na vida destes, colocando-os na condição de fragilidade social, levando-os a estarem constantemente expostos a violência urbana e de grupos de extermínio.

Os processos de violência instaurados em nosso país demarcam o descaso com que o Estado demonstra no tocante às garantias sociais básicas de amplitude nacional para sobrevivência dos brasileiros. Temos como forte expressão deste quadro social os moradores de rua, o movimento dos sem terra, das pessoas que não possuem acesso à saúde e assistência social. Esta realidade registra a presença da morte na vida das pessoas, principalmente daquelas que se encontram em estado de abandono nos mais variados setores. A realidade vivida por estas pessoas, vítimas da violência, é marcada pelo signo do naturalismo, a morte torna-se banal na sociedade, pois os processos de desigualdade social, já institucionalizados, fazem com que esta condição de existência seja naturalizada.

Neste processo de não-garantia de direitos sociais é que se estabelecem situações complexas de violência nas suas mais diversas expressões, no cotidiano dos brasileiros. O Brasil vai perdendo, através da violência, como se observa na citação a seguir, forças sociais importantes no sentido de desenvolver nossa nação. Neste movimento expresso pela violência, temos perdas irreparáveis, como as de jovens condicionados neste contexto, perpetradas através do tráfico, do trânsito, ou propriamente por meio da violência criminal. Soares aduz:

Quando o universo observado se restringe aos jovens do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, o número salta para cem vítimas de homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Esta cifra pode chegar a 230 em algumas favelas cariocas. Quem está morrendo são jovens, em geral pobres, freqüentemente negros. O quadro é tão dramático, que não seria exagero denominá-lo de genocídio (SOARES, 1986, p.142).

Torna-se importante assinalarmos que as instituições fazem parte destas estruturas sociais e que, comumente, também cometem atos de omissão no atendimento das necessidades básicas na vida dos usuários, caracterizando-se processos de violência pelo não-oferecimento de acesso a serviços dignos. Destas instituições muitas são representações do Estado, que deveriam garantir os direitos sociais na sociedade de forma democrática. As pessoas que procuram os serviços dos abrigos e albergues públicos, por exemplo, estão sofrendo este tipo de privação e abandono social, pois a rede de atendimento social não oferece possibilidades de atendimento específico para este tipo de situação.

Os serviços³³ que existem para moradores de rua não dão conta desta realidade social que faz parte do cotidiano de nossas ruas, sujeitos perambulantes na busca de recursos à sua sobrevivência. A precariedade das instituições no oferecimento de alternativas para a solução de demandas específicas, como no caso da dependência de drogas, problemas de saúde mental, entre outras realidades, geram muitas vezes o abandono e a morte, um permanente estado de violência social dentre outros tantos que apresentamos no capítulo sexto da presente pesquisa, conforme depoimento realizado com as Assistentes Sociais.

³³ **População de Rua Adulta:** A população adulta de rua está inserida no atendimento da Rede Especializada da FASC, que realiza atendimento à população com maior grau de vulnerabilidade e que necessita serviços e atendimento especializado. Os equipamentos e serviços atendem usuários de toda a cidade, encaminhados pela Rede, pelos cidadãos ou pelas autoridades. **Atendimento Social de Rua:** É um trabalho desenvolvido com adultos excluídos, nas vias públicas de Porto Alegre. Uma equipe técnica se desloca até os locais, aborda, dá acompanhamento e estabelece vínculos, a fim de identificar as necessidades essenciais desta população. Faz encaminhamentos para serviços sociais como de saúde e de identificação (documentos) e, se for o caso, para sua inserção nos programas e unidades da Rede Especializada. **Abrigagem temporária:** A FASC conta com os Abrigos Bom Jesus (78 vagas) e Marlene (85 vagas) para acolher moradores de rua. O serviço mantém convênio com o albergue Felipe Diehl (60 vagas), que também atende à população adulta desabrigada. Nesses equipamentos, os usuários recebem atendimento social na expectativa de reconstruir seu projeto de vida. **Casa de Convivência:** Espaço diurno para a população adulta de rua, onde podem satisfazer suas necessidades básicas, como higiene e alimentação. No local, são realizadas atividades em grupo que desenvolvem a auto-estima e promovem a auto-organização dos usuários. Prevê, ainda, o encaminhamento para os serviços públicos de saúde e de identificação. **Reinserção na Atividade Produtiva – RAP:** É um projeto para moradores de rua atendidos pela FASC, que se constitui como um estágio intermediário de auto-organização para o trabalho, como forma de reintegrar esses cidadãos à sociedade. Foi implantado em outubro de 1999, quando cem pessoas foram selecionadas e treinadas para a limpeza dos taludes e passeios do arroio Dilúvio. Os participantes recebem bolsa-auxílio. O projeto é desenvolvido em parceria com as Secretarias Municipais da Saúde, Educação, Indústria e Comércio, Secretária geral do Município, Departamento de Esgotos Pluviais, Departamento Municipal de Limpeza urbana e Cia. Carris Porto-Alegrense (http://www.portoalegre.rs.gov.br/pol_social/Fasc/adultos.htm – consulta realizada em 16/02/2008).

3.3.3 Redes

Iniciamos nosso estudo sobre esta categoria partindo do pensamento de Faleiros quando este apresenta sua definição e importância sobre rede bem como dos atores sociais nela situados dizendo:

Os atores não são sujeitos isolados, as forças de enfrentamento das questões vão se estabelecendo em mediações complexas que vão se implicando as redes primárias (familiares) e secundárias (formais), os patrimônios, os agenciamentos, os conhecimentos, os recursos institucionais, num processo de perdas e ganhos, oportunidades e desafios (FALEIROS, 1999, p.57).

Rede é um universo que vai sendo construído nos espaços que ocupamos, é um espaço de significados sociais de construção de identidades dos atores nela envolvidos. Esta articulação de atores sociais forma uma cadeia de forças articuladas entre os sujeitos, garantindo o fortalecimento dos mesmos. Neste espaço, vamos articulando possibilidades, estabelecendo decisões políticas, é um espaço de superação de limites frente às dificuldades. Trabalhar em rede é estabelecer caminhos. Faleiros contribui neste sentido afirmando que:

Rede é uma articulação de atores em torno, vamos nos expressar assim, de uma questão disputada, de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética. Trabalhar em rede é muito mais difícil do que empreender a mudança. (...) É a superação do voluntarismo e do determinismo, da impotência diante da estrutura e da onipotência da crença de tudo poder mudar. Na intervenção em Redes, o profissional não se vê nem imponente nem onipotente, mas como um sujeito inserido nas relações sociais para fortalecer, a partir das questões históricas do sujeito e das relações particulares, as relações destes mesmos sujeitos para ampliação de seu poder, saber, e de seus capitais. Trata-se de uma teoria relacional do poder, de uma teoria relacional de construção da trajetória. (FALEIROS, 1999, p.25).

Para que possamos ampliar nossa reflexão sobre rede, partimos de duas concepções importantes trabalhadas por Turck (2001) no sentido de podermos estabelecer uma metodologia para um trabalho em rede: a primeira denominada de

rede interna³⁴, e outra que é a de rede social³⁵. A articulação das duas dimensões no trabalho em rede representa dois marcos para podermos pensar este espaço de articulação aos profissionais envolvidos, meios de atender aos desfilados³⁶, chegando a uma forma mais humana de inclusão social, pois nesta articulação os sujeitos se reconhecem na condição de cidadãos tanto os profissionais como os usuários articulando políticas, instituições, sociedade e o próprio Estado. Para o Serviço Social esta articulação entre “rede interna” e “rede social” possibilita agregar elementos para se conseguir estabelecer “a identificação de alternativas de ação, compatíveis com os recursos disponíveis nas instituições e com as necessidades da comunidade” (TURCK, 2001, p.47). Para aprofundarmos nossas reflexões é importante compreender que o trabalho em rede requer uma ação articulada de elementos diversos, os quais assegurem a construção de uma rede de pertencimento social, onde os sujeitos se sintam partícipes do processo, reconhecendo territórios e neles sendo reconhecidos.

Diante do exposto, apresentamos dois elementos que podem ser fundamentais à efetividade de um trabalho articulado em rede: a solidariedade, e a criatividade. A partir desta articulação/cominação, presumimos que o reconhecimento dos recursos existentes na comunidade possam integrar esta “Rede de Atendimento”, bem como o Assistente Social venha a se integrar neste mesmo movimento de participação, nesta mesma Rede Integrada. Estes dois elementos serão tecidos, através de intencionalidades de práticas pensadas estrategicamente, visando ao bem-estar das pessoas, ou seja, um trabalho realizado de forma

³⁴ (...) Rede Interna passa pelo compartilhamento dos sujeitos, pela intercomunicação entre eles, pela inclusão e pelo interesse comum. O interesse comum na resolução de qualquer situação, seja em relação às pessoas, seja na execução de tarefas, necessita de um processo de solidariedade na construção coletiva de uma resposta. E a construção coletiva de uma resposta insere um elemento fundamental: a qualificação permanente para a construção de uma metodologia interdisciplinar de trabalho social (TURCK, 2001, p.31).

³⁵ A Rede Social é uma espécie de núcleo oriunda da articulação do Núcleo Estável da Rede de Planejamento, e do Núcleo Estável de Redes Operacionais, e dos Recursos Sociais. Essa articulação constitui o sistema de Rede Social Integrado - RESI (TURCK, 2001, p.42).

³⁶ Segundo Castel, os desfilados surgem na sociedade contemporânea pelo enfraquecimento das formas de política social, pelo crescimento de desemprego e da precarização, pela impossibilidade de acesso livre aos postos assalariados de trabalho. Sua personificação se faz não pelo vagabundo, mas pelo desemprego e pelos desempregados. Os novos “desfilados” sem lugar são categorias que se construíram como contraponto e reverso da situação configurada a partir do trabalho como imperativo (CASTEL, 1998, p.14).

interdisciplinar³⁷, com profissionais que detenham determinados tipos de conhecimentos de áreas afins e diversas a serem colocadas a disposição desta Rede Integrada, sejam profissionais da instituição ou da comunidade local. É a possibilidade de exercitarmos o trabalho interativo entre si e outras pessoas de forma solidária, conforme salienta Turck (2001).

A busca da solidariedade na proposição da Rede Interna não tem a conotação, hoje comum no Brasil, de remédio para resolver os males sociais, políticos e econômicos. Não é também a solidariedade aos pobres que se propaga no discurso da sociedade civil. É solidariedade entre pessoas, entre e intraclasses, em que as barreiras criadas em função das desigualdades sociais possam ser rompidas para a construção de uma nova solidariedade, em que o compromisso e a responsabilidade estejam presentes (TURCK, 2001, p.30).

Ser solidário neste sentido é estar aberto para o outro, é estar disponível no processo de construção coletiva, perceber interesses comuns entre todos os atores sociais que acreditam nesta proposta metodológica. Para o Assistente Social, trabalhar nesta perspectiva de Rede Interna Turck (2001) requer uma capacidade de interlocução com grupos e indivíduos, habilidade fundamental no processo de construção. Através de:

(...) metodologias e do instrumental técnico-operativo, enquanto elementos fundamentalmente necessários à objetivação das ações profissionais, compondo o projeto profissional. Este coloca-se, inicialmente, a partir das necessidades a serem satisfeitas para as quais os agentes estabelecem finalidades, definem os meios mais adequados, determinam o modo de operar. A energia dos agentes potencializada no instrumental permite a operacionalização do projeto (GUERRA, 1997, p.169).

A interlocução permitirá superar barreiras, estabelecer alianças, criar motivações, fortalecer grupos e indivíduos. Nesta lógica de idéias, a solidariedade será de fundamental importância, principalmente havendo como demanda social o trabalho com moradores de rua. A rede de atendimento deverá ser tecida com estes fios, que se configuram em interesses afins e de solidariedade de uns para com

³⁷ A interdisciplinaridade é entendida aqui como estrutural, havendo reciprocidade mútua, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados (VASCONCELOS, 2000, p.47).

outros. A vontade de trabalhar de forma interdisciplinar, de agregar conhecimentos, de ser humilde no seu saber, reconhecendo que o valor do outro neste processo é de suma importância, tornará forte a rede de atendimento.

O trabalho interdisciplinar associado à capacidade criativa como um elemento que se estabelece através do imaginário humano de criar o novo, somando-se a um desejo de compartilhar conhecimentos e necessidades sociais na rede, oportunizarão ações de garantia de direitos coletivos. Conforme mencionamos, para que a Rede seja forte de significados, de acolhimento, por mais que os recursos sociais sejam deficitários. A solidariedade é percebida por Assmamann e Sung Mo (2001) da seguinte forma:

[...] a solidariedade é um fato [...] e deve se tornar também um imperativo ético. Para que a solidariedade se torne um imperativo categórico aceito e vivido pela sociedade, é preciso antes que esta mesma sociedade reconheça a interdependência e a coesão social como um fato fundamental para vida em geral, e a vida humana em particular (ASSMAMANN; SUNG MO, 2001, p.75).

É o movimento de “compartilhar”, de estabelecermos coesão entre as partes envolvidas no enfrentamento dos problemas existentes frente à determinada situação, como a busca de soluções através do estabelecimento de idéias inovadoras e criativas na e para a comunidade local, pois “(...) o compartilhar traz, na sua essência, a possibilidade de ser incluído, e a inclusão no processo de Rede Interna parte de um sentimento e de um interesse comum” (TURCK, 2001, p.30).

Para este processo de construção de Rede Local comunitária, institucional, Turck (2001), categoricamente, afirma que “na Rede Interna, é necessário agregar também um elemento fundamental e pertinente para a sua formação: a capacidade de comunicação entre indivíduos, os semelhantes. É a partir do processo de intercomunicação que a inclusão começa a se fazer presente” (TURCK, 2001, p.30). O ser humano realiza a percepção sobre si mesmo através da sua interlocução/comunicação com o outro, através de atos e gestos, sentimentos, vivências. Por meio de determinadas necessidades vividas e sentidas no cotidiano da vida em comum que o ser humano se sente integrado em uma sociedade, e nela se situa para a sua sobrevivência. Este coletivo se expressa também através da

organização de mecanismos que assegurem o suprimento de necessidades inerentes à vida. Criamos respostas e soluções de forma criativa para encontrarmos soluções para estas mesmas necessidades comuns a todos.

A criatividade vem do ato de criação³⁸, alguém sendo motivado por algo ou alguma coisa desejada, é a possibilidade da descoberta do novo. É a produção de algo em alguma coisa que dará sentido à vida e à própria sociedade. A criatividade deve ser uma característica que marcará o processo de trabalho do profissional Assistente Social. Ser criativo compreende desenvolver um trabalho que nasça na investigação da própria realidade social onde o profissional e o usuário estão inseridos, ou seja, buscam-se os elementos constitutivos das demandas no próprio espaço onde a vida acontece, a comunidade, no próprio processo de trabalho estabelecido pelo Assistente Social no contato com a realidade, na comunidade local, na vida dos sujeitos. A criatividade ou o ato criativo não está afeto somente a coisas materiais ou de cunho artístico, queremos referir a criatividade das relações humanas³⁹, ao ato criativo de motivar as pessoas e grupos a se sentirem estimulados a criarem alternativas de superação frente às necessidades sociais que enfrentam, que nascem no cotidiano das próprias relações humanas.

O Assistente Social pode, através de seu processo de trabalho, desempenhar esta competência teórico-metodológica, ou seja, sentir-se estimulado através da Rede Interna, Turck (2001) a motivar os usuários e outros profissionais a buscarem juntos, de forma criativa, alternativas de vida para o suprimento das necessidades básicas⁴⁰ e não mínimas junto ao Estado, na garantia da sobrevivência humana em

³⁸ Criar, no sentido estrito ou absoluto, seria produzir alguma coisa a partir de nada, ou antes, a partir de si mesmo: como Deus, criando o mundo. Num sentido mais amplo, fala-se de criação para qualquer produção que parece absolutamente nova e singular, ou na qual novidade e singularidade prevalecem sobre o simples progresso técnico ou sobre a transformação de elementos existentes (SPONVILLE, 2003, p.132).

³⁹ [...] a criatividade que não se exerce nas coisas, mas nas pessoas, a criatividade nos relacionamentos humanos, é uma criatividade que requer inteligência, acuidade de percepção, finura de sensibilidade, respeito ao homem como indivíduo e uma certa coragem pessoal para explicar o próprio ponto de vista e para manter as convicções sobre ele. A criatividade nos relacionamentos humanos exige a integridade do indivíduo e uma capacidade particular de operar com os outros (MASI, 2002, p.95).

⁴⁰ [...] do ponto de vista semântico, eles guardam diferenças marcantes do ponto de vista conceitual e político-estratégico... Mínimo e básico são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem a conotação de menor, de menos, em sua concepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. Por conseguinte, a nosso ver, o básico que

sociedade. MASI (2002) refere-se sobre o potencial humano e a capacidade criativa que poderemos explorar como elemento potencializador do desenvolvimento e bem-estar na sociedade em rede, mesmo com o crescimento demográfico afirmando:

O crescimento demográfico dos países pobres, pesadelo para os países ricos, pode, em vez disso, tornar-se um potente multiplicador da criatividade global e, por consequência, um fator propulsor para o Terceiro Mundo. Quando se fala do rápido aumento de bocas a alimentar. Mas é preciso que se pense também, e com otimismo, no número crescente de cérebros que povoam o nosso planeta. Hoje a população mundial é dez vezes mais numerosa do que nos albores da sociedade industrial. Toda noite, seis bilhões de pessoas adormecem e começam a sonhar. Toda manhã, seis bilhões de pessoas despertam e começam a pensar. E, como existem, sempre mais cérebros no Terceiro do que no Primeiro Mundo, é cada vez mais provável que cresça a contribuição do mundo subdesenvolvido à criatividade do planeta (MASI, 2002, p.105).

Por este prisma, percebemos que o Terceiro Mundo possui uma massa pensante que poderá contribuir de forma positiva para este desempenho humano, é importante que o Estado através das políticas sociais, mais especificamente pela educação faça parte deste processo na vida das pessoas. Acreditamos que para os moradores de rua desenvolverem suas vidas ali, nas condições sociais em que se encontram, lhes é exigível este desempenho criativo de montar estratégias de sobrevivência a todo o instante.

Para todo o desempenho humano é necessário que seja fundamental para o trabalho em rede, isto é, a vontade⁴¹ de superarmos nossos limites e barreiras que a

na LOAS qualifica as necessidades a serem satisfeitas (necessidades básicas) constitui o pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em acepção mais larga. Assim, enquanto o mínimo pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. Em outros termos, enquanto o mínimo nega o “ótimo” de atendimento, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao ótimo (PEREIRA, 2007, p.26).

⁴¹ Vontade (volonté) – A faculdade de querer: o ato em potência ou a potência em ato. Não a confundir com o desejo, que é seu gênero próximo. Podemos desejar simultaneamente várias coisas contraditórias (por exemplo, fumar e não fumar), mas não podemos querê-las: porque só podemos verdadeiramente o que fazemos e porque ninguém pode, ao mesmo tempo, fazer e não fazer a mesma coisa. A vontade é certa espécie de desejo: é um desejo cuja satisfação depende de nós. “E se eu fracassar?” Não muda nada: a vontade se referia à ação, e não ao êxito (que era objeto tão-só de uma esperança). Toda a vontade é potência de escolha: é o poder determinado de se determinar a si mesmo. Isso distingue suficientemente a vontade do livre-arbítrio (que seria o poder *determinado* de se determinar), da esperança que deseja mais do que pode, enfim da tibieza, que renuncia a escolher. Pelo que a vontade não é apenas uma faculdade; é também uma virtude (SPOVILLE, 2003, p. 635).

própria natureza nos desafia constantemente. A vontade é o querer estar integrado a um universo social no qual se possa reconhecer um espaço de construção da cidadania, ou seja, é estar implicado na construção de uma “rede” que viabilize o reconhecimento desta igual dignidade humana das pessoas que se encontram excluídas socialmente, mais particularmente as pessoas que estão vivendo nas ruas. Uma vontade que traz “o ato em potência ou a potência em ato” (SPONVILLE, 2003). Este ato representa também movimento (potência) de resistência frente à desigualdade social. É no coletivo dos sujeitos que interagem entre si, que somaremos forças construindo e fortalecendo a rede. Neste movimento, que é potência, mobilizaremos forças solidárias para a construção de um novo horizonte de vida. Assmamann e Sung Mo (2001) convidam-nos a refletir sobre este ato marcado pela sensibilidade solidária que nos suscita:

[...] um desejo que articula um novo horizonte de sentido às nossas vidas, um horizonte utópico e de esperança. E este novo horizonte utópico dá sentido à sensibilidade solidária e realimenta o nosso desejo de um mundo mais humano, acolhedor e solidário (ASSMAMANN; SUNG MO, 2001, p.134-135).

Ao expressar este movimento solidário, que é sentimento implicado na construção e expansão da rede, o Assistente Social tem a possibilidade de não se sentir impotente nem onipotente no senso de ter que dar respostas a todas as demandas, mas construir, no coletivo, soluções, potencializar recursos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Ter flexibilidade para compartilhar novos conhecimentos. No trabalho em rede, o Assistente Social estabelece um novo olhar sobre as demandas, ou seja, um problema individual torna-se um problema coletivo. Assim ocorrendo, necessitamos trabalhar em uma ação conjunta, solidária e participativa, exigindo diversos atores sociais para encontrarmos a solução do problema também no coletivo. Portanto, é mister entender que a participação do usuário neste processo é de fundamental importância, pois este espaço de resistência “é uma complexa rede de dominação/resistência que se condicionam e constroem as estratégias de ação profissional, considerando-se, ao mesmo tempo, as condições objetivas e os recursos e dispositivos de ação dos atores em presença” (FALEIROS, 2002, p.35).

Turck (2001) afirma-nos que para trabalharmos em Rede Interna é importante reconhecermos três elementos para o seu fortalecimento, que demanda do profissional ter a *“a flexibilidade para aprender, a disponibilidade para compartilhar e a qualificação para executar”* (TURCK, 2001, p.32). Como observamos, o terceiro elemento aqui assinalado coloca em evidência para o Assistente Social implementar o Art. 2º, do Título II, de seu Código de Ética⁴², que lhe assegura esta busca constante de conhecimentos para garantir este fazer competente nos três níveis de ação ao qual a autora refere-se. Quando assim ocorre, o Assistente Social passa a demarcar seu espaço na rede através de sua identidade profissional, bem como de todos os profissionais sociais que nela atuam. Esta articulação de significados demarcados pelas identidades profissionais imprimirá respeito e dignidade para cada sujeito que esteja implicado na rede, como na comunidade. Assim ocorrendo, Turck (2001) afirma:

No momento em que o sujeito passa a delimitar seu lugar e sua identidade, criam-se laços, alianças e insere-se em um espaço de grupo, junto a outros sujeitos com mesmo interesse. Todos os sujeitos passam então a constituir-se em participantes ativos da Rede e também em “fiadores” da garantia do espaço individual em um contexto de grupo (TURCK, 2001, p.33).

Assim ocorrendo, reiteramos a necessidade de o Assistente Social ter a vontade de estar implicado neste processo de articulação em rede. A partir desta articulação e organização da Rede Interna, onde os sujeitos se conhecem e se identificam através de alianças, estabelecem pontos em comum, surge o que Turck (2001) denomina de Núcleo Estável da Rede de Planejamento – NERp. Este núcleo possui a particularidade de desenvolver uma práxis⁴³ interdisciplinar voltada para se pensar em conjunto respostas para as demandas sociais. Turck (2001) assim refere-se sobre o NERp:

Para a sua constituição, o NERp necessita do acolhimento que se processa entre os sujeitos. Esse acolhimento, acima do espaço institucional,

⁴² f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código.

⁴³ (...) inclinamo-nos pelo termo “práxis” para designar a atividade humana que produz objetos, sem que, por outro lado, essa atividade seja concebida com o caráter estritamente utilitário que se infere do significado do “prático” na linguagem comum (VASQUES, 1977, p. 5).

empresarial ou de setores de que são oriundos, nasce da possibilidade de ver o outro como sujeito, e não a sua representatividade funcional. Nesse movimento, instala-se o compromisso, a solidariedade, o compartilhamento da escuta. É uma escuta acolhedora e competente, capaz de ouvir e de devolver reflexivamente o conhecimento, possibilitando a construção de uma práxis interdisciplinar (TURCK, 2001, p.33).

Ao analisarmos a constituição do NERp⁴⁴, percebemos o quanto este espaço de rede de planejar se torna humanizado pelo respeito e sintonia que influenciam seus componentes. A possibilidade de encontrarmos um espaço⁴⁵ onde possamos dialogar e trocar informações fortalece os sujeitos, tanto objetivamente falando, através dos recursos sociais materiais propriamente ditos existentes na comunidade, bem como as questões inerentes ao mundo do trabalho, quanto às questões subjetivas que são identificadas como elementos que fragilizam os profissionais pelos embates deste mesmo mundo do trabalho, como exemplos destes embates, mencionamos os desejos não-alcançados, as frustrações, baixa alta-estima, entre outros. Acreditamos que com este processo - NERp , em Rede Interna, Turck (2001), com sujeitos que possuem o reconhecimento dos recursos e da própria Rede Interna, surge o que Turck (2001) classifica por NERo afirmando:

O NERo é sempre dinâmico, pois se forma a partir de um problema social. Ele se movimenta em rede social para implementar um entendimento mais qualificado na solução dos problemas relativos a criança e adolescentes em risco pessoal social e a adolescentes em conflito com a lei, que emergem da desigualdade social brasileira (TURCK, 2001, p. 34).

⁴⁴ “ Entre as ações viabilizadas pelo NERp, para estabelecer o processo de conhecimento permanente, estão as seguintes: agendar previamente horários e assuntos a serem discutidos; descentralizar locais onde as reuniões irão acontecer; realizar seminários entre os recursos sociais para padronizar procedimentos, trocar experiências e possibilitar a qualificação permanente. (...) Com a constituição do NERp em Rede Interna, seus sujeitos tornam-se mediadores entre o próprio núcleo e seus recursos sociais de origem. Nesse processo, viabiliza-se a relação com os espaços internos institucionais, constituindo, então, os Núcleos Estáveis de Redes operacionais – NERo “ (TURCK, 2001, p.34).

⁴⁵ Entre as ações viabilizadas pelo NERp, para estabelecer o processo de conhecimento permanente, estão as seguintes: agendar previamente horários e assuntos a serem discutidos; descentralizar locais onde as reuniões irão acontecer; realizar seminários entre os recursos sociais para padronizar procedimentos, trocar experiências e possibilitar a qualificação permanente. (...) Com a constituição do NERp em Rede Interna, seus sujeitos tornam-se mediadores entre o próprio núcleo e seus recursos sociais de origem. Nesse processo, viabiliza-se a relação com os espaços internos institucionais, constituindo, então, os Núcleos Estáveis de Redes operacionais – NERo (TURCK, 2001, p.34).

Acreditamos que com este processo - NERp e NERo - a construção de Rede Interna oportunizará um movimento concreto no sentido de se restabelecer uma relação de cidadania entre sujeitos que estão conectados uns com os outros, assim, visando garantir a defesa intransigente dos Direitos Humanos, constituindo uma sociedade mais justa e igualitária conforme consta no Código de Ética Profissional do Assistente Social. De acordo com Scheunemann (2003):

(...) a intervenção de rede é entendida como um percurso para a autonomia, para a liberdade que tem uma pessoa de autodeterminar-se, com a possibilidade de enfrentar situações novas, de criar respostas originais, para solucionar problemas e alcançar objetivos pelos quais é responsável (SCHEUNEMAN, 2003, p.23).

Nesta perspectiva de rede, entendemos que tanto os profissionais como os usuários poderão buscar, em particular e em conjunto, a liberdade do movimento da autodeterminação no enfrentamento das dificuldades sociais apresentadas no cotidiano da vida particular do usuário do mundo do trabalho, através das relações, dos recursos e das informações, de forma mais rápida, transparente e agilizada. Após a constituição dos “Núcleos Estáveis de Redes operacionais” (TURCK, 2001), criam-se elementos que darão visibilidade a esta Rede Interna, facilitando acesso e mobilidade de recursos estabelecidos por meio das políticas públicas. Assim constituída esta estrutura de rede, através da comunicação, identificação dos atores sociais na Rede Interna e da articulação dos recursos sociais na comunidade, instituições e da implementação das políticas públicas estabelecidas pelo Estado, a estrutura em jogo poderá estabelecer o que Turck (2001) refere-se como sendo Rede Social⁴⁶:

A partir da articulação dos Recursos Sociais e da Rede Interna, pode ser aprofundado o relacionamento entre eles. O movimento tem o objetivo de construir e de solidificar um sistema de integração entre os Recursos, abrindo espaços para a construção de Rede Social (TURCK, 2001, p.41).

⁴⁶ A Rede Social é uma espécie de núcleo oriunda da articulação do NERp, do NERo e dos Recursos Sociais. Essa articulação constitui o sistema de Rede Social Integrado, RESI. O objetivo do RESI é estabelecer o espaço necessário para a construção de uma ação conjunta, solidária e participativa, visando à solução de problemas que emergem de determinada comunidade (TURCK, 2001, p. 42).

Os Assistentes Sociais, de forma organizada e sistematizada, poderão participar desta construção maior denominada de Rede Social visando garantir os direitos sociais que formam um todo, mesmo exigindo estratégias diferenciadas de realizações. Assim, neste processo de construção maior, a proposta metodológica da “Rede Interna e Rede Social” (TURCK, 2001) poderá contemplar uma ação que venha atingir não somente uma determinada comunidade específica, mas regiões de grande abrangência, porque “pode ser utilizada no âmbito regional ou metropolitano, órgãos públicos, secretarias, fundações, empresas, etc. Vale dizer, em todos os lugares onde existem pessoas comprometidas com uma causa ou tarefa, abre-se espaço para a construção de Redes Internas e Sociais” (TURCK, 2001, p.43).

4 UMA ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Neste capítulo, tecemos algumas considerações sobre as relações sociais, sua constituição e responsabilidade sobre o agir humano através dos processos de exclusão social. O pensamento aplica-se quando percebemos que, nesta estrutura de organização social, encontramos a existência de seres humanos vivendo processos de exclusão social no universo da rua. Elementos que nascem da relação capital sobre o trabalho e vão sendo tramados na organização da sociedade que condiciona pessoas a viverem à margem desta mesma sociedade, estabelecendo processos sociais desiguais, no caso os moradores de rua. Uma sociedade capitalista que apresenta um tecido social composto por um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da história a constituição da sociedade capitalista. Assim, a Questão Social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho

Pensar o Serviço Social nesta forma de organização de sociedade nos responsabiliza pelo fato, também, de o Assistente Social ser um protagonista na mesma sociedade. Torna-se um grande desafio aprofundarmos nosso estudo sobre a implicação do processo de trabalho do Assistente Social nesta realidade, pois estabelecemos vínculos com os usuários para estes acessarem, em suas vidas, as políticas sociais como forma de garantia de direitos.

4.1 A CONSTITUIÇÃO E INSERÇÃO DO SER HUMANO NA VIDA SOCIAL E NO MUNDO DO TRABALHO

Entendemos que o ser humano é o único ser vivo que pensa e entende o contexto em que está inserido, dando sentido às coisas e a si mesmo. Para a sua sobrevivência, necessita estar agregado para poder viver e sobreviver, constituindo relações de correspondência entre a estrutura econômica e as demais estruturas da

sociedade⁴⁷, estabelecendo relações de produção e poder, ferindo, muitas vezes, a liberdade humana⁴⁸. Torna-se importante refletirmos na implicação do ato humano, no senso de pensarmos que algumas pessoas poderão sofrer situações que limitarão o seu agir como ato de escolha e possibilidade na sociedade, bem como ter acesso a benefícios do mundo do trabalho. No dizer de Brites e Barroco (2000, p.21), “a escolha implica a liberdade; o ser humano só se torna livre quando encontra alternativas para poder realizar escolhas de forma conscientemente”. Para o Serviço Social, este caminho reflexivo faz-se necessário, pois o ser humano está inserido em relações sociais, as quais irão definir o rumo da constituição social do ser humano na vida cotidiana em sociedade. É no cotidiano da vida profissional que o Assistente Social vai deparando-se com uma infinidade de situações nascidas destas mesmas relações contraditórias, desenvolvendo a construção e análise de seu objeto⁴⁹. A vulnerabilidade social de abandono nas ruas torna-se objeto de estudo e de intervenção do Assistente Social, materializando-se o seu processo de trabalho na reversão de tal realidade. Essa transformação diz respeito à intervenção do Assistente Social nas expressões da questão social, estas configuram-se amplas, muitas vezes, difusas, contraditórias e complexas. Estabelece-se, assim, o objeto de intervenção do Serviço Social nas suas mais diversas particularidades e expressões.

Podemos afirmar que todo o pensamento está associado a um ser que possui uma racionalidade, que projeta que idealiza e dá configuração a um pensamento que irá se materializar ou não na sua vida cotidiana. Este ato contínuo de pensar, projetar e sonhar dá senso e movimento à vida, propiciando o sentido de existência

⁴⁷ [...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual de modo geral (MARX, 1989, p.38).

⁴⁸ A liberdade humana consiste na possibilidade de escolher, de preferir um comportamento ao outro, de autodeterminação (definir-se ideologicamente, ter convicções próprias a respeito das questões humanas) e de agir na perspectiva de sua vocação fundamental, que é tornar-se sempre mais humano (COLOMBO, 1993, p. 21).

⁴⁹ O Serviço Social desenvolve a construção de seu objeto, sua relação com este objeto de uma forma significativamente peculiar. O Assistente Social defronta-se, em seu cotidiano profissional, com questões práticas e humanas para as quais busca soluções. Nesse sentido é um profissional que deve conhecer profundamente o objeto de sua ação para dar resposta eficiente e de qualidade aos problemas propostos (BULLA, 1997, p.18).

à vida humana. É um perceber a si mesmo enquanto ser particular, bem como na sua condição de sujeito social inserido em um contexto de sociedade. O ato de perceber a si mesmo somente ocorrerá na medida em que o sujeito puder realizar apropriações importantes durante a sua própria existência. Estas apropriações nascem da interação de relações estabelecidas no cotidiano da vida, sejam nos relacionamentos familiares, no acesso à educação de base, aos valores que nascem da cultura, da arte, da música, da poesia, do seu processo de relação com o mundo do trabalho, enfim, de tudo que possa dar sentido à sua vida. Um grande repertório de significados que dará sentido e qualidade a este pensar criativo.

O processo de trabalho do Assistente Social procura garantir possibilidades e espaços de cidadania, potencializando uma ação reflexiva que realiza com as pessoas que procuram no Serviço Social uma relação de ajuda, de confiança, onde o humano encontra significado social. Quando o Assistente Social efetiva junto com o usuário este movimento de “pensar reflexivo”, realiza muitas vezes os primeiros movimentos de mudança na condição do existir dos sujeitos. Esse pensar reflexivo poderá ser movido entorno de situações vividas na dor que nasce das relações humanas particulares ou mesmo no âmbito maior da sociedade..

O Serviço Social possui um direcionamento que emerge do conjunto de princípios que refletem a sua identidade profissional na sociedade. Princípios que prezam pela justiça social, igualdade, cidadania e liberdade, os quais estão contidos em seu Código de Ética. Estes princípios trazem em si elementos importantes a serem garantidos no conjunto da totalidade da sociedade, para que o ato de poder pensar e agir esteja garantido na vida dos usuários que procuram, no Serviço Social, uma forma de superar as próprias limitações que a sociedade capitalista impõe na vida das pessoas.

As pessoas idealizam coisas, acontecimentos, projetam idéias, estes movimentos poderão estabelecer ações e possibilidades sobre a vida em sociedade, podendo, os sujeitos, também se projetarem no meio em que vivem através de movimentos reflexivos, trocas solidárias, pelo trabalho, estudo das relações estabelecidas em família, como um ser de relação. Os movimentos reflexivos fazem parte do processo de trabalho do Assistente Social juntamente com o usuário no cotidiano da prática, um terreno fecundo onde o Serviço Social irá desenvolver seus

estudos e intervenções, irá propor alternativas de vida, de invenção e reinvenção do social.

Neste encontro de possibilidades, existência/consciência, o Serviço Social realiza sua intervenção na promoção e garantia de espaços reflexivos, onde o sujeito encontra possibilidade de se reafirmar enquanto ser social. Estes espaços reflexivos poderão representar grandes laboratórios de diálogos, onde serão dinamizados e potencializados valores, sonhos, desejos, trocas importantes de conhecimento, trabalho e cultura. Iamamoto (2001) convida-nos a refletir sobre as categorias conhecimento e trabalho, assim, afirmando:

O trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento, de idéias e concepções de mundo, isto é, de formas de pensar a vida real. O ser que trabalha constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e pensar, ou seja, uma maneira especificamente humana de se relacionar com as circunstâncias objetivamente existentes, delas se apropriando tendo em vista a consecução de fins propostos pelo sujeito na criação de objetos capazes de desempenhar funções sociais, fazendo nascer valores de uso (IAMAMOTO, 2001, p.42).

O Assistente Social, através destes espaços reflexivos e de vivências cotidianas, oportunizará aos usuários de seus serviços a possibilidade de se perceberem na particularidade e na totalidade da vida em sociedade enquanto sujeitos sociais. Os encontros e diálogos estabelecidos entre Assistente Social e os usuários poderão revelar determinações para garantir a possibilidade da liberdade de expressão e de escolhas na vida particular, bem como na sua vida relacional. Entendemos que o trabalho do Assistente Social, na sua relação com a sociedade, objetiva a construção de novos significados sociais. Conforme Iamamoto (2001), todo o trabalho “(...) objetiva conjuntamente agregar valores e explicitar o dever ser, o comportamento do homem orientado para finalidades sociais. Contém uma dimensão de conhecimento e uma dimensão ético-moral implicadas na natureza teleológica do trabalho (IAMAMOTO, 2001, p.42)”. Determinações que não poderiam ser diferentes para o Serviço Social.

O Assistente Social possui, na sua identidade profissional, a afirmação enquanto profissional especializado no trabalho coletivo, um profissional que

trabalha nas relações sociais amplas, cuja identidade está expressa no seu Código de Ética de 1993, no seu Art.5º:

Este profissional possui atribuições que são privativas ao seu agir profissional, ao seu processo de trabalho, atuando na relação com os usuários, assim estão colocados: Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrários aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código; Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários; Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses; Informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registros audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos; Fornecer a população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e suas conclusões, resguardando o sigilo profissional; Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados; Esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional (BRASIL, 1993, p.24).

O Assistente Social procura, na prática de seu processo de trabalho, promover a autonomia dos sujeitos, repercutindo diretamente nas relações sociais mais amplas. Estabelece um processo contínuo de reflexão/ação/reflexão nestas mesmas relações sociais, as quais representarão forças de estagnação ou de mobilidade social, e de estranhamento da realidade aparente. Estas forças sociais contraditórias configuram-se como sendo também representações de contrapoderes, que nascem nas mesmas relações sociais. Na vida cotidiana, observamos os resultados dos movimentos sociais e nos questionamos do “por que” da existência de determinadas situações que chocam o olhar das pessoas mais sensíveis. Constata-se, por exemplo, a existência de pessoas que, por necessidade de sobrevivência, estendem suas mãos à mendicância pública, ou mesmo a condição de termos crianças e adolescentes em situação de rua. Observamos, também, pessoas já envelhecidas que, no entardecer de sua existência, vivem da mendicância pública para sua sobrevivência. Outros buscam, nas ruas, uma complementação para sua renda exígua.

Este tipo de existência vai determinando o rumo da vida em sociedade, bem como de questionamentos sobre as razões que levam o ser humano a permitir que este tipo de situação exista. Como as relações sociais vão se estabelecendo de forma tão frágil? Muitas vezes, encontramos respostas executadas automaticamente tentando justificar tal fenômeno social sem maior envolvimento e, para alguns, o que é estarrecedor cai na banalidade, na indiferença, e isto caracteriza o descomprometimento individual com o coletivo. Esta forma vai dando visibilidade a um ser social descomprometido com o outro, egoísta, individualista. Os moradores de rua, na maioria das vezes, são percebidos como sujeitos destituídos de valor, atribuindo-lhes uma identidade de vagabundos, desocupados, malandros, inúteis ou fracassados socialmente, perdendo, ao longo de um processo histórico, a sua auto-estima e a noção de dignidade. Cleisa (1995) salienta:

Considerados e considerando-se como no estágio final da degradação humana, os que vivem na rua são tomados pelo medo de terminar como dejetos da sarjeta, símbolo da queda e do fracasso, com os sinais da degeneração mais visíveis e facilmente reconhecidos por todos: a doença física, a sujeira, a loucura, o alcoolismo, o isolamento, a falta de laços sociais, duradouros (CLEISA, 1995, p.55).

São pessoas que perambulam neste cenário que assombra, tornando esta situação social preocupante pela ausência de condições dignas de sobrevivência. Esta realidade representa o resultado de duas direções sociais que estão ocorrendo em nossa sociedade: as relações sociais sem comprometimento com o outro ou com a condição humana fragilizada; e a forma como o país está direcionando suas políticas públicas para o enfrentamento da má-distribuição de renda no Brasil. O movimento da sociedade é desigual, oportunizando uma grande ruptura na sociedade. As diferenças sociais acarretam estados de desigualdade e de abandono, fazendo com que os indivíduos, sejam, muitas vezes, desnecessários para a sociedade, colocando-os em uma situação de inferioridade.

Paralelamente a todas as conquistas do ser humano, não superamos, nas relações humanas, o “egoísmo”, que separa, empobrece e segrega estas mesmas relações. Não conseguimos ainda aproximar a vida das pessoas em níveis que garantam a dignidade de sobrevivência, tornando-as mais igualitárias. Teme-se a

possibilidade de um rompimento com aquilo que ainda nos une, ou seja, a condição de sermos uma humanidade, uma unidade. Pegoraro (2002) nos faz pensar da importância de termos claro uma postura ética sobre as decisões humanas e sua responsabilidade com seus atos:

Dependendo das decisões humanas, a ciência pode ser usada para construir a vida ou para destruí-la, como aconteceu com a energia atômica. Portanto, a ambivalência da ciência e da técnica é uma preocupação fundamental para a ética e a bioética (PEGORARO, 2002, p.77).

Como percebemos, todo o cuidado no sentido de estarmos acompanhando os atos do ser humano requer do campo da ética uma ação de intervir, garantindo que estudos e atitudes que comprometam a integridade das pessoas sejam denunciados. Não questionamos a ciência comprometida com a cura de doenças que devastam a humanidade, mas questionamos somente a intencionalidade do ato humano. Pois de outra forma, poderemos incorrer em segregação e extermínio, como se percebe ao longo da história da humanidade, principalmente quando trazemos para o nosso estudo a condição de termos pessoas vivendo nas ruas.

Paralelamente a isso, questiona-se: O que ocorrerá com as pessoas sem teto? A sociedade manterá ou eliminará estes homens que, para muitos, não são mais necessários à vida social? Bursztyn (2000) aponta para a existência de um processo de encobrimento da violência social infligida nas populações, que se estabelece nas relações sociais em três etapas: a primeira delas seria a *elaboração de um discurso ideológico da “desqualificação”* Bursztyn (2000), em que apresenta uma imagem desqualificada do “outro” associando-o a problemas de desordem, insegurança, epidemias e criminalidade, servindo de legitimação a uma ruptura de contrato social.

A segunda etapa refere-se à *“desvinculação”*: Esta etapa se expressa pelo abandono da sociedade, dos sujeitos, *“desqualificados”* ou afastados dos processos produtivos reconhecidos. Esta desvinculação vai se refletir no isolamento social, na baixa auto-estima e no comportamento psíquico do indivíduo, sendo que o mesmo encontra em si processos de desvalia social.

A terceira etapa refere-se à “*eliminação*” Bursztyn (2000). Ela poderá ocorrer tanto pelo extermínio, propriamente dito, quanto pela esterilização, pelo genocídio cultural, pelo assassinato eventual em um tiroteio, por exemplo, ou mesmo pela deportação. A terceira etapa de eliminação dos sujeitos vem ocorrendo há algum tempo, exercitada por mentes criminosas, nos fatos que marcam a vida cotidiana dos brasileiros.

Em virtude do exposto, torna-se relevante a elaboração de estudos com comprometimento bioético, cada vez mais aprofundados, no que se refere à natureza humana, não permitindo que o ser humano deixe de ser visto como sujeito, em condições de igualdade, para que não venhamos a incorrer em situações de aceitar o humano como coisa descartável, como no caso de quem vive nas ruas, em uma condição de abandono social e familiar, que sofrem o processo de exclusão social, pois estão fora da divisão social do trabalho.

Os moradores de rua estão surgindo devido a diferentes formas que se estabelecem nas relações humanas: o abandono familiar, questões de drogadição, adoecimento físico, bem como a falta ou perda do trabalho em nossa sociedade. O espaço das ruas é um espaço coletivo e não um espaço de vida particular para nele fazer moradia. Observamos que se existem pessoas vivendo nas ruas é porque existe uma desigual distribuição de recursos sociais que nascem com a divisão social do trabalho, a qual vem a favorecer que as pessoas usufruam destes recursos para suprir necessidades de sobrevivência. Marx e Engels afirmam (1977):

[...] com a divisão do trabalho, fica dada a possibilidade, ainda mais, a realidade, de que a atividade espiritual do homem e a material - a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes. Com a divisão do trabalho dá-se ao mesmo tempo, a distribuição e, com efeito, a distribuição desigual, tanto quantitativamente do trabalho e dos seus produtos: ou seja, a propriedade, que, aliás, aqui já corresponde à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho dos outros. Além disso, a divisão do trabalho e a propriedade são idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade aquilo que se enuncia, na segunda, em relação ao produto da atividade (MARX; ENGELS, 1977, p.46).

A divisão do trabalho e a propriedade privada geram a repartição desigual deste mesmo trabalho e de seus produtos. Devemos pensar como estamos

construindo a sociedade em que vivemos. O Serviço Social possui este compromisso ético político com a totalidade da sociedade, promovendo discussões sobre estas questões. Por isso, precisamos romper com este ciclo da exclusão social apresentado por Bursztyn (2000), que desqualifica a condição humana. Os moradores de rua, na sua grande maioria, são sujeitos que não conseguem, de uma forma ampla, realizar apropriações importantes para um crescimento pessoal e social, situando-se, hoje, em um estado de desvinculação social. Esta desvinculação representa então o segundo processo da exclusão social.

Muitas vezes, o ser humano é levado a realizar gestos de solidariedade/fraternidade universal quando se percebe em situações que envolvem sofrimento. As pessoas para sua sobrevivência necessita deste movimento, de ir ao encontro de seu próximo, pois possui uma natureza gregária, espiritual, bem como de sua natureza ecológica. Este tipo de comportamento demonstra como contraditório é o existir humano. Neste universo contraditório, entendemos que a vida humana se renova em possibilidades de crescimento e manutenção da própria vida através do trabalho. O trabalho é espaço de realização humana. Considera-se o trabalho como condição universal de transformação da matéria em possibilidade e qualidade de vida. Trabalho enquanto fonte de realização humana. Cardoso (1996), em cadernos ABESS, edição especial, remete-nos a pensar sobre a importância e significado do trabalho na vida das pessoas comentando:

[...] o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, costumes e vida (CARDOSO, 1996, p.23).

É no trabalho que o ser humano, por excelência, deveria encontrar condições, garantias para a sua realização, tendo como via para esta materialização e realização o trabalho como fonte geradora de possibilidades infinitas. Todavia constatamos que este mesmo homem navega em um mar onde as diferenças sociais trazem em si a contradição de uns terem trabalho e outros estarem fora deste espaço de realização humana. É na falta do trabalho digno que a miséria se

instaura, não somente a material, mas também a fragilidade subjetiva deste mesmo homem. Esta condição encobre cada vez mais a vida das pessoas, gerando o abandono, alienação.

Esta situação traz, como resultante, a inexistência de uma consciência crítica, que dotaria o ser humano de possibilidades de poder situar melhor a sua própria condição de ser social, que vive o direito de liberdade, de fazer escolhas para sua própria vida. Os direitos, na vida prática, não se constituem direitos de todos, e para se ter liberdade paga-se um preço bastante alto, muitas vezes com a própria vida. A liberdade fica situada somente na aparência, pois, geralmente, as pessoas estão aprisionadas nas investidas cotidianas do sistema capitalista, buscando garantir a sua própria manutenção. Marx (2006) elucida:

Quanto maior a riqueza, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho (MARX, 2006, p.748).

Nesta lógica perversa do sistema capitalista na vida de todos, a liberdade humana acaba se distanciando de um ideal que garanta entre as pessoas a equidade das riquezas produzidas. O cotidiano das relações sociais as torna mais acirradas. As relações de produção acarretam não somente o acúmulo de capital financeiro, mas também o de capital humano escravo. A liberdade humana nasce do respeito que devemos ter uns para com os outros, esta é a regra para se garantir qualidade de vida. Constata-se, então, que os atributos constituintes da essência humana não estão tendo o significado real na vida do ser humano em sociedade, principalmente quando tematizamos a importância do trabalho para a vida humana. A relação humana com o mundo do capital é uma relação de dependência, necessária para própria manutenção do capital. Marx (2006) refere-se:

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se

torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronta para ser explorada, independente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, 2006, p.735).

No plano real da vida, o ser humano não consegue estabelecer a humanização do trabalho e, conseqüentemente, do cotidiano de sua vida, devido aos processos de exploração do sistema capitalista de uns sobre os outros, tendo como pano de fundo o egoísmo. Na prática, o que está faltando são pessoas que realmente tenham atitudes de mudança, atitudes de transformação, atitudes que tenham como sentido a justiça social.

Acreditamos que somente com os movimentos sociais mais amplos conseguiremos estabelecer conscientemente valores mais humanos. Não nos deixando levar por valores econômicos estabelecidos através do valor de compra e venda da força de trabalho. Não permitir que a imagem do humano esteja representada através da imagem de um sujeito social na efêmera condição material. Nesta lógica, o ser humano aprisiona-se na perspectiva do ter “material” e não de ser senhor de si mesmo nas relações sociais mais amplas.

Por fim, os sujeitos não atendidos de uma forma digna poderão ser eliminados da sociedade pelo não atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência. O Serviço Social, bem como todas as ciências sociais aplicadas deverão assumir atitudes de mudanças para que este estado de situação se altere. A estes há a incumbência desta tarefa. O respeito pelas diferenças deverá ser o clima que determinará a constituição social do ser nas relações, garantindo para todos uma constituição social mais democrática.

4.2 OS VALORES HUMANOS E A VIDA CONTEMPORÂNEA

Os valores éticos não poderão deixar de estar sempre presentes nas relações sociais do ser humano, principalmente no mundo do trabalho. As normas da sociedade se entrelaçam com os valores morais. Estas normas, por sua vez, são os

meios pelos quais os valores morais vão sendo legitimados na sociedade. Neste sentido, sentir-se descomprometido com o outro não deverá ser um ato comum na vida, incorporando-se aos costumes dos homens e das mulheres. Este estado de descomprometimento não poderá fazer parte das tramas das relações sociais. A condição humana deverá desenvolver disposições no sentido de estar atenta às necessidades humanas. Os homens e mulheres que são éticos preocupam-se com a vida em sociedade, procuram estabelecer uma permanente discussão sobre a responsabilidade humana para com a vida em sua plenitude.

A condição de abandono em que se encontram muitas pessoas, especialmente as que estão desprovidas de um lar, não poderão representar algo que venha a se tornar banal, mas sim uma condição de alerta e denúncia em nome dos direitos humanos no tocante às necessidades humanas. Este fato deverá ser visto como algo que não condiz com uma sociedade que se afirma na democracia através da igualdade, eqüidade e justiça social. Devemos refletir sobre o comportamento e as atitudes que estão sendo legitimados e que levam a este tipo de condição de vida cotidiana, o abandono social.

O humano é uma condição de ser inacabado, inconcluso, deve, portanto, estar em constante movimento de aprimoramento e questionamento de si mesmo e de seu meio. Não se nasce pronto, torna-se pessoa, isto faz a diferença em relação aos homens e mulheres com os animais, que vivem somente do instinto. Paralelo ao existir biológico das determinações do campo físico, temos também necessidades do campo subjetivo, do comportamento moral existencial, que são as representações estéticas, simbólicas que legitimamos como autênticas deste existir humano. O ser humano, na sua intimidade, não tolera o sofrimento de seus pares quando desenvolve estes processos educativos e de sensibilidade. A felicidade humana está situada no bem-estar de todos. Enquanto permanecer a existência de diferenças sociais, tenderemos a estar em permanente estado de sofrimento.

Os valores humanos deixam de ser mensurados; a morte e a vida assumem estados semelhantes de valor ao olhar de quem não tem muito a perder. Alguns sujeitos, nesta condição, assumem comportamentos de barbárie, não muito diferentes do instinto dos animais que lutam pela sua sobrevivência. Estes sujeitos que estão à margem da sociedade, determinados somente a repetirem os

movimentos de sobrevivência como seres irracionais, agredem uns aos outros por coisas pequenas. É o estado de violência, como observamos anteriormente. É o estado de fragilidade do campo moral da vida humana no planeta. Velho e Alvino (1996) comentam:

A ausência de um sistema de reciprocidade, minimamente eficaz, se expressa em uma desigualdade associada e produtora de violência. A impossibilidade de acesso da grande maioria das camadas populares a bens e valores largamente publicizados, através da mídia e da cultura de massas em geral, acirra a tensão e o ódio sociais (VELHO; ALVINO 1996, p.19).

Os sonhos, os desejos, as soluções para as necessidades maiores e menores da vida não fazem parte do cotidiano de quem não possui nada ou quase nada, estão apagados; e muitos sujeitos nem mesmo terão a chance de realizá-los. Sendo estes mesmos sonhos e desejos do existir humano que nos tornam únicos. O fato das pessoas serem livres, no seu agir, não exonera das responsabilidades sobre o fato de existirem desigualdades sociais, pois o futuro da humanidade está nas mãos destas mesmas pessoas. A sociedade deverá ser compreendida na sua totalidade, e as políticas públicas deverão ser pensadas nesta mesma lógica de totalidade. Quando o ser humano aprende a dividir, as pessoas passam a superar a sua visão acanhada da realidade existente, desse modo, apropriando-se de novos significados sociais.

Os problemas sociais não podem ser vistos somente de uma forma isolada do todo para a sua compreensão. A compreensão da realidade está articulada às vivências contraditórias do ser humano em sociedade, materializada na vida de cada um. Estas formas de ser carecem de estudos e devem ser questionadas e denunciadas pelo Serviço Social. Observamos, no Código de Ética, de 1993, do Assistente Social, a seguinte determinação (BRASIL, 1993, p.25): “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais”, o modo como este profissional colocará em prática tal determinação dependerá de sua visão de sociedade e, conseqüentemente, da construção e aplicação das políticas públicas que são responsabilidades do Estado. Se hoje

constatamos a presença de pessoas vivendo em uma condição de vulnerabilidade social, como é a situação do morador de rua, é necessário considerarmos que:

A história é precisamente o resultado dessas imensas vontades projetadas em diferentes direções e em sua múltipla influência sobre o exterior. Também tem importância o que os múltiplos indivíduos desejam. A vontade move-se pelo impulso da reflexão e da paixão. Mas as alavancas que, por sua vez, determinam a reflexão e a paixão são de natureza muito diversa... Devem ser descobertas as forças propulsoras que agem, por seu turno, por detrás desses objetivos e quais as causas históricas que, na consciência dos homens, se transformam nesses objetivos (ENGELS, 1977, p.108).

Assim, torna-se necessário pensar na responsabilidade de como estamos nos organizando socialmente ao longo da história. Devemos questionar como foram oferecidas ou não, a estes sujeitos em abandono, as oportunidades de apropriações de significados fortes, como educação, trabalho e saúde, instrumentos de crescimento pessoal e em família. Quais os sonhos que nos movem? Um mundo diferente é uma experiência do ser humano comprometido com o meio, este não se satisfaz com as desigualdades, com a injustiça, com os padrões sociais estabelecidos e aceitos, muitas vezes, pela maioria das pessoas, que, infelizmente, vivem aprisionados em redomas impermeáveis pela película do egoísmo, que impedem de enxergar mais além de si mesmos. Isto faz com que exista a segregação, o preconceito, em nome de uma “pseudonormalidade” existencial.

Heller (1985, p.17) aduz: “sentir significa estar implicado em algo” e esta implicação é estarmos envolvidos conscientemente em algo. Este algo poderá ser qualquer coisa: o ser humano, um conceito, ou mesmo um processo, um problema, uma situação, outro sentimento, outra implicação. Será que estamos comprometidos com a vida humana na sua plenitude? Como está se estabelecendo a implicação individual com o outro, e com a vida planetária? Como está se constituindo a implicação do Assistente Social em seu processo de trabalho com a população de rua? No Código de Ética do Assistente Social, menciona-se como dever do Assistente Social:

Denunciar, no exercício da profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos quando há: corrupção, maus-tratos, torturas,

ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão (BRASIL, 1933, p.27).

A ação do Assistente Social no sentido de se estabelecer a justiça social poderá promover uma grande motivação humana para a mudança. O ser humano necessita ser estimulado a acreditar no seu potencial criador, acreditar em si e estar motivado para este processo de estabelecer mudanças. Estas disposições deverão ser conscientes a partir de atos voluntários, necessitando serem estimulados para o novo, levando em conta a responsabilidade que cada ação carrega em si e suas conseqüências. O Assistente Social deverá manter a sua implicação de trabalho frente às demandas que surgem em um contexto cotidiano de trabalho, nas instituições de proteção social, devendo estar atento aos seus deveres conforme consta em seu Código de Ética, estabelecendo o sentido de:

Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive o Conselho Regional, caso se faça necessário (BRASIL, 1993, p.25).

Várias têm sido as demandas sociais que desafiam o trabalho do Assistente Social, bem como a vida em sociedade. O Serviço Social, em especial, tem, nas expressões da questão social, o desafio de ir ao encontro desta realidade com alternativas de mudança, e, comumente, as mudanças poderão ocorrer através da denúncia. Crianças em situação de vulnerabilidade, a crescente situação da violência doméstica, as drogas e o abandono social dos idosos em situação de rua e tantos outros, representam o resultado das relações humanas sem comprometimento social com o outro.

Muitos são também os programas destinados ao atendimento das necessidades sociais, mas que não atingem o âmago de sua solução. A relação estabelecida do Serviço Social no mundo do trabalho estabelece um processo de questionamento sobre a realidade em que estamos inseridos. O processo interventivo do Serviço Social traz em si a marca de uma atitude crítica sobre a realidade. A pesquisa, no Serviço Social, possui uma metodologia de

reconhecemos esta realidade social, perquirindo informações e soluções para este enfrentamento. Eis o grande desafio posto ao Serviço Social, bem como ao mundo contemporâneo através da pesquisa.

A relação que se estabelece no mundo do trabalho com o capital traz em si, como consequência, um estado de fragilidade humana, que nasce desta mesma relação. Quando o capital se apropria da vida humana, sobrepondo-se a ela, as relações humanas tornam-se fragilizadas. Todavia, o poder econômico não poderá determinar as regras sobre o existir humano e, portanto, devemos estar atentos, vigilantes para que este estado de alienação⁵⁰, ou, ainda, mais radicalmente, estados de reificação⁵¹ não se instaurem na vida cotidiana das pessoas. O homem deverá ser sujeito da construção da organização social em que vive. O capital não poderá ser visto como algo maior que se sobreponha às relações humanas, predominando desta maneira sobre a vida em nossa sociedade planetária.

O que realmente torna-se importante é saber quais são os valores que estão norteando o relacionamento humano nas suas dimensões éticas. Souza (1989, p.13), quando questionado sobre o que é ética, explica: “ética é um conjunto de princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas”. Se pensarmos nesta lógica de direcionamento, questionaremos: Como proteger a vida, nos padrões de valor relacionando-os ao bem e à justiça, quando constatamos pessoas vivendo nas ruas de forma desigual em sociedade? O que está em jogo, então, é analisarmos os valores que estão orientando as relações humanas, questionar como estão sendo constituídos os padrões morais em sociedade. Como o egoísmo toma

⁵⁰ “Alienação no sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo uma instituição ou uma sociedade tornam-se (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou – também a outros seres humanos e, - além de e através de – também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim, concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade)” (BOTOMORE, 1988, p.5).

⁵¹ Reificação é “o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornam independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso ‘especial’ de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista” (BOTOMORE, 1988, p.314).

conta da vida das pessoas, tornando-as cada vez mais individualistas, individualizantes, individualizadoras? Velho e Alvino (1996) argumentam:

[...] a natureza do individualismo na sociedade brasileira vem assumindo características tais que a tornam palco de um capitalismo voraz com uma dimensão selvagem, relegando a segundo plano as referidas preocupações com a equidade e reforma social (VELHO; ALVINO, 1996, p.19).

O campo ético oportuniza esta reflexão. A expressão dos valores no campo da moral, da vida em sociedade, deverá estar relacionada sempre ao campo histórico em que se desenvolve a vida humana, mensurando como a sociedade capitalista vai, ao longo desta trajetória, apropriando-se da vida das pessoas. A moral nas relações sociais só se estabelece quando legitimamos algum valor importante para determinado período histórico da vida humana. Em nosso contexto, percebemos que existe uma crise no que se refere a valores que prezem por atitudes pacíficas de relacionamento e de respeito pelas minorias sociais. Velho e Alvino (1996), quanto a isso, fazem-nos refletir:

A crise e quebra de valores comuns evidencia-se pelas descrições e relatos de extrema violência e crueldade em várias situações, como seqüestros e guerras de quadrilhas. Por outro lado, a repressão dos órgãos de segurança, constantemente, manifesta-se de modo truculento e arbitrário, agravando ainda mais a situação de medo generalizado (VELHO; ALVINO, 1996, p.19).

Refletir sobre o pensamento dos autores relacionados acima leva-nos a imaginar como pensar, no mundo contemporâneo, o sentido do valor relacionando-o à vida humana. Heller (1989, p.04) faz referência às atribuições do valor, destacando as seguintes considerações: “valor é tudo aquilo que contribui para explicitar e para enriquecer o ser genérico do homem, entendendo como ser genérico um conjunto de atributos que constituiriam a essência humana”. Sendo assim, a generosidade, a tolerância em relação às diferenças, a equidade nas relações sociais, poderão sobrepor a sentimentos que ainda persistem na conduta de algumas pessoas e grupos sociais, como egoísmo, intolerância entre outros, que não enriquecem o ser genérico humano. Heller (1989, p.04) considera como sendo os atributos do ser

genérico humano: “A objetivação que se caracteriza nos termos ontológicos pelo trabalho, a sociedade, a consciência, a universalidade e a liberdade”.

Estes atributos, sobre os quais a autora nos faz refletir, comporiam a “essência humana”, que seria concebida não como uma estrutura intemporal e/ou a-histórica, dada e imutável, mas também como a processualidade dinâmica constitutiva do ser social, resultado sempre em aberto e inconcluso da infinita humanização do ser humano. Nesta perspectiva, percebemos que a consciência humana encontra-se muitas vezes aprisionada em processos sociais que colocam o ser humano em uma condição de isolamento, de um individualismo torturante, o qual aprisiona o homem em si mesmo e nas suas coisas; coisas efêmeras, que desaparecerão com o seu próprio existir. Quando assim caminha o ser humano, perde a oportunidade de exaltar o que realmente permanece e enaltece a essência humana, o compromisso que temos para com os outros, no sentido de construirmos uma sociedade justa radicada em princípios democráticos e de fraternidade.

4.3 O EMPOBRECIMENTO COMO REALIDADE NO BRASIL

Para discutirmos possibilidades e limites de se viver dignamente e com qualidade de vida é importante considerarmos os acontecimentos históricos mais recentes, como a transformação da estrutura da representação do Estado e sua responsabilidade para com as mudanças condicionadas por influências externas de instituições internacionais, como O Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI entre outras. Trata-se de uma sociedade influenciada por mudanças nas políticas de governo, que assume contornos de uma política globalizada, cujas ações privativas e protetivas do Estado⁵² sofrem processos de continuidade, e a força do trabalho, como ação emancipatória do indivíduo enquanto sujeito de sua própria história, vai sofrendo um desaceleramento enquanto processo de crescimento. Nesta lógica de raciocínio, Silva (2001) faz a seguinte afirmação sobre

⁵² A transformação da estrutura jurídica do Estado é uma dessas conseqüências, como realça Faria ao referir que essas mudanças têm sido condicionadas por diferentes problemas econômicos, políticos, sociais e culturais, exigindo em torno do princípio da soberania nacional, do monopólio de seu sistema normativo e da unificação das fontes de direito mudanças radicais (FARIA, 1997).

a importância de pensarmos sobre os processos da globalização⁵³ e a nova lógica de funcionamento do Estado na forma de fazer política:

Na realidade, vê-se que os Estados se tornaram impotentes frente aos fenômenos da globalização, e, mais, adaptam-se às linhas econômicas impostas pelo mundo globalizado e pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional. O resultado mais visível é a profunda crise do Estado, que não vê paradigma suficiente a pô-lo a salvo das nefastas consequências causados pelo processo (SILVA, 2001, p.101).

A perda da legitimidade representativa do Estado, no que diz respeito ao seu papel de provedor das garantias mínimas de atenção social, traz consigo a fragilidade das relações sociais. Instaura-se o não-acesso a bens e serviços que poderiam ser garantidos pelas políticas públicas. Com esta idéia de perda da legitimidade do Estado, as relações sociais vão se estabelecendo no cotidiano da vida, através de acirramento das desigualdades sociais, como, por exemplo, a temática que trazemos como pano de fundo de nosso estudo, a existência de sujeitos vivendo nas ruas. Silva (2001, p.97) comenta a respeito da imposição da globalização sobre o Estado, afirmando que: “Ao mesmo tempo que saqueia o erário público, os executores da globalização impõem ao Estado um tipo de gerenciamento que leva à ruína a economia do país, o que modifica visivelmente sua estrutura”. Neste mar de instabilidade econômica e social imposta pela não-presença do Estado de bem-estar-social⁵⁴, constatamos a existência de muitos trabalhadores que, por falta do trabalho e de uma qualificação profissional, estão nas ruas, consequência direta de um Estado que se mostra distante nos seus compromissos perante a sociedade, bem como na promoção do trabalho, que dignifica a vida.

⁵³ A globalização é uma ordem econômica e tecnológica transnacional, à qual todos devem se integrar, sob pena de sofrer um processo de seleção natural, no sentido evolucionista do século XIX (SANCHES, 1997).

⁵⁴ (...) a grande mudança da ação Estatal brasileira frente às políticas sociais ocorreu após 1930, quando o Governo Federal assume a responsabilidade de determinar os rumos das políticas sociais até então exercidas de maneira difusa e superficial pelos poderes locais. A Constituição de 1934 consagra um conjunto de atribuições para a União, Estados e Municípios com repercussões nos campos social e econômico: no primeiro tem-se o amparo aos desvalidos, à maternidade, à infância e às famílias de prole numerosa, a proteção à juventude, a restrição à mortalidade e morbidade mental e o combate às grandes endemias; enquanto que no segundo, formalizando a grande transformação que o país passava, estabeleceu um conjunto de medidas que vieram regulamentar o trabalho, o salário mínimo, limite de oito horas para o trabalho diário, proibição do trabalho a menores, repouso semanal, férias anuais remuneradas e assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante (FLICKINGER, 2000, p.29).

Neste mesmo movimento de construção da história humana, constatamos que as décadas de 1960 e 1970⁵⁵ foram marcadas por uma presença organizada e articulada do trabalhador, o qual reivindicava seus direitos enquanto classe operária. Este movimento social dos sindicatos dos trabalhadores tinha por objetivo garantir e resistir às articulações do sistema capitalista, o qual, por sua vez, intencionava fragilizar, em nível mundial, o movimento operário da classe trabalhadora através dos sindicatos. Este movimento deixou marcas profundas de resistência no transcurso da história, mais particularmente nas últimas décadas do século passado.

A classe operária, de trabalhadores vinculados aos movimentos sociais na atualidade, perdeu seu poder de pressão e resistência que outrora possuía, pois sofreu metamorfoses no seu movimento enquanto trabalhadores vinculados a um movimento social. Esta forma de pressão e organização era garantida pelos sindicatos dos trabalhadores, que, no transcurso da história, foram perdendo esta identidade de movimento social, uma questão também de perda de identidade de classe. Antunes (1999) ressalta:

O mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas. As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para além do capital (ANTUNES, 1999, p.35).

No Brasil, o sonho de se ter um Estado de bem-estar, com caracteres de primeiro mundo, nunca chegou a existir, ou seja, cada vez mais vai se implementando um Estado ausente. O sentimento de abandono social permanece

⁵⁵ Houve enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascensão desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se ainda que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o *novo sindicalismo* ao longo da última década (ANTUNES, 1999, p.151).

na vida do trabalhador brasileiro, que luta pela sua sobrevivência, sofrendo a ameaça, cada vez mais acirrada, de perda dos seus direitos sociais.

Surge, a partir da década de 1980, no mundo todo, principalmente na Europa e na América do Norte, uma forte corrida no processo de internacionalização das economias capitalistas, o que recebe o nome de globalização, como mencionamos anteriormente. Este processo vai se instaurando para atender um mercado cada vez mais exigente e mundial, através da utilização de mão-de-obra “barata”, além da utilização de matérias-primas e tecnologias existentes mundialmente. Ianni (1996) faz alusão às transformações no mundo do trabalho. Para o autor, o que caracteriza o final do século XX e o início do XXI é o fato do trabalho tornar-se realmente global. E acrescenta que o capitalismo também se tornou globalizado.

Como referencial de modelo de produção para o mundo do trabalho, neste mesmo período, a sociedade desenvolveu o Fordismo, o Teylorismo e, posteriormente, o Toyotismo⁵⁶ no estabelecimento das relações de trabalho e de produção. A partir de então, emergem, desse mesmo processo, novos significados no panorama das transformações no mundo do trabalho, tendo como fator gerador destas modificações as inovadoras tecnologias, até então inexistentes, como a robótica, a informatização. Esse fenômeno não é localizado somente em determinadas regiões como o Brasil, mas vem se desdobrando no mundo todo. Rifkin (1996) apresenta algumas considerações sobre a situação que se constata a partir das inovações tecnológicas e suas conseqüências:

Uma nova geração de sofisticadas tecnologias das comunicações e da informação irrompe em uma ampla variedade de postos de trabalho. As máquinas inteligentes estão substituindo, pouco a pouco, os seres humanos em todos os tipos de tarefas, forçando a milhões de trabalhadores de produção e de administração a formar parte do mundo dos desempregados, ou pior ainda, a viver na miséria (RIFKIN, 1996, p.23).

⁵⁶ O fordismo e o teylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado “Kalmarianismo”) do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns dos casos até substituídos, como na experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar. Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos pela flexibilização da produção, pela espacialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 1999, p.16).

Para o ser humano vencer os atuais desafios impostos pelo processo dinâmico da tecnologia, mais especificamente da robótica e da informática, terá de ser bastante criativo e, ao mesmo tempo, rever seus valores humanitários para que não se venha a sucumbir frente às facilidades que o mundo moderno oferece na eliminação dos postos de trabalho. A tecnologia não vem contemplando a população de modo geral, mas algumas minorias privilegiadas que usufruem economicamente de recursos financeiros e compram esta tecnologia de ponta.

O contingente de excluídos é cada vez maior. Existe uma crescente população de agrupamentos de pessoas vivendo de forma primitiva nas periferias de nossas metrópoles. Enquanto isso, deparamo-nos com a substituição do ser humano pela máquina, sendo justamente este um dos fatores que desencadeiam o contingente de pessoas desempregadas. O futuro já era antevisto pelo autor acima referido. Rifkin (1997) aborda sobre esta questão:

Marx predizia uma constante progressão de máquinas cada vez mais sofisticadas em substituição do trabalho e argumentava que cada inovação tecnológica transforma as operações dos trabalhadores em operações mais e mais mecânicas, para que em um momento determinado o mecanismo usurpe seu lugar (RIFKIN, 1997, p.38).

Os avanços tecnológicos terão que contribuir para o bem-estar das pessoas; não transformá-las em instrumentos passivos de produção; ou ser motivo de ameaças de perdas de postos de trabalho. As mudanças produzidas pela atual forma de organização da economia e do mercado são excludentes, repercutindo de forma avassaladora na vida das pessoas. O processo de globalização, o esgotamento da presença do Estado de bem-estar e a concentração da riqueza trazem, no seu bojo, o desemprego estrutural e o subemprego, assim, dificultando as condições de vida da população.

Por conseguinte, uma crescente subclasse pauperizada de recursos materiais, de sonhos, desejos e de todo um conjunto de condições mínimas de sobrevivência, torna-se maior em nossa sociedade. Ianni (1996, p.30) faz a seguinte afirmação: “O desemprego estrutural, pode implicar a formação da subclasse, uma manifestação particularmente aguda da questão social”. Com todas essas modificações e tendências, o mercado torna-se também mundializado, a

concorrência entre as nações por preços e ofertas transcende às barreiras nacionais, pois o mais importante é o lucro.

As barreiras e impedimentos sociais, culturais, antes existentes, não são mais empecilhos para o crescimento desses trabalhadores em proporções que transcendem as barreiras regionais, tornando-se global. O mercado de trabalho torna-se de abrangência mundial. Para a produção em escala mundial os grandes monopólios da produção procuram situar-se em locais onde poderão dispor de um trabalhador ao qual possa pagar salários menores. Um mercado de reserva de trabalhadores não somente na dimensão geográfica que se situa, mas em nível global. Hoje, um mesmo objeto poderá ser planejado em um determinado local, sua execução poderá ser produzida em outro, introduzindo-se nos mais diversos países. Sua montagem poderá seguir o mesmo processo em outro local. Para aquele que produz, o mais importante é garantir o menor custo e uma maior produtividade, ou seja, um maior lucro.

Surge o processo migratório destes trabalhadores, e, neste movimento, mesclam-se culturas, mas também as rivalidades entre nacionalistas e estrangeiros, gerando conflitos, terrorismos internacionais e destruição. Ianni (1996) faz alusão a alguns dos aspectos marcantes da questão social pertinentes à sociedade global, como o “*desemprego cíclico e estrutural*”, que representa a constante falta de trabalho, em que o mercado, estruturado de uma forma fragilizada, não absorve a massa excedente de trabalhadores, e que favorece o crescimento de contingentes situados na condição de subclasse, superexploração da força do trabalho, discriminação racial, sexual, de idade, política, bem como o surgimento de pessoas que não conseguem mais vender a sua força de trabalho, encontrando nas ruas a sua única forma de sobrevivência.

Nesse processo de ruptura cultural, constata-se o enfraquecimento dos Estados nacionais, como referido anteriormente, ferindo de certa forma a soberania dos países frente a este mesmo processo de globalização. Para o estabelecimento de limites na vida das instituições nacionais faz-se necessário que as mesmas instituições se imponham a esta interferência frente à permanência deste tipo de subemprego.

Em determinado período histórico da humanidade, o homem escravizava o próprio homem arrancando-o de sua terra, da sua comunidade, levando-o escravo, cativo para terras distantes e com destino incerto. Esses cativos iriam trabalhar nesta condição para garantir aos seus senhores o lucro e a produção de riquezas. Hoje, o que muda é que o trabalho vai ao encontro das pessoas na condição de cativos da miséria social em que estes se situam. O mundo do trabalho vai ao encontro desses pólos de excedentes de mão-de-obra, escravizando estes trabalhadores através de salários aviltantes, salários que não garantem nada além da condição de sobrevivência. Estes salários mantêm os operários na condição de escravo moderno. Os trabalhadores, na sua grande maioria, ganham proventos somente para a sua manutenção física, e os Estados nacionais facilitam de certa forma tal situação através de políticas de assistência não-emancipatórias. Faleiros (1996) faz a seguinte referência a esse contexto:

É sob essa tensão entre globalização e as formas de tradições dos Estados nacionais que se elaboram as políticas sociais de modo a possibilitar a circulação de mão-de-obra de um país a outro e uniformizar (em geral por baixo) seus custos internacionais (FALEIROS, 1996, p.19).

Estas políticas sociais estão sendo colocadas à disposição das pessoas para viverem e reproduzirem-se na sociedade, em estado de dependência, pois fragmentam os direitos sociais e o próprio cidadão por meio de políticas setorializadas, como para a mulher, para a criança, para o portador de deficiência, para o idoso, para o morador de rua, como se estes segmentos não fossem partes integrantes de uma população vista como um todo. Não existe, por parte do Estado, uma política ampla para o morador de rua, assim, sob tal lógica, este sujeito não existe para o Estado este sujeito não tem expressão, o Estado não conhece o número quantitativo desta população⁵⁷. Sabemos que as políticas públicas surgem quando o Estado,

⁵⁷ O prefeito José Fogaça firmou, no Paço Municipal, parceria com a Ufrgs para a realização do Estudo Quanti-Qualitativo com a população adulta, crianças e adolescentes em situação de rua, em Porto Alegre. [...] O estudo também inclui um censo sobre populações afrodescendentes, remanescentes de quilombolas, e indígenas. Além de atualizar os dados disponíveis, as pesquisas irão aprofundar as informações sobre as populações, tendo como base elementos da formação histórico-antropológica, identificação dos principais locais de agrupamentos na cidade e os respectivos dados étnicos e socioeconômicos. "São dados importantes para avaliação e diagnóstico da prefeitura, apontando rumos que devemos tomar para ampliar as políticas sociais, de proteção à infância e adolescência e também de apoio para comunidades quilombolas e

através de seus órgãos competentes, estabelece um panorama social de realidade a partir da pesquisa por amostragem, revelando assim índices nacionais na sua representatividade. O Brasil não sabe o número de população que vive nas ruas dos Estados da Federação. Essas estratégias do Estado, estabelecidas através de políticas compensatórias, vêm encobrendo pálida e morosamente o que de fato representa a necessidade de se atender um contingente de pessoas que vivem em condições de extrema necessidade material. Behring e Boschetti (2007) relatam:

A assistência social é a política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e para superar algumas características históricas como morosidade na sua regulamentação como direito, a LOAS só foi sancionada em 1993 e efetivada a partir de 1995; redução e residualidade na abrangência, visto que os serviços e programas atingem entre 15% e 25% da população que deveria ter acesso aos direitos; manutenção e mesmo reforço do caráter filantrópico, com forte presença de entidades privadas na condução de diversos serviços, sobretudo os dirigidos às pessoas idosas e com deficiência; e permanência de apelos e ações clientelistas (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.161).

A desigual distribuição da riqueza socialmente produzida no Brasil reflete o quanto a sociedade capitalista é díspar, percebemos isso quando analisamos os salários⁵⁸ pagos aos trabalhadores brasileiros, salários que não suprem, na sua totalidade, níveis para a garantia de acesso à saúde, educação, alimentação e moradia, por exemplo, na vida de muitos brasileiros. Esses exemplos são a manutenção da miséria, não oportunizando a auto-suficiência, mas, mantendo as pessoas na situação de dependência. Outro fator que também é preocupante é a

indígenas”, avaliou o prefeito”<http://outraproposta.wordpress.com/2007/08/27/porto-alegre-tera-levantamento-sobre-populacao-de-rua/>. Consultado em 16/02/2008.

⁵⁸ Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais divulgados pelo IBGE (2007), com base em levantamento da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). O rendimento médio dos integrantes das famílias era de aproximadamente R\$596,00 no ano passado. No entanto, nas camadas mais pobres da população, o valor caía para apenas R\$147,00. Entre as classes mais favorecidas, o rendimento chegava a R\$2,6 mil, ou 18 vezes mais que a renda dos mais pobres. O valor médio do rendimento familiar *per capita*, segundo os dados da PNAD 2006, ficou em torno de R\$596,00. Em metade das famílias, porém, o rendimento ficou abaixo de R\$350,00. No caso do rendimento das famílias situadas nos quatro primeiros décimos da distribuição de renda (as 40% mais pobres), o valor médio era R\$147,00, ou pouco menos de ½ salário mínimo daquele ano. No último décimo, o rendimento alcançou quase R\$2.678,00, ou seja, 18 vezes mais. Considerando o conjunto de cerca de 565 mil famílias correspondente ao 1% mais rico, o rendimento médio era de R\$7.688,00 *per capita*. Tais resultados evidenciam o alto nível de desigualdade de renda no país.

questão dos altos índices de analfabetos⁵⁹ em nossa sociedade. No Brasil, conforme dados do IBGE (2007), o analfabetismo atinge 14,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais e está concentrado nas camadas mais pobres, nas áreas rurais, especialmente do Nordeste, entre os mais idosos, de cor preta e parda.

Tabela 1 - Analfabetismo na América Latina e Caribe⁶⁰

<i>País</i>	<i>n</i>
Haiti	45,2
Nicarágua	31,9
Guatemala	28,2
Honduras	22,0
El Salvador	18,9
República Dominicana	14,5
Bolívia	11,7
Jamaica	11,3
Brasil	11,1
Peru	8,4
México	7,4
Colômbia	7,1
Equador	7,0
Panamá	7,0
Venezuela	6,0
Paraguai	5,6
Porto Rico	5,4
Belize	5,3
Bahamas	4,2
Costa Rica	3,8
Chile	3,5
Antilhas Holandesas	3,1
Argentina	2,8
Cuba	2,7
Uruguai	2,0
Trinidad e Tobago	1,2
Guiana	1,0
Barbados	0,3
Média	9,95

*Dados do Cepal 2005

⁵⁹ A queda de 29,1% na taxa de analfabetismo entre 1996 e 2006 não foi suficiente para tirar o Brasil do incômodo penúltimo lugar no *ranking* de alfabetização na América do Sul. Segundo dados do IBGE (2007), o percentual de brasileiros que não sabem ler e escrever é inferior apenas ao da Bolívia, onde a taxa de analfabetismo foi de 11,7% em 2005.

⁶⁰ Fonte: IBGE (2007).

Em relação a todos os países latino-americanos e caribenhos, o Brasil possui o pior índice no que se refere às questões sobre o analfabetismo, está em 9º lugar. O Nordeste teria o 5º pior desempenho em alfabetização da América Latina e Caribe, segundo dados fornecidos pelo IBGE (2007), à frente apenas de Honduras, Guatemala, Nicarágua e Haiti. Na comparação de dados de população urbana da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), em 2005, o Brasil saiu-se pior do que vizinhos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo, como Peru, Venezuela e Colômbia. A taxa brasileira de analfabetismo, 11,1% entre os maiores de 15 anos, ficou, em 2005, acima da média do grupo, que foi 9,95%.

O número divulgado pelo IBGE referente a 2006, 10,4%, também está acima dessa linha. O contingente de analfabetos no Brasil, acima de 15 anos, é de 14,4 milhões de pessoas como já foi mencionado, colocando o país no grupo das 11 nações com mais de 10 milhões de não-alfabetizados, ao lado do Egito, Marrocos, China, Indonésia, Bangladesh, Índia, Irã, Paquistão, Etiópia e Nigéria. O grupo é considerado prioritário para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que criou programa de metas de erradicação de analfabetismo até 2015. Neste sentido, detectamos grande disposição para uma desigualdade educacional, ou seja, que irá responder a uma discrepância em níveis salariais. Henriques⁶¹ (2004, p.67) elucida:

A escolaridade média de um brasileiro é em torno de 6 anos de estudo. Isso significa que um adulto entra no mercado de trabalho com uma escolaridade equivalente a uma criança de 13 anos de idade que não apresenta defasagem escolar. A escolaridade média dos pobres é inferior a 3 anos de estudo.isto significa que um adulto pobre, em média, entra no mercado de trabalho com uma escolaridade equivalente a uma criança de 10 anos de idade.A escolaridade média dos 25% mais ricos da população, por sua vez, é superior a 10 anos de estudo. É evidente que com essa heterogeneidade na escolaridade formal não há qualquer possibilidade de igualdade de oportunidades entre os brasileiros (HENRIQUES, 2004, p.67).

Com isso, criam-se massas de excluídos socialmente, pessoas apartadas do mundo da educação, analfabetos; e, paralelamente, a existência de uma elite

⁶¹ Ricardo Henriques - Secretário-Executivo do Ministério da Assistência Social e Coordenador da Unificação dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal.

universitária mais qualificada para enfrentar o mercado de trabalho. O IBGE (2007) aponta que, em 2006, 76,4% dos estudantes freqüentavam universidades particulares, e apenas 23,6% estavam em estabelecimentos públicos. No entanto, mais da metade dos estudantes que freqüentava o ensino superior na rede pública (54,3%) pertencia aos 20% mais ricos. Já no caso dos jovens de 15 anos de idade, que deveriam ter 8 anos de estudo completos, a média era de 6,5 anos de estudo em 2006, contrastando com 5,2 anos em 1996. A média em torno de 8,5 anos de estudo, que representaria a conclusão das primeiras oito séries do ensino fundamental, só era alcançada, em 1996, pela população de 18 anos - em 2006. As desigualdades verificavam-se em todas as grandes regiões. Scocuglia (2005) remete-nos a pensar sobre esta possibilidade de crescimento social no Brasil através do estudo, relatando:

A educação como direito humano tem sido privilégio de poucos ao longo da história do Brasil, e de muitos Países. Embora na segunda metade do século XX tenhamos avançado, é notório que o equacionamento da progressão quantitativa com a necessidade com a necessária qualificação dos processos de educativos ainda não se vislumbra um horizonte próximo. O fato de que em algumas "ilhas" a qualidade tenha avançado consideravelmente não modifica a regra geral da baixa qualidade e o caso brasileiro é emblemático nessa constatação (SCOCUGLIA, 2005, p.14).

Cabe, portanto, à sociedade assumir o desafio de exercer um tipo de comportamento social que force o Estado, de forma concreta, no sentido de garantir a efetividade das políticas públicas na área da educação de base, tendo uma nação consciente de seus deveres e direitos. Faz-se premente pulverizarmos esta influência política internacional de conseqüências funestas na política interna brasileira, pessoas estão perdendo o sentimento de pertencimento no conjunto da sociedade, por estarem distantes e de não estarem integradas no trabalho que realizam, no estudo que as qualifiquem, nas relações sociais mais amplas que as tornem identificadas como sujeitos neste mesmo mundo global. Numa sociedade dita de iguais, existem os desiguais. O fator essencial para se atingir o progresso democrático, é a cidadania, definida por Demo (1997, p.171), como a "competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada".

Os moradores de rua, na sua grande maioria, alimentam-se das sobras alheias recebidas através de doações assistencialistas. Muitos padecem de enfermidades provenientes da situação de abandono, como alienação mental, drogas, adição e outros. Para alguns, seu cotidiano é transitar de um lado para outro, fugindo das ameaças constantes que a situação de rua oferece. Outro ponto a ser avaliado diz respeito ao processo de envelhecimento acelerado da sociedade brasileira, sendo dois fatores preponderantes para explicar este fenômeno social: a queda da taxa de mortalidade e a redução da taxa de natalidade. Esta queda da taxa de mortalidade é visível nas últimas sete décadas até a virada do século.

Como já destacado, são dois os fatores determinantes na estrutura etária da população na virada do milênio, o primeiro centra-se no advento dos antibióticos, que possibilitaram a queda das ameaças à saúde, como as doenças infecciosas e parasitárias. O segundo poderemos situar, no saneamento básico, a educação às medidas de higiene, como fatores relevantes no sentido de se garantir qualidade de vida à população.

De acordo com o IBGE (2007), o Brasil possui muitos idosos com 60 anos ou mais que trabalham somando-se um total de 5,9 milhões (30,9%). Entre estes, estão 3,6 milhões de aposentados que ainda trabalham na faixa etária de 70 anos ou mais. O IBGE (2007) informa que o percentual de idosos ocupados é significativo (18,4% no Brasil), especialmente no Sul (25,1%) e Nordeste (21,9%). A principal categoria entre os idosos é o trabalho por conta própria (40%), especialmente no Norte e Nordeste, onde esse percentual ultrapassou 45%. O trabalho para consumo próprio (agricultura de subsistência) é realizado por 21,5% dos idosos, com destaque para o Sul (33,2%). Os empregadores são 7% dos idosos com 60 anos ou mais. Idosos brancos vivem mais que idosos pretos ou pardos. Vivem na pobreza com rendimento de até 1/2 salário mínimo, aproximadamente, 2,4 milhões (12,4%) de idosos no país. A pobreza era maior, em 2006, entre os idosos do Nordeste, onde 23,5% recebiam renda de até 1/2 salário mínimo.

O IBGE (2007) revela ainda que a maior parte dos idosos (44,5%) mora com os filhos, no entanto a proporção de idosos que moram sozinhos cresceu de 11,1%, em 1996, para 13,2%, em 2006. A Síntese de Indicadores Sociais IBGE (2007) aponta uma menor proporção de idosos que se autodeclararam pretos e pardos

(41,6%) em relação aos brancos (57,2%). Entre as pessoas de cor branca, 11,7% ultrapassaram os 60 anos, enquanto, entre os pretos e pardos, esse percentual cai para 8,6%, refletindo as condições de vida mais precárias das populações preta e parda comparativamente às da branca, do ponto de vista socioeconômico, especialmente com relação às mais elevadas taxas de mortalidade em diversos grupos etários e também no nível educacional mais baixo. Com tantos dados, observamos como a desigualdade social atinge todos os seguimentos sociais em nosso país. As condições de raça e a situação financeira de cada sujeito são expressas de forma desigual, o sistema capitalista vai oprimindo cada vez mais estes seguimentos.

Os poucos recursos para o atendimento desta contemporânea população de pessoas na terceira idade não estão possibilitando uma ampla cobertura para que o indivíduo tenha qualidade de vida, tendo, no espaço da rua ou na rua, a única alternativa de buscar a sua sobrevivência. Oliveira (2003) reflete sobre a condição de vida de alguns idosos moradores de rua, que, por condicionamentos sociais, procuram na rua oportunidades de sobrevivência, que esta não oferece, e aduz:

Ao se analisar a biografia de alguns idosos moradores de rua, observa-se a pouca ou quase inexistência de oportunidades para interagir em atividades criadoras ao longo de suas vidas, que viessem possibilitar uma realização pessoal enquanto homens particulares (OLIVEIRA, 2003, p.86).

A rua, como espaço de sobrevivência, somente oportuniza a reprodução social da miséria, e reafirmamos que não existem políticas públicas para as pessoas moradoras de rua. Para muitos, a rua torna-se o único local utilizado para sobreviverem, caracterizando-se assim um número cada vez maior de idosos vivendo como moradores de rua. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde – OMS (2006) – a expectativa de vida do brasileiro é de 70 anos, em 2025, deverá ser de 72,1 anos. Se não atendidas as necessidades básicas de sobrevivência da população de idosos, estes tornar-se-ão uma subclasse, somando-se a estes milhões de famílias brasileiras que, muitas vezes, encontram-se fora do mercado de trabalho, residindo nas periferias das grandes metrópoles, onde as crianças encontram, nas ruas, o espaço para o seu desenvolvimento; e os idosos o amargo

abandono na velhice. O mesmo autor salienta o quanto de prejuízos morais e físicos estes sujeitos que moram nas ruas sofrem com o surgimento deste fenômeno característico da “subclasse”, como sendo a expressão do desemprego prolongado e das transformações sociais, ou seja:

O pauperismo, a desorganização familiar, preconceito racial, guetização de coletividades em bairros das grandes cidades, preconceito sexual e de idade, e desenvolvimento de uma espécie de subcultura de coletividades segregadas (IANNI, 1996, p.30).

Encontram-se também, em nosso cotidiano, muitas famílias vivendo atualmente sob a renda proveniente da aposentadoria de idosos, e vão se agrupando em torno do idoso, retirando de seu controle seus poucos recursos. Muitos ficam à míngua, relegados a alojamentos domésticos, desprovidos de conforto, ou mesmo às ruas. Costa (2007) faz referência sobre a necessidade de o idoso manter-se no mundo do trabalho na tentativa de garantir a sua sobrevivência e dos que estão sob o mesmo teto afirmando:

Para os idosos, as possibilidades de obterem novas ocupações num mercado de trabalho cada vez mais competitivo passam a ser um desafio, e eles buscam, mesmo que de forma autônoma, ocupação que lhes renda numerário para servir de complemento para os rendimentos que recebem e que já não mais dão conta das necessidades da família. Assim sendo, as famílias passam a depender de seus idosos, que, por sua vez, assumem as famílias de seus filhos e passam a contribuir com a renda dos benefícios previdenciários ou com os recursos advindos da renda do trabalho (COSTA, 2007, p.183).

Tanto o idoso inserido no mundo do trabalho como aquele que utiliza as ruas como meio de sobrevivência sofrem o conflito do abandono, neste ciclo de vida, pelo desconforto de terem que viver na total falta de recursos para sua sobrevivência. Muitos destes sujeitos passaram a vida na quase condição de pobreza e miserabilidade, pois o mercado de trabalho deteve-se na exploração direta da sua força de trabalho. Hoje, na fase mais avançada da vida, deveriam usufruir condições favoráveis para poderem apreciar a velhice na sua forma mais agradável de ser. A cidadania está diretamente implicada na condição de ser idoso. O idoso que usufrui salário, saúde e aconchego familiar, bem como na sua relação com amigos, pode

fazer uma viagem no passado e sentir-se orgulhoso de ter e estar contribuindo de forma madura nas relações sociais.

Outros, muitas vezes, vão sobrevivendo de recursos precários como os benefícios de prestação continuada para idosos com mais de 65 anos, cuja renda não exceda a um quarto do salário mínimo, bem como de programas sociais que não contemplam as reais necessidades de uma qualidade de vida, permanecendo em uma condição de não emancipação social, criando uma condição de dependência a estes mesmos programas. Muitas vezes, os agrupamentos familiares são organizados sem um planejamento, constituindo-se por um número infindável de filhos e outros agregados. Este quadro social é resultado da desorganização político-social em nosso país, historicamente estabelecida.

Segundo o IBGE (2007), de 1996 a 2006, o número de mulheres que se declararam como a pessoa de referência da família aumentou de 10,3 milhões para 18,5 milhões em todo o país. A taxa de ocupação dos filhos foi maior nas famílias chefiadas por mulheres: 44,1%, contra 40,3% nas famílias chefiadas por homens. Essas são algumas das conclusões da Síntese dos Indicadores Sociais – 2007. Em 1996, o número de mulheres indicadas como a pessoa de referência da família era de 10,3 milhões. No ano passado, o número subiu para 18,5 milhões.

Em termos relativos, esse aumento corresponde a uma variação de 79%. Os dados são relativos a um universo de 57,463 milhões de famílias brasileiras em 2006. O IBGE (2007) revelou que cerca de 31% das famílias chefiadas por mulheres no Brasil viviam, em 2006, com rendimento mensal de até meio salário mínimo per capita, ou seja, R\$175,00 e que apenas 7,4% das crianças das famílias mais pobres freqüentavam creche.

O IBGE (2007) apontou que o rendimento das famílias influiu no acesso e na permanência dos 48,4 milhões de crianças e jovens com até 14 anos na escola. Grande parcela das famílias (40,4%) com crianças e jovens nesta faixa estava, em 2006, está entre as mais pobres do país, com rendimento mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. Esta situação é mais preocupante no Nordeste, onde 63,1% de famílias com crianças até 14 anos de idade estavam na faixa mais baixa de

rendimento, resultado da conjugação de uma fecundidade mais elevada e de um nível maior de pobreza.

Esta realidade social, assim colocada, indica que muitas pessoas trabalham para sobreviver, e outras usufruem as vantagens produzidas por este processo de dependência. A seguinte referência de Demo (1997, p.08) fundamenta nossas concepções: “A pobreza faculta o pagamento de salários aviltados, representados classicamente por salários mínimos que jamais cobrem o mínimo de subsistência”. Diante da situação explicitada, existe a necessidade de revermos as políticas públicas, buscando melhorá-las, bem como implementar ações que possam ir ao encontro das necessidades básicas das pessoas, mais particularmente daquelas que se encontram em condições de pobreza social. Desse modo, surge a necessidade de se potencializarem ações que garantam trabalho como fonte de realização social, pois as políticas públicas já existentes são frágeis e incapazes de atender esta realidade social desigual, tristemente materializada em nosso cotidiano.

5 A RUA COMO REALIDADE DE VIDA DE ALGUNS BRASILEIROS

Neste capítulo, apresentamos o morador de rua como um sujeito social que estabelece movimentos de sobrevivência com o mundo que o cerca, ou seja, seu espaço de vida, ainda que este espaço seja a rua, afinal, trata-se de pessoas que desejam muitas vezes o reconhecimento de sua condição de cidadão e sujeito de direito. Com tal intuito, realizamos reflexões sobre este modo de vida, que é o viver nas ruas como condição de sobrevivência. É importante destacarmos que para sua sobrevivência os moradores de rua realizam movimentos constantes, estão em busca seja de alimentos, no sentido de suprirem suas necessidades materiais, seja de proteção corporal contra a violência que ocorre neste meio. O morador de rua é um sujeito itinerante, pois:

Quem vive na rua precisa de agilidade, flexibilidade e muito movimento corporal para manter a sua segurança nas ruas. Daí precisar mudar sempre de espaço e procurar outro território. A rua constitui-se em transitoriedade permanente, dada a insegurança total. Não é possível prever o que vai acontecer na próxima hora, no próximo dia. Há que estar sempre preparado para agir, reagir, criar e recriar, inventar e reinventar forma e maneiras de sobreviver nas ruas ou mesmo viver nas ruas, o que conta é a troca e o consumo imediato daquilo que se ganha (GRACIANI, 1999, p.131).

Em meio ao processo de sobrevivência, os moradores de rua estabelecem uma comunicação com a comunidade que os cercam, através de palavras e gestos que sensibilizam as pessoas de modo geral. Esses sujeitos sofrem duplamente o preconceito social, o fato de não possuírem moradia fixa e não possuírem qualificação profissional compatível com o mundo do trabalho. Somando-se a tais fatores, temos um país cujas frágeis políticas públicas em favor do morador de rua são de pouca resolubilidade para fazer com que se rompa com o seu processo de exclusão social. Dessa forma, eles não conseguem acessar as condições de autonomia, assim, reduzindo-se às possibilidades de se romper o círculo de pobreza vivido, como já mencionamos anteriormente.

5.1 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA BRASILEIRA

O processo de exclusão social vivido em nosso país tem como pano de fundo duas grandes situações: a primeira encontra-se na não-distribuição da riqueza socialmente produzida no Brasil; tendo, como conseqüência histórica, a acumulação e concentração de renda como nos referimos anteriormente. A segunda situação é a forma como a assistência social foi gestada historicamente no Brasil. A assistência afirmava-se através da iniciativa da Igreja, tendo como foco de sua intervenção as famílias “desajustadas socialmente”. Ações chanceladas por iniciativas do Estado, que preza em executar um atendimento assistencialista, de controle social. Um grande marco deste processo histórico se dá na década de 1940, com a criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA⁶², que vinha ao encontro de um Estado paternalista, desse modo, colaborando com as mesmas ações assistencialistas.

Instaura-se, naquela época, no Brasil, a representação do primeiro “damismo” junto à sociedade civil. Estas primeiras-damas tentavam programar as mesmas ações assistencialistas. Nesse período histórico, o Serviço Social surge enquanto profissão, caracterizando-se como uma nova técnica de intervenção do capital no social⁶³. Tal implementação ocorre em 1936, através do Centro de Estudos e Ação Social com sua identidade atribuída⁶⁴. Biasi (1998, p.35) alude ao quadro histórico descrito:

Na década de 40, a Legião Brasileira de Assistência – LBA – era a grande instituição de assistência social do Brasil. Embora fosse, a época, uma entidade civil, foi assegurada estatutariamente sua presidência à Primeira dama da república, o que representa a simbiose entre a iniciativa pública e privada e a conhecida associação da Assistência Social como ação de primeiro-damismo (BIASI, 1998, p.35).

⁶² A Legião Brasileira de Assistência possuía a seguinte finalidade estatutária: A proteção da maternidade, da infância e da adolescência, carentes de recursos, através da integração social da família, em todo o Território Nacional (LBA, 1967).

⁶³ A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismos -, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido (MARTINELLI, 2000, p.23).

⁶⁴ Transitando contraditoriamente entre as demandas do capital e trabalho, e operando sempre com a identidade que lhe fora atribuída pelo capitalismo, o Serviço Social teve roubadas as possibilidades de construir formas peculiares e autênticas de prática social, expressando sempre como um modo de aparecer típico do capitalismo, em sua fase industrial (MARTINELLI, 2000, p.12).

No transcorrer do tempo, outras instituições foram sendo criadas com a finalidade de atender a determinados seguimentos de nossa sociedade, no intuito de estabelecer um controle social através de uma plataforma de governo desenvolvimentista, carecendo realmente de ações amplas que pudessem atender à sociedade de forma totalizante⁶⁵.

Em 7 de dezembro 1993, a Lei nº. 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, surge, através de um movimento organizado da sociedade civil e governamental, para o enfrentamento de demandas sociais emergentes. No dizer de Biasi (1998, p.35): “A Assistência Social nasceu como uma prática espontânea da sociedade com vistas a ajudar indivíduos que viviam problemas decorrentes da pobreza”. Seguindo a mesma lógica, como um processo de construção e ampliação da Assistência Social, a LOAS nasce como um movimento legítimo da sociedade civil organizada, tentando fazer um contraponto a tudo que historicamente vinha sendo executado.

A Lei Orgânica da Assistência Social passa, a partir de dezembro de 1993, a se constituir no estatuto que rege as relações entre o Estado e a Sociedade, para consolidação do direito social da Assistência, dentro do contexto da Seguridade Social. A LOAS estabelece novas estruturas de gestão, que são os conselhos e fundos definindo as competências das esferas Federal, Estadual e Municipal, tanto na gestão como no financiamento. A LOAS nasce com a determinação de romper com a visão de ajuda caridosa, de ações compensatórias por parte do Estado. Sposati (2004) ressalta a real importância de “a menina LOAS”:

Direito à assistência social é dever de Estado, e não, compensação de mercado. A menina LOAS, que não tem nada de parentesco com a assistência social conservadora, não é consanguínea com ações compensatórias. Nela a transfusão, com este tipo de sangue entra em choque. Seu tipo sanguíneo combina com proteção, segurança social, seguridade social (SPOSATI, 2004, p.13).

⁶⁵ Nessa década, foram criados o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial – SENAI -, O Serviço Social da Indústria – SESI – o Serviço Social do Comércio SESC – e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Mantidas por contribuições obrigatórias e destinadas à prestação de serviços às categorias profissionais dos industriários e comerciários. A criação dessas instituições enquadra-se dentro das medidas assistenciais e educativas necessárias à adequação da força de trabalho à expansão industrial.

Conforme o exposto, a LOAS nasce como movimento de resistência à cultura estabelecida do não-comprometimento do Estado frente às necessidades sociais, ficando a critério da sociedade civil dar conta destas mesmas demandas. Passada mais de uma década de existência da LOAS, temos, hoje, um novo modelo de enfrentamento às desigualdades sociais, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Este modelo de gestão da assistência social possui metas para implantação da Política Nacional de Assistência Social, que vem reafirmar o Art.1º da LOAS (BRASIL, 1993), onde tem-se, na Assistência Social, a garantia dos direitos do cidadão e o dever do Estado, prevendo uma política de seguridade não-contributiva, que deverá prover os mínimos sociais. O SUAS possui como marco legal os seguintes documentos:

- Constituição Federal de 1988 (Arts.203 e 204);
- Lei Orgânica da Assistência Social – Lei N°8.742 – de 1993;
- Política Nacional de Assistência Social ⁶⁶– PNAS de 2004
- Norma Operacional Básica⁶⁷ - NOB de 1996.

⁶⁶ A política de Assistência Social é um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias, seus membros e indivíduos mais empobrecidos e excluídos da sociedade. Como instrumento fundamental para o enfrentamento da discriminação e da subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira. Política Nacional de Assistência Social - PNAS – (versão preliminar) – Brasília 2004.

⁶⁷ “A presente Norma Operacional Básica tem por finalidade primordial promover e consolidar o pleno exercício, por parte do poder público municipal e do Distrito Federal, da função de gestor da atenção à saúde dos seus munícipes (Artigo 30, incisos V e VII, e Artigo 32, Parágrafo 1º, da Constituição Federal), com a conseqüente redefinição das responsabilidades dos Estados, do Distrito Federal e da União, avançando na consolidação dos princípios do SUS. Esse exercício, viabilizado com a imprescindível cooperação técnica e financeira dos poderes públicos estadual e federal, compreende, portanto, não só a responsabilidade por algum tipo de prestação de serviços de saúde (Artigo 30, inciso VII), como, da mesma forma, a responsabilidade pela gestão de um sistema que atenda, com integralidade, à demanda das pessoas pela assistência à saúde e às exigências sanitárias ambientais (Artigo 30, inciso V). Busca-se, dessa forma, a plena responsabilidade do poder público municipal. Assim, esse poder se responsabiliza como também pode ser responsabilizado, ainda que não isoladamente. Os poderes públicos estadual e federal são sempre co-responsáveis, na respectiva competência ou na ausência da função municipal (inciso II do Artigo 23, da Constituição Federal). Essa responsabilidade, no entanto, não exclui o papel da família, da comunidade e dos próprios indivíduos, na promoção, proteção e recuperação da saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – SUS” (Publicada no D.O.U.de 6/11/1996).

O SUAS visa instituir uma reorganização na gestão da política de Assistência Social, objetivando unificar o conceito e o modo de proceder desta política em todo o território nacional. Também, oportuniza o estabelecimento de padrões dos serviços qualificando o atendimento dos mesmos e estabelece padrões de avaliação e resultados de tais serviços. Seu objetivo central é identificar os problemas sociais, desse modo, organizando de forma eficiente os recursos financeiros para o suprimento das necessidades sociais do país, um modelo de gestão que tem por base ser democrático e descentralizado.

A sua implantação se estabelece dentro de marcos que se definem pela classificação dos municípios, por habitantes e suas classificações⁶⁸ Os serviços socioassistenciais implicam na produção de ações continuadas e por tempo indeterminado, voltados à proteção social da população usuária da rede de assistência social. O SUAS está sendo implementado através da visibilidade territorial por número de habitantes. Assim, a amplitude deste sistema concretiza-se a partir de pessoas estatisticamente reconhecidas, por conseguinte, o morador de rua, pelo fato de não aparecer nestes números, poderá ficar de fora deste atendimento, sofrendo, mais uma vez, este processo de exclusão social das políticas públicas.

Todavia, cabe à sociedade brasileira e ao Serviço Social apropriarem-se destas garantias estabelecidas, instrumentalizando a população sobre a existência destas mesmas diretrizes legais. Os profissionais que trabalham com a população de modo geral deverão estar atentos sobre estas diretrizes, pautando sobre elas seu processo de trabalho. Assim ocorrendo, as possibilidades de enfrentar os impactos em termos de aumento da exclusão social serão desafiadoras, pois muitos são os fatores que têm contribuído para a situação. Muniz (2005) comenta:

Atualmente, apesar da crise, inúmeros fatores têm exercido forte pressão na manutenção e, mais ainda, na ampliação dos serviços. O envelhecimento da população, as transformações no âmbito família, o

⁶⁸ Pequeno I até 20.000 habitantes; Pequeno II de 20.001 a 50.000; Médio de 50.001 até 100.000; Grande de 100.001 até 900.000; Metrópole mais de 900.000. norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS 12/06/ 2006 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social.

ingresso da mulher no mercado de trabalho têm exigido ampla oferta de serviços de guarda das crianças, de apoio a idosos e pessoas com deficiência, a ampliação da democracia e dos conceitos relacionados à cidadania tem também exercido relevante influência em termos de exigência de serviços sociais (MUNIZ, 2005, p.16).

A acumulação da riqueza socialmente produzida em nosso país é histórica, tornando-se geradora da acumulação de capitais, incidindo na renda familiar e na própria organização do trabalho, geralmente, tornando-o precário e desumano. Esta situação torna-se um dos motivos reais para não se oportunizar vencimentos com valores mínimos, no que se refere ao valor monetário real para garantir qualidade de vida. O trabalhador, no sistema capitalista, é visto como massa de manobra, como sobranço, resíduo, uma reserva de mão-de-obra de pouco valor. O quadro econômico de distribuição da riqueza socialmente produzida em nosso país afeta, principalmente, os seguimentos mais fragilizados como o idoso, as pessoas com deficiência, crianças e adolescentes etc. A respeito, sabemos que a determinação da existência do trabalho se dá através da própria oferta e da demanda a partir de uma política de investimento por parte do Estado.

Tal determinação política irá oportunizar o crescimento da renda familiar e, conseqüentemente, um estímulo, aquecimento e crescimento do mercado, gerando uma ampliação do próprio mercado de trabalho. A sincronia de demanda de oferta e estímulo da ampliação de postos de trabalho propiciaria, democraticamente, a socialização da riqueza produzida em nosso país, gerando crescimento social. A ruptura nesta relação, com a perda de trabalho, perda do emprego, ocasiona os impactos geradores do sentimento de despertencimento social, baixa-estima e conseqüentes efeitos psicológicos negativos em virtude de tais condições sociais. Seligmann (1994, p.32) faz a seguinte reflexão:

O trabalho tanto poderá fortalecer a saúde mental quanto levar a distúrbios que se expressarão coletivamente em termos psicossociais e/ou individuais, em manifestações psicossomáticas ou psiquiátricas. É necessário repensar os avanços, conquistas e valores estabelecidos através das políticas públicas em nossa sociedade. As ciências sociais deverão estar atentas ao sofrimento humano causadas pelo direcionamento que o mundo trabalho impõe as pessoas (SELIGMANN, 1994, p.32).

Reafirmamos que conseguiremos garantias de uma melhor qualidade de vida, somente, através da redistribuição da riqueza socialmente produzida. Na tentativa de uma possibilidade de minimizar este sofrimento, faz-se necessário pensar em algo coletivamente construído, tais como novas formas de produção e inserção social, para sairmos desta perspectiva individualista, individualizante. Se não pensarmos conscientemente sobre as necessidades humanas, não alcançaremos um futuro melhor, ou seja, modificações sociais que venham a atingir o âmago das famílias brasileiras na sua totalidade.

5.2 O MORADOR DE RUA: UM CIDADÃO BRASILEIRO

O fato de a pessoa ser pobre ou estar desprovida do trabalho, sobrevivendo do mercado informal, ou sobrevivendo das ruas, faz com que muitas delas sejam julgadas com valores de desvalia e sentimentos de desconfiança, o que gera estados de insegurança social. Por vezes, os sujeitos de rua carregam consigo o estigma de serem vistos como inferiores, sem qualificação, chegando, em alguns momentos, a serem confundidos ou identificados como pessoas marginais, perigosas, que ameaçam a sociedade.

Em virtude deste tipo de comportamento social e devido aos sentimentos de insegurança na vida pública e privada das pessoas, muitos se sentem inseguros em oferecer uma atenção dialogada, ou pequenos serviços domésticos aos sujeitos que caminham pelas ruas em busca de uma atividade que lhes garanta uma renda, como, por exemplo, as de cortar grama, pintar, limpar etc. Esse sentimento reflete a alteração nos padrões de comportamento, gerados, principalmente, nos grandes centros urbanos, o medo em função da violência urbana.

As mudanças comportamentais que se materializam em estados quase permanentes de desconfiança, ameaças, furtos, agressões, violência urbana e assédios, fazem parte de um conjunto de vivências que está marcando o cotidiano das relações do ser humano contemporâneo. Esses sentimentos e vivências estabelecem fraturas nas relações sociais, gerando um processo de adoecimento que encobre o universo relacional dos sujeitos no meio em que vivem.

As relações sociais são tecidas com as cores escuras que marcam uma grande intolerância e desconfianças de uns para com os outros, bem como perante fatos e situações diferenciadas, como crimes hediondos, desvio de recursos destinados às políticas públicas por pessoas que ocupam representações políticas, a violência de forma marcante na vida de muitas famílias, dentre outros fatos que rompem o cotidiano da vida. Instaura-se, dessa forma, a intolerância pela diferença. Situações como a própria existência de moradores de rua, que fogem aos padrões estabelecidos de comportamento, incomodam algumas pessoas pelo próprio fato dos mesmos existirem. Alguns outros, mais extremados, pensam que estes sujeitos estão despossuídos de significados sociais, merecendo o extermínio. Instaura-se a morte devido à intolerância pela diferença. Muitos tipos de sentimentos vão se apropriando e conduzindo a vida das pessoas; como o individualismo, solidão, o abandono e o auto-abandono. São estados que representam sentimentos que amargam dolorosamente o existir humano, e, assim, os comportamentos vão intensificando as indiferenças e o descuido em relação ao outro.

A realidade vai se expressando com contornos de competitividade de uns para com os outros, a disputa instaura-se nas relações sociais e reafirma-se um afrouxamento nas relações sociais, intensificadas pela indiferença e pela intolerância. A condição de se ter pessoas vivendo nas ruas representa a uma expressão contemporânea de abandono que reflete o não-cumprimento dos direitos humanos.

Nunca podemos subestimar o homem andarilho, por mais que a vida o tenha colocado em uma situação desprovida de recursos materiais, pois esse ser humano ainda possui dentro de si, na sua essência, uma riqueza de possibilidades, sonhos e lembranças não mensuráveis. Isso é observável quando se oportuniza escutar o morador de rua, e propõe-se a ele falar de sua história de vida.

As lembranças que ficam na memória, escritas na história individual, bem como os fatos presentes na vida de cada sujeito, representam a identidade social do ser humano. Muitas das falas⁶⁹ dos moradores de rua citadas neste capítulo demonstram esta particularidade, marcas de sofrimentos, alegrias, saudades e

⁶⁹ As falas dos moradores de rua, que constam no presente estudo, fazem parte da revisão bibliográfica realizada pelo autor.

possibilidades que caracterizam a literatura discutida nesta tese. A emoção pode ser observada, também, no significado de como ela se expressa na sua narrativa. Recordar os momentos da infância, para muitos moradores de rua, significa dizer sobre si e sobre o mundo que os cerca. Neste compasso, a família emerge com muita força da fala dos sujeitos que moram nas ruas, pois sabe-se que cada ser humano, na luta pela sobrevivência, necessita do outro para superar as dificuldades naturais que a vida lhe oferece, mesmo que, em um determinado momento da vida, a família esteja somente na memória.

O fato de não se ter memória representaria não ter história, e não tendo história pessoal, o ser humano não possui identidade. Neste caso, a família possui a representatividade no desempenho humano, bem como no desenvolvimento da personalidade humana e do indivíduo em sociedade. Para o Serviço Social, é importante esse conhecimento a respeito da realidade das pessoas que moram nas ruas.

Para podermos compreender este fenômeno social, que está caracterizado na existência de sujeitos em situação de rua, é necessário buscar uma aproximação em referenciais de estudos já formulados sobre a temática da rua, que falam sobre idosos, crianças, adolescentes, catadores de lixo, entre outros. É importante adquirir base para crer que as mudanças partem do reconhecimento da realidade como ela se expressa e a partir disso buscar, na sua essência, a transformação, eis o grande desafio.

Para identificarmos esta realidade sobre o universo da rua, pensamos sobre a Categoria Cotidiano, questionando: Como o morador de rua desenvolve a sua capacidade de organização com a Rotina na Rua? Como ela realmente se estabelece, rebatendo no seu mundo interior? Deste encontro de indagações, compreendemos, então, que a constituição da subjetividade humana se dá na interação, no mundo particular com o mundo externo, na apropriação, na compreensão e nas trocas de signos estabelecidos nas relações sociais cotidianas. Quanto mais nos apropriamos dos processos educativos maiores serão as possibilidades do desempenho humano, de superação das dificuldades inerentes da vida.

O cotidiano dos moradores de rua se estabelece através das necessidades individuais de se adaptarem às circunstâncias impostas pelo meio em que vivem. Horários específicos, na maioria das vezes, não possuem maiores significados na vida destes sujeitos. O tempo em suas subdivisões, para muitos daqueles que se encontram nas ruas, sofre algumas alterações. Para alguns, a existência é dividida entre domingo, sábado, segunda ou terça-feira, sem maiores significados; para outros, nos finais de semana, é a situação de ter que sair de seus lugares de permanência, como parques, praças, pois estes lugares são invadidos pelas pessoas que procuram atividades de lazer e descanso nos finais de semana. Pessoas, estas, na maioria das vezes, inseridas no mundo do trabalho e que, de alguma forma, necessitam destes espaços públicos para poderem romper com este mesmo ritmo da vida cotidiana.

Todavia, para o morador de rua, o final de semana sofre diversas alterações. Nestes dois dias, sábados e domingos, muitas famílias vão para as praças e parques em busca de afazeres, divertimentos, ocupações. Esta convivência comunitária reforça, para alguns moradores de rua, a situação de estarem sozinhos e abandonados. As praças e os demais lugares de lazer e entretenimento representam locais que deveriam ser espaços garantidos para todos, onde todos possuem direitos iguais, de cidadania, por serem públicos. Na verdade, o que os moradores de rua expressam é que, nestes locais, o preconceito intensifica-se, sendo-lhes permitido sua presença quando estão vazios, principalmente durante a semana, quando as pessoas que possuem trabalho estão ocupadas, como se estes sujeitos “desocupados” não fossem dignos de estarem ali, em qualquer situação ou tempo.

Então, a situação de instabilidade de território, para alguns moradores de rua, causa um grande desconforto emocional pelo fato de terem que migrar para outros espaços urbanos. Quanto à alimentação, muitos já possuem pontos estratégicos onde ganham alimentos, esmolas, por conseguinte, em virtude dos deslocamentos de finais de semana, terão que encontrá-los em outros lugares. Constata-se que as divisões de tempo só irão ocorrer na vida dos moradores de rua quando a necessidade externa exigir.

De outra maneira, este cotidiano, marcado pelo dia a dia, hora a hora, torna-se uma repetição de atos contínuos de caminhadas sem rumo certo, e sem destino específico. O sentimento do retorno ao conforto do lar nos dá a sensação de refazer as energias; refletir sobre suas possibilidades, limites, é o ato de sonhar com uma forma diferente de existência na vida do morador de rua, pelo fato do mesmo não ter um local para voltar e pouco menos para refazer suas energias. Vicente (1995) refere-se ao contraditório existir humano de quem vive nas ruas, o autor realiza uma reflexão sobre a não-possibilidade do ser humano realizar seus sonhos, da não-possibilidade de estabelecer perspectivas de vida:

Se pensarmos que existir no mundo é estar além do mundo e ter direito a futuro, isso também ela⁷⁰ perdeu. Não há possibilidade de projeto para quem está nessa situação, em pensar no dia seguinte na semana seguinte, ou no ano seguinte, ela vai perdendo o passado e o futuro... tudo o que pode significar de conforto humano, ter passado e ter direito a futuro, disso ela está desprovida. Expõe-se somente ao presente, tudo é presente (VICENTE, 1995, p.26).

A pessoa que mora na rua sofre este déficit quando não mais encontra significados fortes que a faça sonhar e fazer projetos de vida, vivendo somente no presente. Alguns moradores de rua relataram que o tempo possui importância quando necessitam estar atentos à questão de segurança particular, alterando o ritmo diário do descanso. Para a maioria, o desabrigo é a situação mais constante, estes sujeitos perderam tudo o que, algum dia, chegaram a ter; possuindo, então, apenas alguns objetos pessoais e o seu próprio corpo. Manterem-se guarnecidos das intempéries, doenças e agressões representam as últimas disposições a serem feitas por eles, com os desafios da sobrevivência, pois para muitos as doenças e a dependência química conseguiram ser mais fortes. O desgaste emocional e o estresse provenientes deste estado de alerta provocam alterações significativas de comportamento na vida dos moradores de rua. Vicente (1995, p.26) refere-se aos sujeitos que foram vencidos pelas dificuldades da rua:

Sobrou apenas seu corpo, e ele vai adoecendo fisicamente, psicologicamente, vai sendo anestesiado com o álcool. Não só perdeu

⁷⁰ A autora quando se refere “ela”, refere-se à pessoa que está nas ruas.

todos os territórios de que falamos, o espaço familiar, o trabalho, a comunidade, a raiz, ele vai perdendo o próprio corpo, as condições corporais vão se deteriorando.

O cotidiano dos moradores de rua gira em torno das circunstâncias da capacidade organizativa de sobrevivência de cada um. O relato da Sra. I (OLIVEIRA, 2003, p.138) mostra quanto o cotidiano dos moradores de rua é marcado por uma apatia na rotina estabelecida com seu entorno. A fala desta pessoa idosa representa o lamento triste da indiferença, de como a vida na rua, em si, não possui maior significado:

Para mim, é a mesma rotina, a mesma rotina triste, aborrecida de dormir na rua, muito aborrecida, às vezes dormia sem comer. Às vezes, não tomava café da manhã porque não existia esses albergues, esses albergues; foi de um tempo para cá...(Sra. I. 63 anos),

O cotidiano de vida dos moradores de rua, na sua grande maioria, vai se desenrolando em um universo de apatia, sem perspectivas do novo, sem possibilidades de sonhos e realizações. É a deterioração interna de significados, é o mobilismo, em alguns casos, a depressão instaura-se no íntimo destes sujeitos; em outros, é a alienação total sobre si e sobre o seu entorno. Percebe-se, na fala dos sujeitos, uma grande apatia pela vida, devido à condição de miséria em que se encontram.

As dificuldades enfrentadas para poder garantir esta segurança na rua são as mais diversas. Oliveira (2003, p.32) afirma que “o fato de ser mulher na rua, torna-se mais difícil ainda, pois além da agressão do furto de seus pertences, poderá correr o risco de uma agressão sexual”. O dia-a-dia com as realidades expressas na condição de rua, comumente, tem demonstrado que meninas de rua para se protegerem deste tipo de violência procuram usar roupas de meninos e manterem seus cabelos sempre curtos, desse modo, encobrendo a condição feminina e protegendo-se da violência sexual de que muitas são vítimas.

Alguns moradores de rua possuem uma clara noção de como procurar os recursos, mas nem sempre estes estão disponíveis na área da saúde, por exemplo, nos casos de doença ou ferimento. Alguns referem que, durante muito tempo, não

ficam doentes, mesmo na condição de moradores de rua; outros demonstraram ter certa intimidade com os profissionais da saúde pública. Diversas são as formas que as pessoas que estão nas ruas utilizam para se manterem com sua saúde física equilibrada. Oliveira (2003, p.143) apresenta esta condição de saúde e as formas de organização em matéria de recursos que os moradores de rua utilizam para sobreviverem nas ruas.

Eu nunca fiquei doente, graças a Deus, agora mais de trinta dias que eu estou com uma gripe e que é uma coisa triste, mas também às vezes tenho que ir para os serviços de saúde, saio do albergue com chuva, me molho todo... (Sr. S. 68 anos).

Fiquei cinco dias no hospital, e fui jogado na rua, até o dia que eu saí eu não estava bom a minha perna estava machucada ... eu peguei uma bengalinha, um cabo de vassoura e fiz uma bengala ... uma senhora de Viamão, ela trata de pessoas que estão nas ruas, as pessoas quando estão ruins da saúde ela leva para a casa dela, muitas pessoas ajudam ela com ranchos, ela serve a gente muito bem os que param lá, ela foi muito boa para mim... (Sr. J. 66 anos).

Para alguns moradores de rua as debilidades física e mental aparecem quando o organismo está cansado dos embates da vida, pela falta de condições na alimentação, intempéries e devido ao tempo prolongado de permanência nas ruas:

Eu baixei meu filho no hospital, eu é que o encaminhei. A primeira vez que ele ficou doente, ele permaneceu durante dois meses lá no hospital. Aí eu fiquei doente também, e fui internada no hospital da Santa Casa, para tirar um rim, dali há duas semanas, quando eu saí do hospital, eu quebrei a perna... (Sra. M. 60 anos).

Olha, eu vou lhe dizer francamente, graças a Deus, eu nunca fiquei doente, agora de uns tempos para cá, que eu peguei a ficar assim, doente mesmo, eu nunca tive mais tanto tempo doente, sempre passava... (Sr. P. 65 anos).

Constata-se que são poucos os abrigos e hospitais, quando oferecem um atendimento mais qualificado e prolongado para a população de rua, demonstram estar mais capacitados aos encaminhamentos necessários para os problemas na área da saúde e outros. O atendimento recebido pela população de modo geral é muito precário. Para a realização da higiene pessoal, poucas são as possibilidades à disposição da população de rua na sua grande maioria.

Oliveira (2003, p.16) menciona que: “o fato de muitos moradores de rua ficarem sujos, com roupas velhas e cheirando mal, representa, para alguns, um mecanismo de defesa contra toda e qualquer tipo de aproximação de futuras agressões externas”. Esta atitude e muitas outras representam a preservação de seu único bem, o seu próprio corpo, como já foi mencionado anteriormente. Vicente (1995) assim refere-se à questão da representatividade do banho no imaginário de alguns moradores de rua:

(...) um aspecto que chama a atenção é o banho, mais exatamente a resistência ao banho. O mau cheiro de quem não toma banho na situação de rua é estratégia de sobrevivência, é uma couraça protetora do corpo. O corpo é o último território que sobrou para aquela pessoa, ela perdeu do ponto de vista do tempo, o passado, porque perdeu o direito de ter uma raiz, de ter um lugar no mundo (VICENTE, 1995, p.25).

Para a população de rua de modo geral, as possibilidades de realizarem sua higiene pessoal torna-se bastante limitada para o atendimento de todos, de forma regular. Entendemos que o banho possui as propriedades necessárias para a higiene física e conseqüente manutenção de um organismo físico saudável. O banho, para algumas pessoas, possui além da possibilidade de higiene física, a representação de mecanismos internos de renovação psíquica, de apaziguamento de tensões das lutas diárias. Escorel (2000), em sua pesquisa com moradores de rua, salienta:

O mais difícil é conseguir um local onde possam de maneira regular tomar banho, lavar a roupa e limpar seus pertences. A dificuldade de acesso à água e à higiene é relativamente homogênea em todo o território urbano. Por outro lado, com relação à comida há fartura de oferta e doações, este critério delimita um território relativamente vasto da cidade (ESCOREL, 2000, p.148).

As palavras do autor reafirmam as dificuldades registradas nos depoimentos dos sujeitos relacionados acima. Para a realização da higiene as pessoas têm que buscar, comumente, lugares públicos como lagos, duchas frias e uma série de situações constrangedoras. Em virtude da falta de privacidade, têm que se expor aos olhares dos curiosos ou da ação da polícia, que impede a utilização dos ambientes públicos. Estas situações poderão acarretar sentimentos de

constrangimentos físicos e emocionais. Aos que possuem moradia e privacidade, ver uma pessoa sem roupas a se banhar em uma praça causa espanto e contrariedade, pois este deixa de ser um lugar público para tornar-se privado. Nesta contradição de idéias e atitudes, tem-se que pensar na condição humana em destaque, e refletir no que Zaluar (1995, p.57) comenta:

Vista por este ângulo, a população de rua estimula a pensar na relação entre cidadania e dignidade humana, na relação entre respeitar e respeitar-se e ser respeitado, entre a manutenção de um espaço privado e a integridade da pessoa (ZALUAR, 1995, p.57).

Ao Estado cabe a atitude de não aceitar que pessoas estejam vivendo em uma condição primitiva, expondo-se de forma constrangedora, mas garantir que a dignidade humana esteja acima de tudo. A sociedade civil também possui o seu papel e deverá cobrar do Estado esta ação que venha a promover o sujeito. Esses sujeitos, muitas vezes, não conseguiram ter a possibilidade de acesso a recursos que lhes garantissem condições dignas de vida e sobrevivência. Outros, que as tiveram, não conseguiram mantê-las no seu cotidiano de existência ao longo de sua vida. Eles ocupam as ruas de nossas cidades sem alternativa, como se os espaços fossem privados e pertencessem a eles.

Para ampliarmos nossa reflexão faz-se importante pensar a condição de se viver nas ruas como um espaço de direito público e não do direito privado, para tanto necessitamos discutir sobre duas questões: os direitos humanos e a categoria liberdade, tão importantes para o processo de trabalho do Serviço Social. Ferreira Filho (2000, p.19) destaca a importância da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, mencionando: “os homens são LIVRES e IGUAIS, trazendo a solidariedade como o fio condutor das relações humanas”, a liberdade de um representa a liberdade de todos. No Código de Ética do Assistente Social⁷¹, está inscrito, em um de seus princípios centrais, o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

⁷¹ Resolução CFESS – Conselho Federal de Serviço Social número 273 de 13 de março de 1993 (CFESS, 1993).

A humanidade está constituída de valores morais que garantem estados de liberdade para todos. A sociedade sempre estabeleceu sistemas de valores e normas morais que deveriam possibilitar a convivência entre as pessoas de forma livre e equânime. Nesse processo, descobre-se a diferença entre o que é e o que deve ser o desejo de um mundo diferente, onde, por exemplo, o domicílio seja para todos o lugar de retorno, nesta possibilidade dialética de ir e vir, de se estar interagindo no público e no privado. Kosik (1976, p.241) define: “A liberdade não é um estado; é uma atividade histórica que cria formas correspondentes de convivência humana, isto é, de espaço social”. Nesta lógica, o homem vai criando determinações e significados de espaços sociais, estabelecendo regras de comportamento que irão legitimar certa organização do meio onde a humanidade desempenha sua existência. “As regras, os modos e as formas de convivência são o espaço em que atua o movimento social” (KOSIK, 1976).

Para se estabelecer, fora do lar, as relações sociais mais amplas, o espaço que é público, deveria ser apenas o lugar do lazer e da convivência social mais ampla para todos. Os lugares públicos não poderão tornar-se um local de moradia para alguns, que, pela desigualdade social, não possuem condições de possuir uma moradia para garantir a sua vida privada. Mas para que tais circunstâncias se estabeleçam na cotidianidade da vida, as pessoas terão que exercer um controle sobre os efeitos intencionais e não-intencionais de suas ações. O interesse econômico que prevalece no mundo do capital não poderá capturar a particularidade humana a uma condição de abandono nem interferir na liberdade humana de sua manifestação. As relações econômicas do mundo do capital não deverão prevalecer sobrepondo-se ao sujeito ou ao interesse comum de todos, pois, do contrário, o conflito se estabelecerá. Henriques (2004) esclarece que:

A pobreza é a questão mais urgente que o País necessita enfrentar no início do novo milênio. Temos cerca de 55 milhões de brasileiros pobres, dos quais 24 milhões estão na condição de extrema pobreza. Simplesmente 34% da população, um patamar estarrecedor, além de desnecessário, dada a riqueza do país (HENRIQUES, 2004, p.63).

Esta será a particularidade que insurgirá no pensamento do sujeito ético como balizador das ações sociais no enfrentamento às desigualdades sociais. Não

podemos encobrir interesses do capital, interesses particulares em detrimento do próprio homem, principalmente quando estas ações comprometam a liberdade, principalmente a liberdade de se poder sonhar. Devemos questionar sobre como estão sendo estabelecidas as relações sociais, nascidas a partir das categorias capital/trabalho/liberdade e capacidade humana sobre a própria constituição social do ser.

A constituição do ser, enquanto ser, ocorre através das apropriações e objetivações que o homem realiza na sua relação com o mundo, ou seja, com a natureza, com outros sujeitos através da linguagem, da comunicação e, conseqüentemente, da apropriação da vida em seu entorno, seja ela na vida privada ou na sua relação com os espaços de domínio público. O morador de rua estabelece este tipo de comunicação com o mundo que o cerca, afirmando-se como ser social, mesmo estando na condição de sujeito privado de possibilidades objetivas de dimensões e apropriações mais amplas, inclusive nos espaços privados com a família, por exemplo. Esses sujeitos estabelecem uma linguagem de comunicação com a população, de modo geral, na obtenção e apropriação de recursos para a sua sobrevivência. Bulla, Mendes e Prates (2004, p.153) revelam esta mobilidade em seus estudos com moradores de rua. Assim os autores observam como eles expressam-se:

Eu sempre tive sorte, (...) lá perto do gaúcho, eu tinha uma senhora que ajudava, nos finais de semana cooperava com comida, dinheiro, eu fiquei lá há mais ou menos doze anos, tinha a igreja São Sebastião, eles davam roupas, e comida... Lá em Petrópolis, na Praça Tamandaré, eu circulo por ali, tenho uma freguesia de comida também, sempre que precisava tinha umas senhoras que me conheciam, elas me davam comida (Sr. N. 66 anos).

O senhor quer ver como existem pessoas boas nesse mundo, ali na Praça da Matriz, em frente à igreja, passam por lá umas três, quatro entidades de pessoas maravilhosas que levam alimentos para a gente, as pessoas faziam filas enormes para receber marmiteira de alimentos. Às vezes era tarde da noite, eles iam levar chocolate com leite, pessoas maravilhosas, não sei, de certo eles tem pena da gente (...) (Sr. S. 68 anos).

O movimento que alguns moradores de rua realizam na procura de ajuda na comunidade visando suprir necessidades materiais, oportuniza o contato de comunicação. Por meio desse processo de comunicação, os moradores de rua

tornam-se sujeitos sociais, pois observam como as pessoas se comportam e agem em relação a eles. Alguns, desempenhando a condição de pedintes, estabelecem a comunicação, através de palavras e gestos que sensibilizam o outro sujeito social, para que a ajuda ocorra.

Contudo, algumas pessoas não conseguem ver além daquilo que aparentemente se expressa, sujeitos que o tempo de permanência nas ruas tornou-os destituídos de saúde física, maltrapilhos, amarrotados, colocando-os em uma condição de não ser. Através desta ótica obscura que a grande maioria da população de nossa sociedade possui, infligimos a estes sujeitos moradores de rua também uma imagem desqualificadora: vagabundos, malandros, oportunistas, estando destituídos dos atributos de valor que os desqualifiquem, por exemplo, como trabalhadores. Kosik (1976, p.23) reflete sobre o mundo da realidade e afirma:

O mundo da realidade não é variante secularizada do paraíso, de um estado já realizado e fora do tempo; é um processo no curso do qual a humanidade e o indivíduo realizam a própria verdade, operam a humanização do homem. Ao contrário do mundo da pseudoconcreticidade, o mundo da realidade é o mundo da realização da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável na consciência humana; é o mundo em que a verdade devém (KOSIK, 1976, p.23).

De acordo com o exposto, a realidade para o homem se expressa não como ela realmente é, mas como queremos vê-la; para perceber a realidade. antes de tudo, temos que compreender quais os valores e interesses por de trás da forma como se enxerga a vida. A existência de uma realidade identificada no morador de rua representa a forma como a sociedade de modo geral estabelece a comunicação preconceituosa, modo de olhar preconceituoso, desconhecendo a realidade sobre a condição de vida vivida por estas pessoas que moram nas ruas. A comunicação e linguagem das pessoas de uma para com as outras definem o mundo em que as mesmas vivem. O morador de rua, por exemplo, utiliza-se de estratégias através das quais afugenta de seu entorno a repressão de toda ordem. Neves (1995) faz referência à necessidade dos moradores de rua usarem da dissimulação, uma outra forma de comunicação para escapar de qualquer repressão:

Visto como mutilação social porque não são percebidos pelos atributos de trabalhador, sobre ele recaem inúmeras ações da sociedade, na suposição de recuperação ou inculcação de tais qualidades. E as iniciativas mais comuns são aquelas que pressupõem o recolhimento na rua. Não só o medo do recolhimento como também a necessidade de se dissimular como morador de rua para escapar da repressão, constituem outros fatores impeditivos de que esse trabalhador – não reconhecido - veja-se diante da impossibilidade de acumular pertences e reconstituir o fundo de consumo que lhe permita outras formas de inserção no mercado de trabalho formal e a apropriação socialmente reconhecida de controle de um espaço para moradia (NEVES, 1995, p.68).

O ser humano, na sua mais variada forma de expressão de vida, necessita ser reconhecido como pessoa que carece dar sentido aos seus atos para a sua sobrevivência. Em relação à população de rua, o Assistente Social deve questionar qual a melhor forma de se pensar um processo interventivo no cotidiano destes sujeitos, realizando esta análise sobre o modo de vida destes sujeitos que estabelecem uma forma diferente de sobrevivência.

O Assistente Social, em seu processo de trabalho, realiza uma profunda análise de reconhecimento das forças que movem as pessoas a estarem vivendo situações de conflito e sofrimento nos territórios em que se encontram. Somente com a capacidade de valorizar e resgatar as expressões particulares destes indivíduos sociais, nos lugares que estes ocupam com suas capacidades criativas, através de programas e projetos sociais específicos, respeitando seu livre-arbítrio, é que conseguiremos de alguma maneira resgatar a dignidade destas pessoas que se encontram nas ruas de nossas cidades.

A apropriação da Questão Social a partir da Teoria Marxista remete para a articulação das categorias do Método Dialético Materialista, isto é, a historicidade, a totalidade e a contradição que vão dimensionar a compreensão da sociedade capitalista ocidental. É nesse contexto que é necessário articular esta compreensão teórica com a Questão Social no cotidiano dos sujeitos para executar o processo de trabalho do Assistente Social (TURCK, 2006, p.11).

A partir desta lógica de compreensão teórica e análise da realidade, poderemos na esfera do movimento interventivo, oportunizar novas formas de perceber e intervir na realidade social. Oliveira (2003) elucida, a partir de seus estudos com população de rua, a expressão do desejo que muitos manifestam de

conseguirem um trabalho e poderem romper com este círculo de pobreza em que se encontram:

Pode-se afirmar que, na sua grande maioria, a população de rua possui uma vontade de conseguir um trabalho, para assim poderem sair desta condição de pobreza e abandono social. Percebe-se, nas falas dos sujeitos, um grande esforço neste sentido, pois além das dificuldades relativas à formação de cada um e o preconceito que os colocam neste círculo excludente que é a rua, existe o fato de serem velhos e moradores de rua, dificultando ainda mais as suas existências (OLIVEIRA, 2003, p.161).

Por maior que seja o esforço dos sujeitos em buscarem uma atividade que lhes garanta o seu sustento, geralmente, as chances de conseguirem uma atividade é quase nula, pois a comunidade, de modo geral, não se sente segura em contratá-los, como já foi mencionado anteriormente, devido aos valores e sentimentos a eles atribuídos, considerados, por muitos, como desqualificados e responsáveis pela violência urbana. Oliveira (2003, p.160) traduz a fala dos moradores de rua que revelam suas estratégias de sobrevivência, no esforço realizado para a garantia de seu trabalho, tentando dissimular a sua condição de moradora de rua:

Eu saía, às vezes, eu limpava uma casinha, mas eu não dizia nada que eu dormia na rua. Eu ia bem limpinha, se eu não estava bem limpinha, eu ia no rio, ali no Gasômetro sabe, tomava o meu banho lá no rio, ficava escondidinha, às vezes ficava até sem roupa, em um canto que não tinha ninguém ... Aí vinha e pegava o meu serviço, trabalhava, limpava a casa... Uma vez estava frio, eu tinha que pegar no serviço às 8 horas da manhã, eu levantei às 5 horas da manhã e fui para lá tomar meu banho (Sra. G. 70 anos).

Eu me levantava pedia esmola para mim comer alguma coisa, tirava um dinheirinho, parava nas esquinas, eu tenho vergonha, eu fui uma mulher muito trabalhadeira sabe, pedia esmola na rua para mim comer, sobreviver.... (Sra. I. 63 anos).

A necessidade de dissimular a condição de morador de rua é constante, submetendo-se a estratégias bastante difíceis para encobrir sua condição. O constrangimento revela as dificuldades que estes sujeitos possuem em se colocarem como sujeitos sociais em interação e sintonia com o mundo. O preconceito dificulta a comunicação destes sujeitos que se encontram nas ruas, tornando-se uma realidade que impede o rompimento com esta condição de ser morador de rua para alguns. A

Sra. G, ao mendigar, sentia-se humilhada, pois, em suas palavras, o trabalho sempre fez parte de sua vida. Não sendo suficiente as dificuldades impostas pela condição de miséria, estes sujeitos de rua, alguns já idosos, enfrentam também o preconceito da idade a se expressar no cotidiano de sobrevivência, pois a classe dominante estabelece padrões para o desempenho das relações humanas no mundo do trabalho, e ser velho(a) e morador(a) de rua torna-se um preconceito bastante difícil de se romper.

Muitas vezes, reafirmamos os moradores de rua são vistos como transeuntes “vagabundos, desqualificados”, sem valor, pois a sociedade atual tem na categoria trabalho um condicionante que estabelece a honestidade das pessoas através de seu vínculo com o mundo do trabalho. Este mundo do trabalho produz um sujeito competitivo, de realização individualista, de produção, de realização pessoal, “egoísta” que prima pela reprodução desta ideologia. Paiva (1998) menciona como o trabalho é visto na sociedade burguesa:

Na sociedade burguesa, fundada no mercado, a realização mundana do indivíduo passa a ser o valor ético central. Esse individualismo – que estabelece a autonomia do sujeito, concebe o trabalho apenas como modo de realização pessoal, enaltece a propriedade privada, enaltece o saber como forma de domínio da natureza e dos outros homens – reduz a liberdade ao livre-arbítrio. O caráter coletivo ou transcendente do mundo ético cede lugar ao predomínio do interesse individual, centrado na competitividade, na realização privada, na felicidade estritamente pessoal (PAIVA, 1998, p.107).

No tocante aos pobres, vítimas desta sociedade “burguesa”, o preconceito torna-se um dos maiores obstáculos a ser vencido. A identificação do trabalho surge como necessidade de manutenção de si e da família, expressa no comportamento destes sujeitos. Muitos moradores de rua relatam as suas dificuldades em encontrar trabalho, relacionadas, as mesmas, ao preconceito por serem moradores de rua. A sociedade ainda não conseguiu estabelecer o respeito à adversidade, impedindo que os sujeitos, ditos “diferentes do padrão estabelecido” consigam se realizar. Heller (1989, p.59) afirma: “Todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao defrontar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo”.

Todo preconceito reduz as possibilidades criadoras da pessoa. Os moradores de rua sofrem duplamente o preconceito social, o fato de não possuírem moradia fixa e qualificação profissional compatível com o mundo do trabalho moderno faz com que se reduzam as possibilidades de se romper com este círculo de pobreza, que, para muitos, inicia na infância e culmina na velhice abandonada nas ruas. Heller (1989, p.60) assim refere-se: “O preconceito, portanto, reduz as alternativas do indivíduo”. A partir de tal realidade, torna-se necessário que os profissionais que trabalham com as demandas sociais estejam atentos a questão ética: valorizar o ser humano nos seus mais amplos aspectos e lutar para que sejam afastadas todas as formas de preconceito que possam levar a um sistema de *apartheid* social.

Quando se tematiza o espaço da rua como espaço de sobrevivência, percebemos que outros sujeitos também são vítimas do preconceito social. Os catadores de lixo, sujeitos sociais que por diferentes razões encontram nesta atividade a sua forma de sobrevivência, também são vítimas do preconceito em nossa sociedade pelo fato de não possuírem outro tipo de qualificação para o mundo do trabalho. Juncá, Gonçalves e Azevedo (2000) comentam que os catadores exercem uma atividade não-reconhecida no mundo do trabalho, segundo a ótica da sociedade, estes sujeitos que vivem do lixo sofrem o preconceito pelo próprio trabalho que exercem, ou seja, de catarem materiais no lixo, assim, os autores elucidam a questão:

Já as questões relacionadas ao ambiente de trabalho em que vivem podem ser expressas através da seguinte fala: “as pessoas não gostam de dá serviço, elas escolhem pela cara da pessoa” numa referência à sua aparência física e onde a maioria reside (JUNCÁ; GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p.218).

Tanto a pessoa que vive do lixo como o morador de rua sofrem esta situação de discriminação por não estarem enquadrados nos valores estipulados pela sociedade, que demarcam o mundo do trabalho, mas sim classificados, em grande parte, como malfeitores, oportunistas e que podem representar ameaças. Ao Assistente Social, particularmente, compete-lhe, em seu Código de Ética (BRASIL, 1993, p.21): “(...) o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, o

respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

As apropriações de significados, como eqüidade, justiça social, cidadania, pluralismo, liberdade e tantos outros, sedimentarão, no homem, uma estrutura emocional, social e espiritual para o seu existir enquanto ser, que poderão fazer diferença para a construção de um mundo diferente, o qual lhe conferirá felicidade. A vida cotidiana representa “a vida de todo homem” (HELLER, 1989, p.17), sendo ali que o homem se constitui como ser particular e social. Na dimensão do social, o homem vai construindo a sua inteira constituição biopsico-social-espiritual e material. Heller (1989, p.17) esclarece: “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”. O cotidiano, enquanto categoria da existência humana, representa o espaço de realização do homem, primeiro, enquanto ser particular; posteriormente, ou, conseqüentemente, como ser social.

Se o espaço de realização humana é o cotidiano, poderíamos questionar sobre as possibilidades e limites que este sujeito particular, o morador de rua, encontra para a sua realização enquanto ser social nas diferentes esferas desta mesma sociedade. Heller (1989) relata que é, na vida cotidiana, que o homem encontra as possibilidades de se colocar na vida enquanto ser particular, colocar em funcionamento toda a sua potencialidade criadora em estado latente, afirmando: “Nela (vida cotidiana) colocam-se em funcionamento todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias” (HELLER, 1989, p.23).

O cotidiano representa, portanto, o espaço humano que garantirá ou não a vida, sua constituição, sua plenitude ou a morte. O ser humano, como ser social, está impregnado de valores legitimados socialmente, que é a vida, nas suas mais expressivas dimensões e complexidades. Somente através dos valores que norteiam a vida humana, mais particularmente aos que estão afetos aos direitos humanos, refletidos e vivenciados no cotidiano da vida, e, conseqüentemente, na sua vida social, relacional, é que determinar-se-á a garantia da qualidade de vida do homem no sentido pleno. Os valores vividos permitirão ao homem sentir-se cidadão planetário, sem as determinações que comumente lhe fazem sofrer e separar uns

dos outros, como as determinações de classe social, raça, nacionalidade ou condição e modos de vida. A vida na rua deveria ser vivida ou buscada, somente, como necessidade de se viver e contemplar os estados organizativos do ser humano e da natureza, pela própria beleza que a rua oferece e encanta, justificando ao homem estar fora de sua casa.

5.3 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS PERDAS, A FORMA OBJETIVA DE VIDA DO MORADOR DE RUA

A objetividade da vida humana faz-se à medida que o ser humano interage no meio em que está vivendo. Neste processo de integração com o meio, a representação concreta ou abstrata de algo parte do seu planejamento mental e materializa-se no plano físico, constituindo-se em algo ou numa ação no plano real, material da existência humana. Ao ser humano o modo de viver deveria lhe oportunizar realizações enquanto sujeito singular em um mundo totalizante.

A natureza vai se apresentando ao ser humano na forma bruta, necessitando que o mesmo venha a utilizar a sua capacidade criativa para transformar o mundo que o cerca. O que dá sentido ao existir humano é o trabalho. Kosik (1995, p.127) afirma que, na “base do trabalho e por meio do trabalho, o homem criou a si mesmo não apenas como ser pensante (...), mas como o único ser pensante do universo, por nós conhecido, que é capaz de criar a realidade (...)”. Assim, toda ação criativa, impulsiona o ser humano para novas formas de idealização e compreensão de si mesmo e do mundo que o cerca, despertando-o para novos processos de humanização da forma e de seus sentimentos em relação ao outro.

Estas atitudes vão mostrando-nos que o plano do real, ou da realidade concreta, está marcado por movimentos contraditórios, surgindo, no cotidiano da vida, o bem e o mal, o virtuoso e o que ignora outras possibilidades de realização, a riqueza e a pobreza, os incluídos e os excluídos dos processos sociais que dão qualidade à vida, tudo se misturando, dando margem a um mundo contraditório. Na seqüência dessas idéias, vamos percebendo a existência de sujeitos que, de alguma maneira, tentam superar as dificuldades inerentes à rua sem conseguirem almejar

novas formas de realização, prisioneiros da pobreza do mundo real que se revela aos seus olhos, sem poderem transformar a realidade de uma forma que lhes traga sentido de existência.

O ser humano é movido por necessidades de buscar, no trabalho, o modo de encontrar a sua realização, permanecendo a vontade de mudar, mesmo as mais difíceis formas de vida. Junca, Gonçalves e Azevedo (2000), a partir de estudo com catadores de lixo, assim referem-se ao valor do trabalho na vida de um grupo de pessoas sem teto, que vivem da catação de lixo para sobreviverem. Para eles, o trabalho possui a seguinte representação:

[...] sem poder destacar a questão de sobrevivência e a busca de provedor, tanto para o homem quanto para a mulher, trabalho é, acima de tudo, sinônimo de honra, é o que "dignifica a pessoa". Trabalho é o que "dá crédito", desenvolve a vida, é o que permite "espairece e num fica pensando besteira", sendo comum se ouvir a seguinte fala entre os catadores de lixo: "sinto alegria no trabalho porque ele é esforço, mas também é conquista" (JUNCA; GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p.50).

Esta realização torna-se evidente na fala de alguns moradores de rua, que, mesmo no ato de pedir esmolas, procuram encontrar alguma coisa que lhes dê significado de vida. Bulla, Mendes e Prates (2004, p.154) fazem referência a esse tipo de comportamento na vida de alguns moradores de rua:

(...) não vou negar, uma vez eu pedi esmolas, e desta vez eu ganhei CR\$10 reais, aqui na praça. Eu estava sentado fumando, agora faz uns dois anos e pouco que eu parei, eu segurei aquele dinheiro, e fui ao restaurante comer alguma coisa, e eu pude pagar. Isso me durou uns dias economizando (...) (Sr. J. 66 anos).

O relato transcrito é a representação do cotidiano de algumas pessoas que estão nas ruas. Quando realizamos movimentos de escutar tais sujeitos, percebemos, em sua voz, uma grande vontade de sair desta condição de miséria, ou quanto saborear um "cafezinho" ou comprar seu "cigarrinho", para quem não possui nada, ganha vulto. O que importa é o valor que as pessoas estabelecem como parâmetro de realização para suas vidas, no caso do morador de rua, como mencionado anteriormente, sua forma de sobreviver no plano objetivo da vida, na

maioria das vezes, não vai além do momento presente, pois sua condição de miséria não permite que ele sonhe com objetivações mais altas, necessitando viver da caridade pública.

Ao despontar a vida adulta, a categoria trabalho permanece como desafio na vida do ser humano. Para muitos moradores de rua, a procura itinerante do trabalho representa uma situação que merece destaque. Oliveira (2003, p.117) afirma: “Desde o período da infância e adolescência, até os dias de hoje, o que se desenha é o sentido do trabalho voltado para a sobrevivência”. A pesquisa sobre moradores de rua nos faz refletir sobre esta condição de busca itinerante realizada pelas pessoas que nascem na condição de pobreza. Sujeitos, já em tenra infância, procuram, no trabalho, a sobrevivência da família, continuam na vida adulta, e envelhecem na mesma procura.

O mundo do trabalho contemporâneo está cada vez mais restrito àqueles que não conseguem uma qualificação profissional. As famílias em condição de miserabilidade não estão conseguindo se inserir em uma atividade profissional reconhecida, tornando-se muitos deles catadores de lixo. Juncá, Gonçalves e Azevedo (2000, p.49) apontam algumas informações neste sentido:

Todos os pesquisados ingressaram precocemente no mercado de trabalho, sendo que 49% com menos de 10 anos, 44,9% na faixa de 10 a 15 anos e apenas 6,1% entre 16 e 18 anos. O principal motivo alegado foi a “necessidade de ajudar a família” (81,6%), embora outras causas (18,4%) também estivessem presentes, como, por exemplo: o desejo de poder ser independente e de “podê andá arrumadinha”, a necessidade de garantir o próprio sustento em virtude da morte dos pais, ou ainda uma exigência para poder estudar.

Para Wünsch (2001, p.98), o trabalho é:

(...) uma categoria central, na compreensão da relação homem com o seu meio, de reconhecida historicidade e atualidade, na medida em que este é insubstituível, por ser potencialmente criativo e pela satisfação das necessidades humanas.

A vida objetiva do morador de rua constitui-se em longas caminhadas, sempre para frente, a procura do trabalho como forma de realização, aos quais, muitas

vezes, não é dada a possibilidade do retorno para lugares privados, seus. Oliveira (2003, p.118) assinala esta necessidade nas palavras de um morador de rua, que assim se expressa:

Quando eu era pequeno morei no interior, depois quando adulto, vim para a cidade em 1955. Depois me mudei para a cidade de Alegrete, depois para a cidade de Uruguaiana, sempre trabalhando, andei no Estado do Paraná, também naquele tempo eu era outra pessoa, agora eu estou virado em uma coisa (Sr. D. 66 anos).

Esta situação itinerante na busca do trabalho possui caráter migratório e possui como objetivo buscar, em outros lugares, uma nova forma de vida. A possibilidade de ser feliz e poder realizar sonhos é o que move grande parte da vida destes migrantes. Por isso, os municípios deveriam pensar melhor nas suas políticas internas, oportunizando as pessoas realizarem seus sonhos nos locais de origem. Desta maneira, evitar-se-ia esta caminhada sofrida, a qual grande parte dos moradores de rua já realizou durante toda uma vida. D’Incao (1995), sobre o tema, expressa:

Nas minhas experiências, tenho observado que o sonho de encontrar as condições para viver com mais dignidade é o elemento energizador da errância que nutre os processos migratórios em nosso país. Se estou certa, o homem de rua seria o homem que deixou de sonhar. E o estar de passagem nesta ou naquela cidade teria de ser lido por nós de outra maneira. Essas pessoas que nos dizem que estão de passagem, e que costumam caracterizar como migrantes estão dizendo que, também ali, nos espaços onde estamos intervindo, não lhes é oferecido uma possibilidade de viver decentemente (D’INCAO, 1995, p.30).

O que move a pessoa migrante é a busca itinerante de um trabalho que lhe garanta a realização de seus sonhos. É fato comum ocorrer, nos departamentos de assistência social, a garantia de recursos para o deslocamento de pessoas a outros municípios e o transporte de seus pertences, sem que haja nenhum tipo de estudo sobre os motivos de seu deslocamento.

O profissional que trabalha na área da assistência social, comprometido com a redução do número de pessoas excluídas do contexto social, deveria ficar atento para este fato social. Ele, enquanto profissional, poderá formular propostas junto às

instâncias governamentais para que as pessoas possam encontrar, em suas cidades, recursos próprios para se manterem e poderem criar raízes, garantindo sentimentos de realização. Ao Serviço Social cabe esta participação, pois trabalhando em uma linha de ponta, em que realiza permanentemente uma interlocução direta entre a sociedade civil e o governamental, o Assistente Social poderá formular propostas criativas de programas que promovam as pessoas nos locais onde nasceram. As limitações sociais, quando não atendidas, impedem os sujeitos de continuarem em seu ritmo de atividade na manutenção pessoal, gerando uma situação de abandono. Então, é possível afirmar que, se a relação trabalho-doença ou falta do trabalho, no cotidiano da vida, não for revista, as pessoas continuarão sujeitas ao estado de vulnerabilidade social. A vida material para muitas pessoas apresenta-se mesclada de diversos desafios, por isso, o ser humano tem de superar os problemas para seguir adiante e não se deparar com o abandono social ou até mesmo a morte.

Torna-se necessário estabelecer, durante a vida, os recursos como contribuições para aposentadorias, registros em atividade profissional, vínculos empregatícios e tantos outros encaminhamentos, que a organização social do mundo do trabalho exige para se ter um mínimo de vida digna após o término do período ativo. O que parece mais perverso é o fato das pessoas que promovem o trabalho não se preocuparem em esclarecer os seus contratantes desta necessidade. Antunes (1999, p.124) aduz:

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranho. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O trabalho transforma-se em meio de subsistência.

A realidade se expressa em uma sociedade que tem como base o seu existir através do valor. Em paralelo, observamos a prevalência novamente do movimento dialético visto através da riqueza e da miséria, da inclusão e exclusão, do sentimento de pertencimento e do estar fora dos recursos que a sociedade possui para o crescimento pessoal do indivíduo e do binômio doença x trabalho.

O trabalho está relacionado diretamente à vida das pessoas, questiona-se, como a sociedade está oportunizando os meios à sua apropriação para a realização por estas mesmas pessoas. A maioria dos moradores de rua vive hoje o resultado de como foi todo o processo de sua inserção social no mundo do trabalho. O processo de adoecimento de que foram vítimas e o abandono social em que suas vidas estão mergulhadas representam o resultado de como, no Brasil, muitas pessoas estão sendo exploradas neste sistema capital-trabalho. Wünsch (2001, p.106) argumenta sobre o tema:

O trabalho perpassa a vida produtiva do trabalhador, é o processo de produção que organiza toda a vida social, não sendo possível fazer uma separação nítida entre o social, o biológico, o psíquico e o profissional, dado a forma em que estão ligados, e agem sob o seu modo de ser e viver.

A sociedade do mundo do capital está preocupada com o lucro e a produtividade, criam-se estatutos modernos de proteção social, os quais não estão dando conta de uma demanda de desempregados que cresce aceleradamente. Os estados de vulnerabilidade social estão mais visíveis no cotidiano da vida. A impossibilidade de a família possuir uma estrutura financeira através do trabalho digno, que permita ao grupo familiar ter condições de estabilidade emocional e física, favoreceu o abandono social em que se encontram muitos destes moradores de rua. A falta de esclarecimentos quanto aos encaminhamentos das questões previdenciárias não permitiram que muitos os sujeitos estivessem usufruindo a seguridade social/financeira para uma qualidade mínima da vida, gerando a miséria em que se encontram. A inexistência do trabalho no atual estágio da vida dos moradores de rua e o preconceito em relação a eles promovem o isolamento e o abandono social dos mesmos. A falta de uma política pública, por parte do governo, para com esta população de rua torna a sociedade, de modo geral, a responsável pela existência desta realidade objetiva.

A partir da análise deste estudo, evidenciamos que o bem-estar, na realidade concreta da vida dos moradores de rua, encontra-se intimamente ligado às ações desempenhadas nas fases anteriores de suas vidas, sobretudo na infância, adolescência e, também, na vida adulta. Este desempenho humano também está

intimamente relacionado ao desempenho que o Estado estabelece na organização da sociedade enquanto provedor e executor de políticas públicas que garantam qualidade de vida.

Para o ser humano conseguir construir sua vida objetiva em bases sólidas é preciso estabelecer oportunidades de escolhas para sua vida, para que as pessoas possam sentir-se cidadãs, um ideal para poder estabelecer metas ao presente e ao futuro, tornando-se responsáveis pelas suas vidas. O acesso à educação e a vínculos familiares deve ser a base de toda a formação dos indivíduos. A riqueza produzida socialmente deverá ser realmente melhor distribuída, colocando as pessoas em níveis de equidade social. Mas é somente através do trabalho que o homem deverá encontrar a sua realização enquanto sujeito particular, bem como sujeito integrado em uma sociedade.

Quanto mais tempo permanece a pessoa nas ruas mais o seu organismo debilita-se e suas possibilidades de se inserir na sociedade vão ficando mais distantes, perdendo, muitos, a sua própria consciência de ser social, chegando a sucumbir a um estado de alienação mental, o qual, também, é um dos processos de eliminação ou perda definitiva da integridade humana.

6 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM MORADORES DE RUA

Neste capítulo apresentamos o nosso estudo no tocante à dimensão do processo de trabalho do Assistente Social através da sua interlocução com moradores de rua. Aqui articulamos os elementos constituintes da formação profissional e suas dimensões teóricas com a realidade social vivida em um cotidiano de trabalho, no atendimento junto aos moradores de rua que procuram as instituições de proteção social. Para tanto buscamos no referencial crítico em uma perspectiva marxiana, como trabalhado no capítulo três do presente estudo, o referencial que define o sentido dado ao processo de trabalho do Assistente Social proposto neste estudo, este campo teórico conduzirá nossas reflexões, e a possibilidade de pensar e ampliar discussões sobre o trabalho deste profissional nas instituições, bem como, a articulação das políticas públicas, para a efetiva garantia dos direitos sociais dos usuários. Na formulação marxiana, mais particularmente em "O Capital" (MARX, 1989), foram pesquisado elementos importantes de análise para a reflexão a respeito do trabalho humano, e aqui, particularmente, sobre o processo de trabalho desempenhado pelo Assistente Social. Neste propósito, (MARX, 1989) afirma:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente a sua construção antes de transformá-la em realidade (MARX, 1989, p.202).

O que estabelece a diferença do processo de trabalho do Assistente Social para o da abelha é a intenção que damos à realização do mesmo. Todo o processo de trabalho humano possui uma intenção, uma idealização, uma finalidade, assim, fazendo com que o objeto pensado seja materializado. Afirmamos, conforme associação feita ao pensamento de Marx (1989), que o processo de trabalho do

Assistente Social possui uma intencionalidade de prática que antecede sua execução, dando ao ato em si e ao próprio processo de trabalho uma finalidade que terá, como consequência, um resultado objetivo. Para o Assistente Social, este resultado deverá contemplar, na sua expressão, os princípios estabelecidos, no Código de Ética Profissional para que consigamos materializar a identidade profissional nos espaços que ocupamos. Marx amplia seu pensamento afirmando: “No fim do processo de trabalho, aparece o resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (MARX, 1989, p.202). Nesta lógica de entendimento, o Assistente Social possui como componentes de articulação, no mundo do trabalho, o objeto, os meios de trabalho, as intenções, ou seja, finalidades de prática e resultados, ou melhor, um produto final. É sob a luz dessas idéias que definimos a categoria processo de trabalho do Assistente Social, apresentamos e aprofundamos, neste capítulo, a combinação de elementos da formação profissional na vivência da prática profissional do Assistente Social em seu cotidiano de trabalho com moradores de rua.

6.1 SERVIÇO SOCIAL, PROCESSO DE TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Marx, em *O Capital* (1989, p. 204), afirma: “No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, sobre o objeto que atua, esta ação se dará por meio do instrumental de trabalho”. O Assistente Social faz uso de instrumentais de trabalho para a sua intervenção, tais como visita domiciliar, questionário, redes sociais, entrevista, técnicas de grupo, investigação, assembleias, laudos, estudos sociais, análise institucional, análise documental, elaboração de projetos, pesquisa, etc., dessa forma, obtendo um resultado final. Os resultantes do processo de intervenção do Assistente Social situam-se no campo da viabilização de direitos sociais, da prestação de serviços públicos ou privados de interesse da coletividade, da educação sociopolítica da sociedade, implicando em hábitos, atos, atitudes e modos de pensar, alterando práticas dos sujeitos sociais em suas múltiplas relações na vida cotidiana, na

produção e reprodução da vida social, dando conta das particularidades das expressões da questão social, a respeito, lamamoto (2001, p.62) acrescenta:

Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações sociais cotidianas.

O Assistente Social, por meio de seu processo de trabalho, tem como intencionalidade aprofundar estudos sobre elementos que compõem a realidade concreta analisando como os sujeitos a vivenciam e superam as dificuldades por eles enfrentadas. No desenvolver de seu processo de trabalho, o Assistente Social traz, como um dos elementos importantes de seu desempenho profissional, a intenção da prática, definindo-se pelos objetivos que pretende alcançar na relação estabelecida com os fenômenos sociais. Os objetivos de ação estão intimamente implicados com a estrutura social onde os sujeitos situam-se: usuário, Assistente Social, instituição, o papel do Estado através da implementação de políticas públicas, entre outros elementos.

O Serviço Social é uma especialização do trabalho na sociedade, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais. Os meios ou instrumentos de trabalho estão intimamente ligados às dimensões da formação, que são a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa. Ao abordarmos este item, queremos reafirmar a centralidade que a categoria trabalho ocupa neste estudo, relacionando-a com o Serviço Social. Torna-se desafiador para o Assistente Social, na atualidade, deparar-se com esta realidade tão adversa e tentar superá-la, como discute lamamoto (2000, p.55).

(...) articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura – com o foco privilegiado na questão social –, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser compreendidas como tais. O esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional.

Perante a afirmação da autora, questionamos: como poderemos entender e realizar tal esforço? Como poderemos realmente articular a profissão à realidade? Trazemos, na investigação em foco, a proposição que, em um primeiro momento, o Assistente Social deverá reconhecer que possui um cotidiano e que o profissional faz parte dele, integrando-se com o todo, devendo estabelecer um estudo profundo sobre esta dimensão que todo o ser humano está situado. É no cotidiano que poderemos estabelecer os nexos com a realidade que está na vida de todos, pois é o espaço de articulação e construção da história da humanidade.

Todavia tal movimento não se dará somente a partir de análises de conjuntura, como afirma Iamamoto (2000), mas no grande movimento dialético que o Assistente Social realiza, sendo parte atuante nas estruturas sociais nas quais se insere. Esta relação e articulação deverão ser estabelecidas em um cotidiano de trabalho, onde o Assistente Social expressa, pela sua ação, conhecimentos, habilidades e atitudes. O cotidiano apresenta-se como uma categoria intimamente atrelada à competência teórico-metodológica da formação profissional, articulando particularidades da vida social do usuário no contexto maior da sociedade e analisando os elementos constitutivos neste espaço de relação. A categoria cotidiano configura-se um elemento essencial para esta análise quando a percebemos vinculada à vida dos sujeitos. Costa (2007) esclarece:

É na vida cotidiana que todas as coisas se misturam, mas nenhuma tem preponderância absoluta. A pessoa está mergulhada em atividades diversas. Em cada período histórico, as sociedades, distintas entre si, têm um modo de vida cotidiano que as caracterizam, porque a práxis do homem se modifica, se transforma, e em consequência as relações entre os indivíduos também são alteradas. A cotidianidade coloca em evidência a maneira como os seres humanos manifestam e satisfazem suas necessidades nas diferentes épocas e nos diferentes grupos sociais (COSTA, 2007, p. 68).

Compreender este cotidiano requer do Assistente Social a capacidade de entender como as “coisas misturam-se” sem que uma prepondere sobre a outra, e que, sendo diversas as atividades na vida do ser humano, elas vão se constituindo e se misturando. Assim ocorrendo, entendemos que o Assistente Social possui uma

práxis⁷² que também está conectada a este cotidiano. É, através de sua práxis, que o profissional vai realizando ações no sentido de garantir a satisfação das necessidades da humanidade. Assim ocorrendo, entendemos que, a partir do processo de trabalho do Assistente Social, nos defrontando com a realidade social, é no processo de trabalho que surge nosso objeto de trabalho. Sob tal lógica, o Assistente Social utilizará os elementos das dimensões da formação para o desempenho de sua práxis no cotidiano. Heller (1970) afirma:

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social. As grandes ações não-cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade (HELLER, 1970, p. 20).

Como pensar esta “substância social” da qual a autora faz referência? Entendemos que os seres humanos compõem esta substância e que dão materialidade a esta realidade social através das relações sociais. Como reflexo dessa perspectiva, todos somos os sujeitos sociais que compõem esta organização social, ou seja, Assistentes Sociais, usuários, os movimentos sociais etc., e assim vamos tecendo este tecido social em que estamos inseridos, construindo a história da humanidade pelas relações estabelecidas nesta cotidianidade. A história humana é construída através das tramas das relações humanas.

O Serviço Social possui, em virtude de seu processo de trabalho, uma ação transformadora da realidade social operando no cotidiano com uma determinada intenção de ação, tendo como resultado a transformação ou não da realidade social, pois, “não resta dúvida de que o trabalho do Assistente Social tem um efeito nas condições *materiais* e *sociais* daqueles cuja sobrevivência dependem do trabalho” (IAMAMOTO, 2000, p. 67). Há de se conceber que a realidade é contraditória e

⁷² Entendemos práxis como resultado do duplo movimento de descobrir os determinantes do sentido em que se movimenta o real e mergulhar nele para conhecer suas entranhas, por uma ação crítica e criativa, ação que vai além das aparências e busca essência (de dentro para fora e de fora para dentro). A práxis é, pois, esse processo de integrar-se sempre mais fundo e plenamente no real e ir encontrando as formas singulares e plurais de influir na sua estrutura e no sentido de seu movimento (GRACIANE, 1999, p. 83).

socialmente construída na relação capital sobre o trabalho, na crescente concentração de riqueza socialmente produzida e não-distribuída de uma forma ampla e justa, “o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos Serviços Sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras” (IAMAMOTO, 2000, p. 67). Na lógica de organização e estrutura social expressa, o Assistente Social possui como realidade concreta o seu objeto de trabalho, que são as expressões da questão social que levam os sujeitos a estarem excluídos socialmente. Em um segundo momento, precisamos pensar que o Assistente Social deverá ter a capacidade de decifrar o aparente sobre o real, articulando as dimensões de sua formação profissional, “o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora” (IAMAMOTO, 2000, p. 67).

De acordo com essa linha teórica, o Serviço Social possui, enquanto formação, três grandes dimensões, como mencionado anteriormente, que lhe garantem uma capacidade técnica para operar no seu desempenho profissional e que se destacam em competências para intervir no mundo do trabalho. A – Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS –, enquanto instituição representativa do Serviço Social, define, nas suas diretrizes curriculares, que o Serviço Social é “uma especialização do trabalho e de sua prática como uma concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ABEPSS, 1996, p.6). Para podermos dar visibilidade e aprofundar tais competências apresentamos as três dimensões da formação profissional através dos quadros relacionados a seguir, tendo, como finalidade, uma melhor compreensão desta importante estrutura que dá visibilidade à formação profissional e ao processo de trabalho do Assistente Social.

DIMENSÕES DA FORMAÇÃO
<p>COMPETÊNCIA ÉTICO-POLÍTICA: Na dimensão ético-política, o Serviço Social possui:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Um Código de Ética⁷³; - Uma Legislação Profissional⁷⁴; - Compromissos éticos e políticos com a totalidade da sociedade;
<p>PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS QUE ILUMINAM O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E QUE DÃO VISIBILIDADE A ESTE COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO COM A TOTALIDADE DA SOCIEDADE⁷⁵</p>
1) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
2) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
3) Ampliação e consolidação da cidadania , considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
4) Defesa e aprofundamento da democracia , enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
5) Posicionamento em favor da eqüidade e justiça social , que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
6) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito , incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
7) Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e o compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
8) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária , sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero;
9) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
10) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual , na perspectiva da competência profissional;
11) Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar , por questões de inserção de classe social, gênero, grupo étnico, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Quadro 1 - Dimensões da Formação Profissional do Assistente Social: Competência Ético-Política

Esse quadro teórico possibilita ao Assistente Social fundamentar seu processo de trabalho a partir do seu Código de Ética Profissional, de sua regulamentação profissional, bem como de seus princípios, estes deverão iluminar o fazer profissional do Assistente Social e do seu olhar sobre a realidade. Através do quadro teórico também se oportuniza à categoria profissional um direcionamento coletivo e se estabelece possibilidades objetivas de intervenção de sua prática na sua relação, análise e intervenção sobre a realidade concreta. Estes princípios

⁷³ Aprovado em 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas resoluções CFESS N° 290/94 e 293/94.

⁷⁴ Lei n° 8.662/93 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências – Brasília 7 de junho de 1993, 172° da independência e 105° da República. Itamar Franco/publicada no Diário da União de 08 de junho de 1993.

⁷⁵ Princípios constituintes do Código de Ética Profissional do Assistente Social, 13 de março de 1993 (CFESS, 1993).

possibilitam ao profissional Assistente Social ter uma vigilância crítica entre o *ethos*⁷⁶ profissional e o *ethos* socioinstitucional, bem como a produção e reprodução da vida social e suas contradições através de uma atitude investigativa da realidade.

DIMENSÕES DA FORMAÇÃO
<p>2. COMPETÊNCIA TEÓRICO-METODOLÓGICA</p> <p>Na dimensão teórico-metodológica, o Serviço Social possui: O método Materialista Histórico - Marx; como sendo o referencial que oferece sustentação teórica de compreensão sobre a realidade oportunizando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investigação crítica do real amplo e seu retorno ao particular; - Análise crítica das relações de força e poder através das categorias do método crítico; - Uma compreensão sobre os movimentos contraditórios da sociedade;
CATEGORIAS QUE ILUMINAM O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
1) Categorias do método dialético-crítico: totalidade; historicidade; e contradição
2) Categorias que definem o objeto de intervenção do Serviço Social: as expressões da questão social;
3) Exemplos das expressões da questão social: a) Expressões de exclusão social: desemprego, violência, processo de rualização, fragilidade de vínculos, fome; b) Expressões de resistência à opressão: movimento dos sem teto, movimento de moradores de rua, comissão dos direitos humanos, estrutura institucional, organizações de resistência, conselhos municipais, estaduais e federais etc.;
4) Categorias de correlação de força e poder: alienação/consciência; rebeldia/vulnerabilidade; empoderamento ⁷⁷ /usuário; cotidiano/cotidianidade;

**Quadro 2 - Dimensões da formação do Assistente Social:
Competência Teórico-Metodológica**

No segundo quadro teórico, identificamos as possibilidades do Assistente Social de fundamentar seu processo de trabalho pelo método de análise da realidade proposto por Marx e suas categorias centrais, um marco teórico que viabiliza uma compreensão estrutural e conjuntural da realidade social onde os sujeitos estão inseridos, ou seja, na relação capital sobre o trabalho. Compreende-se a dinâmica social e sua investigação crítica através da relação estabelecida entre o universal e o particular da vida dos sujeitos em um cotidiano. Tal dimensão teórica garante um método de análise crítico e propositivo frente às relações de força e

⁷⁶ Do Grego, *ethos*, modo se ser, é a ética a teoria do comportamento moral dos homens em sociedade (VASQUEZ, 1977, p.12).

⁷⁷ “*Empowerment*, o aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e dominação social” (VASCONCELOS, 2001, p.5).

poder em que o Assistente Social imerge, a partir da compreensão das categorias do método: Totalidade, Historicidade e Contradição.

A compreensão da dimensão teórico-metodológica permite reconhecer que o Serviço Social possui um objeto de intervenção que se traduz na Questão Social, cujas expressões representam a forma como as desigualdades que nascem desta relação capital sobre o trabalho materializam-se no dia a dia, possibilitando ao Assistente Social perceber e intervir nesta mesma realidade cotidiana. O campo teórico-metodológico viabiliza ao Assistente Social um poder de análise e percepção dos processos sociais que se dão pela existência das coisas, dos fatos e das pessoas na sociedade capitalista, processos que levam os sujeitos a viverem situações de alienação de seus direitos sociais e, também, de não se perceberem enquanto sujeitos de suas vidas, gerando um estado de não-consciência social e particular. O campo teórico-metodológico permite ao profissional compreender o papel dos movimentos sociais enquanto espaço de enfrentamento de rebeldia e resistência diante dos processos de desigualdade social, espaço de luta contra a opressão vivida pelos sujeitos, onde os Assistentes Sociais poderão estabelecer articulações em rede, explicitar e denunciar a realidade vivida pelos usuários quando não há atenção do Estado. Nestes espaços, o Assistente Social possui a alteridade⁷⁸ e a capacidade técnica de instrumentalizar pessoas e grupos para uma ação efetiva na garantia de direitos.

O campo teórico-metodológico dinamiza, no processo de trabalho do Assistente Social, a compreensão de sua identidade social junto aos usuários e aos movimentos sociais, estabelecendo de forma criativa: alternativas, vivências, diálogos, reflexões e ações de empoderamento sobre direitos, representa o papel que possui junto dos movimentos, seguimentos sociais de resistência, bem como as

⁷⁸ “Alteridade (alteritê) – Característica do que é outro, ou um outro. A alteridade, diferentemente da alteração, supõe uma relação entre dois seres distintos, ou supostamente distintos. É o contrário da identidade, assim como o outro é o contrário do mesmo. Poderíamos fazer disso um princípio: toda coisa, sendo idêntica a si (princípio de identidade), é diferente de todas as outras (princípio de alteridade). A tradição prefere falar de princípio dos indiscerníveis. Mas os dois princípios são diferentes. Mesmo que existissem dois seres perfeitamente semelhantes, ainda assim seriam numericamente diferentes um do outro. Os escolásticos falavam, num sentido vizinho, de princípio de individuação. Mas este vale no seio de uma mesma espécie, enquanto o princípio de alteridade vale em absoluto, para nós, da solidão” (SPONVILLE, 2003, p.25).

classes trabalhadoras. É conferir poder⁷⁹ ao usuário e aos grupos organizados, assim, podendo construir com estes a percepção de si mesmos e do seu direito.

O movimento constrói-se através de uma perspectiva histórica e social que necessita de persistência, direção e consciência sobre a realidade. Imprimir na realidade o caráter da construção sociopolítica, que, segundo Martinelli (1999, p.14), é “desvendar essa construção por esse trânsito entre a forma de ser e a forma de aparecer, que passa pelo político, pelo histórico e pelo social”. Com esta compreensão sobre a realidade, o Assistente Social concebe que, no cotidiano da prática, juntamente com os usuários e os movimentos sociais, através de uma articulação em rede, se faz a mudança da história na sociedade, estabelecendo caminhos através de uma perspectiva política e social. O quadro a seguir possibilita-nos indicar como o Assistente Social estabelece a capacidade teórica de mudança sociopolítica sobre a realidade social, vejamos:

DIMENSÕES DA FORMAÇÃO
<p>3. COMPETÊNCIA TÉCNICO-OPERATIVA</p> <p>Na dimensão técnico-operativa, o Serviço Social possui:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de realizar uma análise socioinstitucional; - Capacidade de intervenção frente às expressões da questão Social como seu objeto; - Capacidade de investigar, compreender e intervir de forma criativa na realidade e as formas de como se dão as organizações da sociedade no enfrentamento das expressões da questão social; - Capacidade de trabalhar no espaço institucional construindo seu espaço socioocupacional através de sua identidade profissional na superação das correlações de força e poder; - Capacidade de articulação com os movimentos sociais na construção de redes de pertencimento social; - Capacidade de reconhecer o papel do Estado através de suas políticas públicas e as instituições que o representam; - Capacidade de reconhecer o movimento das organizações do capital; - Capacidade de reconhecer as organizações da sociedade civil: ONGs, Movimentos Sociais, práticas sociais coletivas; - Capacidade de compreender a realidade particular do usuário e sua implicação com o mais amplo da sociedade; entre outras.
<p>HABILIDADES E INSTRUMENTAIS QUE DÃO VISIBILIDADE AO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL</p>
<p>1) HABILIDADES: olhar e escuta sensível, observação sobre a realidade concreta, investigação, análise de realidade, análise documental, gestão de pessoas, etc.</p>
<p>2) INSTRUMENTAIS/FERRAMENTAS: visita domiciliar, questionário, pesquisa, redes sociais, entrevista, reunião, técnicas de grupo, investigação, assembléias, laudos, estudos sociais, análise institucional, análise documental, elaboração de projetos, etc.</p>
<p>3) MEIOS DE TRABALHO: sala, computador, papel, cadeira, armário, telefone, carro, lápis, etc.</p>

**Quadro 3 - Dimensões da formação do Assistente Social:
competência técnico-operativa**

⁷⁹ “A palavra poder designa, em concepção inicial, a capacidade exímia de produzir efeitos ou, ao menos, que possibilita a ação” (FALEIROS, 1997, p.43).

Conforme o terceiro quadro teórico, sintetizamos as possibilidades do Assistente Social para fundamentar seu processo de trabalho através de uma competência com base teórica, iluminada por princípios e valores éticos que propiciam a materialização a partir de habilidades, instrumentais/ferramentas e meios de trabalho. Neste contexto, as três grandes dimensões da formação profissional oportunizam ao Assistente Social ter uma base a desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que irão materializar a sua práxis em todos os âmbitos da sociedade.

Entendemos que o Assistente Social deverá ter claro o papel que desempenha na sociedade, articulando saberes e procedimentos no enfrentamento das mudanças que ocorrem através de uma postura ética e política que define sua identidade profissional. Em relação às dimensões da formação profissional do Assistente Social, aprofundamos a relação do processo de trabalho em sua interlocução nas instituições e redes de atendimento junto aos moradores de rua. Para tanto reafirmarmos o papel do Estado como provedor das políticas públicas na garantia de direitos sociais, pois é através das políticas públicas que as pessoas em condições de exclusão social poderão garantir a provisão de suas necessidades de sobrevivência. O nosso interesse é, então, problematizar esta realidade em que o Assistente Social imerge, objetivamos evidenciar as tensões e contradições que transitam pelo cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais junto às instituições de proteção social para moradores de rua, quando da luta pela garantia de direitos sociais através das políticas públicas, o que se torna um grande desafio.

Diante de tal perspectiva, alguns indicadores serão focalizados através das narrativas estabelecidas pelos Assistentes Sociais que participaram da presente pesquisa, através dos diálogos estabelecidos com os mesmos, os quais trabalham em instituições para moradores de rua. Através da entrevista participante focalizamos o cotidiano de trabalho dos profissionais Assistentes Sociais e sua relação com as redes de atendimento social.

Foi importante considerar que “as palavras não são a realidade, mas uma fresta iluminada” (MINAYO, 1995, p.110), fresta que se abriu para podermos de alguma maneira compreender e contribuir para a realidade vivida pelos profissionais que estão inseridos neste cotidiano, bem como dos usuários. Devemos considerar

que a pesquisa tem por intenção transitar permanentemente na tensão do aparente que se mostra e da realidade que se oculta, assim transitamos na fala dos Assistentes Sociais que nos relataram sobre o seu cotidiano de trabalho com moradores de rua, seu processo de trabalho e o papel que as políticas públicas desempenham para o atendimento das demandas apontadas pelos usuários, como proteção, segurança, atendimento psiquiátrico, internação, emprego e renda, entre outras. Isso feito, podemos, também, compreender um pouco mais sobre as correlações de força e poder existentes nas relações sociointitucionais e nas redes sociais estabelecidas em uma sociedade marcada pelo capital.

As instituições sociais possuem por finalidade garantir acesso a recursos sociais no enfrentamento das adversidades vividas pelos sujeitos que sofrem processos de exclusão social, como no caso do morador de rua. A realidade tem demonstrado que estas instituições estão muito distantes de cumprirem com suas finalidades, conforme observamos no depoimento dos profissionais, bem como na relação estabelecida pelos Assistentes Sociais na rede de atendimento para moradores de rua. Esses processos de exclusão social nascem em uma sociedade capitalista marcada pelos signos da desigualdade e permitem que pessoas vivam em condição de vulnerabilidade social, que se expressa na falta do trabalho que garanta aquisição de um domicílio próprio, condicionando-as a morar na rua e privadas de outras objetivações genéricas⁸⁰ que lhes assegurem uma vida com qualidade. Bulla, Mendes e Prates (2004), em suas pesquisas com moradores de rua, afirmam esta necessidade social:

(...) ou seja, exatamente aquelas políticas consideradas como de maior importância para este segmento populacional, "*habitação e trabalho*", são aquelas com mais precariedades em seu atendimento na percepção deste público-alvo, aparecendo como não atendidas, respectivamente, para 43% e 32 % dos entrevistados (BULLA, 2004, p.120).

A falta de uma política que oportunize a criação e ampliação do mercado de trabalho, somando-se às dificuldades enfrentadas para as pessoas poderem obter

⁸⁰ "(...) objetivações genéricas em si são todos os códigos da vida social de que o homem se apropria para conseguir se relacionar com seu meio ambiente histórico-social. Nesse processo simultaneamente, o homem se objetiva" (GUIMARÃES, 2000, p.29).

um domicílio próprio, faz com que o sentimento de perda da esperança em mudar a sua condição de vida nas ruas esteja cada vez mais presente. Esta condição de ser torna-os desqualificados socialmente, gerando muitas vezes sentimentos de inferioridade, de desqualificação social⁸¹ e profissional, realidade esta percebida na fala da Assistente Social Maria do Carmo⁸²:

O usuário chega aqui no Serviço Social e é feito todo um cadastro e conversamos sobre a questão que eles trazem e o por que eles estão nesta situação. E aí, então, tem várias facetas. É a questão da droga e a questão do conflito familiar: homens separados de suas companheiras, a mulher fica na casa e o homem vai para a rua, desemprego. Então é a partir daí que vamos trabalhar. Eles perdem muito os seus documentos, sem residência, sem nada, muito doentes, sem roupas, sem comer, e isto tudo. O Serviço Social terá que trabalhar conforme a demanda que ele traz e os recursos de que dispomos.

O Assistente Social que trabalha, mais particularmente, com moradores de rua dialoga com sujeitos que vivem em situações de extrema fragilidade social, como observamos no relato acima. O Serviço Social desempenha um papel importante na vida destas pessoas, pois poderá ser uma referência importante no sentido de os mesmos estabelecerem vínculos, esclarecer direitos para que o usuário consiga se sentir pertencido socialmente⁸³, na relação direta entre Serviço Social e o meio em que vivemos, através da habilidade em acolher os usuários por meio de uma escuta atenta sobre as questões cotidianas a serem explicitadas. O Assistente Social trabalha com a capacidade reflexiva que a razão humana oferece, ou seja, mediar⁸⁴

⁸¹ “(...) a desqualificação social é humilhante e interfere nas relações com o outro, incitando o fechamento sobre si mesmo. Mesmo as relações no seio da comunidade familiar são afetadas. À desqualificação profissional soma-se a desintegração familiar. Enfrentando tais situações, o desempregado perde muito rapidamente suas principais referências e vive uma profunda crise de identidade” (PAUGAM, 2003, p.48).

⁸² Os nomes referidos no presente estudo são fictícios. Por questões éticas, suprimimos a identidade das Assistentes Sociais que participaram da presente pesquisa. O autor, na presente tese, presta uma homenagem muito especial a senhora Maria João de Deus falecida em 1916, quando elege o primeiro nome das falas de “Maria”, nome místico e venerado ao longo dos séculos. Maria João de Deus, no seu íntimo, através de sua caminhada histórica, desejou um dia tornar-se uma Assistente Social. Maria João de Deus foi mãe de Francisco Cândido Xavier, nosso querido e saudoso Chico Xavier, como era conhecido mundialmente, e que recebeu o título de mineiro do século passado. Amigo muito querido do autor do presente estudo.

⁸³ “Pertencimento, ou sentimento de pertencimento, é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade nas quais símbolos expressam valores, medos e aspirações” (LIMA, 2003, p.330).

⁸⁴ “A mediação exercida pelo profissional (Assistente Social), na tensão entre a universalização de direitos e os limites econômicos decretados pela lógica da lucratividade, exige o trabalho

relações no sentido de ultrapassar a imediatividade do real. Trabalha para garantir a universalização do direito frente às expressões de desigualdade social, assim, o cotidiano institucional caracteriza-se em:

(...) viabilização do acesso a benefícios, triagem, plantões etc. - , marcado por pressões dessa natureza, solicita ao profissional, com frequência, a produção de estratégias teórico-metodológicas e políticas que não devem se distanciar dos fins e princípios éticos (PAIVA, 1998, p.188)

Inserido nesse quadro de tensões e pressões, o Assistente Social possui princípios éticos codificados que lhe oportunizam uma direção social a ser processada, implicada diretamente no processo de trabalho a ser estabelecido. O Assistente Social experiencia vivências profissionais com sujeitos fragilizados socialmente, exigindo do profissional competências, habilidades e atitudes no sentido de garantir acesso a recursos sociais para que o usuário possa viver e sentir-se cidadão⁸⁵.

Para refletirmos mais sobre este modo de estarmos implicados com a realidade social onde estamos inseridos, citamos Paugan (2003), que sinaliza dois tipos de experiências que traduzem um pouco a realidade de alguns moradores de rua. O autor assim se expressa apontando dois tipos de fragilidade social:

A primeira é vivida por pessoas cuja inferioridade social se traduz em humilhação, perturbação, isolamento ressentimento e, até mesmo, condenação de uma ordem social que lhes parece injusta. *Denominarei de fragilidade interiorizada*. O segundo tipo de experiência é vivida por pessoas que tentam evitar o fracasso elaborando projetos e multiplicando as tentativas para “sair dessa”. Nesse caso a inferioridade social é considerada como uma situação temporária. Contrariamente ao primeiro tipo, essas pessoas não se sentem constrangidas em utilizar os serviços sociais ou associações beneficentes, esta denominarei de *fragilidade negociada* (PAUGAN, 2003, p.94).

politicamente engajado na potencialização das reivindicações e interesses presentes nos conflitos, de forma a estabelecê-los como direitos” (PAIVA, 1998, p.188).

⁸⁵ “A cidadania se constitui no exercício dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, éticos, que foram construídos historicamente, através de leis, normas, costumes, convenções, que fazem com que os seres humanos sejam reconhecidos como membros ativos de uma determinada sociedade, podendo exigir dela os seus direitos ao tempo que ela lhe exige determinados deveres comuns” (FALEIROS, 2001, p.61).

É importante para o Assistente Social ter a possibilidade de reconhecer, através do seu processo de trabalho, qual a situação em que os usuários se encontram e seu modo de vida. Estabelecida esta ampliação do seu olhar sobre a realidade vivida pelo usuário, o Assistente Social trabalhará de forma diferenciada com cada indivíduo, objetivando, com eles, encontrar a disposição para realizar a mudança necessária.

No Brasil, como em outros países, a precariedade do trabalho, a ausência de qualificação, o desemprego, a condição de pauperismo físico, as incertezas quanto ao presente e ao futuro, somando-se à fragilidade e dificuldade em poder acessar as redes de atendimento, cada vez mais, empurram as pessoas à situações de fragilidade social e, conseqüentemente, à perda de vínculos sociais e familiares, estabelecendo estados de fragilidade social, como o autor menciona. Refletindo um pouco mais, Paugan apresenta o pensamento de alguns usuários que utilizam os serviços sociais na França, demonstrando que esta realidade apresenta-se como condição planetária de vida de muitas pessoas, ou seja, o fato de estarem vivendo nas ruas. Vejamos a fala de alguns usuários selecionados pelo autor, quando se manifestam sobre os serviços prestados em instituições de proteção social, na França, para moradores de rua,

No momento, eu não quero, eu não quero Assistentes Sociais (...) É constrangedor, né? M., 37 anos, casada, sete filhos, empregada da comunidade ... A gente vai ver {a Assistente Social} quando tem realmente necessidade, se não a gente se vira (...) A gente dá um jeito com que tem (...) Isso incomoda a gente um pouco, né? (...) Dá a impressão de que é caridade quando fazemos isso. A gente é obrigado a fazer, temos criança (homem, 25 anos, possui um filho, pedreiro, desempregado há dois anos) (PAUGAN, 2003, p.94).

Refletir e compreender sobre as tramas invisíveis que originaram as situações enfrentadas pelos usuários torna-se desafiador. É necessário realizar aproximações sucessivas de reconhecimento sobre a realidade vivida por cada usuário e sua relação com o mundo que os cercam e suas particularidades com os processos sociais que encobrem a realidade de cada sujeito. Esta realidade vivida pelos moradores de rua se expressa marcada por diversas determinações, que somente eles as vivenciam. Para o Assistente Social este reconhecimento é fundamental,

pois através do seu processo de trabalho que estes elementos vão surgindo na ação de diálogo estabelecido. Porque acreditamos que

os profissionais que atendem no plantão social podem transformar esse espaço, quando conseguem ultrapassar as exigências institucionais e promover o diálogo, a reflexão e a participação dos usuários orientando, informando, encaminhando, estimulando a autonomia dos sujeitos (BULLA, MENDE E PRATES 2004, p.100).

Assim ocorrendo, o Assistente Social conseguirá desenvolver uma análise meticulosa sobre a trajetória histórica de cada indivíduo, estabelecendo com o usuário formas de superação frente aos problemas sociais observados. A Assistente Social Maria do Carmo fala de sua realidade institucional e suas dificuldades no sentido de poder estar “dando conta” das demandas cotidianas na instituição em que trabalha. A realidade vivida por ela exige, na rede de atendimento, espaços especializados no enfrentamento de situações de violência familiar:

São muitas as pessoas que procuram a nossa instituição, atualmente, temos uma nova demanda que são as pessoas que, por terem rompido os laços familiares por questões de violência familiar, não têm onde ficar, indo para o albergue. Temos que rever o papel do albergue. Não se pode deixar esta pessoa na rua hoje, é uma mãe de família que foi agredida pelo seu companheiro e que não tem o perfil de ser moradora de rua, mas ela poderá se tornar uma moradora de rua por enfrentar neste momento esta situação. Então temos muitas destas situações, desemprego, dependência química. Por parte dos homens é muito comum. Eles são colocados na rua pela esposa, se tu não albergar estes sujeitos se tornarão moradores de rua. Estamos tentando reformular a albergagem, aqui no município, para que não venha a ser esta situação muito pior.

A realidade social enfrentada pela profissional exige um grande esforço para articular uma análise mais profunda sobre cada diferente demanda expressa pelo usuário na instituição, que de forma equivocada, muitas vezes, são encaminhados para as instituições de proteção para moradores de rua. Articular-se estrategicamente através de uma rede de atendimento local na comunidade será uma alternativa importante a ser trabalhada. A realidade de alguns serviços prestados pelas instituições para moradores de rua é, na sua grande maioria,

serviços que não atendem na sua amplitude as necessidades sociais. O fato dos sujeitos estarem vivendo situação de precariedade econômica impede-os de procurar alternativas diferentes para o enfrentamento de suas necessidades sociais.

O atendimento realizado pelo Assistente Social poderá ser uma alternativa junto do usuário de poder reconhecer possibilidades de enfrentamento de suas necessidades. Trabalhar esta realidade social requer uma rede de atendimento que seja especializada frente às demandas que os usuários trazem no sentido de o Assistente Social, bem como o usuário, encontrar apoio na superação destas mesmas necessidades. A Assistente Social Maria do Carmo traz outras considerações sobre esta realidade:

Nós temos dois públicos alvos bem distintos, os itinerantes, que buscam os serviços de pernoite que vem de outros lugares, e os munícipes, para quem o albergue foi criado devido existirem dez casos no município de moradores de rua. Quando o albergue foi criado, em novembro, agora fez três anos de constituição, nós tínhamos dez casos de questões crônicas de doença. Não se sabe o que vem primeiro, se é a rua, ou se é a doença, se ficou doente e a família colocou para a rua ou se a família colocou para rua, se ele ficou doente com a rua. São situações de dependência química, tu não sabes se era dependente químico e foi para a rua ou se na rua ficou dependente químico, necessitando estabelecer um trabalho diferenciado e com a participação de outros técnicos, incluindo médicos para se poder avaliar melhor a situação de cada usuário, e posterior encaminhar para outra instituição, mas isto não existe.

Nos casos relatados pela Assistente Social, fica clara a necessidade deste aprofundamento que cada caso requer, ou seja, fazermos de uma forma meticulosa o reconhecimento que esta realidade requer. A presença de outros profissionais através de um trabalho em equipe representa uma grande possibilidade de conseguirmos de uma forma competente materializar esta articulação, e conseqüentemente garantirmos uma qualidade nos atendimentos. No caso da não-existência de outros profissionais na instituição, reafirmamos a necessidade da constituição de uma rede de atendimento é de suma importância para que o Assistente Social consiga encaminhar e acompanhar o usuário na solução de suas necessidades. Refletir esta realidade que é a necessidade de se ter uma equipe de

profissionais capacitados no enfrentamento das questões que emergem das ruas junto aos conselhos: Estadual e Municipal de Assistência Social, pelo fato do usuário não dispor de recursos sociais necessários torna-se também uma via de discussão e garantia de direitos por parte dos Assistentes Sociais, bem como de outros atores que compõem a rede de atendimento. O profissional poderá instrumentalizar o usuário a realizar denúncias às instituições, como os conselhos acima arrolados, para que ele possa reafirmar, então, a sua cidadania, ou seja, uma organização social da população. Na lógica de tais procedimentos, entendemos que:

(...) a organização e a consciência de classe serão a expressão de uma prática histórica consciente de transformação integral e radical da sociedade, a qual abarcará tanto as estruturas como as mentalidades, tanto as circunstâncias materiais como os homens que vivem, pensam e atuam sobre eles. Porque a consciência da mudança e das circunstâncias com a atividade humana ou mudando dos homens mesmos, somente pode conceber-se e entender-se racionalmente como prática revolucionária (MARX, 2006, p.138).

Assim ocorrendo, estabeleceremos, nesse processo, uma discussão ampla junto aos movimentos sociais de resistência sobre esta realidade que se apresenta complexa e fragilizada. Trabalhar em equipe poderá representar também para o Assistente Social uma forma de resistência à opressão. A partir deste movimento podemos estabelecer uma forma mais clara sobre o reconhecimento das demandas que o Assistente Social não percebe, e da mesma forma como os outros profissionais que não enxergam a realidade social como o Serviço Social. Fernandes (2007) remete-nos a pensar nesta relação profissional como possibilidade de desafio posta aos Assistentes Sociais e ao mundo do trabalho de forma geral:

Aprender a discutir coletivamente sobre o processo de trabalho dos Assistentes Sociais, requer a criação de espaços compartilhados de discussão e a aquisição de habilidades, não somente técnicas, mas, principalmente relacionais. Saber trabalhar em equipe, respeitar as diferenças, saber escutar, saber resolver conflitos e compreendê-los como dispositivos de mudança, ter iniciativa e autonomia, são aspectos a serem desenvolvidos e conquistados entre os profissionais de diferentes áreas de atuação (FERNANDES, 2007, p.12).

Por meio destas disponibilidades e possibilidades, o Assistente Social deverá estabelecer o diálogo para poder garantir esta articulação entre os mais diversos profissionais e seguimentos sociais, compartilhando de forma objetiva as demandas sociais, será através desta diversidade de olhares em equipe, respeitando também a posição e direção social de cada profissional, que poderemos encontrar caminhos a serem trilhados para conseguir avançar em uma nova direção. Em consonância com a autora, percebemos que este poderá ser um caminho a ser trilhado para compreender e atender de modo mais articulado a situação de fragilidade relacionada não somente com as questões pertinentes a condição de morar nas ruas, mas também a outras questões que levaram estes sujeitos a estarem nesse espaço. Esta realidade social faz com que as pessoas tenham, nas instituições para moradores de rua, o único espaço de proteção social quando abandonados, Maria do Carmo afirma em sua narrativa:

Eu entendo que é muito limitado o serviço, a gente não tem espaço para propor novas medidas de atendimento. Com a lei da municipalização, cada município trabalha com seus munícipes. Temos sujeitos que ainda estão no albergue por serem pessoas que a família abandonou. Ele é esquizofrênico, na família também tem esquizofrenia então não se consegue recolocá-lo na família nem na sociedade, porque a via de se voltar para a sociedade é o trabalho, ele tem muitas limitações por causa da doença, então esta pessoa ainda está no albergue a um longo tempo.

O reconhecimento da fragilidade ou perda total dos vínculos sociais por parte dos usuários é algo bastante sério na vida das pessoas, como vemos na fala da Assistente Social. O quadro apresentado por ela gera grande preocupação quanto ao que a instituição oferece de atendimento público por parte do município. O Assistente Social deverá realizar movimentos de discussão sobre esta realidade, visando garantir às pessoas os lugares onde poderão melhor atender suas necessidades.

Constatamos, através desta pesquisa, que, ao analisarmos os relatos feitos pelas Assistentes Sociais, as mesmas demonstram a necessidade de poupar o usuário de ter que conviver institucionalmente com situações sociais difíceis dentro da instituição. O usuário e o próprio profissional ficam muito expostos a toda série de dificuldades, como nos casos de doenças transmissíveis, que colocam em risco a

saúde das pessoas, quando não atendidas de forma particularizada e no local apropriado que a situação requer. Essa situação de saúde vai se caracterizando nas instituições que atendem moradores de rua, que, reafirmamos, necessitam de acompanhamento e atendimento especial com o engajamento de profissionais médicos e enfermeiros. A prática de trabalho estabelecida pelo Assistente Social, muitas vezes, quando inserido nesta realidade, fica prejudicada devido ao mesmo não estabelecer o vínculo necessário. O fluxo constante de entradas e saídas na instituição impossibilita estabelecer o acompanhamento mais aprofundado que as realidades sociais e de saúde requerem. Vejamos o relato desta Assistente Social:

Os casos que nós atendemos requerem acompanhamento. São casos sociais que desencadeiam uma série de medidas a serem tomadas, que muitas vezes não se consegue devido à falta de estrutura institucional e os riscos de doenças. Agora, o nosso foco hoje é mais voltado em ter um mínimo de permanência, estas famílias aqui na instituição, porque a gente sabe que este ambiente aqui não é legal para pessoas que nunca estiveram em situação de rua. Por exemplo, neste espaço institucional temos que lidar com crianças no meio de pessoas doentes, idosos em situações de tuberculose, doença mental, HIV. Tu tem todos os perfis aqui dentro, potencializado (MARIA DOLORES).

Muitos usuários aportam, na instituição, pela primeira vez, deparando-se com uma estrutura social deficitária. A situação de se atender tantas demandas demonstra a falta de uma política pública capaz de oferecer maiores recursos às pessoas que estão sofrendo algum tipo de fragilidade social, que as levam a procurarem pela instituição. Para o Serviço Social, que atende esta realidade de grande amplitude e diversidade, seria importante ter a possibilidade de desenvolver um acompanhamento de forma mais particular para cada situação, mas isso nem sempre é possível. Há uma grande distância entre necessidades dos usuários e o que o profissional tem para oferecer ao atendimento das demandas do usuário, que são muitas. Bulla, Mendes e Prates (2004) apresentam, em sua pesquisa com moradores de rua, sugestões dos usuários em relação à rede de atendimento, por ser ainda muito precária,

ter mais albergues”, “maior divulgação dos serviços, pois as pessoas que moram na rua devem perguntar para outras, onde tem um abrigo”. Outras

ainda apontam para a necessidade de uma maior integração e efetividade das políticas públicas: “indicar serviço/trabalho”, “atendimento à saúde”, “facilitar aquisição de casa própria”, “ter escolas nos albergues” (BULLA; MENDES; PRATES, 2004, p.132).

Algumas pessoas que estão nas ruas conseguem se organizar através dos movimentos sociais e veículos de comunicação⁸⁶ para realizarem denúncias, pois sabem das suas necessidades, mas, geralmente, não conseguem acessar este ou aquele tipo de serviço para o suprimento de suas questões, sejam elas sociais ou de saúde, deixando os moradores de rua mais fragilizados. O Assistente Social, em algumas situações, através de sua prática com os moradores de rua, estabelece uma interlocução com o mesmo para tentar colocar a ele a precariedade dos recursos institucionais e da rede de atendimento, refletindo com o usuário sobre categorias, como identidade profissional, recursos e critérios institucionais de permanência na instituição, pois a precariedade da rede de atendimento ao morador de rua gera esta grande instabilidade social e psicológica nos usuários. A direção dada pelo Assistente Social é no sentido de justificar o injustificável, pois o Estado tem o dever de atender estas necessidades sociais. A Assistente Social Maria da Luz refere-se a este tipo de abordagem explicando:

A gente conversa numa boa com os usuários sobre os limites e os critérios que tem a casa e os limites que tem o Serviço Social, porque eles ficam bravos. Mas o que o Serviço Social faz, se não tem isto, não tem aquilo? Aí eu começo a explicar quais as possibilidades que o Serviço Social tem aqui, que tipo de intervenção nós podemos dar, até então independe do Assistente Social. Então eu explico tudo o que a gente consegue, e digo para eles assim: eu estou aqui para dar o apoio, orientar, para gente estar buscando juntos, é nós construindo juntos. O que a gente faz, então, tem limites, também, aqui dentro.

⁸⁶ Jornal Boca de Rua Ano IV, número 26, dezembro 2007 - edição “NATAL É PARA TODOS” (anexo)

Jornal Boca de Rua Ano IV, número 27, janeiro, fevereiro e março 2008 – edição “EM BUSCA DA LIBERDADE” (anexo)

Seminário população adulta em situação de rua, ocorrido no dia 19/07/2007, Mercado Público de Porto Alegre, neste seminário foram apresentadas algumas considerações sobre as instituições que atendem moradores de rua, solicitação mais constante da presença do DEMHB nas reuniões quinzenais com a Fundação de Assistência Social e Comunitária na ação integrada de saúde e assistência com o movimento dos moradores de rua que se realizará no Albergue Monsenhor Felipe Dill, no dia 17/08/07 às 14 horas e outros encaminhamentos (anexo).

Na verdade, fica claro que o usuário e o Assistente Social deverão encontrar uma saída para as necessidades que a vida coloca. Percebemos que existe uma exaustiva necessidade por parte do Assistente Social que trabalha nas instituições para moradores de rua em mediar conflitos e justificar a não-existência dos recursos institucionais. A falta de uma estrutura social para o enfrentamento da realidade social vivida pelos moradores de rua instiga nos usuários muitas angústias devido aos mesmos não encontrarem saída para a solução da condição social que se encontram. Uma forma perversa de ser, somando-se a ausência de maiores recursos na rede de atendimento. Bulla, Mendes e Prates (2004), assim, referem-se sobre o papel das políticas públicas afirmando:

A problemática vivenciada pelos sujeitos moradores de rua se configura como expressão mais perversa do processo de exclusão social sofrido por uma grande parte da população brasileira. Essa constatação instiga o questionamento da efetividade da política de Assistência Social, considerada como dever do Estado e direito do cidadão pela Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993). Assim definida, a Assistência Social deveria garantir à população os mínimos sociais, a sobrevivência e a afirmação da cidadania. Tal garantia de direitos não corresponde aos recursos e serviços colocados à disposição dos cidadãos. É fundamental, portanto, repensar as propostas em andamento e implementar novas ações inclusivas e de aporte de recursos financeiros capazes de resgatar da extrema vulnerabilidade as camadas de população mais excluídas (BULLA; MENDES; PRATES, 2004, p.91).

Constatamos que o quadro social vivido pelos moradores de rua é preocupante, pois, como explica a autora, os recursos e serviços de assistência social não contemplam as demandas colocadas pela população usuária. Esta realidade impõe uma situação difícil e preocupante também no que se refere ao Assistente Social poder estabelecer seu trabalho conforme está posto em seu Código de Ética Profissional. Temos claro que um dos caminhos a ser proposto na tentativa de superação desta realidade é, realmente, estimular a população usuária para que se organize, realize movimentos de organização e avaliação dos serviços prestados tanto em nível governamental como privado. Encontros, assembléias, fóruns e outros espaços de diálogo junto ao Estado são muito importantes no intuito de podermos reverter esta realidade através de políticas públicas mais eficazes.

Este trabalho é fundamental e esta articulação poderá ser estabelecida pelo Assistente Social, pois tal atitude está expressa em seu Código de Ética, enquanto princípio fundamental para a garantia da qualidade dos serviços prestados à população. Fica para nossa reflexão o questionamento desta frágil articulação que diz respeito à dimensão ético-política no cotidiano da prática. O Assistente Social é um profissional que possui habilidades para criar meios de mobilização junto aos movimentos sociais de pressão em relação ao Estado. Muniz (2005) refere-se à importância de articularmos a presença dos usuários nos processos avaliativos dos serviços prestados à população enquanto política de assistência social, em nosso país. A presença dos usuários neste processo de avaliação representa uma forma organizada de se enfrentar as adversidades sociais e aprimorar as políticas públicas, pois esta já é uma realidade vivida nas organizações europeias.

(...) é preciso destacar mais um aspecto essencial na reflexão sobre a qualidade dos serviços assistências: a capacidade e a participação dos usuários, que vem sendo amplamente ressaltada como um dos fatores relevantes para a melhoria dos serviços públicos nos estudos e debates levados a efeito por inúmeras organizações europeias (MUNIZ, 2005, p.136).

A partir de 1998, com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - percebemos um avanço no que se refere aos direitos sociais de forma mais efetiva, pela publicação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS - e NOB (1998), bem como pela motivação de alguns movimentos sociais neste sentido, incluindo-se o movimento dos moradores de rua⁸⁷ de Porto Alegre. Muniz (2005, p.136), em seus estudos sobre serviços de proteção social, aponta que pesquisas desenvolvidas pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho⁸⁸

⁸⁷ Seminário População Adulta em Situação de Rua ocorrido em 19/07/2007, na sala 10 do Mercado Público de Porto Alegre (anexo documento).

Fórum de População Adulta em Situação de Rua: consiste em reuniões quinzenais realizadas às segundas-feiras, na sala 10 do Mercado Público, para discussão de políticas públicas que revertam em benefícios da população de rua. As reuniões possuem como característica o processo de formação e conscientização de seus integrantes acerca das questões que envolvem a situação de rua, busca-se constituir o debate público sobre a questão da rua na Cidade de Porto Alegre (anexo).

⁸⁸ EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS (2001, p.73). For citizens and against exclusion: the role of public welfare services. Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, 1994. Employment in household services. Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities, 2001.

propõem que o desenvolvimento do conceito sobre “qualidade” concilie medidas que acolham as perspectivas apontadas por profissionais, bem como as dos usuários dos serviços. Com tal enfoque, poder-se-iam criar ações que contemplem necessidades percebidas pelas pessoas que vivem este cotidiano.

Partindo dessa perspectiva, podemos encontrar mecanismos de superação dos limites enfrentados na erradicação da exclusão social. Para isso, há necessidade de se estabelecer uma escuta sobre o que pensam os profissionais, bem como os usuários, no tocante ao desenvolvimento de um sistema de qualidade no enfrentamento às adversidades sociais. Muniz (2005, p.136) aponta que “a profissionalização tem sido um aspecto importante da melhoria da qualidade, baseada no princípio de serviços centrados no usuário dentro dos marcos de qualidade emergentes”. Entendemos que essas “qualidades emergentes” estão situadas naquilo que o usuário estabelece enquanto demanda através de sua interlocução dialogada com o Assistente Social nos atendimentos de plantão social, por exemplo.

Na presente pesquisa, transcrevemos a fala das Assistentes Sociais sobre a necessidade de desenvolver uma formação mais específica para compreensão de determinadas demandas porque não possuem o conhecimento que requerem. As profissionais demonstraram, em suas falas, a necessidade da aquisição de conhecimento diferenciado para, assim, poderem compreender e atender situações que chegam à instituição. No estudo, em continuidade, apontamos as situações que foram reiteradas pelas Assistentes Sociais como necessidades dos moradores de rua, por isso merecendo atenção específica para realizar uma abordagem mais eficaz, tais como violência doméstica, transtorno psiquiátrico, precárias condições de vida familiar, dependência das drogas. Os Assistentes Sociais muitas vezes, em sua prática, não conseguem avançar nos atendimentos frente às demandas, através da criação de emprego e renda mínima, atendimento interdisciplinar, segurança, atendimento psiquiátrico, acompanhamento de casos de forma particularizada, criação de programas de habitação, entre outros.

A análise do cotidiano desses profissionais permite que se vá além das angústias vividas no dia-a-dia profissional, levando a melhor compreender seus significados imediatos, desvendando a realidade e a aproximando cada vez mais do

conhecimento da realidade de trabalho desses profissionais. Apreendemos, do depoimento das Assistentes Sociais, as fragilidades de conhecimento que as mesmas enfrentam no sentido de compreenderem as demandas que nascem em uma sociedade contraditória. Vejamos algumas narrativas que revelam a fragilidade teórica de conhecimentos específicos dos sujeitos em foco:

A universidade nos prepara de forma bem generalizada, então, não há uma abordagem específica mais aprofundada, e sim temos conhecimentos gerais de vários assuntos, ou de várias áreas. Após o período da formação podemos nos tornar conhecedores mais profundos de determinados assuntos, ou através de especializações como mestrado, doutorado, enfim, estarmos sempre em busca de orientações, informações, estudos. A instituição onde estamos deveria estar mais aberta a esta possibilidade de proporcionar para os profissionais formação especializada, pois estas são muito caras (MARIA DO ROSÁRIO).

Os limites são os mais diversos, são os nossos mesmos, que a gente tem que estar sempre revendo, porque a gente precisa o tempo inteiro, enquanto profissional, estar buscando, estar se capacitando, raramente a gente tem isso onde se trabalha. A gente briga por capacitação e raramente acontece alguma. Temos que estar sempre buscando conhecimentos novos. É sempre uma busca tua, nunca o interesse institucional (MARIA DA LUZ).

Dos relatos, deduzimos que existe uma sintonia particularizada destas com as exigências da formação profissional e com o Código de Ética Profissional que, em seu Art.2º⁸⁹, determina a necessidade do Assistente Social estar se aprimorando intelectualmente a fim de poder compreender e atender as demandas como elas se apresentam, mesmo que para muitos Assistentes Sociais esta realidade esteja financeiramente distante de sua disponibilidade. Reiteramos que para podermos atender as demandas sociais, através de nosso processo de trabalho, faz-se necessário desenvolver uma educação permanente⁹⁰, estabelecida no cotidiano da

⁸⁹ “f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste código”.

⁹⁰ “Educação permanente porque entendo que esta pressupõe a transformação dos espaços socioocupacionais em locais de desenvolvimento através da interlocução de saberes. É o processo de trabalho que pode indicar quais saberes são necessários para a qualificação dos atendimentos e serviços prestados aos usuários para qualificação dos atendimentos e serviços prestados aos usuários de nossos serviços. (...) o enfoque educação permanente, ao contrário, tem como desafio

prática profissional, nos espaços que o Assistente Social ocupa. Pensarmos em oportunidades de qualificação profissional requer também repensarmos as condições de trabalho nas quais o Assistente Social está inserido para que consiga garantir com qualidade as suas prestações à população, conforme Código de Ética Profissional Art.7º⁹¹ e os direitos estabelecidos em lei. O relato da Assistente Social Maria Inês demonstra esta realidade institucional que fragiliza a qualidade do exercício profissional:

Eu acredito que minimamente alguns recursos materiais são necessários, como o caso de mantermos um espaço de escuta onde se possa garantir ao usuário o sigilo, um espaço de respeito para com a dor sofrida pelo usuário.

Ampliando um pouco mais a realidade marcada pela falta de uma estrutura institucional, bem como da rede de atendimento, as Assistentes Sociais declaram:

Nós atendemos em uma face do social muito dura, e de limites. Muitas pessoas chegam aqui no albergue e em poucos dias ocorre o óbito. O índice de mortalidade é bastante grande nos casos de HIV. O último recurso é o abrigo. A gente não reverte a situação. São situações limites e com pouca idade, jovens, adultos usuários de drogas (MARIA DO ROSÁRIO).

Para se trabalhar com pessoas em situação de rua e moradores de rua torna-se bastante difícil, pelas próprias condições sociais em que estes sujeitos estão inseridos. Trabalhar com pessoas que além desta condição apresentam situações de adoecimento mental é algo muito complicado. Não há condições de se trabalhar sem conhecer nada sobre esta realidade, pois demandas como esta não deveriam ser trabalhadas em um albergue. Onde estão as instituições para este público (MARIA DA CONCEIÇÃO)?

Ao analisarmos a realidade vivida por profissionais Assistentes Sociais, percebemos o quanto realmente contraditória se torna a realidade social vivida por eles. O mundo do trabalho coloca ao profissional, através de seu processo de trabalho, um direcionamento de prática que venha ao encontro das necessidades

detectar necessidades no próprio processo de trabalho à luz de contextos específicos. Partindo-se desta orientação, alcançar a mudança pressupõe-se partir de um processo crítico do próprio trabalho integrando as demandas objetivas com as experiências da prática profissional” (FERNANDES, 2007, p.12).

⁹¹ “a) dispor de condições de trabalho condignas, sejam em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional”.

urgentes destas pessoas que vivem em um mar de adversidades pelo fato de estarem sem uma moradia, atendimento médico, medicação, alimentação e outros cuidados necessários. No caso de usuário que sofre de transtornos em sua saúde mental, a situação requer um outro procedimento, pois o comprometimento na saúde física ou psíquica apresenta significados bem específicos e requer espaços também específicos, exigindo providências que venham ao encontro de esforços na garantia de um atendimento que contemple a situação de adoecimento que o usuário vive. Em relação ao problema, o “foco” do processo de trabalho fica desconectado com o propósito institucional, ferindo-se, assim, nosso compromisso com o usuário que necessita do atendimento para a sua situação e que a instituição abrigo ou albergue não oferecem. Duarte (2004) comenta:

As mudanças verificadas na década de 1990, no Brasil, no que se refere à reestruturação e redimensionamento da organização e da atenção à saúde mental, colocam de imediato dois problemas: o processo de trabalho do cuidado aos usuários dos serviços e a configuração dos modelos técnico assistenciais de gestão (DUARTE, 2004, p.150)

Diante do exposto, detectamos a complexidade dos casos atendidos nas instituições para moradores de rua ou sujeitos em situação de rua, e os desafios enfrentados pelos que trabalham nesses espaços. Não são profissionais com formação especializada no que se refere às questões específicas para atendimento na área da saúde mental, e a instituição não foi organizada para esse fim. Para este atendimento ser de qualidade o Estado, juntamente com a sociedade civil organizada, deverá pensar alternativas que possam contemplar de forma direcionada o atendimento às demandas na área da saúde mental. Ações específicas são necessárias para esse enfrentamento e para fortalecer a rede de atendimento aos que sofrem de transtornos psíquicos e que estão nas ruas. Estão nas ruas porque falta atendimento diferenciado a esta população que, como Corbisier (1992) afirma:

O grande desafio para todos nós é como lidar com a loucura. Podemos internar alguém durante algum tempo sem, no entanto, ‘internar’ o seu sofrimento psíquico. Por outro lado, podemos tratar pessoas em ambulatórios onde os terapeutas/analistas, valendo-se de sua suposta autoridade, autorizam-se a fazer coisas não muito diferentes das atitudes

encontradas nos piores manicômios. Tudo depende da posição tomada diante do fenômeno da loucura (CORBISIER, 1992, p.10).

Ao abordarmos a situação enfrentada pelos Assistentes Sociais que atendem usuários em sofrimento psíquico nas instituições para moradores de rua ou nesta condição, observamos o descaso com que o Estado trata da questão, não atendendo as demandas desse segmento da população. A situação de abandono vivida por estas pessoas que estão nas ruas não é menor que as enfrentadas pela população internada nos manicômios. Qual a posição do Estado frente a esta realidade? Será que a solução é a rua, como espaço de moradia para estas pessoas, até que sejam encaminhadas para os albergues, abrigos ou casas de convivência, onde, também, não receberão o atendimento requerido?

Isso posto, o que fica de desafio para a categoria profissional é assumir uma postura de debate. Temos que, juntamente com os movimentos sociais, instaurar o debate sobre as demandas que se apresentam às instituições de proteção para moradores de rua e que políticas sociais deveriam ser operacionalizadas pelo Estado. Compartilhamos com Couto (2004, p.187), em suas afirmações “[...] a assistência social começará a ser inscrita como direito social, produzido por uma participação ativa da população com um poder Executivo responsável e permeado por um controle social que definirá os caminhos a serem percorridos pela política”.

No processo de trabalho, iremos aprofundar este debate, buscando, de forma coletiva e criativa, soluções e articulações visando encontrar caminhos que garantam a dignidade na vida das pessoas. Para os Assistentes Sociais, significa somar esforços neste movimento de mudança, papel importante no processo de ruptura a partir de atividades complementares e inovadoras com a participação da comunidade local. Assim introduzindo formas organizadas de gestão, que permitam aos profissionais a realização de pesquisas que promovam a produção de conhecimentos, aliadas à intervenção profissional. A instauração de grupos de estudos interdisciplinares nos locais de trabalho é também possibilidade que inova o processo de trabalho, bem como a auto-avaliação dos serviços por parte dos usuários.

6.2 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PARA OS SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA E A PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Neste subitem, ressaltamos a importância das instituições para o Serviço Social enquanto espaço de atuação, bem como aos usuários, mais particularmente para os que estão nas ruas e sua possibilidade de organizar estratégias de sobrevivência. O reconhecimento deste espaço operativo e de pertencimento social para os usuários é essencial à implementação de ações de inclusão social e ao desempenho do processo de trabalho do Assistente Social. O profissional do Serviço Social, articulando intencionalidades de prática e conhecimentos da realidade social, procura instaurar a construção de um trabalho que se articule em rede⁹² para conseguir atender as demandas particulares e coletivas dos usuários a eles colocadas.

Nesta análise, um dos pontos-chave para a real implementação de ações emancipatórias recai na possibilidade das instituições possuírem técnicos capacitados para o atendimento de demandas sociais emergentes, a curto e a longo prazo, como mencionamos anteriormente. As instituições desempenham um papel de extrema importância na tentativa de realizarem a inclusão social das pessoas que estão nas ruas. Celso (1995), discutindo sobre as instituições que atendem a população de rua, denominadas Casas de Convivência, fala sobre a importância desses espaços para população em situação de rua.

São poucos os atendidos pelas Casas de Convivência e Centros Comunitários, mas são experiências significativas e estão apontando caminhos que podem ser seguidos por outros grupos aqui e em outros lugares. Constituem-se de espaços onde se vão criando relações diferenciadas, relações fraternas, possibilidades de organização e de prestação de serviços, o que proporciona às pessoas de rua o resgate de direitos sociais e a vivência de coisas novas, sementes de algo novo (CELSONO, 1995, p.118).

⁹² “É na relação de redes que se colocam as questões enfrentadas pelos próprios sujeitos na sua perda de poder para articulá-las em estruturas e movimentos de fortalecimentos da cidadania, da identidade, da autonomia” (FALEIROS, 1997, p.24).

As instituições exercem especial importância na vida das pessoas que não possuem domicílio próprio, pois é através da vinculação com os técnicos sociais e o convívio entre grupos internos que este processo de inclusão social se inicia, conforme o autor acima menciona - processos de construção de significados fortes na vida dos sujeitos. Esse trabalho contribuirá na construção da cidadania dos usuários, quando esta instituição possa oferecer um trabalho que garanta, na vida destas pessoas, espaços de reflexão, vinculação, bem como ações que ultrapassem a imediatividade do real vivido pelos moradores de rua, a exclusão social. A instituição em que atua a Assistente Social Maria Dolores não oferece as condições para um trabalho mais consistente, que contribua para a construção de cidadania dos moradores de rua, leiamos a narrativa:

Os usuários chegam aqui de várias maneiras, o albergue é uma instituição para população adulta de rua, nós disponibilizamos dez vagas, sendo que são para oito homens e duas mulheres. O albergue ele só funciona à noite, albergagem, ele abre às 19h e fecha às 07h, nós oferecemos o serviço de banho, janta e depois o despertar e o café da manhã, posterior necessitam retornar para as ruas. Aqui quando eles entram recebem roupas usadas que a instituição ganha da comunidade e que são do município, aí eles colocam esta roupa após o banho, jantam e vão dormir. Pela manhã, eles tomam café e pegam as suas roupas de volta. E vão para as ruas, não sobrando muito espaço para podermos estabelecer um vínculo com os usuários e podermos reconhecer a realidade social que cada um apresenta.

Muitas vezes, divisamos que o atendimento de abrigagem por pernoite, vivido pelo usuário e oferecido por algumas instituições, não oportuniza a inclusão social dos mesmos, mantendo-os, quase sempre, na condição de miséria nas ruas devido à não-existência de possibilidades e espaços de construção de algo que garanta, na vida do morador de rua, significados, como oficinas de trabalho e renda, espaços de reflexão sobre possibilidades e limites de vida, entre outros. Bulla, Mendes e Prates (2004, p.24) revelam, a partir da fala dos usuários, a condição de dependência e não-rompimento com a condição da rua. Determinadas instituições, de uma forma, estabelecem, com os sujeitos moradores de rua, uma relação de dependência e permanência nas ruas, como se menciona na citação:

O último abrigo que eu tive é o seguinte, era só por um determinado período, é casa de inverno, venceu o prazo, tem que ir embora, eu não tenho paradeiro, fico andando de um lado para o outro ... eu ficava próximo ao cinema Capitólio, tinha um refeitório, o homem deixava eu ficar ali, depois começou a juntar muita gente, ele mandou sair todo mundo (Sr. J. 66 anos).

Este tipo de atendimento realizado pelas instituições e, particularmente, pelas que atendem a população de rua, mantém o sujeito na situação de dependência, produzindo e reproduzindo a condição de alienação e abandono, não rompendo com o ciclo de vida vulnerável. A mesma atitude faz-se presente nas casas que oferecem alimentação, doações de roupas, etc. São ações de ajuda humanitária e, muitas vezes, necessárias, no auxílio imediato, para a sobrevivência dessas pessoas, mas que não alteram a situação de exclusão social, nem a condição de dependência e miserabilidade. Outro ponto que dificulta o estabelecimento do vínculo dos usuários com a instituição e, conseqüentemente, com os técnicos, é a questão da capacidade institucional limitada de atendimento ao morador de rua por parte das instituições. Constata-se que existe, normalmente, uma superlotação da capacidade estrutural de atendimento pelas instituições, reflexo da existência de uma rede de atendimento fragilizada.

A Assistente Social Maria da Luz aponta essa situação, comentando que a instituição está:

Sempre acima da capacidade permitida. Nós sempre temos muito mais demanda do que a capacidade institucional pode suportar. A Instituição tem que prover-se de recursos humanos para a gente poder trabalhar, mas com uma condição melhor.

De acordo com o depoimento da Assistente Social, observamos que não existe uma política de governo no sentido de solucionar ou ampliar estruturas institucionais para população de rua no que se refere ao aumento do número de instituições que possam garantir um atendimento com qualidade, direcionado a este segmento populacional, conforme reivindicação incluída no Projeto de Lei, de 26 de novembro de 2007, que foi apresentado à Câmara Municipal de Porto Alegre, o qual

demarca, em seu Art.4^{o93}, esta necessidade de ampliação da rede de serviços em Porto Alegre para a população de rua.

Além dessa situação de fragilidade nas políticas de governo, a Assistente Social Maria da Luz, apresenta outro elemento fundamental no senso de podermos avaliar o cotidiano de trabalho vivido pelo Assistente Social, que é a descontinuidade de programas e projetos sociais para o atendimento da população de rua com as alternâncias de governo e a não-continuidade de projetos, programas sociais. Não havendo continuidade dos projetos e programas sociais necessários para a inclusão social dos moradores de rua, também não haverá a construção da história dos acontecimentos humanos, que poderão promover a organização da sociedade, estes mesmos fragilizam-se e perdem-se na esteira da história da sociedade brasileira. Kosik (1976) reafirma, em seu pensamento, esta direção de reflexão, colocando que o ser humano é autor da história e, conseqüentemente, produto e produtor desta mesma história dizendo:

(...) a razão se cria na história apenas porque a história não é racionalmente predeterminada, ela se torna racional [...]. A história só é possível quando o homem não começa sempre do novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes (KOSIK, 1976, p.216, 218).

⁹³ Proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar à população em situação de rua, na cidade de Porto Alegre, uma política de assistência social mais eficaz.

“Art.4^a A política de atendimento à população em situação de rua compreende a descentralização na implementação e manutenção pelo poder público municipal dos seguintes serviços e programas com os respectivos padrões de qualidade e reordenamento da rede existente para a unidade de pequeno porte com o objetivo de evitar o processo de institucionalização dos usuários e respectivas equipes multidisciplinares:

I – Albergue com provisão de instalações preparadas com equipes multidisciplinares e materiais necessários para a acolhida e pernoite para a população em situação de rua considerando as adversidades climáticas nos horários de saída, oferecendo atendimento social e condições de higiene pessoal, alimentação, vestuário e guarda volumes;

II – Abrigo com provisão de instalações preparadas com equipe multidisciplinar para acolhida, com atendimento social e alojamento de pessoas e famílias em situação de rua com caráter de moradia provisória com atendimento integral fornecendo condições para higiene pessoal, alimentação, vestuário, guarda de volumes;

III – Casas de Convivência com oferta de espaços adequados com equipe multidisciplinar e materiais para proporcionar convivência, socialização e organização pessoal e grupal, atendimento social, atividades ocupacionais, educacionais, culturais e de lazer, assim como condições de higiene pessoal, cuidados ambulatoriais básicos, guarda volumes, espaço para lavagem e secagem de roupas“ (outras deliberações constam no documento anexo).

A Assistente Social Maria do Amparo traduz sua preocupação sobre este tipo de determinação político-institucional que fere o desempenho do processo de trabalho do Assistente Social, e faz a seguinte afirmação:

Em primeiro lugar, a instituição deveria ter uma continuidade nos seus programas. Nós, Assistentes Sociais, trabalhamos assim, sempre na questão de mudanças, de decisões tomadas. Iniciamos um trabalho e, daqui a algum tempo, temos que tomar outro rumo, mesmo antes de termos uma resposta positiva sobre determinado trabalho em andamento. Precisamos ter um tempo efetivo de trabalho, a instituição tem que ter uma constância.

Na expectativa de termos uma organização social no atendimento à população de rua, distinguimos o quanto o processo de trabalho do Assistente Social fragiliza-se pela falta de continuidade nos programas e projetos sociais. Muitos são elaborados e propostos por Assistentes Sociais com intuito de reverter os processos de exclusão social, mas que não são executados, ficando a população de rua sofrendo perdas. Convergindo com tal reflexão, entendemos que a continuidade nos processos de reorganização social, de programas e projetos sociais tenderá a um resultado social que necessita ser mensurado, estudado, partindo do pressuposto de se ter um produto final, visto que, no processo de trabalho desenvolvido pelo Assistente Social, este possui uma matéria-prima a ser trabalhada, que se configura nas expressões da questão social, e que, através do trabalho executado pelo Assistente Social, resultará em um produto, este produto definimos como ter acesso a condições sociais que garanta ao usuário a cidadania.

A partir dos resultados obtidos por meio dos processos sociais é que poderemos mensurar seu valor⁹⁴, se algo é bom ou ruim para a sociedade. Somente através dos resultados obtidos é que poderemos legitimar as ações humanas, sendo importante que elas perdurem nas gerações vindouras. Barroco (2001, p.29) infere que: “Assim como as escolhas, a orientação de valor é inerente às atividades humanas; sua criação é objetiva, também gerada pelo trabalho”. É, também, através do trabalho, que impulsionamos a caminhada da humanidade em direção à

⁹⁴ “Os valores morais são o resultado da ação cultural entre os homens e recebem reconhecimento e legitimidade no convívio social. Eles são únicos e variam de acordo com a época e determinada sociedade” (GUIMARÃES, 2004, p.41).

transformação da natureza das relações humanas, e, aqui, particularmente, os processos de exclusão social vividos pelos moradores de rua.

Outro ponto relevante a ser trabalhado ao lado das instituições de proteção para moradores de rua, está relacionado à privacidade dos usuários junto às instituições. Os usuários continuam limitados em sua “privacidade”, pois, em muitas destas instituições, as instalações são coletivas e todos os esforços no resgate de alguma forma de privacidade fazem-se necessários. É importante ressaltar a necessidade de se poder garantir a este sujeito a manutenção e fortalecimento de sua identidade social através da permanente constituição de sua autonomia. A Assistente Social Maria das Graças refere-se à dificuldade de garantir a autonomia através da privacidade dos sujeitos dentro da instituição. Para poder trabalhar nessa perspectiva é importante ter uma estrutura social institucional que ofereça espaços adequados. É o que se pode constatar no relato que segue:

(...) temos muitas limitações, começando pela questão de espaço físico, os espaços que a gente tem aqui são muito precários. Não temos quartos privados somente para famílias que chegam à instituição. Os grupos familiares ficam divididos. Mulheres com crianças ficam nos mesmos quartos que doentes mentais ocupam, bem como mulheres sozinhas e idosos. Os homens ficam em um outro lado. Os casais, neste caso, ficam separados devido às várias demandas que a gente possui. A privacidade que se garantiria mantendo a família seria muito importante no sentido do fortalecimento do grupo para a superação da situação.

Proporcionar meios para que os sujeitos encontrem condições de obter os instrumentos de construção e reconstrução do espaço privado em suas vidas deve estar na pauta das ações das instituições e dos profissionais, pois, do contrário, estaremos reproduzindo a violência social de forma diferenciada. A liberdade⁹⁵ é um dos princípios fundamentais que o Assistente Social deverá garantir na vida do usuário, porque ela representa o bem maior na vida de cada um, tornando-se expressão de vida na sociedade. Sposati (2004) faz a seguinte reflexão sobre privacidade:

⁹⁵ - Reconhecimento da **liberdade** como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Princípio constituinte do

As casas de convivência criam no mesmo espaço a relação produção e reprodução. Esta é uma das ocorrências, vamos dizer assim que a população mais espoliada está tendo que enfrentar: a sua casa deixa de ser o espaço privado, e nos seus malabarismos para enfrentar a vida, este é um dos direitos que ela perde, o direito à privacidade, e inclusive o direito de separar o mundo do trabalho e o mundo da produção e da reprodução (SPOSATI, 2004, p.130).

O fato do sujeito estar na rua denota a condição de perda de sua privacidade. O abrigo, albergue, ou casa de convivência, dependendo da abordagem realizada, poderá representar a ante-sala para a efetivação de processos sociais que venham a promover o sujeito que está nas ruas para a condição de cidadão, usufruindo um recurso social. As pessoas que moram nas ruas deveriam encontrar, nas instituições, a possibilidade de reconstruir espaços que garantam a sua privacidade, isto é, a privacidade de suas idéias, de seus desejos de sonhar, de poder relatar para o outro o que pensam, serem sujeitos na construção de sua privacidade enquanto pessoa integrada a uma sociedade.

Em tais condições, muitos moradores de rua vivenciam situações de preconceito⁹⁶ nas instituições e muitas destas situações são movidas pelos próprios Assistentes Sociais, por uma compreensão errada do significado da profissão, prejudicando, através de seu processo de intervenção, a vida dos usuários. O Assistente Social, quando assim procede, possui uma visão calcada no senso comum⁹⁷, não conseguindo estabelecer, no seu processo de trabalho, uma articulação de confiança em relação ao usuário, mas sim articula um processo de interlocução com observações preconceituosas em relação ao usuário. Neste sentido, “o preconceito é um prejulgamento, um conceito prévio de algo sem que se conheça o objeto na sua singularidade, é uma predisposição ao título, ao enquadramento, a idéia e valores rígidos e pré-concebidos” (GUIMARÃES, 2000, p.38) A análise está implicada no imediato, na aparência, não conseguindo fazer

código de ética profissional do Assistente Social, de 13 de março de 1993 - CFESS Nº 290/94 e 293/94.

⁹⁶ “Os preconceitos se dão na esfera da vida cotidiana e podem ser de vários tipos: morais, políticos, religiosos, raciais, nacionais, étnicos” (GUIMARÃES, 2000, p.37).

⁹⁷ “O senso comum é o que as pessoas no geral fazem, mas sem pensar ou analisar de uma forma mais aprofundada. Baseia-se exclusivamente nas aparências empíricas” (GUIMARÃES, 2000, p.33).

aproximações com a essência das coisas e situações. A Assistente Social Maria Beatriz demonstra essa atitude de preconceito em sua fala:

(...) mas cheguei aqui na instituição e tentei fazer uma abordagem estabelecida na “empatia”, de acreditar nas situações e, aos poucos, eu fui percebendo que até por uso e abuso de entorpecentes as pessoas elas “jogam”. O usuário joga, mente, para ter vantagens nas situações aqui da casa, ou seja, para receber uma roupa, que acredito vai ser vendida... Aos poucos, eu estou vendo que realmente é um público que eu vou acabar atendendo de uma forma diferente de outros locais de trabalho.

Pela fala da Assistente Social, observamos, claramente, sinais de um não-acreditar no usuário, relegando o morador de rua a uma condição de descrédito. A Assistente Social demonstra, através de seu depoimento, uma não-apropriação teórica da dimensão ético-política da formação, bem como dos princípios estabelecidos no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) com a realidade social vivida em seu trabalho. A Assistente Social estabelece um juízo de valor⁹⁸ na sua relação com o usuário a partir do seu processo de intervenção, pelo seu juízo de valor desqualifica, particularmente, o morador de rua; e a profissional reafirma esta realidade. Este tipo de pensamento poderá distanciar cada vez mais o usuário da sua condição de acessar direitos sociais garantidos em lei, devido ao juízo de valor estabelecido na sua relação direta com a profissional. Heller (1989) destaca:

(...) todo juízo referente à sociedade é um juízo de valor [...] na medida em que se apresente no interior de uma teoria, de uma concepção de mundo. [...] Todo juízo funciona sempre, explícita ou implicitamente, como parte da totalidade de uma teoria, de uma concepção do mundo, de uma imagem do mundo (HELLER, 1989, p.13).

Entendemos que o pensamento “preconceituoso⁹⁹”, estabelecido pela Assistente Social em relação ao usuário, está calcado em um juízo de valor contrário

⁹⁸ “O significado de valor diz respeito a tudo aquilo que se refere ao desenvolvimento ou à possibilidade de desenvolvimento da essência humana e do ser genérico, assim como diz respeito a todas as esferas heterogêneas” (GUIMARÃES, 2000, p.45).

⁹⁹ “O preconceito existe na vida cotidiana, faz parte das características desta e, portanto, é inerente à sua existência” (GUIMARÃES, 2000, p.38).

ao que está posto em seu código de ética¹⁰⁰. Um não-valor de crédito na pessoa que representa o morador de rua na sua pessoa, destituindo do mesmo a possibilidade de acesso a direitos sociais. As instituições de modo geral, bem como as que recebem a população de rua, deverão representar, na vida destes sujeitos, uma porta que se abre no sentido de oportunizarem uma convivência social e a possibilidade de encontrarem recursos para a solução de suas demandas. Lembramos que o usuário, ao procurar o Serviço Social, muitas vezes, está ignorando os seus direitos e fragilizado na sua condição de existir, necessitando de algo ou alguém que o ajude a encontrar caminhos. Guimarães (2000) ressalta:

A prática cotidiana profissional é repleta de analogias quando identificamos que a tendência do profissional é classificar uma situação apresentada, segundo outras tantas consideradas igualmente atendidas, e seu comportamento e ação frente a essa situação passam a serem norteados em função dessa classificação (GUIMARAES, 2000, p.34).

Neste processo de classificação de descrédito estabelecido pela Assistente Social em relação ao usuário dos serviços, poderá ocorrer e a mesma nivelar sua interlocução através de um discurso pronto, calcado neste sentimento de desconfiança. Esta interlocução, assim estabelecida, poderá prejudicar o sujeito, fazendo com que ele não venha a conseguir, adquirir de imediato, uma orientação, como merece, para a recuperação de sua saúde, seus documentos etc., assim, possibilitando que este venha a exercer sua cidadania. Esta classificação estigmatizante em relação ao morador de rua poderá prejudicar o acesso aos direitos, pois “o preconceito reduz as alternativas de decisão, em função do caráter deformador estereotipado que um juízo falso pode acarretar” (GUIMARAES, 2000, p.38). A Assistente Social Maria Beatriz reafirma sua visão, relatando:

Então, de uma forma generalizada, as mulheres que procuram a instituição geralmente possuem esta postura diferente, elas vêm com histórias que de repente temos que investigar, porque na maioria das vezes não são

¹⁰⁰ Empenho na **eliminação de todas as formas de preconceito**, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Princípio constituinte do Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 13 de março de 1993 - CFESS N°290/94 e 293/94.

verdadeiras, eu estou usando muito mais a investigação do que usaria em outras abordagens, em outras instituições.

A fala da Assistente Social nos evidencia, novamente, uma fragilidade na compreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e a técnico-operativa no seu processo de intervenção, estabelecendo na “investigação” uma forma de comprovar as informações do usuário. O preocupante não é o ato de “investigar”, mas o sentido que a Assistente Social dá a este ato de investigar, pois compreende-se que sua postura está na preocupação de “desmentir” o usuário, nivelando-o com outros usuários que mentem, generalizando o comportamento, a Assistente Social afirma: *“a maioria das mulheres que procuram a instituição geralmente possuem esta postura...”*, mais particularmente as mulheres moradoras de rua. Deveremos ficar atentos ao sentido que é dado pela Assistente Social na sua abordagem de termos a capacidade para entender a realidade particular do usuário e sua implicação com o mais amplo da sociedade. Propor, com os usuários, novas formas de mudança, eis o desafio.

Em virtude da miserabilidade de recursos materiais e afetivos em que se encontra este seguimento da população, pessoas que sofrem o abandono social de todas as formas, uma das principais abordagens que os profissionais do Serviço Social deve estabelecer é através da entrevista, uma escuta sensível, um acolhimento na sua abordagem, dessa forma, procurando promover níveis de comunicação que o usuário consiga perceber, no profissional, uma referência para que ele – usuário – consiga sair desta condição de abandono. Este movimento de encontro entre Assistente Social e usuário é o primeiro passo para uma abordagem de acolhimento social. Sentir-se ouvido, na sociedade, representa sentir-se inicialmente pertencido socialmente. Através da entrevista individual reflexiva é que iremos estabelecer uma relação entre profissional e usuário de interação, na qual se possibilita ao sujeito realizar uma reflexão sobre a sua situação e, assim, buscar formas de enfrentamento possíveis de superação de sua realidade de vida.

Refletir os sentimentos e atitudes exige uma audição e uma compreensão profundamente empáticas. Servir de espelho no qual o entrevistado pode ver seus sentimentos e atitudes refletidas exige uma facilidade em reconhecer e verbalizar esses sentimentos e atitudes. Na repetição, o entrevistador transmite ao entrevistado o que este disse. Na reflexão, verbaliza o que o entrevistado sente. (...) A reflexão consiste em trazer à

superfície e expressar em palavras aqueles sentimentos e atitudes que ficam por trás das palavras do entrevistado. (...) No refletir, o entrevistador não faz conjecturas nem pressuposições: verbaliza o que está por trás do conteúdo das palavras e o coloca em evidência, como conteúdo emocional que estava presente todo o tempo, mas sem ser expresso pelo entrevistado (BENJAMIM, 2001, p.153-154).

Quando efetiva o processo de escuta e acolhida, o Assistente Social materializa de forma inicial o seu processo de trabalho junto ao usuário na garantia de direitos, pela própria situação de alguém o estar escutando. A relação de escuta torna-se importante no sentido de reconhecer qual o lugar social que o usuário ocupa, bem como o lugar do profissional na particularidade de vida do usuário e na sociedade de modo geral. A condição de escutar o outro requer do profissional uma compreensão que nasce não somente do campo do conhecimento específico do Serviço Social, mas da sensibilidade de se perceber igual ao outro, ou seja, na condição humana que nos nivela, de poder perceber que poderemos ocupar espaços de vida iguais ou semelhantes aos que o usuário ocupa.

Este exercício requer do Assistente Social estar atento às formas como ele, profissional, rompe com seus preconceitos estabelecidos na relação com outras pessoas e coisas, com seus estigmas em relação à vida e aos usuários em particular. Os conceitos estabelecidos através das relações sociais podem tornar os sujeitos dependentes, colocando as pessoas em um estado de subordinação, impedindo o estabelecimento de fios condutores de comunicação, necessários para o desvendamento da realidade concreta onde estamos inseridos. Neste modo de fazer a vida, cremos que os sujeitos tornam-se prisioneiros de si mesmos e de outros, quando as relações sociais se estabelecem na condição do não-reconhecimento de seus direitos, no não-estabelecimento de valores que levam a garantir a emancipação social, emocional e espiritual do ser humano.

No encontro com o usuário, o Assistente Social dará sua contribuição para que sejam introduzidos significados, desejos, atitudes na vida do usuário, e, neste processo, poderá ocorrer a possibilidade do usuário buscar uma nova forma de reorganização pessoal e relacional para a sua vida. A condição de ser sujeito em situação de rua, ou mais particularmente na condição de morador de rua, somando-se à condição da velhice, de ser mulher, da infância, ou da adolescência, tornam

estes sujeitos mais fragilizados pelas necessidades naturais não-satisfeitas em sua vida. São sujeitos que, em sua grande maioria, são carentes de afeto e de atenção, de significados fortes que lhes façam ter vontade de continuar vivendo. A presença de profissionais com formação especializada no atendimento de necessidades sociais singulares, reafirmamos, é de suma importância para os encaminhamentos e atendimentos adequados as demandas. O Assistente Social desempenha um papel significativo na compreensão necessária desta realidade, pois, conforme Iamamoto (2001):

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 2001, p.75).

O Serviço Social possui este desafio na sua dinâmica profissional, um compromisso ético-político que, em sua prática, desenvolverá uma proposta de intervenção social de inclusão, que se dá na ampliação de discussões em sua relação com o usuário, bem como com a sociedade através dos movimentos sociais. O processo de trabalho realizado pelo Assistente Social visa fazer com que tenhamos uma sociedade democrática¹⁰¹, em que o sujeito se sinta livre, inserido em sua comunidade local, assim como na sociedade planetária, onde todas as pessoas se sintam integradas, acolhidas, incluídas socialmente, sentindo-se cidadãos e vivendo em condições de justiça e equidade social.

Para este propósito, a eliminação de todos os estados de abandono, solidão, preconceitos e de todos os processos sociais que procuram inibir a identidade dos sujeitos deverão ser pensados. Heller (1989) destaca a importância dos processos integrativos para se atingir uma sociedade autoconsciente, e demonstra que, ao contrário, se o sujeito perde sua base comunitária, ele torna-se um sujeito manipulado, sem uma identidade social definida. Em consonância ao descrito, a autora comenta:

A integração, o nascimento de uma humanidade para nós, isto é, autoconsciente, bem como a constituição de uma história universal, são indiscutivelmente um momento valioso, enquanto a solidão do homem, a perda de sua base comunitária, sua submissão manipulada aos grandes mecanismos sociais são, também indiscutivelmente, desvalorizações objetivas ocorridas no curso do mesmo processo (HELLER, 1989, p.07).

É importante o papel de inclusão que as instituições realizam na vida destes sujeitos que estão nas ruas, pois cabe ressaltar que a rua não pode se tornar um espaço privado de ninguém. Na rua, o espaço é de todos. Na medida em que as pessoas estejam utilizando a rua como espaço de moradia, por necessidade de sobrevivência, há de se repensar no que está acontecendo na vida em sociedade. Percebermos que se existem pessoas nesta condição é porque a elas estão faltando oportunidades de garantir seus direitos e de viverem na condição de cidadãos, pois “quando afirmamos o resgate da cidadania, é importante ter presente que essa população não tem ainda se quer o estatuto de disputar, quanto mais de ter garantias de sua cidadania” (SPOSATI, 2004, p.129).

Oportunizar atendimento especial à população de rua em instituições governamentais ou não-governamentais representa a condição primeira para a inclusão social necessária às pessoas. Os albergues, casas de passagem e grupos de convivência poderão representar o espaço preventivo da exclusão social que se configura na condição de rualização. Mas para estas pessoas que se encontram em tal situação as instituições poderão representar a oportunidade de inclusão e reinserção social. A acolhida oferecida por profissionais da área do Serviço Social é o primeiro passo neste processo, como afirmamos anteriormente.

Mas para que esta relação de sujeitos particulares com a sociedade mais ampla se estabeleça, necessário se faz empregarmos ações desprovidas de preconceito.

¹⁰¹ “A democracia constitui o único sistema de organização política capaz de favorecer a expressão da liberdade, da equidade e da justiça” (PAIVA, 1998, p.175).

6.3 TRABALHO E CORRELAÇÕES DE FORÇAS INSTITUCIONAIS

No tópico, que segue, teceremos reflexões a respeito da correlação de forças institucionais, situação vivenciada no mundo do trabalho, em todas as áreas de ação, particularmente, no cotidiano profissional do Assistente Social no atendimento a moradores de rua. O Assistente Social utiliza, de forma sistemática, a análise institucional como necessidade profissional, materializando seu processo de trabalho no reconhecimento da realidade e das demandas inerentes à profissão. Esse procedimento requer do profissional uma análise profunda sobre a realidade em que se encontra, bem como o reconhecimento do papel de cada ator institucional que compartilha, no mesmo espaço de trabalho, a sua prática profissional, assim, possibilitando propor sua intervenção.

O Serviço Social, através da análise social e institucional, comprometido com seu Código de Ética, necessita criar ações de contradominação e resistência na superação de uma visão ingênua sobre a realidade, aprofundando significados, criando estratégias, estabelecendo diálogos. Isso ocorrendo, permitirá ao Assistente Social estabelecer, por meio de seu processo de trabalho, ações emancipatórias, tendo como base o seu projeto ético-político e seu compromisso com a sociedade, determinando institucionalmente a sua identidade profissional.

A ação de reconhecimento do social, das forças institucionais/sociais, visa, também, resistir à reprodução de práticas e saberes autoritários e assistencialistas, situando o profissional do Serviço Social em uma dimensão de agente mediador e articulador dos diferentes saberes e interesses da sociedade frente às situações de necessidades sociais em destaque na vida em sociedade. Uma realidade que se expressa nas mais diferentes formas e expressões, pois, segundo Schiavo (1998):

Entender a área social como um setor da economia que demanda investimentos, tanto em recursos financeiros quanto humanos, e produz retorno econômico e social: este é o novo paradigma que se contrapõe à visão assistencialista até aqui predominante em quase todas as ações implementadas neste campo (SCHIAVO, 1998, p.12).

Existe uma necessidade de se compreender a área social, pois se o atendimento for correto, conseqüentemente as relações sociais se tornarão menos acirradas e as pessoas se tornarão mais felizes e menos propensas a viverem o crime, a violência, a exploração de toda a sorte. Ordinariamente, esta realidade, quando não percebida através de uma análise crítica, gera insegurança e instabilidade na vida das pessoas. Apresentamos a fala da Assistente Social Maria do Rosário que, no seu relato, descreve essa realidade:

Se não se acreditar que existe uma maneira de superação, a gente desanima. Tem situações aqui no albergue que eu vejo que são bem difíceis. Uma das coisas complicadas dentro do abrigo é a questão de ficar impotentes frente aos determinismos institucionais, como as regras que aqui são impostas. Sim, temos que ter regras de convívio, isto faz parte das relações interpessoais, pois são moradores de rua sem nenhuma estruturação maior de convivência. Mas tem regras que são muito rígidas. Muitas vezes, aqui, ocorre a suspensão, tudo é suspensão, não limpou banheiro é suspensão depois vai para um desligamento. Este tipo de coisa é muito complicada. E têm pessoas, por exemplo, ontem mesmo eu fiz um atendimento com uma moça que disse: “olha eu cheiro loló direto” ... a moça foi desligada da instituição por causa disso. Não tem um olhar diferenciado para com ela. Suspender da instituição é a medida institucional. Sendo esta a regra institucional, fica mais fácil para a instituição não se envolver. Ficamos amarradas institucionalmente e profissionalmente.

O dia-a-dia de trabalho do Assistente Social é marcado por um constante movimento denso de tensões e contradições no qual constata-se algumas situações, como o que a instituição deseja e oferece, enquanto estrutura de trabalho, é uma coisa; outra aquilo que alguns usuários desejam e buscam na instituição, um espaço de garantia de direitos, ou seja, um espaço de luta, resistência à opressão. Todavia, entendemos que o Assistente Social deverá ter a competência técnico-operativa para a construção de uma análise socioinstitucional, dessa forma, montando estratégias para a superação da realidade social e procurando, com o usuário, a garantia de seus direitos. A Assistente Social Maria Inês reafirma esta sua posição frente aos embates estabelecidos institucionalmente dizendo:

A instituição é muito cruel, ela tem coisas que são permissivas, mas este é o nosso papel também dentro da instituição estar mediando as relações, então eu acho que primeira coisa o meu compromisso ético-profissional com o usuário, e aí está claro, dentro da proposta institucional estar podendo fazer esta mediação, estar podendo contribuir pra proteção social que é o que a gente tem como objetivo.

O Assistente Social possui, além da competência técnico-operativa, a competência ético-política que está demarcada teoricamente em seu Código de Ética¹⁰² Profissional (CFSS, 1993). O documento evidencia o dever do Assistente Social de trabalhar para a alteração da correlação de forças institucionais, fortalecendo as legítimas demandas e necessidades dos usuários, bem como de instrumentalizar os usuários a denunciar tudo aquilo que fira a integridade moral e física das pessoas, assim ocorrendo, conseguiremos melhorar um pouco o cotidiano da prática fazendo valer, na vida das pessoas, a garantia de direitos, pois entendemos, como Faleiros (2003), que:

A articulação entre a mudança no cotidiano e a mudança global se faz na relação entre poder e saber na modificação da condição geral e superação de um problema. A relação de poder e saber é uma luta por posições, recursos, direitos, organização, que interfere nas posições, recursos, direitos e organização existentes (FALEIROS, 2003, p.107).

Temos claro que não é somente no espaço institucional que faremos o movimento de superação da miséria e na garantia de direitos, mas desenvolvendo movimentos de resistência à opressão, também, e principalmente ao lado dos movimentos sociais através do saber e poder que o Assistente Social é instituído profissional e socialmente, como afirmam Legoy e Kern (2001), “o Assistente Social, pelo próprio lugar que ocupa, detém um poder. Exercê-lo sobre, ou exercê-lo com os

¹⁰² “Art. 8º - a) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária; b) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes desse Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário; c) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária; d) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais”.

segmentos populares com os quais trabalha vai depender dos seus objetivos e da sua intenção junto a eles” (LEGOY; KERN, 2001, p.167).

O Assistente Social deverá realizar, por meio da análise socioinstitucional, o reconhecimento dos atores institucionais e suas atuações; e, através de uma competência técnico-operativa que se expressa através da intencionalidade de prática, montar estratégias para a superação dessa realidade que se poderá mostrar desafiadora ao profissional em consequência da correlação de forças que, comumente, expressa-se por questões políticas partidárias, supremacia de identidade profissional, ameaça na perda do poder e outras tantas formas de acirramentos que vão criando embates e emperramentos na estrutura institucional. A narrativa da Assistente Social Maria do Amparo reflete um pouco esta luta no sentido de garantir o melhor atendimento frente às situações apresentadas institucionalmente, assim é comentado:

A gente está sempre tencionando a instituição para que as coisas possam mudar, para que tu tenhas uma idéia do quanto é difícil trabalhar nesta instituição para moradores de rua, hoje com 12 crianças no abrigo, a gente não tem condições de atender nenhuma, é um número bem grande para a estrutura que a gente tem, não tem pracinha, não tem espaço de lazer nenhum, não tem ninguém que faça um trabalho direcionado a estas crianças, tem a questão do doente mental que se ele está aqui não tem nem terapeuta que possa estar fazendo este encaminhamento, a gente tem uma equipe de auxiliar de enfermagem que administra a medicação, só que a gente teria que ter um em cada plantão (manhã e tarde), e um no plantão da noite, só que a gente está com um durante o dia, está de licença e um que trabalha numa noite, então a medicação fica sendo administrada pela monitoria que não tem habilidade para isto, então assim a estrutura de recursos humanos é totalmente falha, é um absurdo.

O reinventar o social é uma luta diária e contínua que se expressa no cotidiano da prática, estar atento a esta realidade é desafiar as próprias forças. A Assistente Social, no seu depoimento, expressa sua indignação. Caso não sejam concebidas tais questões de forma estratégica, e se tente buscar na rede de atendimento os recursos necessários, o processo de trabalho do Assistente Social poderá sofrer perdas no seu movimento e na garantia de direitos, por conseguinte,

afetando a vida dos usuários que procuram a instituição na busca de recursos para suas vidas, conforme assinala Baremlitt (1996).

[...] a constituição de um campo de análise pode estar articulada com um campo de intervenção. Só que o campo de análise é pensável sem intervenção, mas um campo de intervenção é impensável sem um campo de análise. Pode-se compreender e não intervir, mas não se pode intervir sem alguma forma de compreensão, em geral, quando os dois campos se constituem, eles estão articulados entre si: à medida que se compreende se intervém, e à medida que se intervém se compreende (BAREMLITT, 1996, p.67,68).

A realidade institucional, quando percebida a partir de uma articulação teórica, no caso – o método dialético-crítico, permite-nos entender que a existência é contraditória e é neste universo social que temos que montar forças de resistência, pois: “o humano só pode se constituir através do inumano, de início, a ele misturado para, em seguida, distinguir-se por meio de um conflito, e dominá-lo pela resolução desse conflito” (LEFEBVRE, 1991, p.238). Essa relação de dualidade, de antagonismo, representa o movimento dialético das relações sociais. Tal conflito é percebido na fala da Assistente Social Maria do Amparo, que se expressa na correlação de forças institucionais, sendo que cabe ao Assistente Social possuir a capacidade de desenvolver, no seu espaço socioocupacional, uma atitude de enfrentamento da realidade adversa, montando estratégias de análise, diálogo e resistência, no sentido de poder resolver o conflito que se expressa na não existência de condições sociais de atendimento digno.

Nessa articulação é importante considerar a existência de instâncias que possuem um papel social de extrema relevância na sociedade, como os Conselhos de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, do Idoso e outros que deverão estar integrados na rede de atendimento. O Assistente Social poderá expressar sua atitude de repúdio nestes espaços legítimos, denunciando as condições sociais em que vivem muitos dos usuários pelo não-atendimento de suas necessidades, que muitas vezes, pelo fato de serem pobres¹⁰³, vivem este quadro de penúria. O Assistente Social poderá, a partir de seu processo de trabalho, organizar,

¹⁰³ “pobre é o que não tem, enquanto excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção sexual, o que é velho, etc.” (SPOSATI,2004, p.3).

assessorar, capacitar e orientar estas mesmas instâncias que defendem as necessidades comunitárias, instrumentalizando o usuário a realizar denúncias sobre esta mesma realidade, a qual se expressa em exclusão social.

Por influxo desta medida, a prática profissional não se encarcera no vazio, na acomodação, no trefismo, acionamos mecanismos superiores de defesa dos Direitos Humanos, mas, no enfrentamento dessa realidade adversa, somar-se-ão as instituições e os movimentos sociais, pois o profissional encontrará eco em sua fala, dialogando com estas instâncias, dando vistas sobre esta realidade contraditória, que particularmente estamos problematizando, pois, far-se-á através da:

justa denúncia da pobreza e da miséria no mundo, estas não devem dispensar-nos de um enfoque mais global das tensões e contradições que atravessam a sociedade, pois a exclusão é o resultado de um processo e não um estado social dado (ROSANVANLON, 1995, p. 86).

O Assistente Social deverá buscar, a partir de espaços como fóruns, conselhos, conferências e movimentos sociais, o meio para esta articulação sobre a realidade em que vivem os moradores de rua, reiterando o papel do Estado na garantia dos recursos sociais. Entendemos que existe um hiato no que está posto como processo de trabalho de alguns Assistentes Sociais inseridos nas instituições para proteção do morador de rua. A Assistente Social Maria das Graças traduz esta realidade adversa dizendo:

A nossa equipe ficou reduzidíssima, a gente perdeu auxiliar de enfermagem, vivemos uma situação realmente de estar trabalhando muito. Eu fico muito preocupada quando a gente chega a dizer que as pessoas estão vindo aqui para comer e dormir. Somos duas Assistentes Sociais para atender esta demanda, temos 78 vagas mais 12 crianças, são 90 pessoas.

O Assistente Social, ordinariamente, não consegue avançar no cotidiano da prática, na sua dinâmica interventiva devido a uma estrutura que não dá conta da realidade que recebe. O movimento, que poderia ser de defesa dos direitos humanos, fragiliza-se. Neste sentido o processo de trabalho do Assistente Social será trabalhar no fortalecimento e:

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, bem como no empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFSS, 1993, p.).¹⁰⁴

Muitos Assistentes Sociais não conseguem estabelecer, através de seu processo de trabalho, a suspensão do cotidiano profissional, a fim de problematizar seu processo de trabalho, admitindo que

[...] o trabalho do Assistente Social possui um valor de uso e um valor de troca, e que, o Assistente Social sofre as metamorfoses do mundo do trabalho, e que, essas determinações históricas condicionam o seu fazer profissional” (ABEPSS,1996, p.163).

Este tipo de imobilismo profissional traduz-se em não-garantia de direitos. A dimensão teórico-metodológica da formação profissional sinaliza a importância do Assistente Social trabalhar como protagonista junto aos movimentos sociais de resistência, implementando a sua dimensão ético-política, que possui fundamentos teóricos que dão vistas e clareza sobre a possibilidade de mudança, para que se possa compreender o movimento que a sociedade está permanentemente estabelecendo, e que necessita, muitas vezes, estabelecer reflexões junto aos movimentos sociais. Pois o protagonismo em defesa das minorias somente encontra eco junto aos movimentos de resistência.

[...] não basta nem a existência e nem o conhecimento da lei para que a vida da população pobre seja alterada. É preciso mecanismos que confirmem o protagonismo dessa população. Só no espaço de disputa de projeto social para o país é possível equalizar a assistência social com o direito social, (...) afirmar a assistência social como direito é tarefa de uma sociedade, e essa tarefa só pode ser realizada com a presença forte de toda essa sociedade, disputando, nos marcos do capitalismo, a ampliação da fatia dos investimentos que devem ser utilizados para os efeitos perversos da exploração capital sobre o trabalho possam ser reduzidos. assim a assistência será inscrita como direito social (COUTO, 2004, p.187).

¹⁰⁴ Segundo e sexto princípios do Código de Ética Profissional – 1993.

Trabalhar com mecanismos que mobilizem grupos e comunidades deverá ser tarefa concebida pelo Serviço Social, pois, do contrário, a caminhada a ser percorrida traduzir-se-á em imobilismo social e profissional na vida cotidiana, transformando possibilidades em não-acesso à garantia de direitos.

Realizar a transformação criativa da matéria-prima do nosso trabalho, é trabalhar na perspectiva de fortalecer o componente de resistência, de ruptura com as expressões dramáticas da questão social na realidade brasileira, com as quais o Serviço Social se depara cotidianamente no exercício profissional (IAMAMOTO, 1997, p.26).

A não-compreensão do papel profissional constitui-se por princípios de injustiça social que se estabelecem a partir de movimentos de ruptura na realidade, que se expressam em opressão, assim repetimos, estaremos situando a nossa prática a uma ação sem expressão, materializando-a de forma “tarefeira”, burocrática e reprodutora de forças sociais capitalistas de alienação. Atualmente, temos alguns profissionais Assistentes Sociais, nas universidades, que estão trabalhando com a pesquisa no intuito de problematizar esta realidade social, um grande esforço estabelecido por um grupo de pesquisadores Assistentes Sociais que compõem o LABINTER¹⁰⁵, profissionais preocupados com a realidade de vida dos moradores de rua, bem como com a prática profissional nas instituições. Esses pesquisadores procuram estudar e rever este tipo de realidade social e profissional onde o profissional está implicado, estabelecendo:

(...) várias formas de intervenção, os profissionais do Serviço Social buscaram fortalecer os usuários e suas estratégias de resistência frente ao processo de exclusão. Promoveu-se o acesso democrático às informações, reafirmaram-se os direitos sociais e a garantia de acesso aos recursos sociais. Esses aspectos dizem respeito à orientação da profissão (...), (BULLA; MENDES; PRATES, 2004, p.99).

É relevante o papel das universidades no movimento de oportunizar, através da pesquisa, o desvendamento da realidade social onde as relações de poder

¹⁰⁵ Laboratório Internacional Universitário de Estados Sociais – articula produções Latino-Americanas sobre metodologia de pesquisa e intervenção, envolvendo Peru, Argentina, Colômbia e Brasil. (Serviço Social/PUCRS, 2004).

situam-se. A construção de vínculos sociais, por parte dos usuários, nas instituições, representa o primeiro passo para a inserção social desses sujeitos na sociedade. A questão de estar motivado para lidar com situações tão complexas que emergem da sua relação com o usuário requer que Assistente Social acredite na sua potencialidade enquanto profissional junto aos movimentos sociais, possibilitando construir, com o usuário, formas de romper com situações de abandono, para isto, o profissional necessita ter clara a dimensão de seu campo teórico e, conseqüentemente, decodificar este conjunto de questões que se colocam na prática profissional. A Assistente social Maria das Graças assim se expressa:

O Assistente Social é solitário e da forma de como a gente vem trabalhando aqui é muito limitado, então a gente não pode falar em reverter o quadro, eu acho que contribui sim, a gente acaba tendo pequenos ganhos, a gente sobrevive de pequenos ganhos, porque são poucos os casos que realmente se efetivam e que realmente dão certo, e que a gente pode contar com situações que as pessoas realmente deixaram de estar excluídas e passaram a ter hoje uma situação diferenciada, reverter o quadro eu acredito que não.

Para o usuário a falta de uma estrutura institucional, bem como a desmotivação profissional, gera um movimento que poderá fragilizá-lo ainda mais, produzindo, muitas vezes, um movimento dialético de inclusão e exclusão social, permanecendo de uma forma marcante a rua como condição de existência permanente. O usuário, comumente, não consegue romper com este ciclo de existência entre a rua e a instituição, cabendo ao Assistente Social realizar processos de mediação¹⁰⁶, promovendo ações para que o usuário possa modificar a realidade social em que se encontra. O Assistente Social realiza: “(...) múltiplas mediações que presidem a constituição dos indivíduos que a realizam: as relações de gênero, de raça, os valores, os compromissos éticos, políticos, formação intelectual, cultural” (ABEPSS, 1996, p.8).

¹⁰⁶ “Mediação é o conjunto de instrumentos e técnicas utilizadas pelo profissional do Serviço Social que lhe permitem conhecer tanto as demandas explícitas como as implícitas” (PONTES, 2002, p.55).

“Mediação é responsável pela articulação dinâmica, processual entre as partes na sua ação recíproca e o todo, considerando que cada parte constitui-se em uma totalidade parcial” (PONTES, 2002, p.55).

O ser humano necessita de objetivações fortes para se manter vivo. Poderemos afirmar que “nem só de pão vive o ser humano”, mas de significados fortes que lhe prendam a vida, e esta a ele. A necessidade de estabelecermos vínculos é uma das formas que poderemos ressaltar como condição vital de sobrevivência do ser humano para a sua constituição. Os vínculos sociais são estabelecidos através de processos mediadores vividos nas relações. O reconhecimento da fragilidade ou perda total dos vínculos sociais na vida dos usuários, por parte do Assistente Social, será o primeiro passo. Posteriormente, trabalha-se no reconhecimento, por parte do usuário, de sua condição, de seu direito de existir em uma outra perspectiva, a partir do esclarecimento de seus direitos, à cidadania. O Assistente Social, também possui esta necessidade de estar implicado em objetivações para desenvolver seu processo de trabalho. Esta implicação se estabelece através da apropriação teórica das dimensões da formação profissional, bem como de seu código de ética, dos valores que este se apropria e vive profissionalmente.

O que sucede, invariavelmente, é que os usuários encontram, nestes locais, quase a mesma realidade precária de onde saíram por não apresentarem, nas políticas públicas, os recursos necessários ao atendimento efetivo das demandas que os mesmos portam. Nesse espaço, envolto de tensão social, o Assistente Social deverá realizar o seu protagonismo profissional social por meio de ações estratégicas, na garantia dos direitos humanos, como declara Iamamoto (2001, p.25):

[...] as necessidades dos usuários, que condicionados pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, reelaboradas na ótica dos empregadores no embate com interesses dos usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Logo, não há uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto profissional e resultados derivados de sua efetivação. Para decifrar esse processo é necessário entender as mediações sociais que atravessam o campo de trabalho do Assistente Social.

É no contexto profissional que o Assistente Social irá construir o seu protagonismo profissional, a sua identidade profissional, materializando-a assim através das dimensões da sua formação, não só teoricamente falando, mas

articulando, na prática, a marca de sua identidade profissional, uma prática transformadora que possibilite aos usuários um espaço de escuta, reflexão, articulando o usuário a estar implicado junto aos movimentos sociais. Faleiros (2001) refere-se quanto à disposição teórica que o Assistente Social deverá imprimir à sua capacidade de deciframento, análise e proposição:

O processo de ação profissional não é um conjunto de passos preestabelecidos, mas sim uma profunda capacidade teórica para estabelecer os pressupostos da ação, uma capacidade analítica para entender e explicitar as particularidades das conjunturas e situações, uma capacidade de propor alternativas com a participação dos sujeitos na intrincada trama em que se correlacionam as forças sociais, e em que se situa, inclusive, o Assistente Social (FALEIROS, 2001, p. 65).

Os profissionais que atuam nesta linha de frente sofrem com o resultado deste abandono social por parte do Estado, exigindo, como vimos, por parte do Assistente Social uma capacidade criativa de enfrentamento desta realidade. Muitas vezes, os profissionais não obtêm às condições mínimas para o desenvolvimento do seu exercício profissional, portanto sofrendo fragmentações no seu desempenho, gerando, como já mencionamos, práticas “tarefeiras” sem expressões. Cabe ao Assistente Social estar atento às determinações institucionais, realizando, como já foi ressaltado, estratégias profissionais de análise e articulação.

6.4 VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA REALIDADE SOCIAL

Em seguimento, procuramos aprofundar nossas reflexões atinentes à situação de violência que se faz presente no cotidiano das instituições. Dentre tantos fenômenos, a violência vai se estabelecendo na intimidade destes espaços, ora na condição de demanda, ora na condição de ameaça à integridade física das pessoas que desempenham seu trabalho social. O Serviço Social é uma profissão que está exposta diretamente às conseqüências dos processos de violência, seja no âmbito em que se acirra o ânimo do usuário, pela falta de uma estrutura institucional que viabilize atendimento digno aos usuários dos serviços, seja na forte presença da violência no cotidiano de trabalho deste profissional.

A precarização do trabalho é, também, uma forma de violência perpetrada contra usuários e trabalhadores nas instituições. A violência da “humilhação” representa, também, forma de violência praticada institucionalmente contra os usuários quando estes acorrem às instituições e não encontram recursos para as suas necessidades. Os usuários relatam suas histórias, tornando-se, muitas vezes, humilhante o próprio relato em si, e, por vezes, após relatarem suas “misérias”, não encontram os recursos necessários para resolverem a situação enfrentada, apenas recursos que não garantem além da manutenção da condição que os usuários ocupam. Para Faleiros (1998, p.02) “(...) no Brasil, a violência se articula com a benemerência do favor, que por sua vez, mantém e consolida a injustiça”. Muitas famílias buscam os espaços das instituições sociais pelo fato de estarem sendo vítimas da violência. A Assistente Social Maria da Luz faz fortes considerações sobre seus atendimentos de plantão¹⁰⁷, nas instituições que atendem moradores de rua, vivendo momentos de ter que saber manejar situações complexas. A profissional relata sua experiência:

(...) a gente tem atendido a famílias em situação de miserabilidade total, estados de vulnerabilidade social que se estabelecem nas mais diversas formas: pessoas vítimas de violência doméstica, famílias que foram corridas de seus lugares de moradia por causa do narcotráfico. Aqui no (...) temos pessoas, muitos moradores de rua que possuem comprometimento com sua saúde mental e drogas... não se tem uma política de saúde mental que dê retaguarda, muitos são agressivos.

A Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul menciona que, em 2006¹⁰⁸, 30% dos dois mil moradores de rua do centro de Porto Alegre sofriam de doenças psiquiátricas. Este estudo foi realizado pelo Programa de Saúde da Família (PSF), serviço da Secretaria Municipal da Saúde (SMS). Dos 300 casos analisados pela equipe do PSF, 30% apresentavam sintomas de esquizofrenia, alucinações,

¹⁰⁷ O plantão é o serviço que possibilita às pessoas expressarem seus problemas e suas necessidades, e à instituição atendê-los imediatamente da maneira mais conveniente possível (VIEIRA, 1994, p.119).

¹⁰⁸ Patrícia Domingues – Coordenadora de Saúde Mental da Secretaria Estadual da Saúde (Notícia publicada em 07 de outubro de 2006, Correio do Povo – Jornal).

visualizações auditivas, retardo mental e comportamento agressivo. A dependência de álcool e drogas é também identificada em 75% das pessoas.

A violência caracteriza-se, geralmente, por agressões físicas e ocorre através das relações sociais particulares e comunitárias, sendo causada por companheiros, vizinhos, usuários de drogas, perseguição, traficante etc. Corriqueiramente, identificamos verdadeiras guerras civis nas comunidades periféricas das grandes metrópoles e, em virtude a tais fatos, as pessoas procuram os espaços de proteção social para darem um rumo diferenciado ao que está posto no seu quadro existencial. Essas instituições deveriam ser espaços de proteção, mas, muitas vezes, não garantem esta possibilidade.

A humilhação expressa-se no constrangimento da busca de auxílio, de ter que sair de sua comunidade, dos grupos sociais, é o ato de “pedir a ajuda”. Essa soma de fatores junta-se ao não-acesso às condições institucionais, fragilizando subjetivamente a vida das pessoas. O não acolhimento digno torna-se algo degradante. Paugam (2003, p.99) motiva-nos a discutir sobre a “fragilidade interiorizada”, mencionando que a freqüente procura por serviços sociais acarreta uma penosa provação. O direito inicia-se na vida dos usuários quando conseguem se sentir motivados a procurar os serviços sociais devido ao seu funcionamento correto, sentido neste processo um certo empoderamento de seus direitos pelo próprio fato de acessar o funcionamento dos mesmos, encontrando um espaço de acolhimento. Paugan (2003, p.100), em seus estudos, apresenta, a partir da narrativa dos usuários relatada no cotidiano institucional, o estado de espírito de “vergonha”, de constrangimento:

[...] Eu não me sinto bem (...) Não gosto...Eu me sinto ridículo, se você quer saber... ir lá... eu mesmo... Não sei se as pessoas sentem a mesma coisa mas, enfim, em suma, dentro de mim eu me sinto ridículo (...). É ...para mim é uma vergonha ...Para mim é uma vergonha... Para mim...porque sou introvertido. É uma vergonha para mim... E quando fico envergonhado, não tenho coragem de sair... Então fico isolado ...comigo mesmo, Digo para mim: “pronto, as pessoas vão me olhar” ... É isso, é isso. (H., 50 anos, casado, dois filhos maiores que não sustenta, pedreiro, desempregado há quatro anos) (PAUGAN, 2003, p.100).

Não gosto de ir chorar miséria desse jeito. Então, bom, quando a gente não tem mais vintém, a gente se vira (...) Tenho meu orgulho (...) Tem vezes que no fim das contas, sou obrigada a ir lá , porque eu espero até o último minuto, mas sou obrigada a fazer isso. Mas eu sei que, se tivesse feito no começo, não ficava na pior como estou (...) Isso me constrange, eu não

gosto....Mas eu sei que, no ano passado, foi a dona L....{Assistente Social} que veio por conta própria ...que me desbloqueou. De outro modo, bom, aí... eu não teria feito. E aí nesse ano, bom elas mudaram, elas são em duas agora e, depois seguindo o andar, agora não estou mais com a dona L... estou com a dona D... E, depois, foi ela que me convocou para me conhecer. Foi a partir daí que a gente começou a falar disso. (M., 41 anos, separada, quatro filhos, três sob a sua responsabilidade, operária de fábrica há um ano) (PAUGAN, 2003, p.100).

Os usuários portam estados subjetivos de abandono pelas circunstâncias da vida - desemprego, rompimento de vínculos, pauperismo, fragilidades físicas e todo um conjunto de necessidades situacionais. Buscar uma instituição e expor sua dor é algo que reafirma a condição de abandono do sujeito. Sentir-se abandonado socialmente compreende um conjunto de elementos que deve ser considerado pelo Assistente Social nas instituições de proteção social, durante a sua abordagem.

Portanto devemos pensar na dimensão do que ocorre quando temos em uma mesma instituição para moradores de rua adultos, crianças e adolescentes, como proteger estas crianças, o seu imaginário sobre a realidade frente a tanto sofrimento e abandono? Crianças e adolescentes são atendidos nas mesmas instituições de proteção social para moradores de rua adultos. Novamente, percebemos que a falta de recursos sociais, por parte do Estado, acarreta situações de violência estrutural. Muitas vezes, crianças e adolescentes acompanham seus pais na peregrinação em busca da ajuda nas instituições destinadas à população adulta, por não terem espaços institucionais adequados para famílias inteiras que buscam proteção social.

A violência se expressa de vários modos na sociedade e nos relacionamentos. A violência estrutural e a sistêmica referem-se, basicamente, à injustiça social. É enorme a desigualdade de acesso às condições mínimas para uma vida digna. Em algumas famílias, em todas as classes sociais, encontramos a violência física, psicológica, a negligência, o abandono e o abuso sexual (MALDONADO, 2004, p.10).

A violência materializa-se de diversas maneiras, trazendo sofrimento e acirramentos nas relações sociais e levando às pessoas a estarem sempre em estado de alerta, para prevenir algum tipo de ação que venha a lhes causar prejuízo e dor. Algumas ponderações feitas pela Assistente Social Maria da Glória elucidam esta realidade e as dificuldades enfrentadas pela mesma para efetivar atendimentos

condizentes com as demandas que chegam na instituição. A Assistente Social Maria da Glória apresenta-nos esta realidade vivida em seu cotidiano de trabalho, assim comentando:

Aqui no abrigo nós temos todas as faixas etárias. Nós sempre colocamos muito esta questão de o quanto é difícil, aqui poder lidar com todas estas diferenças e as suas especificidades, principalmente no que se refere à família. Têm mulheres com crianças vítimas, muitas vezes de violência doméstica. Têm idosos, têm doentes mentais. Com todas estas variedades de situações postas ao Serviço Social fica difícil uma abordagem direcionada. Nós não damos conta.

A respeito do exposto, é necessário analisar quais os parâmetros que o Estado estabelece para poder justificar o não-cumprimento da distribuição de recursos às instituições, as quais deveriam oferecer serviços com qualidade destinados à população. Contudo, o que se percebe é uma população que não possui acesso aos serviços públicos com qualidade, serviços que, invariavelmente, deixam a desejar pelo fato de não existir uma estrutura digna que acolha estas pessoas, vítimas de algum tipo de situação que os colocam na condição de vulnerabilidade social. As instituições, quando estruturadas, poderiam reduzir as situações de violência e, conseqüentemente, de criminalidade, abandono social e morte. A convivência familiar é um direito expresso em lei, pois a falta desta convivência poderá causar sérios prejuízos na formação da criança e do adolescente. Essa complexa necessidade humana remete-nos à situação das famílias vítimas de violência doméstica que procuram os albergues como espaço de proteção.

A necessária competência técnica para trabalhar com esta realidade plural exige dos profissionais uma formação generalista que o capacite decifrar a realidade como ela se apresenta. O exaustivo esforço de lidar com tantas demandas diferenciadas, sem os devidos recursos técnicos e materiais, poderá levar o profissional a restringir sua ação ao emergencial, sem realmente atingir o âmago da situação vivenciada. Maria da Glória segue expondo as suas experiências:

É muito difícil, para nós, Assistentes Sociais, trabalharmos nestes locais com espaços físicos precários que não oferecem uma estrutura que a gente possa

desenvolver, por exemplo, um trabalho pedagógico com estas crianças. Não temos equipe técnica como um pedagogo, a equipe técnica se resume em duas Assistentes Sociais.

As poucas condições de atendimento à saúde, somando-se à pobreza e às drogas, geram a morte e a instabilidade na vida das pessoas. O cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais está marcado pela violência urbana que não somente apresenta-se como expressão da questão social, mas faz-se presente como ameaça à integridade física e moral dos profissionais. A Assistente Social Maria da Luz faz referência à situação de violência vivenciada no seu cotidiano profissional, quando sentiu-se ameaçada por uma pessoa atendida no plantão, da instituição em que trabalha.

Em um atendimento de plantão social, fui surpreendida por um usuário que no início da entrevista apresentava comportamento estranho, dizendo ele ser um sujeito com poder forças superiores que determinavam que ele fosse até ali para ser ajudado. O mesmo trazia uma faca em sua mão, ameaçando-me de ter que ajudá-lo a cumprir com sua missão. Durante o atendimento, tive que tentar manter-me calma, pois o sujeito ficava apontando aquele instrumento de corte. Tentei dissuadi-lo a guardar o objeto no sentido de garantirmos o diálogo... A minha sorte é que ele disse que iria sair e cumprir sua missão em outro lugar (...) Fiquei aliviada (...)

A violência estabelecida por indivíduos ou grupos vai atravessando a prática de trabalho dos Assistentes Sociais e dificultando, dessa maneira, o próprio desempenho do processo de trabalho, do exercício profissional. A Assistente Social Maria da Conceição assim refere-se ao cotidiano do seu plantão social relatando: “um dos limites do nosso trabalho, é a questão da drogadição, do alcoolismo, nós trabalhamos frente a usuários violentos, é um constante risco que estamos enfrentando”. São situações que ocorrem como forma concreta da violência no contexto social. A violência, como ela é constituída, requer dos Assistentes Sociais repensarem constantemente seu processo de trabalho frente às precárias condições de trabalho vividas pelas mesmas, bem como o papel do Estado nesta mesma via de garantia de direitos.

Essas inquietações deverão estar na agenda política da categoria profissional. O processo de reafirmarmos o papel do Estado perante demandas institucionais e

na busca de políticas específicas para o atendimento desta população que está nas ruas deverá ser constante, para que venhamos a implementar recursos públicos ao efetivo atendimento das demandas apresentadas ao Serviço Social. Muitos dos usuários que procuram os serviços já compreendem que estes recursos sociais fazem parte de mecanismos de sobrevivência, cabe aos profissionais que trabalham com esse público instrumentalizarem cada vez mais a população sobre seus direitos. Couto (2004), em seus estudos, afirma que hoje reconhecemos uma população trabalhadora atenta, que não somente encontra mais espaço nas políticas trabalhistas, mas que vê como fundamental a busca de atendimento no campo da assistência social.

A discussão junto à população usuária sobre seus direitos sociais deve estar sempre na agenda dos Assistentes Sociais para que se consolide, no imaginário das pessoas, esta via de acesso. O Assistente Social deve procurar, de forma consistente, novos conhecimentos para haver argumentação teórica para o deciframento da realidade e, conseqüentemente, reafirmar o papel do Estado frente às desigualdades sociais. Faleiros (2000) aponta a necessidade dos Assistentes Sociais de buscarem conhecimentos novos para ampliarem sua forma de análise e observação sobre o cotidiano da prática profissional e a importância de ter clareza sobre o alcance do processo de trabalho:

O esforço é, pois, o de contribuir para uma releitura do exercício profissional, que permita ampliar a autoconsciência dos Assistentes Sociais quanto às condições e relações de trabalho em que estão envolvidos. Estas sendo mutáveis, já que históricas, estabelecem limites e possibilidades para as ações dos sujeitos, que vão “esculpindo” forma e conteúdo na realização da profissão (FALEIROS, 2000, p.11).

O esforço concretizar-se-á na relação direta do Assistente Social com os usuários, em seu cotidiano profissional, implicado na instituição em que trabalha, bem como no que ele, enquanto profissional, poderá estabelecer como mudanças. Na relação direta com os princípios estabelecidos em seu Código de Ética, o Assistente Social deve aprimorar seus conhecimentos. Bonetti (1998, p.220) comenta: “o Código de Ética fala no Título II dos Direitos e das Responsabilidades Gerais do Assistente Social, Artigo 2º, alínea f) em que fica muito claro a

necessidade de aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código; A implicação de nossa identidade está diretamente colocada nesta lógica de estudo e qualificação profissional junto ao coletivo da profissão e junto aos movimentos sociais”.

A identidade profissional, permanentemente, precisa ser discutida. O Assistente Social, em virtude das demandas sociais, percebe a necessidade de encontrar novas formas de conhecimento para que, assim, sua visão de mundo seja ampliada. Esta poderá ser uma forma objetiva de “atrito no social”, de correlações de forças e poderes, obtendo-se uma mudança neste panorama diante das desigualdades. A mudança no social se estabelece ao longo de um processo de embates necessários, não apenas naquilo que estamos implicados profissionalmente, mas somando-se a outras frentes. O trabalho interdisciplinar poderá unir forças neste processo, estas possibilidades, se somadas, irão fortalecer as relações de trabalho, penetrando nas frestas dos processos sociais particulares de cada categoria profissional, e, desse modo, descobrindo soluções para o que as demandas exigem. Infiltra-se, assim, uma possibilidade nova de mudança e resistência contra a opressão.

Toda e qualquer mudança que possa vir a ocorrer no cotidiano da prática, junto ao usuário, representa um avançar nesta possibilidade de construir o novo. A proposta faz-se no senso de que o usuário se veja, também, neste processo de mudança de sua vida e do contexto maior em que está inserido, como cidadão, realizando mudanças de forma consciente e necessária. Quando os moradores de rua falam sobre sua história de vida, pode-se perceber fatores que influenciaram de forma decisiva, como a fragilidade de sua família na infância e a falta de recursos materiais que perdurou ao longo de suas vidas. É o movimento histórico da realidade e, concomitantemente, a manutenção da miséria historicamente instituída na vida destas pessoas. Para alguns, inicia na infância e mantém-se até a velhice abandonada. Esta acaba na particularidade do sujeito, com sua morte, mas se perpetua na totalidade da vida de muitos, nas mesmas condições de vida. O abandono social instaura-se e cristaliza-se.

A caminhada de alguns sujeitos moradores de rua foi marcada por carências de objetivações fortes que não lhes garantiu uma condição de vida digna,

propiciando um clima de frustração humana desde a tenra infância. A frustração relaciona-se à questão da não aquisição de bens objetivos, mas também frustrações dos subjetivos que estão relacionados ao processo dos relacionamentos e trocas afetivas, e das capacidades de se ter uma auto-estima elevada. Os traumas advindos dos rompimentos afetivos em família, por exemplo, poderão representar perdas emocionais nas pessoas, ocasionando perturbações irreversíveis aos moradores de rua.

A miséria impulsiona as pessoas a romperem com seus vínculos familiares, ou, até mesmo, a não conseguirem estabelecê-los, gerando o abandono. Largam suas origens, rompem suas culturas, bem como com seus afetos. A perda dos laços afetivos compromete as gerações futuras, pois torna-se alvo de reprodução destes mesmos movimentos, este tipo de situação é uma forma visível de violência. Para a criança que perde a convivência com seus progenitores, esta lacuna afetiva poderá comprometer o seu desenvolvimento, caso não tenha suporte para a sua superação. Estes acontecimentos também poderão repercutir na vida adulta e na velhice. Sabe-se que o ser humano é um ser agregador, necessita do grupo para o seu fortalecimento emocional e físico. Tem se constatado que, quanto mais longo é o tempo de permanência das pessoas em situação de rua, maior é o comprometimento com sua saúde mental e física.

O abandono social leva as pessoas a perderem seus referenciais pessoais, muitas vão perdendo a própria consciência de si mesmas, a idiotia. Assim como os processos de trabalho geram estabilidade social, os processos de relacionamento permitem uma integração social efetiva; todavia o inverso ocorre por conta da falta do trabalho, do abandono social e de relacionamentos mútuos, impulsionando o sujeito para a exclusão social, a uma desqualificação social. Paugan (2001, p.21) classifica desqualificação como:

[...] processo relacionado a fracassos e sucessos da integração, (...) o qual considera a pobreza como sendo de uma parte, produto de integração social, e de outra, problema de integração normativa funcional de indivíduos, que passa essencialmente pelo emprego. A desqualificação aparece como o inverso da integração social.

Castel (1998), também, trata da questão da desfiliação, destacando seu sentido de rompimento de laços nos territórios que o sujeito ocupa:

A desfiliação como a entendo, é, num primeiro sentido, uma ruptura desse tipo em relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito as regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário. Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para responder sua existência e para assegurar sua proteção (CASTEL, 1998, p.50).

No movimento contraditório da inclusão/exclusão, percebe-se a pessoa com a sua subjetividade fragilizada. No processo constante de rupturas, o sujeito fragiliza-se através do abandono, ficando com sua auto-estima em baixa, pois, em determinados momentos, está inserido em algum movimento de crescimento social; em outros, sente-se à margem da sociedade. A complexidade que os casos individuais alcançam vão permeando o trabalho cotidiano dos Assistentes Sociais nas instituições de proteção social. Estas demandas requerem habilidades, conhecimentos, como já referimos neste trabalho, e atitudes propositivas na resolução. Os usuários, por serem diversos, únicos e procederem das mais variadas realidades, exigem atendimento capacitado e pontual. Isso faz com que as instituições, no seio da sociedade, sejam marcos importantes de crescimento humano e não de segregação da miséria, reiterando-se, sob tal aspecto, o papel do Estado neste processo e sua responsabilidade na vida das pessoas em sociedade.

6.5 A IMPLICAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMO ESPAÇO DE GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS

Vivemos em um contexto social que se expressa por muitas diferenças sociais, uma sociedade capitalista marcada por expressões de abandono humano e de sofrimento. É um contexto amplo, uma sociedade planetária, onde as desigualdades sociais expressam-se geograficamente por territórios. Em alguns países, a população possui conforto, tecnologia, acesso à saúde e ao bem-estar

social, cultura e muitos outros benefícios. Neste mesmo planeta, encontramos também, e de forma acentuada, muitos outros países cujos signos da desigualdade social fazem-se presentes. Países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento¹⁰⁹, como sendo a expressão contundente desta desigualdade social, nas suas fronteiras, se estabelecem formas de vida que aviltam a dignidade humana. Países marcados por uma sociedade desigual que preza por uma organização através de estruturas estabelecidas em uma relação de poder, onde a dinâmica do capital sobre o trabalho é o que define a vida das pessoas. Neste contexto social que se situa a sociedade dos países ditos de terceiro mundo, bem como e, particularmente, a sociedade brasileira. Temos claro que vivemos em um contexto de totalidade¹¹⁰, marcado por muitas determinações que estão articuladas na sociedade através dos movimentos históricos, que vão se manifestando nas relações conflituosas e tensas, gestadas ao longo de uma caminhada, cheia de nuances que se expressam em desejos, apropriações indébitas, perseguições políticas, humilhações, corrupções, dor e morte. Uma humanidade na qual o jogo das vaidades vai se estabelecendo através da organização de grupos interessados por dominação, grupos que possuem o poder econômico e, desta forma, vão prevalecendo sobre muitos na esteira da vida, preponderando este mesmo poder através de gerações. Estes grupos econômicos estabelecem um controle sobre a maioria das pessoas, criando uma relação social de dependência, miséria e de grandes nichos de desigualdades sociais.

Para o Assistente Social, a demanda institucional é o ponto de partida, o ponto de referência para a construção do desvendar de seu objeto. Neste sentido “desvendar o objeto questão social na vida dos sujeitos, usuários do Serviço Social, é trabalhar no campo subjetivo (valores) e no campo objetivo (sociedade, sua base material, relação de classe, força de trabalho, dentre outros)” (TURCK, 2006, p.13).

¹⁰⁹ Subdesenvolvidos ou em desenvolvimento: esta expressão indica a conquista do progresso econômico e social (desenvolvimento) através da transformação do estado de subdesenvolvimento (baixa produção, estagnação, pobreza) em países designados de forma variada como “pobres”, “subdesenvolvidos”, “menos desenvolvidos”, ou “em desenvolvimento” (WANDERLEI, 1997, p.197).

¹¹⁰ “O conceito de totalidade se constrói a partir de uma perspectiva de longa duração na história, mas, principalmente, a partir da complexidade social em múltiplas determinações contraditórias e articuladas. A totalidade, como sempre afirmei, é relacional e dinâmica. É sob esse ângulo que podemos compreender as relações de força em conflito, no processo de enfrentamento e organização de interesses dos grupos econômicos e de poder” (FALEIROS, 2001, p.71).

Este é o movimento com qual poderemos garantir o processo de reconhecimento dos direitos sociais, para estabelecer o processo interventivo. Trabalhar na perspectiva de rede representa um grande desafio na realização de mediações importantes na garantia dos direitos sociais. Os espaços institucionais atendem de forma particularizada as demandas que emergem da questão social, assim ocorrendo, entendemos que estes espaços se tornam também objeto de estudo e intervenção do Assistente Social, exigindo-lhe o que já mencionamos uma rigorosa análise institucional, pois este profissional exerce uma íntima relação com a instituição e com os demais atores sociais que compõem o quadro funcional. Demarcada esta análise de objeto a ser trabalhado, o Assistente Social tem no espaço socioinstitucional seu objeto, bem como as relações estabelecidas com as necessidades que os usuários portam.

Para podermos, de forma mais precisa, demarcar a identidade do Serviço Social na instituição, é importante compreendermos os processo sociais na sua relação com a vida dos usuários, o papel das instituições e do Estado, bem como próprio Assistente Social. Demarcada a identidade deste atores sociais e suas respectivas responsabilidades, vamos dando procedimento à construção da rede interna, que Turck (2001) ressalta. É através desta identificação de atores, reconhecendo responsabilidades e papéis, percebendo o que os une através de procedimentos em conjunto, de forma solidária, que se dá visibilidade à constituição da rede.

No influxo de tais reflexões, percebemos que esta realidade não faz parte do cotidiano de trabalho vivido pelas Assistentes Sociais que participaram da presente pesquisa. Quando questionadas sobre o trabalho em rede, no sentido de poderem atender as demandas que chegam nas instituições para moradores de rua, existe toda uma narrativa no sentido de apresentarem dificuldades e não mencionando uma articulação teórica nesta construção que dê suporte ao processo de trabalho. A narrativa da Assistente Social Maria Beatriz nos traz esta questão a ser problematizada, pois sua forma de pensar, sobre rede, está calcada em uma ação particularizada, a mesma assim se reporta:

*(...) nós construímos uma rede, uma rede pessoal, a partir da minha pessoa
(...), eu construí uma rede para o Serviço Social do município, porque eu*

assumi esta vaga da colega anterior que saiu, e talvez por questões de personalidade, algumas portas para ela eram fechadas, e a partir da minha pessoa, eu (...), eu iniciei a rede com uma questão pessoal minha, de uma particularidade pessoal minha, de poder com jeitinho ter afinidade com algumas pessoas, para assim poder usar principalmente o serviço da saúde que deveria ser uma parceira e quando eu cheguei no albergue ela não era uma parceria, a gente sabe que a saúde mental ela é uma parceria muito grande.

Constatamos, através da narrativa, um processo de trabalho desassociado de uma prática que esteja conectada através de uma metodologia que ilumine seu processo de trabalho, mas apresenta uma ação que reflete um personalismo. Não podemos compreender a construção de um trabalho em rede feita a partir de uma concepção que esteja implicada no “personalismo”, na afinidade, “no jeitinho”, que tenha como intenção montar parcerias. Este tipo de intervenção fragiliza a identidade profissional na rede, podendo gerar uma equivocada ação do Assistente Social no contexto da rede. A construção da identidade profissional em um trabalho em rede só se estabelece na medida em que, através do processo de trabalho, o Assistente Social vai materializando as três dimensões da formação profissional, conforme já foi explicitado neste capítulo, que darão sentido ao fazer profissional no mundo do trabalho. Esta articulação e construção da identidade profissional no trabalho em rede tornam-se importantes para esclarecer responsabilidades e atribuições do Assistente Social frente às necessidades que os usuários estabelecem. As narrativas, a seguir, das Assistentes Sociais, revelam esta ação na rede para legitimar atribuições e responsabilidades diante das demandas apresentadas, mas não percebemos uma continuidade, um em ir além visando garantir uma unidade, uma ação solidária na rede, através de um trabalho interdisciplinar em favor do usuário, com uma base teórica vejamos:

Agora mesmo teve uma situação de um paciente que precisava internar, mas o que a gente faz, bom isto são questões da área da saúde, quem tem que estar dando conta disto é a enfermagem, ah, mas a auxiliar tem dificuldade, então chama-se a supervisão dela para dar conta disto. Acho que a gente tem a coisa da nossa visão, a gente contextualiza mais, a gente tem papel de mediador, mas isto não traz para si a responsabilidade, não se tira a responsabilidade de outros, aí foi a discussão; ah! Mas esta paciente esteve no hospital e foi desligada porque terminou o tempo de autorização da IH, sim, mas e daí? Vai

morrer por causa disto! Como é que trouxeram este paciente de volta? Temos que nos posicionar, este médico que escreveu a evolução, que encaminha para outro local. Chama a enfermagem então para avaliar, se a auxiliar de enfermagem não tem condições de fazer, chama-se a enfermeira para fazer a avaliação, o parecer técnico é da enfermeira não é do Serviço Social né, então isto tudo é uma coisa de estar colocando muito, clareando muito para as pessoas, o que é a nível de responsabilidade (MARIA DOLORES).

Ao analisarmos a narrativa, percebemos um ruído no sentido de não estar definido na rede as responsabilidades e atribuições frente às necessidades dos usuários. Existe um acanhado reconhecimento sobre o papel que cada um desempenha na rede. As necessidades do usuário, quando tecidas na rede, tornam-se responsabilidades compartilhadas por todos os profissionais envolvidos. Vejamos a narrativa da Assistente Social Maria das Graças, que revela o mesmo direcionamento em suas questões:

Falta apoio da rede, não tem, simplesmente não tem para onde encaminharmos as pessoas, não temos, por exemplo, no município convênios com fazendas de recuperação, daí o CAPS aqui do município também não aceita álcool e drogas, da mesma forma acontece de nós termos pessoas com problemas mentais e que não acessam o CAPS, e também não podem ficar aqui, e aí temos a questão do problema mental, outros em estado terminal por causa do HIV e daí nós não podemos ficar com ele aqui, porque, enfim tem uma série de casos e nós não temos estrutura para lidar não é nossa função, é da saúde, chegam aqui sem nenhum hábito de higiene devido aos problemas mentais, a gente aceita ele aqui alguns dias e depois tem que ir para a rua.

O Assistente Social pode, na rede, através de sua iniciativa e das possibilidades de decisão que ele está investido, articular e incentivar esta reflexão dialogada sobre responsabilidades e papéis de cada um e de todos no trabalho coletivo, de forma interdisciplinar, garantindo com intencionalidade de prática o melhor para o usuário. Turck (2001) alerta sobre estes imperativos quanto a trabalhar na perspectiva de rede “interna e rede social”, estabelecendo elementos como diretrizes de sustentação da rede. Entendemos que rede interna (TURCK, 2001) é o espaço onde os fatos mais próximos sucedem-se, é onde deveriam ser compartilhadas as demandas de forma solidária, responsável. Para o morador de

rua, a articulação das políticas de assistência social e de saúde são políticas importantes na construção da cidadania destes sujeitos. O Assistente Social necessita, por meio de seu processo de trabalho, formular um conjunto de reflexões e de mediações para intervir nesta realidade, junto a outros profissionais, pois o aspecto delimitado da realidade vivida por cada usuário está conectado diretamente com o universo mais amplo da sociedade, necessitando muitas vezes do empenho de outros profissionais para somarem forças no sentido do usuário superar seus problemas, pois, segundo Faleiros (1999):

O foco de intervenção social se constrói nesse processo de articulação do poder dos usuários e sujeitos da ação profissional no enfrentamento das questões relacionais complexas do dia, pois envolvem a construção de estratégias para dispor de recursos, poder, agilidade, acesso, organização, informação, comunicação. (...) É aí que se dá o trabalho sobre as mediações complexas na dinâmica das relações particulares e gerais dos processos de fragilização social, para intervir nas relações de força, nos recursos e nos poderes institucionais, visando fortalecer o poder dos mais frágeis, oprimidos, explorados, pelo resgate da sua cidadania, da sua auto-estima, das condições singulares da sobrevivência humana e coletiva, de sua participação (FALEIROS, 1999, p. 41).

As relações de poder permeiam a vida das pessoas em um plano amplo de convívio na sociedade, bem como na vida particular e cotidiana das pessoas, estando estes mesmos sujeitos vivendo na dualidade dominação/submissão. A palavra “poder”, na concepção de Faleiros (1997), “é a capacidade exímia de produzir efeitos ou, ao menos, que possibilita a ação” (FALEIROS, 1997, p.43). A vida das pessoas está inserida nas mais diversas esferas da vida social, atuando de um modo diverso na condição de dominadores e outros de dominados. Esta relação de poder passa a assumir uma relação dinâmica, conforme vão se estabelecendo as diversas representações sociais que cada sujeito estabelece. Como vemos, estas relações sociais vão sendo constituídas diacronicamente ao longo de um processo, e nesta dinâmica, muitas pessoas vão sofrendo perdas objetivas (materiais) e subjetivas (percepção de si mesmas, valores), levando a uma auto-estima baixa. O poder dá as pessoas um *status* social e uma segurança no estabelecimento das relações, a fala da Assistente Social Maria do Rosário nos faz refletir sobre a importância do acolhimento que o Assistente Social estabelece quando o usuário

chega na instituição, pois desta maneira estamos, através do processo de trabalho, garantindo ao usuário significado social, valor:

Quando estamos fazendo uma intervenção, temos que ter claro que se existe uma rede constituída temos que conhecê-la, saber como ela se estabelece, como são estes serviços, e quando se tem é pouco, quer dizer, a rede é muito falha, então acho que isto é um limite, porque tu não está podendo às vezes atender a demanda que surge, estar podendo fazer um encaminhamento, estar podendo fazer com que o usuário acesse um outro serviço que possibilite o atendimento daquela necessidade, então isto é um limite bem grande, ter que trabalhar com o que é possível, eu acho que o que a gente pode fazer é acolher bem, a gente procura fazer aquela escuta, que às vezes as pessoas chegam aqui com situações que os usuários acreditam não ter mais o que fazer, que está tudo muito difícil, que não tem como sair desta mesmo, então poder estar refletindo as coisas que esta pessoa também faz, coisas que ela pode fazer, os cuidados com o corpo, consigo mesmo, podendo construir outras coisas até de lazer, fazendo coisas que lhe dão prazer, representam alternativas que estão ao nosso alcance.

Quando trabalhamos com moradores de rua, buscamos dar significados que foram retirados destes sujeitos, destituídos, perdidos ao longo de uma trajetória histórica de vida, no processo de fragilização em que foram e ou estão envolvidos. O entendimento do “empowermente” no trabalho em rede seria o “aumento de poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais submetidos a relações de opressão e de dominação” (VASCONCELOS, 2000, p.14), é um valor importante a ser garantido no processo de trabalho em rede pelo Assistente Social e por outros profissionais implicados neste processo. Reconhecer com os usuários o seu poder é reconhecer, através da ação de intervenção, que os mesmos estão destituídos de bens materiais, moradia, recursos de saúde, assistência social etc., e que os mesmos são sujeitos políticos a reivindicarem seus direitos. O poder que o estatuto da cidadania confere a todas as pessoas que vivem em uma sociedade democrática, é imprimir, no processo de trabalho do Assistente Social, a prática do reconhecimento do caráter histórico, político e social em que estamos implicados, é “desvendar essa construção por esse trânsito entre a forma de ser e a forma de aparecer, que passa pelo político, pelo histórico e pelo social” (MARTINELLI, 1999, p.14).

O cotidiano de trabalho do Assistente Social é marcado por grandes desafios, muitas vezes, este cotidiano é assinalado por uma carência de estrutura e de profissionais que realmente desejam tecer esta rede de apoio. Uma constante correlação de forças que demarcam o sistema capitalista na vida das pessoas, nas instituições e na sociedade de modo geral. A narrativa da Assistente Social Maria da Luz expressa este sentimento de desconforto de perseguir este ideal de trabalho em rede afirmando:

Enquanto rede, a gente tem tentado participar, não é muito fácil, acho que a permanência de uma rede é sempre difícil, quem trabalha com rede sabe disto, é difícil manter, a gente sempre participa e tenta ter presença efetiva, apesar de isto ser cansativo e de achar que às vezes a coisa não vai, a gente está sempre participando. Nós temos uma reunião de rede, da Rede Ampliada que junta todas entidades que atendem moradores de rua, que é no (...), que envolve as entidades governamentais e não governamentais, e nós temos a rede municipal que se reúne uma vez por mês, a gente tem a nível local alguns contatos, com dificuldade na região, os profissionais que atuam nesta área são do Serviço Social a gente não tem uma amplitude maior de outros técnicos, as equipes são muito reduzidas.

Na vida das pessoas em sociedade, configura-se um contexto social que proporciona um processo de fragilização, de desmotivação, que, invariavelmente, poderá prejudicar o desempenho profissional e social na vida de cada um. Este contexto social se estabelece através da correlação de forças decorrentes do capitalismo nas particularidades das relações sociais e muitas vezes institucionais, acirrando-se uma ação competitiva de ser, que se legitima como forma de desempenho humano, onde o valor está associado ao *status* e ao poder calcado no personalismo de cada um, fragilizando qualquer ação de solidariedade que venha a ser tematizada na rede.

Esta forma de ser “clara ou oculta”, por meio de consecutivas vivências de sucessos e fracassos, também é vivida no mundo do trabalho, principalmente quando acirram-se a disputa por *status* social e poder institucional, bem como quando trabalhamos de forma equivocada na concepção de rede. Quando o sentido de solidariedade deixa de estabelecer a conexão entre o todo e as partes dos que integram a rede, deixa de existir uma rede. A Assistente Social Maria da Luz, em sua

narrativa, aponta muitos significados sobre o trabalho em rede que merecem nossa reflexão, na íntegra:

Eu imagino assim que nós Assistentes Sociais somos praticamente, na (...), os únicos técnicos que estão a frente dessa rede, que estão trabalhando nesta rede, então fica mais ou menos assim dependendo sempre da percepção e da ótica destes profissionais e do ângulo que estes profissionais vêem este conjunto todo que é a questão da rua, acho que nós podemos contribuir muito, conseguindo traduzir para a instituição, pelo nosso contato e pelo nosso conhecimento com o usuário morador de rua vive sua vida. Traduzir esta demanda, é a contribuição maior. A maior parte dos programas e dos projetos sociais são decisões políticas, não política no sentido de política partidária, mas política no sentido de administrar a coisa pública, e aí nem sempre somos ouvidos, como já aconteceu na nossa instituição, que não fomos ouvidos. Eu acho que temos que ficar vigilantes o tempo todo e eu acho que nossa maior contribuição é esta tradução, fazer esta leitura da realidade e transferir para as pessoas que tomam as decisões. Quem toma a decisão, porque a rede, a rede não existe por um “canetaço”, a rede ela tem que estar dentro da cabeça das pessoas, a rede é uma atitude, tu toma uma atitude de trabalhar em rede ou não, tu pode escrever não sei quantos termos de cooperação, não sei quantos convênios para trabalhar em rede se os técnicos não tiverem a percepção de rede, ela não vai existir, ela vai existir só no papel. Está na mão da gente um trabalho de equipe, que são os Assistentes Sociais, o pessoal da monitoria que faz diretamente o trabalho com o usuário, o pessoal da área da saúde que são os auxiliares da enfermagem que também fazem, enfim, tem o pessoal que trabalha com Terapia Ocupacional, a contribuição do AS é como membro desta equipe.

O trabalho em rede merece ser desenvolvido com perseverança e cuidado, a rede não nasce pronta, merece ser tecida, carece de um processo de maturação, que requer dos profissionais muita criatividade, vontade de construir, fio a fio, a rede, de abrir-se para o trabalho interdisciplinar, como temos afirmado. Percebemos, na fala da Assistente Social Maria da Luz, que os Assistentes Sociais são os profissionais que compõem a equipe na rede, sendo a sua grande maioria, portanto, o trabalho a ser feito merece todo um cuidado de posicionamento, pois, dependendo da atitude tomada, poderá implicar na identidade profissional, na implicação com a

construção da rede. Este cuidado está associado a uma leitura que realizamos dos princípios de nosso Código de Ética e do nosso compromisso ético-político com a população usuária. Os princípios do Código de Ética profissional por si já garantem direcionamento à solidariedade que o trabalho em rede requer, como Turck (2001) enfatiza.

Por efeito dessa estrutura, o Assistente Social poderá somar com seu trabalho, na rede, a representação e o valor que cada membro estabelece neste trabalho conjunto, através de diálogos, discussões, encontros e ou assembleias instrutivas. Assim ocorrendo, estaremos dando visibilidade e valor aos usuários, às pessoas que estão nesta condição de serem moradores de rua, valorizando-os e atribuindo-lhes a dignidade que merecem. A Assistente Social Maria da Luz afirma: “traduzir esta demanda para a instituição é a nossa contribuição maior”, mas não podemos ficar somente nesta iniciativa quando se trabalha em rede, necessitamos avançar em uma direção que venha:

[...] intervir nas relações de força, nos recursos e nos poderes institucionais, visando fortalecer o poder dos mais frágeis, oprimidos, explorados, pelo resgate de sua cidadania, da sua autonomia, da sua auto-estima, das condições singulares da sobrevivência individual e coletiva, de sua participação e organização (FALEIROS, 1999, p.41).

Entendemos que realmente em nosso país muitos dos programas e projetos sociais são decisões políticas, como se refere a Assistente Social Maria das Graças, todavia precisamos tencionar este tipo de atitude na rede, garantindo, neste espaço, os direitos sociais, pois:

o desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivem, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 2000, p.75).

O desafio posto ao Serviço Social centra-se em reconhecer o próprio objeto de trabalho, sendo o mesmo fundamental para o desempenho do exercício

profissional. Para podermos tencionar o trabalho em rede é importante e necessário apreender como a questão social, em suas múltiplas expressões, é experimentada pelos sujeitos em suas vidas, destacando (IAMAMOTO, 2001, p.62) que:

dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicitar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que vivenciam em suas relações sociais quotidianas.

Na narrativa da Assistente Social Maria das Graças, a profissional argumenta sobre a importância de trabalharmos, na rede, a realidade vivida pelos moradores de rua, reafirmando a necessidade de compartilhar as demandas recebidas na instituição, juntos, na rede, vejamos:

Eu acho que nós, Assistentes Sociais, temos que estar sempre levando na rede a realidade desta população, estar discutindo a vida destas pessoas e os processos de exclusão, da negação de atendimento a estas pessoas, tenho um colega que fala muito o significado de estarmos trabalhando “da porta pra fora”, pra gente poder estar construindo esta rede, estar colocando um pouco desta experiência que a gente possui, para poder estar ampliando estes serviços que são poucos, pra estar construindo esta rede de uma maneira mais ampla.

As colocações feitas pela Assistente Social demonstram a preocupação em compartilhar, somar esforços para que possamos tencionar estruturas na garantia de direitos. Entendemos que os moradores de rua, quando vivenciam perdas, acabam criando uma representação de isolamento em meio ao contexto social. Na possibilidade de se trabalhar em rede, buscamos potencializar nela as formas de garantir processos de autonomia e emancipação dos usuários moradores de rua.

Quando conseguimos estabelecer uma relação de diálogo na rede, quando os atores sociais, profissionais que trabalham na instituição ou na comunidade, conseguem reconhecer no outro a possibilidade de realizar trocas, de compartilhar encaminhamentos, bem como socializar a tomada de decisões sobre questões que envolvem os usuários, estamos iniciando a construção de uma relação de trabalho em rede.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a respeito do processo de trabalho do Assistente Social representa estar constantemente pensando a prática profissional frente aos determinismos sociais em evidência na sociedade. Por isso, ficamos instigados a aprofundar conhecimentos, refletir sobre decisões, pensar o novo e o diferente. A pesquisa quanti-qualitativa, portanto, é uma ferramenta importante ao Assistente Social, oportunizando-lhe desvendar a realidade social, aprofundar significados e propor alternativas.

O estudo, desenvolvido no tocante ao cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais entrevistados, permitiu fazer sucessivas aproximações sobre a forma como os profissionais articulam um conjunto de competências¹¹¹, o modo como concebem suas percepções concernentes a demandas que chegam às instituições de proteção para moradores de rua, os enfrentamentos e embates sofridos através das correlações de força e poderes estabelecidas institucionalmente, o modo como são operacionalizadas as ações, interlocuções e decisões na rede de atendimento, no sentido de oferecer suprimento às necessidades dos usuários. Desse modo, evidenciou-se a realidade de trabalho onde este profissional atua.

A realidade dos sujeitos entrevistados foi revelada em suas múltiplas dimensões, com fidedignidade, no intuito de se ultrapassar o aparente, e procurar encontrar o oculto. As categorias trabalhadas, neste estudo, possibilitaram o movimento de desvendamento das relações sociais e visualização das reais condições, tensões de trabalho em que os Assistentes Sociais entrevistados estão inseridos. Estudar implica em aprofundar significados, estabelecer conhecimentos que definam o próprio meio de trabalho. Segundo Yamamoto (2000, p.62), que afirma categoricamente seu ponto de vista em relação ao conhecimento para o Serviço

¹¹¹ Conforme Yamamoto, "(...) competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolatividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacidade dos sujeitos profissionais" a autora comenta o sentido etimológico dizendo: "a competência diz respeito a capacidade de apreciar,

Social, argumentando que o conhecimento é: “[...] um meio de trabalho, pois as dimensões teóricas da formação profissional são recursos indispensáveis e essenciais que o Assistente Social se utiliza para concretizar seu trabalho, sua percepção de sociedade”.

Com tal perspectiva, procuramos aprofundar conhecimentos através das entrevistas realizadas, estabelecendo com os Assistentes Sociais uma relação de diálogo e aproximação com a realidade. Neste movimento de ir ao encontro destes profissionais, deparamo-nos, em um primeiro momento, com profissionais desmotivados profissionalmente no enfrentar os embates vividos no cotidiano da prática, algo que chamou nossa atenção. Alguns outros, durante as narrativas, apontavam determinados procedimentos que denunciavam fragilidade de articulação teórica, visão de sociedade resguardada em práticas que assinalavam um Serviço Social de décadas passadas, não conseguindo transpor o tempo no sentido de pensar o novo, de articular elementos da formação profissional contemporânea, cometendo alguns equívocos em suas práticas, ações que, geralmente, não se sobrepõem aos movimentos contraditórios da sociedade.

Iamamoto (2000, p.54) expressa essa condição que, invariavelmente, expressa-se de forma contraditória afirmando que “o Serviço Social dispõe de um caráter contraditório que não deriva dele mesmo. Mas do caráter mesmo das relações sociais que presidem a sociedade capitalista”. Outros, mais jovens, apresentavam certo vigor teórico, indicando estarem comprometidos e perceptivos às determinações da formação profissional, bem como do Código de Ética Profissional, de 1993. Mas, no conjunto das entrevistadas, o que realmente sobressaiu, das falas, do modo de transparecer fisicamente, foi um tom de igual fragilidade e desmotivação no enfrentar as adversidades sociais que esse espaço de trabalho condiciona.

A pesquisa proporcionou respostas acerca das indagações enunciadas nesta tese, as quais conduziram o estudo em torno do processo de trabalho do Assistente Social com população de rua, suas relações institucionais, bem como sobre as estratégias utilizadas pelos profissionais a fim de garantirem a cidadania na vida

decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo” (IAMAMOTO, 2002, p.16).

destes usuários, e poderem estabelecer, no cotidiano da prática, os princípios do Código de Ética Profissional. A tese, formulada no início da pesquisa, foi confirmada ao longo do trabalho, então, constatando que o Assistente Social, aquele que trabalha, mais particularmente, com moradores de rua, estabelece uma relação com sujeitos que vivem situações de extrema fragilidade social, devendo desempenhar um papel importante na vida destas pessoas, pois poderá representar uma referência impar no sentido de os mesmos estabelecerem vínculos sociais com o Serviço Social. Todavia fica claro que a instituição, onde os Assistentes Sociais entrevistados trabalham, não permite de forma ampla o estabelecimento desta relação de ajuda através de um acompanhamento social de acordo com a exigência da situação, visando atender as demandas cotidianas de modo adequado e pontual. A realidade vivida por estes profissionais requer, na rede de atendimento, espaços especializados no enfrentamento de situações de drogadição, de adoecimentos físico e mental e violência doméstica, sendo essas as situações mais evidenciadas nas narrativas.

Isso posto, afirmamos que o processo de trabalho do Assistente Social, comumente, nestes espaços, não consegue avançar diante das demandas que exigem a criação de emprego e renda mínima, atendimento interdisciplinar, segurança e acompanhamento de casos em forma particularizada – como HIV, Tuberculose e atendimento psiquiátrico. Também, não podemos deixar de pontuar, como foco de nosso trabalho, a criação de programas de habitação imprimindo uma ação que reverta o quadro social que se expressa na condição de “habitar” na rua.

Por influxo do quadro constatado a partir das narrativas, as instituições, em grande parte, não promovem um quadro funcional onde essas situações possam ser acolhidas. Pela pesquisa, e como salientado, anteriormente, evidenciamos que os serviços não atendem, na sua amplitude, as demandas que os usuários apresentam. Muitas vezes, as Assistentes Sociais realizam uma prática na intenção de manter o menor tempo possível os usuários na instituição devido à precariedade de recursos institucionais. Com a mesma intenção, essa prática repete-se no intuito de afastar, do convívio institucional, usuários que enfrentam situações de doenças manifestas abrigados nestes espaços – como tuberculose, HIV, adoecimento psíquico etc. As faltas de uma estrutura condizente e de uma política de saúde pública adequada à

realidade social vivida pelos moradores de rua nutrem, nos usuários, sentimentos de angústia pelo fato dos mesmos não encontrarem uma solução para a condição de rualização, bem como atendimento quanto às questões de adoecimento as quais a rua condiciona.

Convergindo a essa mesma linha de análise, constatamos, através da presente pesquisa, a necessidade de os Assistentes Sociais desenvolverem uma formação mais específica para compreensão de determinadas situações, pois explicitaram também não possuírem conhecimento mais aprofundado frente as mesmas. As profissionais relataram, em suas falas, a necessidade de buscar formação, conhecimentos de forma complementar para, assim, poderem compreender e atender demandas que chegam à instituição.

De igual modo, outras questões que foram detectadas em relação ao processo de trabalho dos Assistentes Sociais, nas instituições pesquisadas, provocaram certa preocupação, tais como a situação de que muitos dos usuários moradores de rua não conseguem superar a sua condição de rualização, em virtude do sujeitamento aos recursos mínimos de sobrevivência disponibilizados pelas instituições, produzindo e reproduzindo a condição de dependência, reiterando, assim, processos de alienação e abandono, por conseguinte, não rompendo com o ciclo de vida vulnerável que a condição de rua estabelece; que a instituição mantém; e que o Estado não promove a partir de políticas públicas para moradores de rua.

Somando-se a isso, demais fatores foram também apontados na análise das entrevistas, como - população usuária acima da capacidade permitida, uma procura pelos serviços acima da capacidade que a instituição pode suportar; uma melhor condição estrutural para favorecer um atendimento digno e ético, como salas para atendimento privado ao usuário e de estruturas que permitam ao usuário manter, na sua vida cotidiana, durante os atendimentos, a privacidade de sua vida particular ou em família; a falta de continuidade frente aos projetos estabelecidos institucionalmente, assim, sofrendo uma descontinuidade gerada pelas alternâncias político-partidárias -, são situações que fragilizam o desempenho da prática profissional do Assistente Social e que incorrem em desrespeito ao usuário.

Foi claramente enunciado, através das entrevistas, sinais de um não-acreditar no usuário, relegando o morador de rua a uma condição de descrédito, demonstrando uma não-apropriação teórica da dimensão ético-política da formação por parte de uma Assistente Social, bem como dos princípios estabelecidos no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) concernentes à realidade social vivida em seu trabalho. Este elemento é emergencial, pois não podemos aceitar uma relação profissional calcada em preconceitos sobre o usuário, tornando-se relevante problematizar essa relação para estarmos atentos quanto ao juízo de valor com o qual podemos eleger em nosso processo de trabalho.

Cabe-nos tecer comentários sobre o cotidiano de trabalho do Assistente Social nas instituições, visto que percebemos um constante movimento denso de tensões e contradições que se expressam através das correlações de forças institucionais. Nesta realidade cotidiana de trabalho, reafirmamos algumas situações de enfrentamento, por parte dos Assistentes Sociais, de situações, como - o que a instituição deseja e oferece, enquanto estrutura de trabalho; e aquilo que alguns usuários desejam e buscam na instituição, ou seja, um espaço de garantia de direitos, um espaço de luta e resistência à opressão.

Outra situação observada, no cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais, é este “estar marcado” pela violência urbana que não somente apresenta-se como expressão da questão social, mas, muitas vezes, como ameaça à integridade física e moral dos profissionais, bem como dos demais usuários na instituição. A violência caracteriza-se, geralmente, por agressões físicas vivenciadas pelos usuários, ocorrendo também a partir das relações sociais particulares e comunitárias, sendo causadas por vizinhos, usuários de drogas, perseguições, traficantes etc. Esse quadro tenso de relações requer dos Assistentes Sociais o ato de repensar, constantemente, seu processo de trabalho frente às precárias condições de trabalho vividas pelos mesmos, bem como analisar o papel do Estado nesta mesma lógica de garantia de direitos e segurança pública, como já ressaltado. Essas inquietações foram expressas através das narrativas, percebendo-se uma agitação movida pela fragilidade profissional no tocante ao não saber como lidar com esta realidade social.

Também, individuamos um processo de trabalho desassociado de uma prática que viabilize uma metodologia na construção de um trabalho em rede. Por

meio de certos relatos, constatamos ações equivocadas, pautadas no personalismo, na afinidade, “no jeitinho”; tendo como intenção, por parte do Assistente Social, inserir-se na rede. Este tipo de intervenção, acreditamos, fragiliza a identidade profissional do Assistente Social na rede, podendo gerar uma ação não condizente com as três dimensões da formação profissional.

A construção da identidade profissional, em um trabalho em rede, somente se estabelece à medida que, através do processo de trabalho, o Assistente Social materializa um trabalho iluminado através das três dimensões da formação profissional, conforme explicitamos neste estudo, bem como na utilização de referenciais teóricos sobre o assunto. Fazer este percurso, através da pesquisa, representa pensar como o Serviço Social vem efetivamente enfrentando a questão social e suas refrações na vida particular de abandono social de muitas pessoas que vivem nas ruas de nossa sociedade rio-grandense-do-sul.

Antes de podermos apresentar proposições que poderão contribuir à efetiva compreensão e mudança da realidade que refletimos, gostaríamos de considerar que os estudos aqui apontados serão amplamente debatidos na academia, onde estamos inseridos, e junto às instituições que atendem moradores de rua. Em um segundo momento, procuraremos, também, encaminhar este material para que se torne uma obra publicada e amplamente debatida, subsidiando, teoricamente, os profissionais que particularmente estão implicados com esse segmento social.

Apresentamos, como resultado de nossa pesquisa a respeito do processo de trabalho do Assistente Social com moradores de rua, as seguintes proposições, que poderão contribuir para repensarmos nossa responsabilidade diante da realidade social vivida pelos usuários que se encontram nesta condição de vida:

Temos claro, em nossas afirmações, que são três os caminhos que apontamos no sentido de o Assistente Social conseguir superar as dificuldades enfrentadas na implementação de seu processo de trabalho. **O primeiro a ser proposto** situa-se na direção de chamarmos a população usuária ao debate, fazer com que ocorram movimentos de organização e avaliação dos serviços prestados tanto em nível governamental e/ou privado, através de assembléias, fóruns e outros espaços de articulação em defesa dos direitos humanos. Com isso, reafirmando os

deveres do Estado, neste processo de mudança, para reverter esta realidade através de políticas públicas mais eficazes. Assim afirmamos a importância da presença articulada dos usuários nos processos avaliativos no tocante aos serviços prestados à população, enquanto política de assistência social em nosso país. Portanto, poderiam ser criadas ações que contemplassem necessidades percebidas pelas pessoas que vivem no cotidiano de trabalho aqui focalizado, isto é, usuários e profissionais. Um dos caminhos a ser proposto na tentativa de superação desta realidade é estimular a população usuária para que, de uma forma organizada, participe como movimento social. A presença dos usuários neste processo de avaliação representa uma forma estratégica de enfrentamento às adversidades sociais e aprimorar as políticas públicas.

O segundo ponto a ser proposto diz respeito aos Assistentes Sociais recorrerem, através de parcerias com as Universidades, à instauração de grupos de estudos e pesquisas a fim de poderem compreender e melhor atender as demandas e situações evidenciadas através das entrevistas, descritas e analisadas neste estudo já referidas anteriormente. Da mesma forma, a partir de pesquisas, poderem reconhecer o número quantitativo que o universo destas pessoas realmente constitui. Esta proposição poderá ser estabelecida por meio de uma organização da categoria profissional junto às instituições, através da rede de atendimento, onde se está situado, e, neste mesmo movimento, garantir, de modo institucional (o Estado), a promoção de espaços que propiciem aos profissionais introduzir a pesquisa como possibilidade de produção de conhecimento, assim, visando reverter a realidade social.

Reiteramos que para atendermos as demandas sociais, através de nosso processo de trabalho, faz-se necessário também desenvolver uma educação permanente, conforme Fernandes (2007) assinala em seus estudos. É importante estabelecermos, no cotidiano da prática profissional, oportunidades de qualificação profissional em nível de formação continuada a partir de parcerias com as Universidades, seja de pós-graduação *lacto senso* ou *estrito senso* ou, até mesmo, de extensão. É no processo de trabalho que iremos aprofundar este debate, buscando de forma coletiva e criativa soluções e articulações para encontrarmos caminhos que garantam a dignidade na vida das pessoas. Salienciamos, também,

que é preciso somar aos trabalhos as atividades complementares e inovadoras através da participação da comunidade local e da inovação de forma criativa, exigindo a flexibilidade por parte dos gestores. A instauração de grupos de estudos interdisciplinares nos locais de trabalho e outras possibilidades que inovem o processo de trabalho do Assistente Social pela auto-avaliação dos serviços por parte dos usuários de forma constante.

A **terceira proposição** refere-se a propormos debates junto aos organismos que defendem a categoria profissional, como o CRESS, CFESS, ABEPSS, Comitê dos Direitos Humanos e demais, sobre as condições de trabalho em que o Assistente Social está inserido, para que este profissional consiga garantir, com qualidade, os seus serviços prestados à população, conforme rege o Código de Ética Profissional, Art.7º, bem como os direitos estabelecidos em lei. O Assistente Social deverá buscar, em outras instâncias, este respaldo técnico, ou seja, nas instâncias que defendem a sua representação enquanto categoria profissional, procurando também instrumentalizar os usuários a efetivarem denúncias sobre esta realidade que se expressa em exclusão social. O Assistente Social possui uma competência técnico-operativa que se articula de forma constante com sua competência ético-política, que está demarcada, teoricamente, em seu Código de Ética Profissional, Art.8. Neste documento, está claro o dever de trabalhar para a alteração da correlação de forças institucionais, fortalecendo as legítimas demandas e necessidades dos usuários, bem como de denunciar tudo aquilo que fira a integridade moral e física dos usuários. A prática da não-denúncia, por parte dos Assistentes Sociais, em relação às questões que ferem a condição humana de existência, a outras instâncias que defendem os direitos humanos, faz com que sejamos coniventes com este tipo de realidade. É, nesta tensão social, que se dará o espaço onde o Assistente Social realizará o protagonismo do Serviço Social.

Ao término deste estudo, não pretendemos colocar ponto final. Pois a discussão aqui estabelecida merece um contínuo debate a fim de que, em um determinado período histórico da humanidade, não tenhamos mais pessoas utilizando as ruas como espaço de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.50, 1996.
- ADOLFO, Silva Luiz Gonzaga. **Globalização e Estado Contemporâneo**. São Paulo: Memória Jurídica, 2001.
- ALBORNOZ, Suzana. **O Que é o Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 6.ed. Campinas: Cortez, 1999.
- ASSMANN, Hugo; SUNG MO, Jung. **Competência e Sensibilidade Solidária: educar para a esperança**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BAREMBLIT, Gregório F. **Compendio de Análise Institucional e outras correntes**. 3.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BATISTA, Miryam Veras. **A investigação da prática do Assistente Social**. São Paulo, 1993. (mimeo)
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e História**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007. Vol.2.
- BENJAMIN, Alfred. **A Entrevista de Ajuda**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BONETTI, Dilséa Adeodata et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- BONETTI, Dilséa Adeodata; SILVA, Malise Vinagre; SALES, Mione Apolinário; GONELLI, Valéria M.M. (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- BOTH, Agostinho. **Conversas Sobre a Terceira Idade ou Fragmentos para uma Gerontologia**. Passo Fundo: UPF, 1990.
- _____. **Gerontologia Educação e Longevidade**. Passo Fundo: Imperial, 1999.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BRASIL. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Coletânea de Leis: revista e ampliada. Brasília: [s.ed.], 2005.

BULLA, Leonia Capaverde. Desafios e Perspectivas da Gerontologia Social, Face ao Envelhecimento da População Brasileira. In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: O Trabalho, Direitos e Democracia – Assistentes sociais Contra a Desigualdade. **Anais**. [s.l.], outubro de 2001.

_____. **Os Idosos do Rio Grande do Sul** – estudo multidimensional de suas condições de vida – 1997. Porto Alegre: PUCRS, Faculdade de Serviço Social, 2006. Relatório de Pesquisa.

BULLA, Leonia Capaverde; Mendes e Prates (Org.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004..

BURSZTYN, Marcel (Org.) et al. **No Meio da Rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CARDOSO, Beatriz. Os deserdados. **Cardemos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 154, p. 22, 1996.

CARVALHO, James; MENDONÇA, Maria Luisa. **Direitos Humanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paoma, 1994.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.); COURE-MANZINI, Maria de Lourdes. **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. A Priorização da Família na Agenda da Política Social. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família Brasileira a Base de Tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**. Uma Crônica do Salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Org.). **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CELSO, Pedro in ROSA, Cleisa M. (org.). **População de Rua Brasil e Canadá**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

CLEISA, Rosa M.M. (Org.). **População de Rua – Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

COLOMBO, Olívio Plínio. **Pistas para filosofar (II)**: Questão de Ética. 3.ed. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

CORBISIER, Claudia. A escuta da diferença na emergência psiquiátrica. In: BEZERRA JR., Benilton; AMARANTE, Paulo. **Psiquiatria sem hospício**:

contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1992.

COSTA, Ruthe Corrêa da. **A Terceira Idade Hoje**: sob a ótica do Serviço Social. Canoas: EDULBRA, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 3. ed. Organização dos Textos: Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 2004. Série Legislação Brasileira.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

D'INCAO, Maria Conceição. Comentários dos Assessores Sobre o Perfil da População de Rua. In: DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno**: sobre ética e intervenção do conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Economia Global e Exclusão Social**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENGELS F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos 1**. São Paulo: Editora Sociais, 1977.

SCOREL, Sarah. Vivendo de Teimosos. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No Meio da Rua**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: Questões para o Futuro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.50, 1996.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Desafios do Serviço Social na era da globalização. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.61, 1999.

_____. Aonde nos levam as diretrizes curriculares? **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ABESS, Ano I, n.2, jun./dez. 2000.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber Profissional e poder institucional**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FARIA, José Eduardo. Globalização x Democracia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.11, 05 set. 1997.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação Permanente: Desafio para o Serviço Social. **GRESS INFORMA** – Jornal do Conselho Regional de Serviço Social da 10ª Região, jan. 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3.ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1993.

FISCHER, Ernst. **O que Marx Realmente Disse**. São Paulo: Urupês, 1970.

FLICKINGER, Hans-Georg (Org.). **Entre Caridade, Solidariedade e Cidadania: História comparativa do Serviço Social Brasil/Alemanha**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

GAGNETEN, M.M. **Hacia una Metodología de Sistematización de La Práctica**. Buenos Aires: Humanita, 1987.

GAMBOA, Silvio A.S. **A Dialética na Pesquisa em Educação: Elementos de Contexto**. [s.l.]: [s.ed.], 1999.

GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia Social de Rua**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (Orgs.). **Violências e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GUERRA, YOLANDA. Ontologia Social e Formação Profissional. **Revista do Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista**, São Paulo, n.1, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 1997.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. **Historiografia da Cotidianidade**. Nos Labirintos do Discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. Aspectos da Teoria do cotidiano: AGNES HELLER EM PERSPECTIVA. Porto Alegre: Edipucrs – 2002

ABEPSS. Proposta básica para projeto de formação profissional. Revista Serviço Social e Sociedade. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HELLER, Agnes. **La Revolución de La Vida Cotidiana**. Barcelona: Península, 1982.

_____. Teoria dos Sentimentos – A Theory of Feelings (Título original). 3.ed. Barcelona: Fantamara, 1985.

_____. **O Cotidiano e a História**. Allag und Geschichte (Título original). 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Sociología de La Vida Cotidiana**. Barcelona: Península, 1994.

_____. Ética Geral – General Ethics. Madrid: Dim Impresseres, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A questão Social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPPS/Graflin, Ano 2, n.3. p.9-32, jan./jul. 2001.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IANNI, Octávio. **Estado Planejamento econômico no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JACOBY, Márcia. A problemática do menino e menina na rua: a sociedade brasileira e o trabalho infantil. **Revista Opinião**, ULBRA Editora, 1999.

JUNCA, Denise; GONÇALVES, Marilene Parente; AZEVEDO, Verônica Gonçalves. **A mão que obra no lixo**. Niterói: EDUFF, 2000.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família Brasileira a Base de Tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KERN, Francisco Arceli. **Os Sentidos das Teias e Redes Sociais no Contexto da AIDS**. Porto Alegre: PUCRS, 2001. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, 2001.

_____. **Redes de Apoio no contexto da AIDS**: um retorno para a vida. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Dialética do Concreto**. Dialektika Konkrétního. Traduzido por Tcheco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA – LBA. **Relatório 1964-1987**. Rio de Janeiro: LBA, 1967.

LEFEBVRE, Henri, A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LEWGOY, Alzira B.; KERN, Francisco. **Instrumentalidade em Serviço Social**. Porto Alegre: PUCRS, Faculdade de Serviço Social, 2001.

LIMA, Antonia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Halley, 2003.

MASI, Domenico de. **Criatividade e Grupos Criativos Fantasia e Concretude**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os Construtores da Paz**. Caminho da Prevenção da Violência. São Paulo: Moderna, 2004.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e Representações Sociais**: As dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Coord.). **O Uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. São Paulo: PUCSP, 1994. NEPI Caderno nº1.

_____. Notas Sobre Mediações: Alguns Elementos para a Sistematização da Reflexão sobre o Tema. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, Ano XIV, n.43, dez. 1993.

_____. **Serviço Social Identidade e Alienação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Serviço Social Identidade e Alienação**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. O Serviço Social na Transição para o próximo Milênio: desafios e perspectivas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, Ano XIX, n.57, jul. 1998.

_____. (Org.). **O Serviço Social e as demandas na contemporaneidade** Porto Alegre: PUCRS, 1999. Palestra proferida na Faculdade de Serviço Social.

_____. (Org.). **Pesquisa Qualitativa**. Um Instigante Desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **Serviço Social**: Identidade e alienação. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.). 2.ed. **O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. **Fundamentos de La Economia Política**. Habana: Instituto del Libro, 1970. Tomo I.

_____. Introdução à crítica da economia política (1857). In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos 1**. São Paulo: Editora Sociais, 1977.

_____. **A ideologia Alemã** (Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 21.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Volume II.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista** (1848). Porto Alegre: [s.ed.], 2002.

_____. **O Capital**. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Livro I, Vol. I.

MARX, K Manuscritos Econômicos e Filosóficos . Lisboa: edições 70, 1993.

MENDIONDO, Marisa Silvana Lazzetta de. **Os Costumes na Vida Cotidiana dos Idosos**: possibilidades e limites. Porto Alegre: PUCRS, 1996. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. "A violência na adolescência: Um problema de saúde pública". **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: 6 (3), jul-set/1990.

_____. "A violência social sob a perspectiva da saúde pública". In: **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: 10 (supl.1), 1994.

MUNIZ, Egli. **Os Serviços de proteção social**: um estudo comparado entre Brasil e Portugal. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismos e Anti-Humanismos**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

NEVES; PESSANHA; DELMA. In: ROSA, Cleisa M. (org.) **População de Rua Brasil e Canadá**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

OLVEIRA, Jairo da Luz. **A vida cotidiana do idoso morador de rua**: as Estratégias de Sobrevivência da Infância à Velhice – um círculo da pobreza a ser rompido. Canoas: EDULBRA, 2003.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, Pobreza e Gênero**: o lugar da dominação masculina. Fortaleza: UECE, 2001.

PAIVA, Beatriz Augusto de. Algumas Considerações Sobre Ética e Valor. In: BONETTI, Dilséia Adeodata. **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1998. p.105-10.

PAUGAM, Serge. Processos de Exclusão Social de Moradores de Rua: suas estratégias de resistência e redes de inclusão social. In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: O Trabalho, Direitos e Democracia – Assistentes sociais Contra a Desigualdade. **Anais**. [s.l.], outubro de 2001.

_____. **Desqualificação Social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

PEDRO, Celso. Ação Municipal Junto com a População de Rua e as Casas de Convivência em São Paulo. In: ROSA, Cleisa M.M. **População de Rua – Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

PERALVA, Angelina. **Violência e Paradoxo Brasileiro Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, P. Potyara. **Necessidades Humanas subsídios à crítica dos Mínimos Sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEGORARO, Olinto. **Ética e bioética da subsistência à existência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Belém: UNAMA, 1995.

_____. **Mediação e Serviço Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIFKIN, Gerimy. **El Fim del Trabajo**. Traduzido por Guillermo Sánchez. Buenos Aires: Paidós, 1996.

ROSANVANLON, Pierre. **La Nueva Question Social**. Buenos Aires: Mancial, 1995.

SANCHES, Marcos Guimarães. Da Guerra fria à globalização. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, v.3, n.2, p.151, dez. 1997.

SCHEUNEMANN, Arno V.; HOCK, Lothar Carlos (Org.). **Redes de Apoio na Crise**. São Leopoldo: Abac/EST, 2003.

SCHIAVO, Márcio Ruiz. **Nem Benemerência nem Liberalismo**: O Social em um Novo Enfoque. [s.l.]: [s.ed.], nov. 1998. Fórum de Marketing Social. Polígrafo.

SCHNORR, Ruthe Corrêa da Costa. **O Cotidiano do Trabalho na Terceira Idade**. Uma Realidade em Questão. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

SCOCUGLIA, Afonso Celso (Org.). **Educação e Direitos Humanos**: Diálogos Internacionais. Gravataí: SMED, 2005.

SILVA, Jorge Adalberto Aziz da. O Luxo do Lixo: repensando a escola e a educação a partir do lixo. **Cadernos Cedes**, São Paulo, n. 29, p. 69, 2001.

SIMIONATO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro (Org.). **Dilemas do Mercosul**: Reforma do Estado, Direito à Saúde e Perspectivas da Agenda Social. Florianópolis: Lagoa, 2004.

SOARES, Zeni de L. Menor Cristã. **Tempo e Presença**, n.8, 1986.

SOUZA, Maria Luiza de. **Questões Teórico-práticas do Serviço Social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

SPONVILLE, André Comte. **Dicionário Filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SPOSATI, Aldaísa. Mínimos Sociais e Seguridade Social: Uma revolução da Consciência da Cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.55, 1997.

_____. **A menina Loas**: um processo de construção da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YASBEK, Maria Carmelita; FALCÃO, Maria do Carmo B. Carvalho. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: uma Questão de Análise. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

TEDESCO, João Carlos. **Paradigmas do Cotidiano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999a.

_____. **Paradigmas do Cotidiano**. Introdução à Constituição de um Campo de Análise Social. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999b.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social Jurídico**: Perícia Social no Contexto da Infância e da Juventude. Campinas: Livro Pleno, 2000.

_____. **Rede Interna e Rede Social**: o desafio permanente na teia das relações sociais. Porto Alegre: Tomo, 2001.

_____. **A Prática Relacional do Serviço Social**: Espaço de Ensino-aprendizagem e espaço de pratica. Porto Alegre, 2002. No prelo.

_____. **Reflexões sobre a Questão Social**: Teoria Marxista na Compreensão da Sociedade Capitalista. [s.l.]: [s.ed.], [s.d.]. Disciplina: Questão Social e Serviço Social.

_____. **A construção do Serviço Social Genérico**. [s.l.]: [s.ed.], 2003. Polígrafo.

_____. **Processo de Trabalho do Assistente Social**: Elaboração de Documentação implementação e aplicabilidade. Porto Alegre: Tomo, 2006. Caderno Graturck 001.

_____. **Processo de Trabalho do Assistente Social**: Elaboração de Documentação implementação e aplicabilidade. Porto Alegre: Universo, 2006/2. Caderno Graturck 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre: [s.ed.], 1999.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Serviço Social e Interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. In: _____. **Saúde Mental e Serviço Social**. O desafio da subjetividade e a interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Traduzido por Luiz Fernando Cardoso. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Ética**. 20.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Ética**. Traduzido por João Dell'Anna. 25.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

VELHO, Gilberto; ALVINO, Marcos (Org.). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.

VIEIRA, Maria A. da Costa. **População de Rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1994.

VICENTE, Cenira Monte. In: ROSA, Cleisa M. (org.) **População de Rua Brasil e Canadá**: São Paulo: HUCITEC, 1995.

WAISELFISZ, Julio Jacobo Maria Maciel. **Revertendo Violências, Semeando Futuros**: avaliação de impacto do programa abrindo espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Brasília: UNESCO, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A Questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

WANDERLEY, Mariangela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano XVIII, n.55, p.74-83, nov. 1997.

WARREN-SCHERER, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

WÜNSCH, Dolores Sanches. As Determinações e Implicações do Afastamento do Trabalho: o impacto social do adoecimento. Porto Alegre: PUCRS, 2001. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Braziliense, 1995.

OBRAS CONSULTADAS

AMARO, Sarita. **Crianças Vítimas de Violência**: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. Porto Alegre: AGE/EDIPUCRS, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando** – Introdução à Filosofia. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARRUDA, Marina Patrício de. A Prática da Mediação em busca de um Mediador de Emoções. Pelotas: Seiva, 2004.

BADER, Sawaia (Org.); WANDERLEY, Mariangela Belfiore; VÉRAS, Maura et al. **As artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

BALLESTEROS, Rocio Fernández. **Evolución e Intervención Psicológica en La Vejez**. Barcelona: Martínez Roca, 1991.

BARÁIBAR, Ximena. Processos de Exclusão Social de Moradores de Rua, Suas Estratégias de Resistência e Redes de Inclusão Social. In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: O Trabalho, Direitos e Democracia – Assistentes Sociais Contra a Desigualdade. **Anais**. [s.l.], outubro de 2001.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. As Conseqüências da Pobreza Sobre a Infância e Adolescência. In: FAUSTO, Airton; CERVINI, Ruben. **O Trabalho e a Rua** – Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1992.

BEAVOUIR, Simone de. **A Velhice**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELTRÃO, Pedro Galderan. **Sociologia da Família Contemporânea**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

BORÓN, Atílio; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CASTRO, Mary Garcia (Coord.); ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças; ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Cultivando Vida Desarmando Violências**: experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, 2001.

CHAVI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12.ed. São Paulo: Ática, 2000.

CÍCERO. **Saber Envelhecer seguido de A Amizade**. São Paulo: L&PM Pocket, 1997.

DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos (Org.). **Saber-Cuidar de si, do outro, da natureza**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos**. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FARIA, E. Vilmar. A Montanha e a Pedra: Os Limites da Política Social Brasileira e os Problemas da Infância e da Juventude. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (Orgs.). **O Trabalho e a Rua – Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80**. São Paulo: Cortez, 1992.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **Prática do Serviço Social: O Desafio da Construção**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERRARI, Mário. A Importância da Família. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família Brasileira a Base de Tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FRAIMAN, Ana Perwin. **Para Ser um Avô**. São Paulo: Gente, 1996.

_____. **Coisas da Idade**. 2.ed. São Paulo: Hermes, 1991.

FREIRE, Lúcia M.B.; FREIRE, Silene de Moraes Alba (Org.). **Serviço Social Política Social e Trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

FREITAS, Marcos César de (Org.) et al. **Reinvenção do Futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOLDMAN, Sara Nigri. Velhice e Direitos Sociais. In: _____. **Envelhecer com Cidadania: quem sabe um dia?** Rio de Janeiro: ANG-CBCISS, 2000.

HAYFLICK, L. **Como e por que Envelhecemos**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

JOVCHELOVITCH, Marlova. O processo de Descentralização e Municipalização no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.56, 1998.

_____. **Encontros Dialógicos: uma Vivência em Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1989.

KLABIN, Aracy Augusta Leme. **História Geral do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MENEZES, Maria Thereza C.G. de. **Em Busca da Teoria: Políticas de Assistência Pública**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MORAGAS, Ricardo M. **Gerontologia Social**. Envelhecimento e Qualidade de Vida. São Paulo: Paulinas, 1997.

MOSQUERA, Juan. **Vida Adulta: personalidade e desenvolvimento**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

MOSQUERA, Juan; STOBÄUS, Claus. **Educação para a Saúde**, Desafio para a Sociedade em Mudança. Porto Alegre: DCL, 1983.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Qualidade de Vida e Idade Madura**. São Paulo: Papyrus, 1993.

NETTO, José Paulo. Ética e Crise dos Projetos de Transformação Social. In: BONETTI, Dilséia Adeodata. **Serviço Social e Ética**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996. p.21-30.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NILO, Odalia. **O Que é Violência**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Jacqueline Silva (Org.). **Práticas do Serviço Social**: Espaços tradicionais e emergentes. Porto Alegre: Da Casa, 1988.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Os Desafios Éticos e Políticos da Sociedade Brasileira. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.56, 1998.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Educação Social de rua**: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e Cultura no Brasil**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ORTIZ, Esmeralda do Carmo. **Esmeralda** – Porque não Dancei. São Paulo: SENAC, 2000.

PAVIANI, Jayme. **Filosofia e Método em Platão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

PEGORARO, Olinto. **Ética e Bioética**: da subsistência à existência. Petrópolis: Vozes, 2002.

PINTO, Maira Meira. **Sou Capaz**: uma experiência de auto-organização de moradores de rua. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

PLATÃO. **Diálogos III**: a República. Traduzido por Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1964.

_____. **A República de Platão**. São Paulo: Sapienza, 2005.

PRETI, Dino. **A Linguagem dos Idosos**. São Paulo: Contexto, 1991.

REY, Fernando Gonzáles. **O Social na Psicologia e a Psicologia Social**: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004.

RIZZINI, Irene (Coord.). **Vida nas ruas**: crianças e adolescentes nas ruas – trajetórias inevitáveis?. São Paulo: Loyola, 2003.

SALVAREZZA, Leopoldo. **Psicogeriatría Teoría y Clínica**. Buenos Aires: Paidós, 1988.

SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão** (Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHERER-WARREN. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SNOW, David; LEON, Anderson. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

VERAS, Renato (Org.). **Terceira Idade** – Um Envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro. Rio de Janeiro: Unati/UERJ, 1995.

WERSTHEIN Jorge; NOLETO, Malova Jovchelovitch (Org.). **Pobreza e Desigualdade no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2004.

WOLFDIETRICH, Schmied-Kowarzik. **Práxis e Responsabilidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ZARPELLON, Giovana Mazo; LOPES, Marize Amorim; BENEDETTI, Tânia Bertoldo. **Atividade Física e o Idoso**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

Apêndices

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

1. Como você compreende o processo de trabalho do Assistente Social na dinâmica interventiva com moradores de rua?
1. Como você articula o processo de trabalho do Assistente Social na dinâmica interventiva com moradores de rua?
1. Como o processo de trabalho do Assistente Social tem contribuído no sentido de reverter os processos de realização vividos pelos usuários?
1. Como o processo de trabalho do Assistente Social contribui para a construção de uma rede de atendimento ao morador de rua?
1. Quais as condições e modos de vida que estão constituídas as pessoas que procuram as instituições para moradores de rua?
1. Como as políticas públicas contribuem na efetiva garantia de direitos dos moradores de rua?
1. As condições socioinstitucionais, na relação com o serviço social, possibilitam o desempenho do processo de trabalho do Assistente Social?
1. Como se estabelecem as relações socioinstitucionais na relação direta com o Serviço Social?
1. Que tipo de instrumentais técnico-operativos você identifica como importantes para o efetivo atendimento junto aos moradores de rua?
1. Que interlocuções são necessárias para o estabelecimento de uma rede de atendimento junto aos moradores de rua?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

I - Justificativa e Objetivos da Pesquisa

Estamos solicitando a sua participação na pesquisa que está sendo realizada para tese de doutorado. O objetivo deste estudo é investigar - *Investigar o processo de trabalho do Assistente Social junto à população de rua em instituições de proteção social*. Pretende-se conhecer o cotidiano de trabalho deste profissional na sua interlocução com esta realidade social.

II – Desconfortos

Será necessária a disponibilidade de algum tempo para a realização das entrevistas. A entrevista irá durar aproximadamente 45 minutos. Os entrevistados que não quiserem responder terão liberdade para não participarem.

III - Benefícios que se pode obter

As informações coletadas servirão de base para orientar políticas e práticas sociais estabelecidas por Assistentes Sociais voltadas para este seguimento populacional.

IV - Liberdade na Participação e Contrato de Sigilo

Fica estabelecido que as entrevistas ficarão sob sigilo do pesquisador e que os participantes não serão identificados.

Eu,..... (entrevistado participante) fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informação a respeito da minha forma de participação e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão, se assim eu desejar. Entendi que todos os dados dessa pesquisa serão confidenciais e que tenho liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa, em face dessas informações. Também consenti a gravação e a degravação da entrevista para fins deste estudo.

Caso tiver alguma dúvida sobre este estudo, sobre meus direitos de participante, ou sentir-me prejudicado pela minha participação, posso chamar Jairo da Luz Oliveira no telefone 99118883, para eventuais esclarecimentos. Este formulário foi lido por mim em ___/___/___ (data) pelo pesquisador, abaixo assinado.

Declaro que recebi cópia do presente termo de consentimento.

Nome do entrevistado

Assinatura

Nome do pesquisador

Assinatura

Anexos

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)